



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

MARIJÂNE SILVEIRA DA SILVA



**A INFÂNCIA E SUA ESCOLARIZAÇÃO NAS PÁGINAS DOS JORNAIS
CUIABANOS (1910-1930)**



**CUIABÁ/MT
2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

MARIJÂNE SILVEIRA DA SILVA

**A INFÂNCIA E SUA ESCOLARIZAÇÃO NAS
PÁGINAS DOS JORNAIS CUIABANOS (1910-1930)**

**CUIABÁ-MT
2015**

MARIJÂNE SILVEIRA DA SILVA

**A INFÂNCIA E SUA ESCOLARIZAÇÃO NAS
PÁGINAS DOS JORNAIS CUIABANOS (1910-1930)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso como requisito para a obtenção do título de Doutor em Educação na Área de Concentração Educação, Linha de Pesquisa Cultura, Memória e Teorias em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Elizabeth Figueiredo de Sá.

**CUIABÁ-MT
2015**

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

S586i Silva, Marijâne Silveira da.

A infância e sua escolarização nas páginas dos jornais cuiabanos (1910-1930) /

Marijâne Silveira da Silva. -- 2015

188 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Elizabeth Figueiredo de Sá.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação,

Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2015.

Inclui bibliografia.

1. Educação. Mato Grosso. Imprensa cuiabana. Infância. Representações.. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.

Imagens da contracapa: Jornais cuiabanos localizados nos acervos do NDHIR; ACBM; APMT e BN; Grupo Escolar Senador Azeredo (acervo Müller apud Poubel e Silva, 2006, p.187).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
Avenida Fernando Corrêa da Costa, 2367 - Boa Esperança - Cep: 78060900 - CUIABÁ/MT
Tel : 3615-8431/3615-8429 - Email : secppge@ufmt.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: "A infância e sua escolarização nas páginas dos jornais cuiabanos (1910-1930)"

AUTORA: Doutoranda Marijane Silveira da Silva

Tese de Doutorado defendida e aprovada em 17 de junho de 2015.

Composição da Banca Examinadora:

| | | |
|--------------------------------|--|--------------------------------|
| Presidente Banca / Orientadora | Doutora | Elizabeth Figueiredo de Sá |
| Instituição: | UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO | |
| Examinadora Interna | Doutora | Elizabeth Madureira Siqueira |
| Instituição: | UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO | |
| Examinadora Interna | Doutora | Lázara Nanci de Barros Amâncio |
| Instituição: | UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO | |
| Examinadora Externa | Doutora | Rosa Fátima de Souza |
| Instituição: | UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA/UNESP | |
| Examinadora Externa | Doutora | Maurilane de Souza Biccas |
| Instituição: | UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO/USP | |
| Examinador Suplente | Doutor | Nicanor Palhares Sá |
| Instituição: | UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO | |
| Examinadora Suplente | Doutora | Kênia Hilda Moreira |
| Instituição: | UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS/UFGD | |

CUIABÁ, 17/06/2015.

A meus pais, Otacílio e Donice, que, pelas circunstâncias, tiveram acesso limitado ao mundo da escolarização, mas lutaram para que seus filhos tivessem destinos diferentes.

A meu esposo Dário e ao meu filho Igor.

A todas as crianças e as conquistas alcançadas ao longo dos anos acerca do processo de escolarização da infância brasileira.

Agradecimentos

Nesta etapa do processo de elaboração da versão final da tese só tenho a agradecer a todos que direta ou indiretamente participaram da construção desta tessitura. Primeiramente, quero agradecer a Deus, pelo concedimento da Vida, pela oportunidade do aprendizado, pela convivência com pessoas tão diferentes, pela sabedoria, inspiração, discernimento, coragem e ânimo.

Agradeço a todos os meus familiares, em especial, pai Otacílio e mãe Donice, que apesar de não terem tido oportunidade de acesso a escolarização, buscaram estratégias para que seus filhos tivessem um destino diferente. Agradeço aos meus irmãos, Melquíades, Maurício e Mathes; e às minhas cunhadas Kelma e Dayane.

Agradeço ao meu esposo Dário, pela paciência, amor e incentivo e ao meu filho Igor pelos momentos que não pude estar ausente integralmente.

À Elizabeth Figueiredo de Sá, serei imensamente grata, por ter me resgatado, pela dedicação, ânimo, paciência, disposição, incentivo, criatividade, otimismo e por ser uma educadora apaixonada pelo que faz.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Educação da UFMT que contribuíram para o meu processo de desenvolvimento intelectual: Dr. Nicanor Sá, Dra. Márcia Ferreira, Dra. Michel Sato, Dr. Augusto Passos, Dr. Silas Borges, Dr. Edson Caetano, Dra. Nilce Vieira.

Às professoras Dra. Rosa Fátima de Souza Chaloba, Dra. Maurilane de Souza Biccas, Dra. Elizabeth Madureira de Siqueira, Dra. Lázara Nanci de Barros Amâncio e Dra. Kênia Hilda Moreira pelas importantes contribuições no exame de qualificação e pela participação na composição da banca de defesa desta tese.

Aos muitos participantes do Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória (GEM), que se alternaram ao longo destes anos, mas especialmente àqueles com quem construí amizades verdadeiras. Aos colegas doutorandos da turma de 2011 pela convivência e aprendizagens.

Aos funcionários da Secretária do PPGE, em especial Luiza, Marisa e Marcos, pela presteza e principalmente, pela gentileza em me receber sempre com carinho e respeito.

Aos funcionários do NDHIR, do APMT e da Casa Barão de Melgaço, em especial, a professora Dra. Elizabeth Madureira de Siqueira, curadora do Acervo.

Como este foi um trabalho tecido a muitas mãos, quero agradecer a todos que, de alguma maneira, contribuíram para o seu desenvolvimento e, acima de tudo, por contribuírem para meu crescimento pessoal e profissional.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo apoio à pesquisa.

RESUMO

SILVA, Marijâne Silveira da. *A infância e sua escolarização nas páginas dos jornais cuiabanos (1910-1930)*. 188 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2015.

A presente tese busca analisar algumas representações da escolarização da infância materializadas nos jornais cuiabanos, por meio do jogo de escalas (REVEL, 1998) e da articulação do local com o global. Teve como objetivo examinar como a instrução primária foi retratada pela imprensa cuiabana, procurando perceber de que maneira os jornais de diferentes matrizes político-ideológicos debateram as temáticas referentes à instrução primária, bem como contribuir para a ampliação do conhecimento sobre a história da educação mato-grossense. O recorte temporal tem como balizas duas reformas regulamentadas no período e que provocaram mudanças significativas na instrução primária estadual, a primeira, pelo Decreto n. 265, datado de 22 de outubro de 1910, e a outra instituída pelo Decreto n. 759, de 22 de abril de 1927. A pesquisa foi direcionada pelas seguintes questões: como a instrução primária foi retratada pela imprensa cuiabana durante as três décadas iniciais do século XX? Quais as representações de infância/criança estampadas na imprensa cuiabana? A metodologia de pesquisa, de abordagem histórica, primou pela localização, levantamento, reunião, seleção e análise de fontes documentais pertinentes ao objeto de pesquisa e ao contexto em que ele se situou. O levantamento dos jornais publicados no período em questão foi realizado nos acervos da capital de Mato Grosso – Cuiabá, junto ao Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), à Casa Barão de Melgaço (CBM), no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, da Universidade Federal de Mato Grosso (NDIHR/UFMT), e no acervo *on line* da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (RJ). Para a análise, elegeu-se a infância e sua escolarização pela ótica dos jornais cuiabanos como fio condutor. A análise dos documentos foi realizada com base nos textos de Roger Chartier (1990; 2002) ricos em subsídios acerca do conceito de *representações*, ancorado nos pressupostos da História Cultural. Ressalto, no entanto, que a pesquisa não se constitui numa história da imprensa, mas buscou contribuir para a escrita de uma história do ensino primário. Os artigos estampados nos jornais foram articulados com um conjunto variado de fontes, como legislação, relatórios, mensagens, livros etc. A imprensa é vista, então, enquanto espaço importante de circulação de ideias e de afirmação de posicionamentos. A partir da inventariação sistemática de notícias, informações e artigos publicados nos jornais de Cuiabá, constatou-se que os discursos educacionais se apresentaram sob diferentes formatos, a saber, crônicas, poemas, propagandas, artigos, dentre outros. É possível perceber nas páginas dos jornais impressos o registro do que acontecia diariamente. Ao narrar os acontecimentos, o impresso jornalístico deixou transparecer a imagem que se tinha das crianças e de sua escolarização, bem como o ideário que permeava o período. Enquanto educador do social, os jornais que circularam na sociedade da época faziam com que seus leitores formassem conceitos acerca do papel do professor, da escola, da criança e dos alunos. Reconstituir ou (re) escrever a história da instrução primária mato-grossense pela ótica dos jornais cuiabanos possibilitou revelar aspectos da sociedade não identificados nas fontes oficiais escritas, portanto, o uso do jornal é considerado uma fonte histórica relevante que contribui para o enriquecimento de estudos acerca da história da educação regional e, quiçá, nacional.

Palavras-Chave: Educação. Mato Grosso. Imprensa cuiabana. Infância. Representações.

ABSTRACT

SILVA, Marijâne Silveira da. **The childhood and its education on the pages of Cuiabá's newspapers (1910-1930)**. Thesis (Doctorate in Education) Federal University of Mato Grosso (UFMT), Post-Graduation Program in Education, Cuiabá, 2015.

This thesis aims to analyze some childhood education representations materialized in newspapers from Cuiabá, through the game of scales (REVEL, 1998) and the articulation of local and global. The objective was to examine how primary school was portrayed by Cuiabá's press, trying to realize how newspapers of different political and ideological matrices discussed the issues related to primary education, and contribute to the expansion of knowledge about the history of education in Mato Grosso. The time frame has as landmarks two reforms regulated in the period, and that caused significant changes in primary education of the state: the first by Decree No. 265, dated October 22, 1910, and the other established by Decree No. 759, of April 22, 1927. The research was directed by the following questions: how was primary school portrayed by Cuiabá's press during the first three decades of the twentieth century? What were the childhood/child representations stamped in Cuiabá's press? The research methodology, of historical approach, prioritized the location, survey, gathering, selection and analysis of documentary sources, relevant to the research subject and to the context in which it stood. For the analysis, it was elected childhood and its education from the perspective of Cuiabá's newspapers as a guide. I emphasize, however, that the research does not constitute in a history of the press, but sought to contribute to writing a history of primary education. The articles printed on the newspapers were articulated with a wide range of sources such as legislation, reports, messages, minutes books, etc. On the privileged period, the journalistic production of some journals was born and disappeared swiftly, reaching over a hundred newspapers running across the state. The press is seen, then, as an important space for the circulation of ideas and affirmation of positions. The survey of papers published in the period concerned was held in the collections of the capital of Mato Grosso - Cuiabá, together with the Public Archives of Mato Grosso (APMT), the Barão de Melgaço House (CBM), the Regional Historical Documentation and Information Center of the Federal University of Mato Grosso (NDIHR / UFMT), and online assets from the Digital Newspaper Library of the National Library (RJ). The analysis of the documents was based on texts of Roger Chartier (1990; 2002) rich in subsidies about the concept of representations, anchored on the assumptions of Cultural History. From the systematic inventory of news, information and articles published in newspapers of Cuiabá, it was found that the educational discourses were presented in different formats, namely, chronicles, poems, advertisements, articles, among others. It is possible to see on the pages of printed newspapers the record of what happened daily. In relating the events, the printed newspaper hinted the image people had of children and their education, as well as the ideas that permeated the period. As a social educator, the newspapers that circulated in society at that time got its readers to form concepts about the role of the teacher, of school, of children and of students. Reconstruct or (re) write the history of Mato Grosso's primary education from the perspective of Cuiabá's newspapers allowed to reveal aspects of society that were not identified in the official written sources, so the newspaper's use is considered an important historical source that contributes to the enrichment of studies about the history of regional education and, perhaps, national.

Keywords: Education. Mato Grosso. Cuiabá's press. Childhood. Representations.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 01 – Percentagem de jornais editados em Mato Grosso nas décadas de 1910-1930..... | 33 |
| Figura 02 – Planta funcional de Cuiabá – s/d..... | 40 |
| Figura 03 – Bois de sela a beira do Córrego da Prainha- Centro de Cuiabá – 1941..... | 42 |
| Figura 04 – Rua 13 de Junho na década de 1910..... | 44 |
| Figura 05 – Jardim Alecastro com suas luminárias a querosene em 1904..... | 45 |
| Figura 06 – Rua 13 de Junho em 1919..... | 47 |
| Figura 07 – Festa do Senhor Divino..... | 50 |
| Figura 08 – Camarotes nas touradas, 1924..... | 50 |
| Figura 09 – Touradas..... | 51 |
| Figura 10 – Vista área da cidade de Cuiabá, anos 1920..... | 71 |
| Figura 11 – Fachada do Grupo Escolar Senador Azeredo com alunos s/d..... | 72 |
| Figura 12 – Carta cartográfica do Estado de Mato Grosso compilada em 1923..... | 80 |
| Figura 13 – Jornal <i>O Pharol</i> , 05/02/1910..... | 84 |
| Figura 14 – Jornal <i>O Commercio</i> , 03/03/1910..... | 87 |
| Figura 15 – Jornal <i>A Cruz</i> , 15/05/1910..... | 88 |
| Figura 16 – Jornal <i>O Matto-Grosso</i> , 12/11/1911..... | 92 |
| Figura 17 – Jornal <i>O Debate</i> , 20/11/1911..... | 94 |
| Figura 18 – Jornal <i>A Noticia</i> , 11/08/1912..... | 95 |
| Figura 19 – Cuiabá, Tipografia do “ <i>A Reacção</i> ”..... | 96 |
| Figura 20 – Revista <i>A Nova Época</i> , n. 2, março 1912..... | 111 |
| Figura 21 – Propaganda do Laboratório nutroterápico..... | 120 |
| Figura 22 – Música sobre a Semolina..... | 121 |
| Figura 23 – Propaganda de “Emulsão de Scott”..... | 153 |
| Figura 24 – Propaganda de prestação de serviço médico..... | 154 |
| Figura 25 – “instruções uteis que todo escolar deve saber” e “Conselhos de higiene”..... | 155 |

LISTA DE QUADROS

| | | |
|--------------------|---|-----|
| Quadro 01 – | Quantidade de jornais localizados no período de 1910 a 1930 e publicados no estado de Mato Grosso..... | 31 |
| Quadro 02 – | Jornais cuiabanos selecionados no período de 1910 a 1930 - periodicidade, título, local de publicação e propriedade.... | 34 |
| Quadro 03 – | Investimento na Educação Pública de Mato Grosso (1907-1929)..... | 53 |
| Quadro 04 – | Escolas públicas isoladas por ano e modalidade..... | 56 |
| Quadro 05 – | Escolas Particulares em Cuiabá com seus respectivos diretores/regentes – 1912..... | 57 |
| Quadro 06 – | Professoras das Escolas Isoladas da Capital em 1923..... | 60 |
| Quadro 07 – | Jornais que circularam em Mato Grosso nas décadas de 1910-1930..... | 81 |
| Quadro 08 – | Lista dos jornais com referência a crianças..... | 119 |
| Quadro 09 – | Horário modelo para as escolas isoladas de Mato Grosso | 150 |
| Quadro 10 – | Títulos de jornais cuiabanos que publicaram notas referentes às festividades escolares nas décadas de 1910-1930..... | 159 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACBM – Arquivo da Casa Barão de Melgaço

ALFALE – Grupo de Pesquisa Alfabetização e Letramento Escolar

APMT – Arquivo Público de Mato Grosso

BN – Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira

CBHE – Congresso Brasileiro de História da Educação

EHECO – Encontro de História da Educação do Centro-Oeste

EAAMT – Escola de Aprendizes Artífices de Mato Grosso

GEM – Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória

IPAI/RJ – Instituto de Proteção à Infância no Rio de Janeiro

NDIHR – Núcleo de Documentação e Informação de História Regional da UFMT

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

GRUTHIMEL – Grupo de Trabalho para a História da Infância e dos Materiais Educativos e Lúdicos

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 14 |
| CAPÍTULO I - CUIABÁ CIDADE VERDE | 38 |
| 1.1 <i>Nas raias da vizinhança: o cotidiano da população na Capital.....</i> | 47 |
| 1.2 Investimentos na educação pública..... | 52 |
| 1.3 Instrução Pública: <i>base fundamental do progresso social.....</i> | 54 |
| 1.3.1 Escolas isoladas ou escola unidocente..... | 55 |
| 1.3.2 Grupos Escolares: uma nova concepção de organização escolar..... | 65 |
| CAPÍTULO II – MATO GROSSO: IMPRENSA, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE..... | 77 |
| 2.1. A palavra impressa nos jornais Mato-grossenses..... | 77 |
| 2.2 A Educação nas páginas dos jornais cuiabanos (1910-1930)..... | 83 |
| 2.3 A educação escolar em debate: Embates travados entre católicos e republicanos na imprensa cuiabana..... | 109 |
| CAPÍTULO III – A INFÂNCIA E A ESCOLARIZAÇÃO NA ÓTICA DOS JORNAIS CUIABANOS | 114 |
| 3.1 A infância na ótica dos jornais cuiabanos (1910-1930)..... | 114 |
| 3.2 A infância Mato-Grossense e o processo de escolarização..... | 124 |
| CAPÍTULO IV – REPRESENTAÇÕES DA ESCOLARIZAÇÃO DA INFÂNCIA NAS PÁGINAS DOS IMPRESSOS | 131 |
| 4.1 Entre <i>a cruz e a bandeira</i> : ensino laico x ensino religioso na imprensa cuiabana.. | 132 |
| 4.1.1 A representação de escolarização da infância dos liberais republicanos..... | 132 |
| 4.1.2 <i>A Cruz</i> : em defesa ao ensino religioso..... | 138 |
| 4.1.3 <i>A Penna Evangélica</i> : a voz dos protestantes..... | 142 |
| 4.2 A saúde das crianças e sua escolarização: preceitos higienistas..... | 146 |
| 4.3 A formação para a cidadania republicana..... | 157 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 167 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 171 |
| FONTES DOCUMENTAIS | 183 |
| APÊNDICE | 187 |

INTRODUÇÃO

O historiador é o tecelão, mas a qualidade do tecido depende da firmeza e cor dos fios.

FALCON (2006, p.335)

Na tessitura (composição) desta tese lembrei-me da tecelagem, *lócus* efetivo do ato de tecer, que, por meio do entrelaçamento dos fios, produz-se o tecido. Assim como na tecelagem, a produção da tese constitui-se enquanto processo conduzido por operações pré-determinadas. O primeiro passo ao mundo da pesquisa foi dado no momento em que optei cursar a graduação em Pedagogia, ocasião em que tive a oportunidade de integrar ao Grupo de Pesquisa Alfabetização e Letramento Escolar (Alfale), em princípios de 2003. A participação inicial naquele espaço de pesquisa ocorreu através de dois subprojetos vinculados a uma pesquisa interinstitucional mais ampla, que envolvia outros dois estados brasileiros.

Foi durante as pesquisas no grupo Alfale que localizei um periódico educacional: Revista Educação em Mato Grosso, publicado pela Secretaria de Educação Estadual, em Cuiabá/MT, em circulação no período de 1978 a 1986. Este foi adotado então como fonte principal ao cursar o Mestrado em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, durante os anos de 2006/2008. No entanto, o cerne da pesquisa teve como temática uma questão complexa e de múltiplas facetas – a aprendizagem da leitura e da escrita (alfabetização) circunscritas nas páginas do impresso de educação e ensino.

Objeto e fonte de análise de muitos historiadores, os periódicos educacionais foram despertando cada vez mais o crescente interesse por conhecê-los e sistematizá-los, uma vez que produzidos por/para especialistas da área, e serem impregnados de ideias, posição dos agentes sociais e circulação de práticas educacionais. Nessa linha, vale destacar, entre tantos, alguns trabalhos no campo educacional, como os de Pénélope Caspard-Karidys e Pierre Caspard, na França; Antônio Nóvoa, em Portugal; Denice Bárbara Catani, Maria Helena Câmara Bastos, Isabel Cristina Alves da Silva Frade, Carlos Monarcha, Maurilane de Souza Biccas, no Brasil.

A análise da imprensa permite, assim como assinala Nóvoa (1997, p.11), “apreender discursos que articulam práticas e teorias, que se situam no nível *macro* do sistema, mas também no plano *micro* da experiência concreta que exprimem desejos de futuro ao mesmo tempo em que denunciam situações do presente”.

Pierre Caspard e Pénélope Caspard-Karadys, de acordo com Catani e Bastos (2007, p.8), em estudos sobre a *Imprensa Pedagógica e Formação Contínua de Professores Primários (1815-1930)*, analisam:

[...] potencialidades da imprensa pedagógica no caso francês, atribuindo às revistas de ensino significativo papel na formação contínua de professores. Examinando o conjunto da imprensa periódica educacional francesa, entre 1815 e 1930, e especificando os critérios utilizados para delimitar o conjunto dos periódicos analisados, selecionaram 305 revistas cuja finalidade é a de guiar os professores em sua prática de ensino.

Denice Bárbara Catani, em *Educadores à Meia Luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918)*, trata da reconstrução do ciclo de vida desse periódico, explicitando as características da argumentação que se tecia em torno das questões apontadas como fundamentais no período citado, ou seja, o problema da organização dos serviços de ensino e os da formação e do trabalho do professor. O estudo teve como suposição básica “o reconhecimento de que a criação e a manutenção de Revistas pedagógicas manifestam-se como uma forma específica do processo de organização do campo educacional”. (CATANI, 1989, p.1-2).

Ao analisar a produção mineira de três revistas pedagógicas: *AMAE Educando*, *Dois Pontos e Presença Pedagógica*, Isabel Cristina Alves da Silva Frade (2000) contrasta-as, em algumas situações, com outras revistas ou materiais pedagógicos produzidos no Brasil, tendo em vista pontos-chave, como o objeto revista e sua forma de apresentação com a descrição analítica de alguns aspectos materiais e de seu conteúdo. Esta pesquisa contribuiu para compreensão do impresso pedagógico e para os estudos de edição no campo da educação. Os estudos sobre a imprensa pedagógica, na voz de Frade (2000, p. 32), também se têm constituído:

[...] como um campo específico de pesquisa, através do qual se pode compreender o movimento das ideias, a posição dos agentes sociais, a circulação de práticas etc. O privilégio desse recurso, como fonte para investigações sobre a História da Educação, tem tornado necessária a análise de seu conteúdo [...].

Corroborando com essa concepção, Bastos (1997, p. 73) e Barreira (2004, p.427) salientam ainda a importância da investigação de um periódico educacional, pois

fornece material para a abordagem de inúmeras matérias, constituindo-se, assim, em fonte privilegiada na área, como forma de registro e memória das práticas escolares.

Em *A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942): o novo e o nacional em revista*, edição de 2005, Maria Helena Câmara Bastos aborda um período pouco estudado pela historiografia educacional daquele estado, trazendo para o centro das discussões um tema original, praticamente inexplorado, na época. Ao tomar essa imprensa especializada como objeto e fonte de estudo, Bastos defendeu que as representações de vida escolar veiculadas por esse impresso específico despertavam interesse, por indicarem e prescreverem determinadas práticas de conduta, construírem e por elaborarem representações do social (2005, p. 26). De acordo com Peres (2005, p. 12), a investigação mostrou:

[...] como as revistas especializadas em educação constituem-se, efetivamente, numa instância privilegiada para a compreensão dos discursos e práticas pedagógicas, de projetos político-educacionais, dos currículos escolares, de representações docentes e discentes, do funcionamento do campo pedagógico.

Com a produção, Bastos chama a atenção para a importância da análise da imprensa periódica educacional, ao focar a *Revista do Ensino*, no período de 1939 a 1942, com o objetivo de “analisar como nela se articulam o projeto de reconstrução do Estado Novo e a proposta político-pedagógica de renovação educacional rio-grandense, privilegiando a questão do novo e do nacional no discurso do periódico”. (BASTOS, 2005, p. 25).

De acordo com Catani (1992, p. 269 *apud* BASTOS, 1997, p. 27), os periódicos pedagógicos oferecem:

[...] farto material acerca das práticas escolares e do ensino específico de disciplinas, o que permite estabelecer um dos elos da história das práticas e disciplinas escolares. Além disso, pode trazer elementos férteis para a compreensão histórica do sistema e colocar novas questões acerca da cultura escolar brasileira.

O impresso como estratégia de formação de professores (as) e de conformação do campo pedagógico em Minas Gerais: o caso da Revista do Ensino (1925-1940), tese defendida por Maurilane de Souza Biccas (2001) e publicada em livro (2008), destaca o impresso sob dois aspectos: como dispositivo de normalização pedagógica e como suporte material para ampliar a cultura educacional e subsidiar as práticas escolares dos

professores. De acordo com esta autora, o estudo se apoiou em três elementos distintos, mas articulados: a *Revista do Ensino* como suporte de texto; os próprios textos que veiculam e sua apropriação nas práticas. Conforme Biccas, o estudo das estratégias editoriais apresenta-se como uma fonte rica em informações para as pesquisas na área da História da Educação, propiciando, entre outros aspectos, resgatar o cotidiano, as práticas escolares e analisar a política das organizações e as preocupações sociais do momento.

Martins (2005, p. 248) destaca que desde as primeiras manifestações da imprensa no Brasil o impresso revista revelou-se por muitos anos – e se repete no presente – como o veículo ideal de publicação, de “caráter ligeiro, fácil impressão, custo baixo, passível de reunir vários assuntos numa só publicação”. A descrição sucinta destas pesquisas aponta para um crescente interesse na área da educação pela adoção das revistas periódicas pedagógicas como objeto de estudo em suas diferentes abordagens de análise.

Em maio de 2008, defendi publicamente a dissertação intitulada *Revista Educação em Mato Grosso (1978-1986): contribuições para a compreensão da imprensa pedagógica do Estado*. Naquele mesmo período comecei a lecionar no ensino superior, ministrando diferentes disciplinas junto a alguns cursos de graduação, como História, Letras, Ciências Biológicas, Psicologia, Enfermagem e Informática, iniciando, assim, minha trajetória profissional no magistério superior.

Essa experiência me instigou a refletir sobre o contexto do magistério, enquanto campo complexo, diversificado e multifacetado, uma vez que, além de possibilitar a apropriação de conhecimentos, propicia também a produção de novos conhecimentos.

Na constante busca em obter dos aprendizes os melhores resultados possíveis, enquanto professora, me deparei com o profissional que necessita estar em constante aperfeiçoamento. Por isso, ingressei no Doutorado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, na Linha de Pesquisa Cultura, Memória e Teorias em Educação. Em decorrência, integrei o Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória (GEM), *lócus* que possibilita constante aprendizagem, uma vez que desenvolve pesquisas abordando diferentes períodos históricos e contemplando temáticas diferenciadas. O GEM coordena muitos projetos locais e estabelece parcerias de pesquisa com outras instituições de ensino superior no país; organiza e participa de eventos de grande relevância para a história da educação, viabilizando a troca de

experiências e socialização de pesquisas. No entanto, ressalto que a marca principal desse Grupo é a reunião semanal, que agrega pesquisadores, estudantes de pós-graduação (mestrado e doutorado) e da graduação, para estudar referenciais teóricos do campo, aplicando-os às pesquisas em desenvolvimento. Assim, entendo que realizar uma pesquisa no âmbito do GEM agregou valor à minha formação, não só por estar ligada ao meu interesse, mas também enquanto possibilidade de ampliar as discussões referentes às metodologias empreendidas no campo da historiografia local, quiçá nacional.

Em balanço sobre a história da educação na região Centro-Oeste, realizado por Nicanor Palhares Sá e Elizabeth Madureira Siqueira e publicado em eventos de cunho regional e nacional, é possível compreender a estrutura da produção do GEM, que tem se concentrado, respectivamente, no levantamento, catalogação e organização de fontes primárias de educação, utilizando, frequentemente, tanto fontes escritas como depoimentos orais e, cada vez mais, fotografias, filmes e vídeos.

Como adotei a imprensa pedagógica no mestrado, sob a perspectiva histórica da alfabetização, busco agora, centrar o foco na história da educação, analisando a temática educacional por meio do tratamento que a imprensa periódica não especializada dispensou à instrução pública primária. Espero, com isso, contribuir para a utilização e ampliação de fontes nessa linha junto ao grupo de pesquisa, principalmente com a inserção da imprensa periódica de época, o que, certamente, contribuirá para a ampliação das perspectivas de análise na área da história da educação.

O primeiro processo da presente investigação adotou o jornal como fonte para a história da educação, apresentando as representações que emanam desses impressos sobre a instrução primária mato-grossense. O jornal é concebido, então, enquanto objeto material, com função e uso específicos, distribuição no espaço, materialidade física, simbologias e como um dos difusores da cultura escrita e formador da mentalidade letrada, ou seja, enquanto espaço importante de circulação de ideias e de afirmação de posicionamentos.

A participação nas disciplinas oferecidas pelo Programa de Pós-graduação foi fundamental, pois ofereceram subsídios teóricos para amadurecimento do objeto de estudo, construção, aprimoramento do projeto de pesquisa e início da coleta dos dados. Foram seis as disciplinas ofertadas e cursadas durante os dois primeiros anos do curso: Seminário Avançado em História da Educação I e II; Teorias e Práticas em Pesquisa na Educação I e II; Seminário de Pesquisa em Educação I e II. Para além delas, frequentei

as opcionais ofertadas pelo GEM, Seminários Temáticos, Estágio Docência na Graduação em Pedagogia, cumprindo com todas as atividades programadas como requisitos anteriores à qualificação, com participação em eventos locais, nacionais e internacionais, bem com efetiva participação na organização de eventos, dos quais destaco os de suma importância para a História da Educação: O I Encontro de História da Educação do Centro-Oeste - EHECO (2011) e o VII Congresso Brasileiro de História da Educação - CBHE, ambos realizados na UFMT/Cuiabá. Esse múltiplo processo de aprendizagem incluiu também a etapa de estudo, coleta de dados, trabalho manual nos arquivos, troca de experiências e diálogos (nas disciplinas e nos eventos), foram fundamentais para construção da escritura da presente tese.

Foram diferentes os fios tecidos ao longo dos anos, que, com suas cores e texturas variadas, possibilitaram delinear o cerne da pesquisa: as relações entre os jornais impressos e a escolarização da infância, durante as décadas iniciais do século XX. Naquele período, Mato Grosso encontrava-se associado ao projeto republicano de reorganização do ensino, similar ao que acontecia em vários estados brasileiros.

A escolha pelo recorte justifica-se por se tratar de um rico período brasileiro marcado por iniciativas referentes à Instrução Pública Primária, especificamente, em Mato Grosso. O foco central foram as duas Reformas da Instrução Pública Primária, uma regulamentada pelo Decreto n. 265, de 22 de outubro de 1910, e a outra pelo Decreto n. 759, de 22 de abril de 1927.

Foi necessário, nessa fase do processo de produção, o estabelecimento de diálogo com diferentes trabalhos produzidos sobre ensino primário em Mato Grosso, sobre a infância, e a adoção dos jornais como fonte para a história da educação.

No tocante à instrução primária de Mato Grosso durante as décadas citadas, vários autores regionais desenvolveram pesquisas sob diversas abordagens. Destacamos aqui os trabalhos de: Nilo Póvoas (1926), Humberto Marcílio (1963), Gervásio Leite (1970), Rubens de Mendonça (1977), Laci Maria de Araújo Alves (1998), Lázara Nanci de Barros Amâncio (2000), Elizabeth Figueiredo de Sá (2006), Maria Benício Rodrigues (2009).

Lenine Póvoas, em *O ensino público em Mato Grosso: sua obrigatoriedade, gratuidade e fiscalização*, obra editada pelas Escolas Profissionais Salesianas em 1926, esclarece ser a obra fruto do estudo empreendido, a pedido do governo de Mato Grosso, para proceder a uma reorganização do ensino estadual, algo que se efetivou no ano subsequente. Nessa obra, Póvoas afirma que buscou estudar o assunto em seus

múltiplos aspectos, a fim de oferecer uma orientação conveniente. Refletiu acerca de alguns aspectos da instrução pública que, na sua concepção, careciam de solução, como a questão da obrigatoriedade, da fiscalização, do analfabetismo, ensino gratuito, situação dos professores e, por fim, defendeu que o ensino era a “causa santa da civilização”, a grande causa nacional.

São obras clássicas de referência para todo historiador da educação regional as escritas por Humberto Marcílio, *História do ensino em Mato Grosso* (1963), Gervásio Leite, *Um século de instrução pública: história do ensino primário em Mato Grosso* (1970) e Rubens de Mendonça, *A Evolução do ensino em Mato Grosso* (1977), pois retratam a história política e educacional do estado, abordando aspectos pertinentes à área específica da educação. Siqueira (1997) ressalta que tal historiografia clássica foi produzida por intelectuais “ilustres”, formados em outras áreas do saber (como direito, medicina e engenharia) e que se dispuseram a deixar registrada a história da educação do estado. Siqueira também tece críticas ao fato de estes clássicos terem utilizado, unicamente, a documentação oficial, assentada em Relatórios de governantes e autoridades educacionais, primando-se pela ordenação cronológica dos fatos educativos, e elaboradas a partir de parâmetros positivistas, usual à época. Esse tipo de abordagem incorreu ainda no vício de se conceber a sistêmica educacional desvinculada de qualquer outra instância do social, redundando numa literatura empobrecedora e limitada.

Nesse sentido, o trabalho de Gilberto Luís Alves (1998), intitulado *Educação e História em Mato Grosso: 1719-1864* impulsionou a produção acadêmica no estado, direcionando a investigação a partir de novos moldes, numa abordagem em que os aspectos educacionais revelavam-se no interior do contexto histórico, permeado pelos aspectos políticos, econômicos e sociais. Outro fator que impulsionou as pesquisas foi a criação do curso de Pós-graduação em Educação na UFMT, *locus* em que se efetivaram trabalhos direcionados para a (re) constituição da história da educação sob novas e diferentes abordagens, os quais contribuíram para a ampliação do *corpus* documental, recorrendo a novos documentos não oficiais, incorporando dados recolhidos pela história oral, histórias de vidas e tecendo críticas à documentação oficial.

Outro trabalho de cunho acadêmico foi fruto da dissertação de mestrado desenvolvida por Laci Maria de Araújo Alves, vinculada ao GEM e publicada em 1998, *Nas trilhas do ensino*. A autora analisa o processo de expansão escolar em Mato Grosso entre os anos de 1910 e 1946 e sua evolução no interior de diferentes políticas

educacionais. Num primeiro momento, a autora trata do reordenamento do sistema educacional, quando da instalação da escola graduada. Num segundo momento aborda outra reestruturação do sistema educacional, momento em que foram criadas as escolas reunidas. Por fim, analisa a Era Vargas, incluindo o Estado Novo, ocasião em que discute a Marcha para o Oeste e os mecanismos de escolarização que deram suporte e sustentação à permanência dos migrantes na fronteira de colonização.

O trabalho pioneiro, intitulado *Ensino de leitura na escola primária no Mato Grosso: contribuições para o estudo de aspectos de um discurso institucional no ensino do século XX*, refere-se à tese de doutorado de Lázara Nanci de Barros Amâncio (2000), que inaugurou pesquisas de fundo histórico na área específica da alfabetização. Essa pesquisa culminou com a publicação do livro intitulado *Ensino de Leitura e Grupos Escolares* (2008), defendendo a criação dessa modalidade escolar na capital e, posteriormente, em outras cidades do estado, enquanto representação da modernização cultural que propunha uma nova concepção de escola, o que acarretaria mudanças em sua estrutura física e nas relações humanas intraescolares.

No decurso do desenvolvimento da escola primária inventou-se uma nova tradição e condição da infância – a escolarização é o que aponta a tese *De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927)*, defendida em 2006 por Elizabeth Figueiredo de Sá Poubel e Silva e, posteriormente, publicada em livro (SÁ, 2007). A relevância das pesquisas de Sá centra-se no fato de contribuir para a investigação acerca das múltiplas estratégias de escolarização da infância com foco nas peculiaridades de Mato Grosso. A autora comprovou que, no período estudado, havia em Mato Grosso representações concorrentes de infância e de escolarização, materializadas por meio da organização de escolas públicas e privadas voltadas para o atendimento da criança em idade escolar.

Em *Estado, Educação Escolar, Povo: A Reforma Mato-grossense de 1910*, publicado em 2009, fruto da dissertação de mestrado, Maria Benício Rodrigues trata da Reforma Educacional realizada em Mato Grosso no ano de 1910, que regulamentou um novo modelo escolar, a escola graduada. O livro aborda aspectos da realização do modelo educacional implantado em Mato Grosso, tendo São Paulo como referência para o que havia de mais moderno na área. Para tanto, retrata a atuação dos professores que, da paulicéia, vieram para Mato Grosso e ali implantaram essa inovação. Trata-se de uma obra de referência para os pesquisadores e historiadores da educação, por ter sido escrita numa época em que ainda não existiam muitos estudos historiográficos na área.

A abordagem adotada pela autora seguiu a construção de uma contextualização histórica, retomando os fatos econômicos e políticos ocorridos na região desde o último terço do século XIX até a década de 1910. Sua análise procurou colocar em evidência os nexos entre os acontecimentos educacionais em Mato Grosso com os de outras regiões mais avançadas do Brasil, revelando também as tendências em âmbito mundial.

Referente a esse período, ressaltamos ainda os esforços dos pesquisadores vinculados ao GEM que têm possibilitado a catalogação das fontes documentais por instituições e, conseqüentemente, por ordem cronológica. Para democratizar o acesso ao conjunto documental criou-se um banco de dados do grupo para socialização *online* da produção de catálogos e compilação de documentos, ferramenta que busca oferecer aos pesquisadores consultar aspectos específicos de seu interesse. Os resultados das pesquisas desenvolvidas têm se materializado na publicação de teses de doutorado e dissertações de mestrado que, com suas análises, têm contribuído para uma maior reflexão do processo histórico educacional mato-grossense.

Das dissertações produzidas pelo GEM, com enfoque para a temática da instrução primária no período da Primeira República, destacamos ainda: *Cartilha do Dever: a instrução pública primária em Mato Grosso nas Primeiras décadas republicanas (1891-1910)*, de autoria Elizabeth Pippi da Rosa (2002); *A educação física higienista em Mato Grosso - Fase de Implantação: 1910 a 1920*, de Edmar Joaquim dos Santos (1999); *Palácios da instrução: institucionalização dos grupos escolares em Mato grosso (1910-1927)*, Rosinete Maria dos Reis (2003); *Escola Normal de Cuiabá: História da formação de professores em Mato Grosso (1910-1916)*, de Elizabeth Figueiredo de Sá Poubel e Silva (2006a). Arrolamos também aqui uma das produções em formato de livro, organizadas por professores vinculados ao PPGE e ao GEM, com destaque para *Revisitando a história da escola primária – Os grupos escolares em Mato Grosso na Primeira República*, organizado pelos professores Nicanor Palhares Sá e Elizabeth Figueiredo de Sá (2011).

A imprensa periódica constitui, sem dúvida, um dos mais poderosos veículos de informação nos últimos cem anos e que está se tornando cada vez mais objeto e fonte de pesquisa para a História da Educação, sendo (re)visitada por pesquisadores, pelo fato de, na maioria das vezes, estar diante de avaliações muito próximas aos acontecimentos, permitindo o contato com discursos relativos às experiências humanas situados tanto no âmbito macro do sistema como na esfera micro.

O jornal possui especificidades e peculiaridades muito importantes para a pesquisa histórica, com destaque para a periodicidade, o que atribui ao jornal a característica de constituir-se como verdadeiro arquivo do cotidiano, o que possibilita acompanhar a memória do dia-a-dia e estabelecer a cronologia dos fatos históricos.

Também é por meio da imprensa que se divulgam e se consolidam as principais representações sociais. A imprensa periódica (jornais e revistas) pode contribuir para estudos reflexivos sobre a trajetória da educação, pois, através dela, são estampados os problemas educacionais, reveladas as múltiplas faces dos processos educativos e por ela pode-se “*compreender as dimensões sociais da educação, ultrapassando uma mera descrição das ideias, das reformas, dos programas e das práticas educativas*” (NÓVOA, 1997). São os pequenos detalhes, ocorridos no interior do espaço educacional e registrados nos jornais, que permitem compreender como as relações foram sendo constituídas.

Pesquisar a imprensa permitirá descortinar características singulares do campo educacional, mostrando as relações estabelecidas numa determinada época, tanto no âmbito nacional, como ainda no regional e local. Desse modo, possibilita recuperar aspectos pouco considerados pela História da Educação Brasileira, pois, através de iniciativas desse teor, busca-se preencher lacunas deixadas pelas pesquisas macroestruturais e, ainda, trazendo para o cenário histórico agentes sociais antes desconhecidos, enfim, valorizando seus saberes e vivências.

A crescente publicação acerca da temática educação e imprensa tem nos motivado e subsidiado na incursão por essa vereda. Dos trabalhos publicados, ancoramos nas produções de Denice Bárbara Catani (1989; 1992), Luciano Mendes de Faria Filho (1999), Maria Helena Câmara Bastos (2005) Catani e Bastos (1997); António Nóvoa (1993; 1997), Wenceslau Gonçalves Neto (1997), Tania Regina de Luca (2005), dentre outros.

Ao traçar um panorama da trajetória de pesquisas realizadas com jornais, Tania Regina de Luca destaca alguns trabalhos pioneiros desenvolvidos a partir dos anos 70 do século XX, como o de Arnaldo Contier (1973), Helena Capelato e Maria Ligia Prado (1974). Na produção de Capelato e Prado, as autoras ressaltam que naquele momento as pesquisas históricas ainda não davam muita importância para o jornal como objeto de estudo, ensaiando pesquisa nessa direção. As autoras instituíram, então, o jornal *O Estado de São Paulo* como objeto de estudo, por entenderem que a imprensa atuava como “instrumento de manipulação de interesse e de intervenção na vida social” e

negavam as perspectivas que tomavam o jornal como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social” na qual se inseriam (CAPELATO; PRADO, 1974 *apud* LUCA, 2006, p. 118).

A partir do final dos anos de 1980, os estudos com essa fonte vêm se ampliando, sob a influência francesa da Escola dos *Annales*, que transformou o campo empírico, alargando os objetos de estudo.

Em Mato Grosso, algumas pesquisas se constituem em importante referência para a compreensão da imprensa periódica no estado, das quais, *Breve memória sobre a imprensa em Mato Grosso*, de Estevão de Mendonça (1975); *Rodapé das miscelâneas. O folhetim nos jornais de Mato Grosso - séculos XIX e XX*, de Yasmin Jamil Nadaf (2002), entre outros.

Também tem se tornado crescente as produções em história da educação que adotaram os jornais como fonte de estudo, tanto em âmbito nacional como local, com destaque para a obra organizada por Schelbauer e Araújo (2007), uma vez que, tomando os impressos periódicos como fonte e objeto de estudo, destacaram a recorrência de estudos dedicados à imprensa periódica não especializada, com enfoque para a temática educacional. Os autores chamam atenção para o fato de os jornais propiciarem a realização de investigações que se dedicam à história regional e local, o que certamente contribui para a ampliação das perspectivas de análise na área da história da educação.

Do levantamento bibliográfico realizado acerca da produção Mato-grossense na área da educação, que adotaram o jornal como fonte, destacamos as seguintes produções: *O ensino laico entre a cruz e a espada: a polêmica sobre o ensino laico veiculado no periódico A Cruz, em Mato Grosso (1910 a 1924)*, de Marize Bueno Souza Soares (2002); *Mulher, política, educação e trabalho: a ótica da imprensa cuiabana (1890-1930)*, de Sylvia Victorino Alves Corrêa (1991); *O Jornal A Cruz. uma abordagem da educação no início do século XX (1910-1920)*, de Lilian Auxiliadora Maciel Cardoso (1995); *Nas páginas da imprensa: instrução/educação nos jornais em Mato Grosso: 1880-1910*, tese defendida por Adriana Aparecida Pinto (2013).

Ao adotar como objeto de estudo a instrução/educação em Mato Grosso por meio das notas na imprensa periódica, a produção da tese de Adriana A. Pinto (2013) buscou compreender como se configurou a temática frente ao ideário de desenvolvimento e progresso, alicerçado no discurso da modernidade. Para tanto, a autora selecionou 20 títulos de jornais que circularam em Mato Grosso entre os anos de 1890 a 1910, nas localidades de São Luiz de Cáceres, Corumbá e Cuiabá. A função

pedagógica da imprensa foi defendida durante toda a pesquisa, pois, conforme a autora, esta função poderia “ser identificada no interior do próprio discurso, na pretensa preocupação em instruir e educar a população” (2013, p. 90). Confrontou os discursos publicados nas Mensagens Presidenciais com os discursos publicados na imprensa periódica, no intuito de compreender em que medida o expressado à Assembleia Legislativa, via Mensagens Presidenciais, que tinha “funções próprias e se constituía como espaço de organização política e legal do estado, era objeto de notícias na imprensa” (PINTO, 2013, p. 62).

Sendo assim, a presente pesquisa, diferentemente da apresentada por Pinto, restringe a análise nos jornais editados e em circulação em Cuiabá, avançando no período cronológico pautado nas décadas de 1910 a 1930. A redução de escala também foi realizada na temática educacional, ao se focar a infância e sua escolarização representadas pelos jornais cuiabanos.

Após adotar o jornal como fonte principal (mas não a única) e em face da legislação vigente à época, o trabalho foi norteado pela seguinte problemática: quais as representações de escolarização infantil (ensino primário) foram materializadas e veiculadas pelos jornais da capital mato-grossense, nas décadas iniciais do século XX?

Nesse sentido, defendemos a tese de que o jornal, enquanto produto de uma elite intelectual, procurava moldar ou impor representações sobre a infância, a escola primária, os professores, o ensino, mas também sobre o processo de modernização educacional implantado na época, atuando como educador do social. É considerado como documento/monumento, na acepção de Le Goff (2003, p. 535-536), para quem o documento “não é qualquer coisa que fica do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que detinham o poder”. Assim, a presente pesquisa teve como objetivo examinar como a instrução primária foi retratada pela imprensa cuiabana, procurando perceber de que forma os jornais, de diferentes matrizes político-ideológicas, debateram temáticas referentes à instrução primária, contribuindo para a ampliação do conhecimento sobre a história da educação mato-grossense.

Para tecer a escrita, elegi a infância e sua escolarização representadas nos jornais cuiabanos como fio condutor. Ressalto, no entanto, que a investigação não privilegiou a história da imprensa, mas buscou contribuir para a escrita de uma história do ensino primário de Mato Grosso.

A escolarização é entendida enquanto um processo possível porque constituído pelos diferentes sujeitos escolares: diretores, inspetores, professores, alunos. Sendo

assim, entende-se, como Vincent, Lahire e Thim (2001, p. 36), que os grupos não existem independentemente das formas de relações sociais, no âmbito das quais eles se constituem, uma vez que “a forma escolar das relações sociais não se detêm às portas da instituição escolar e, inversamente, a instituição escolar pode ser atravessada por formas de relações sociais diferentes”.

Tais autores refletiram sobre o modo como a socialização escolar se impôs a outros modos de socialização, assinalando que “como espaço onde se estabelecem formas específicas de relações sociais, ao mesmo tempo que transmite saberes e conhecimentos, a escola está fundamentalmente ligada a formas de exercício do poder” (VINCENT; LAHIRE; THIM, 2001, p. 17).

Nesse sentido, a pesquisa com os jornais cuiabanos se fez através dos “rastros recuperados por intermédio de uma poeira de acontecimentos minúsculos” (REVEL, 1998, p. 31), seguindo a abordagem microhistórica que propõe “enriquecer a análise do social tornando suas variáveis mais numerosas, mais complexas e também mais móveis” (REVEL, 1998, p. 23).

Como bem define Revel, o papel do historiador consiste em trabalhar com aquilo que efetivamente aconteceu, por intermédio das fontes, percebendo as alternativas e incertezas pelas quais os atores sociais do passado se defrontaram. Enquanto os microhistoriadores têm clareza de que cada ator histórico participa de maneira próxima, ou distante, de processos (contextos), de dimensões e níveis variáveis, oscilando do mais local ao mais global, pois,

[...] o que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global. Particular e original, pois o que o ponto de vista micro histórico oferece à observação não é uma versão atenuada, ou parcial, ou mutilada, de realidades macrossociais [...] é uma versão diferente. (REVEL, 1998, p. 28).

Chartier (2009, p. 54) também tratou da redução de escala de análise, afirmando que a “referência a uma ou outra depende do que o historiador deseja ver”, e, apoiado em Ricoeur, assevera que em cada escala podemos ver coisas que não são vistas em outra, enfim, uma história global pela qual se pode reconhecer nas “situações mais locais as interdependências que as ligam ao longe, sem que necessariamente os atores tenham clara percepção disso” (CHARTIER, 2009, p. 57). O autor apresenta a ideia de “glocal”, que se refere “aos processos pelos quais são apropriados as

referências partilhadas, os modelos impostos, os textos e os bens que circulam mundialmente, para fazer sentido em um tempo e em um lugar concreto” (CHARTIER, 2009, p. 57).

Tendo como parâmetro o “jogo de escala” apresentado em Revel (1998), quando se estabelece uma articulação entre o local com o global, discute-se aqui as relações entre ensino primário/escolarização da infância e imprensa, na perspectiva de que “variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama” (CHARTIER, 2009, p. 20).

Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória, com abordagem teórica com base na História Cultural, que oferece uma possibilidade investigativa das diversas maneiras pelas quais os indivíduos percebem e constroem representações acerca dos impressos escritos. Esse conceito está respaldado nas proposições de Chartier (1990), subsídio teórico fundamental na análise do *corpus* documental.

Como estamos em um mundo eminentemente social, corroboramos com Roger Chartier (1990), que pertence à “Nova História Cultural”, que, “na contramão de Marx e dos Annales, tende a inverter os pressupostos estruturais e explicativos de tais correntes: a realidade social é constituída culturalmente e as representações do mundo social é que são constitutivas da realidade social” (CHARTIER, 1990 *apud* CARDOSO, 2000, p. 11). Ainda consoante Cardoso (2000) para dar conta desse embasamento, Chartier se posiciona como crítico de Geertz e como discípulo confesso de Bourdieu, aproximando-se bastante das concepções de Ginzburg, mas buscando apoio em Michel de Certeau e Norbert Elias, para quem, assim como Weber, acreditavam que “a unidade básica do social são os indivíduos”.

A infância colocada em evidência nessa reflexão, com foco para a escolarização pensada para elas, são compreendidas como etapas que se apresentam de maneiras distintas e com representações diferentes ao longo da história.

A análise se direciona no sentido de perceber como as representações de infância eram materializadas pela imprensa cuiabana, com ênfase nos aspectos de sua escolarização, tendo como recorte os dois regulamentos implementados em Mato Grosso durante as décadas estudadas. Tal legislação imprimiu mudanças na estrutura administrativa e pedagógica das escolas primárias, operando alterações nos processos de como ensinar para como educar.

A relevância de se investigar aspectos da escolarização da infância na imprensa periódica não especializada (jornais comuns de circulação diária) justifica-se pelo fato

de ela apresentar, no período estudado, recorrências frequentes à temática e por estampar dados próximos aos fatos ocorridos, em tempo real. Como bem assinala Nóvoa (2002, p. 131), são características próprias da imprensa “(a proximidade em relação ao acontecimento, o caráter fugaz e polêmico, a vontade de intervir na realidade) que lhe conferem este estatuto único e insubstituível como fonte para o estudo histórico, sociológico da educação e da pedagogia”.

Vieira (2007) aponta para a necessidade de se entender o jornal enquanto “enunciado, isto é, como intervenção que visa demarcar e fixar formas de pensar que se expressam como valores, juízos, modos de classificação, enfim, justificativas para a ação social”.

Percurso metodológico

No estado de Mato Grosso, o jornal tem sido recorrentemente usado nas diferentes áreas de conhecimento, tanto como fonte quanto objeto de pesquisa. A história da educação também está inclusa nesse rol, visto o alargamento das fontes e do objeto documental, sendo possível observar aspectos vistos por outra ótica até então inobserváveis. A adoção da imprensa jornalística periódica justifica-se pelo fato dela se constituir em meio de comunicação e de informação mais poderoso nos últimos anos, mas também pelo fato de ser adotado cada vez mais como objeto e fonte de pesquisas na área da História da Educação, sendo (re)visitado recorrentemente por pesquisadores, pelo fato de possibilitar “por meio de diversos olhares, a constituição do retrato de um tempo” (SCHELBAUER, 2007, p. 7).

O jornal, aqui compreendido como um objeto cultural é, a nosso ver, um suporte textual que envolve vários atores para sua produção (CHARTIER, 1990). Enquanto bem cultural, vale ressaltar, são sempre produzidos segundo ordens, regras, convenções, hierarquias específicas e que seu ato de criação inscreve-se numa relação de dependência em face de regras, poderes e códigos de inteligibilidade. Mas, afinal, é possível conhecer quem são os atores e os autores dos textos que o suporte impresso carrega?

Para ajudar esta reflexão, recorreremos a Roger Chartier (2002, p. 126-127), ao distinguir o texto do impresso, ou seja, entre o “trabalho de escrita e a fabricação de um livro” ou de um impresso:

Contra a representação elaborada pela própria literatura, do texto ideal, abstrato, estável porque desligado de qualquer materialidade, é necessário recordar vigorosamente que não existe texto fora do suporte que o dá a ler, que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega ao seu leitor.

Os fundamentos teórico-metodológicos ancoram-se também na História da Educação, em que são relevantes a localização, o levantamento, a reunião, seleção e análise de fontes pertinentes ao objeto de pesquisa e ao contexto em que ele se situa. Nesse sentido, o percurso de levantamento da coleta do corpus documental foi realizado em diferentes acervos: Arquivo Público de Mato Grosso (APMT); Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da UFMT (NDIHR), Arquivo da Casa Barão de Melgaço (ACBM), Biblioteca Nacional (BN) e Acervo do Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória (GEM). Em seguida, realizamos a leitura de todos os títulos de jornais que circularam no período eleito. Após a localização, leitura e catalogação dos periódicos, a etapa seguinte concentrou-se na seleção do conteúdo e análise.

No levantamento das fontes jornais impressos realizados nos acervos da capital (APMT; ACBM e NDHIR) foi utilizado como recurso estratégico a leitura de página por página de cada periódico, sendo efetuada nas máquinas leitoras de microfilmes ou no próprio papel impresso. Ressalto que o contato com o material impresso exige alguns cuidados por parte do pesquisador, tanto no que se refere à higiene quanto ao manuseio das peças documentais, que, uma vez não digitalizados, obrigam o pesquisador e manuseá-las, favorecendo sua deterioração. Nesse sentido, Bacellar (2010, p. 54) esclarece:

O trabalho com documentos de arquivo exige *precauções*. Acumulados há décadas ou séculos, juntaram poeira, fungos e esporos que facilmente podem provocar alergias e, mais excepcionalmente, infecções. Todo cuidado, portanto, é pouco. O uso de luvas, máscaras e aventais, exigidos em alguns poucos arquivos, deveria ser naturalmente obrigatório, como prevenção da saúde do consulente e como forma de favorecer a preservação do papel. Sabe-se, hoje, que o simples suor de uma mão pode ser bastante prejudicial às fibras do papel, e convém evitá-lo.

Alguns jornais mato-grossenses foram digitalizados e, ao longo desta pesquisa, disponibilizados no acervo *on line* da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, que possui um recurso interessante de busca, elemento facilitador do trabalho árduo de

manuseio das fontes. Refere-se ao instrumento de busca por palavras, criado para facilitar o processo investigativo da informação. No entanto, percebemos em algumas páginas que tal ferramenta não identifica a presença da palavra selecionada. Isso ocorre porque o documento digitalizado não apresenta uma imagem muito nítida, em função do estado de conservação do impresso no momento da digitalização, fator que prejudica a identificação da palavra pelo sistema.

Apesar de ter identificado essa dificuldade e ter sido feita a leitura manual de cada página, ressalto que os recursos empregados têm suas limitações e que alguns dados relevantes podem ter passados despercebidos, ou não, na etapa de localização dos mesmos, questão que deve ser levada em consideração nas reflexões.

Para atender aos objetivos da presente tese, fez-se necessário descrever os artigos publicados nos jornais que versaram sobre instrução primária, suas análises, propostas, o ponto de vista que defendiam ou criticavam quanto à forma de governo, ao modelo de Instrução Pública, de Estado e de sociedade, mas também quanto aos princípios da doutrina republicana (positivista/ liberal) e o papel da Educação.

As informações extraídas dos artigos publicados nas edições do período delimitado se configuraram como um mosaico, com críticas e propostas dos intelectuais, expressas por meio da imprensa. Do material, foram selecionados os dados e todas as informações referentes à Instrução Pública.

Ao nosso entender, recolher e trabalhar de forma sistemática os artigos de diferentes jornais contribuiu para melhor compreender as fases evolutivas da Educação ou aspectos particulares de sua trajetória, como poderá sugerir pistas para novos trabalhos e reflexões.

Os artigos publicados nos jornais, no período delimitado, constituem artigos cujos autores trataram de questões, assuntos e temas que, naquela sociedade, mereciam atenção.

A leitura dos impressos possibilitou identificar a veiculação de vários discursos acerca da educação, ora tecendo críticas, ora enaltecendo a atuação do Estado. Diante do exposto, intenta-se compreender, aqui, como tais discursos foram veiculados pelos jornais, o que almejavam, quem eram os intelectuais que refletiam sobre assuntos educacionais, dentre outras possibilidades de leitura.

Partimos da premissa de que, devido à ausência de um jornalismo especializado, os autores dos artigos sobre Educação eram, sobretudo, professores primários e secundários, e outros intelectuais conhecidos publicamente como a favor ou

contra os ideais republicanos. A produção da maioria dos jornais mato-grossenses, no período, girou em torno da aglutinação de partidos políticos e associações, que contribuíram decisivamente para a criação e término da maioria dos impressos jornalísticos, sendo estes detentores de um papel estratégico na defesa dos ideais político-partidários e religiosos de determinados grupos.

Dos que circularam em todo o estado de Mato Grosso, nas décadas iniciais do século XX, e preservados para que chegassem até nós, leitores contemporâneos, localizamos para a pesquisa um total de cinquenta e oito (58) títulos preservados nos diferentes acervos (quadro 01), mas em seus “rastros” foram identificados que a produção no período chegou a mais de cem títulos. Ou seja, o percentual localizado não representou todos os títulos publicados e em circulação no período, uma vez que muitos se perderam, foram danificados e/ou indevidamente preservados.

Quadro 01 – Quantidade de jornais localizados no período de 1910 a 1930 e publicados no estado de Mato Grosso

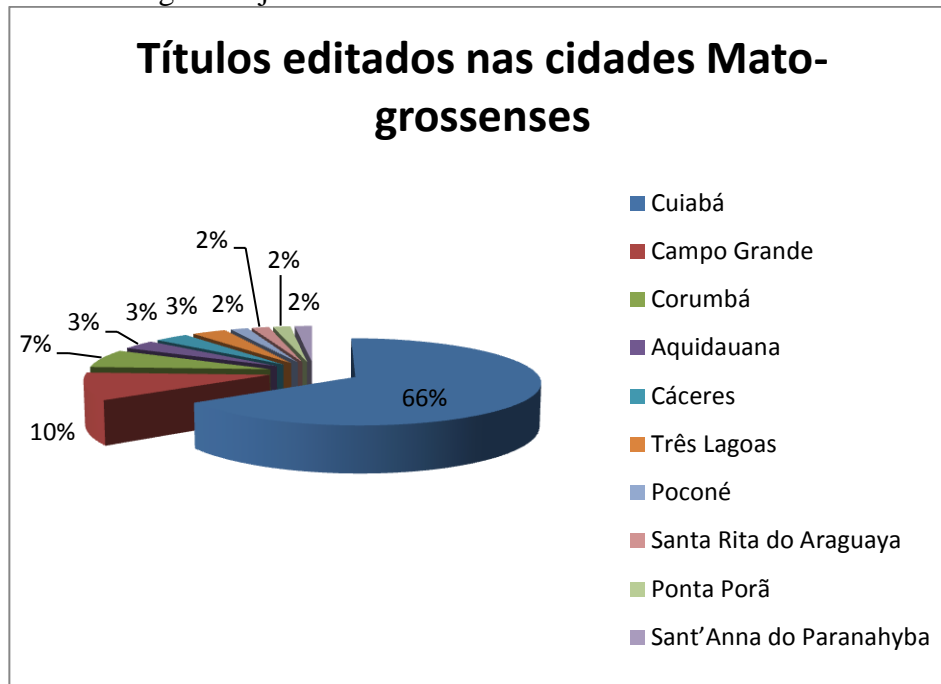
| Qtde. | Jornal | Local de publicação | Período utilizado |
|--------------|--------------------------|----------------------------|--------------------------|
| 1 | <i>Correio Do Estado</i> | Corumbá | 1910-1911 |
| 2 | <i>A Colligação</i> | Cuiabá | 1910-1911 |
| 3 | <i>A Cruz</i> | Cuiabá | 1910-1939 |
| 4 | <i>O Commercio</i> | Cuiabá | 1910-1911 |
| 5 | <i>O Neophito</i> | Cuiabá | 1910-1911 |
| 6 | <i>O Pharol</i> | Cuiabá | 1910/1925-1926 |
| 7 | <i>O Matto-Grosso</i> | Cuiabá | 1911-1937 |
| 8 | <i>O Debate</i> | Cuiabá | 1911-1914 |
| 9 | <i>A Imprensa</i> | Cuiabá | 1911-1912 |
| 10 | <i>Argos</i> | Cáceres | 1912-1914 |
| 11 | <i>A Notícia</i> | Cuiabá | 1912-1913 |
| 12 | <i>A Reacção</i> | Cuiabá | 1912-1914 |
| 13 | <i>Tribuna</i> | Corumbá | 1912-1930 |
| 14 | <i>Jornal De Poconé</i> | Poconé | 1912-1915 |
| 15 | <i>O Imparcial</i> | Cuiabá | 1913-1914 |
| 16 | <i>A Opinião</i> | Cuiabá | 1914 |
| 17 | <i>O Echo Do Povo</i> | Cuiabá | 1914 |
| 18 | <i>O Reverbero</i> | Cuiabá | 1914 |
| 19 | <i>Opinião Publica</i> | Corumbá | 1914 |
| 20 | <i>O Echo</i> | Cuiabá | 1914-1915 |
| 21 | <i>O Gladiador</i> | Cuiabá | 1914-1915 |
| 22 | <i>O Estado</i> | Cuiabá | 1915-1916 |
| 23 | <i>Diario Da Tarde</i> | Cuiabá | 1915 |
| 24 | <i>Diario De Corumbá</i> | Cuiabá | 1916 |
| 25 | <i>A Juventude</i> | Cuiabá | 1916-1917 |

| | | | |
|----|-----------------------------|-------------------------|--------------------------|
| 26 | <i>Republicano</i> | Cuiabá | 1916-1918/1920/1925-1926 |
| 27 | <i>A Cidade</i> | Corumbá | 1918-1930 |
| 28 | <i>Cuiabá-Jornal</i> | Cuiabá | 1918 |
| 29 | <i>Correio Do Estado</i> | Cuiabá | 1920-1926 |
| 30 | <i>Correio Do Sul</i> | Campo Grande | 1920-1929 |
| 31 | <i>A Razão</i> | Cáceres | 1921-1926 |
| 32 | <i>O Pequeno Mensageiro</i> | Cuiabá | 1922/1926-1930/1932 |
| 33 | <i>O Jornal</i> | Cuiabá | 1922-1929 |
| 34 | <i>O Progresso</i> | Ponta Porã | 1923-1927 |
| 35 | <i>Tribuna Do Povo</i> | Aquidauana | 1923-1925 |
| 36 | <i>A Luz</i> | Cuiabá | 1924 |
| 37 | <i>O Fifó</i> | Cuiabá | 1924 |
| 38 | <i>A Capital</i> | Cuiabá | 1924-1926 |
| 39 | <i>A Notícia</i> | Três Lagoas | 1924-1928 |
| 40 | <i>Gazeta Do Commercio</i> | Três Lagoas | 1925-1927 |
| 41 | <i>Tribuna Do Povo</i> | Campo Grande | 1925-1929 |
| 42 | <i>O Rábula</i> | Cuiabá | 1926 |
| 3 | <i>O Ferrão</i> | Cuiabá | 1926-1932 |
| 44 | <i>A Semana</i> | Cuiabá | 1926-1928 |
| 45 | <i>A Chrysallida</i> | Cuiabá | 1926-1928 |
| 46 | <i>A Pena Evangélica</i> | Cuiabá | 1926-1930 |
| 47 | <i>Jornal Do Commercio</i> | Campo Grande | 1926-1930 |
| 48 | <i>Gazeta Do Sul</i> | Aquidauana | 1926-1929 |
| 49 | <i>O Araguaya</i> | Santa Rita do Araguaya | 1927 |
| 50 | <i>A Plebe</i> | Cuiabá | 1927-1930 |
| 51 | <i>O Garganta</i> | Cuiabá | 1927-1928 |
| 52 | <i>O Democrata</i> | Cuiabá | 1927-1930 |
| 53 | <i>A Reacção</i> | Cuiabá | 1928-1929 |
| 54 | <i>O Jornal</i> | Cuiabá | 1929 |
| 55 | <i>A Nota</i> | Campo Grande | 1929 |
| 56 | <i>A Campanha</i> | Campo Grande | 1929-1931 |
| 57 | <i>Diario Do Sul</i> | Campo Grande | 1929-1930 |
| 58 | <i>A Ordem</i> | Sant'Anna do Paranyhyba | 1930 |

Fonte: APMT; NDIHR-UFMT; ACBM; BN.

Elaborado pela autora.

Como é possível visualizar do universo localizado, 38 títulos são cuiabanos, o que representa um percentual de quase 70% das edições produzidas na capital do Estado (vide gráfico 01). Os demais títulos estão distribuídos pelas cidades de Campo Grande (6), Corumbá (4), Aquidauana, Cáceres e Três Lagoas (2 cada), Poconé, Santa Rita do Araguaya, Ponta Porã e Sant'Anna do Paranyhyba (1 cada).

Figura 01: Percentagem de jornais editados em Mato Grosso nas décadas de 1910-1930

Fonte: Elaborado pela autora.

Após a seleção dos jornais que estamparam artigos concernentes à educação, posteriormente, selecionamos aqueles que foram editados em Cuiabá e que apresentaram alguma matéria relativa à instrução primária, reduzindo a escala para a escolarização da infância. Para fins de análise, o corpus documental foi separado por temáticas relacionadas à infância e sua escolarização.

Dos jornais editados em Cuiabá, durante as décadas de 1910 a 1930 e selecionados (quatro jornais cuiabanos), encontram-se publicações com periodicidade diária, com circulação semanal, trissemanal, quinzenalmente e mensalmente. Desse rol, onze (11) intitulavam-se independentes e/ou livres; seis (6) como órgãos pertencentes a partidos políticos; três (3) de cunho religioso (sendo dois católicos e um protestante); três (3) pertenciam a particulares; um (1) estudantil, um (1) da Liga Mato-grossense de livres Pensadores e um (1) Político, Religioso, Crítico e Noticioso.

Quadro 02 – Jornais cuiabanos selecionados no período de 1910 a 1930 - periodicidade, título, local de publicação e propriedade.

| Período de estudo | Título do Jornal | Local de publicação/ Periodicidade | Propriedade |
|--------------------------|-----------------------------|---|--|
| 1910-1911 | <i>A Colligação</i> | Cuiabá/ semanal | Órgão Partido Republicano e Conservador de Mato-Grosso |
| 1910-1930 | <i>A Cruz</i> | Cuiabá/ bisemanal (1910-1911); quinzenal (1912); semanal (1912) | Órgão da “Liga Social Católica Brasileira” de Mato-Grosso (1910) |
| 1910-1911 | <i>O Commercio</i> | Cuiabá/ diária | Particular (Amarílio Alves de Almeida) |
| 1910-1926 | <i>O Pharol</i> | Cuiabá/ semanal | Particular (literário) |
| 1911-1913 | <i>A Imprensa</i> | Cuiabá/ semanal | Particular (literário) |
| 1911-1930 | <i>O Matto-Grosso</i> | Cuiabá/ semanal | Órgão Democrata... (1913), Órgão do PRM (1917), Órgão Democrata... (1920) e Órgão Dedicado aos Interesses do Povo (1937) |
| 1911-1914 | <i>O Debate</i> | Cuiabá/ diária | Orgam do Partido Republicano Conservador |
| 1912-1913 | <i>A Notícia</i> | Cuiabá/ bi-mensal | Órgão republicano independente |
| 1912-1914 | <i>A Reacção</i> | Cuiabá/ semanal | Órgão da Liga Mato-grossense de Livre Pensadores |
| 1913-1914 | <i>O Imparcial</i> | Cuiabá/ semanal | Independente |
| 1914 | <i>O Echo Do Povo</i> | Cuiabá/ semanal | Órgão Político, Religioso, Crítico e Noticioso |
| 1914-1915 | <i>O Echo</i> | Cuiabá/ semanal | Semanário Republicano, Independente, Commercial e Noticioso |
| 1914-1915 | <i>O Gladiador</i> | Cuiabá/semanal | Órgão Político, Humorístico e Independente |
| 1915 | <i>Diario Da Tarde</i> | Cuiabá/diária | Órgão Independente e Noticioso, Órgão Político e Noticioso |
| 1915-1916 | <i>O Estado</i> | Cuiabá/ semanal | Independente |
| 1916-1917 | <i>A Juventude</i> | Cuiabá/ semanal | Órgão Independente (1917). |
| 1916-1926 | <i>Republicano</i> | Cuiabá/semanal | Órgão do Partido Republicano Conservador |
| 1920-1926 | <i>Correio Do Estado</i> | Cuiabá/ bi-semanal | Órgão do Partido Republicano Mato-Grossense |
| 1922-1932 | <i>O Pequeno Mensageiro</i> | Cuiabá/ mensal | Órgão das Obras de D. Bosco |
| 1924-1926 | <i>A Capital</i> | Cuiabá/semanal | Órgão Livre |
| 1926-1928 | <i>A Semana</i> | Cuiabá/ semanal | Independente |
| 1926-1928 | <i>A Chrysallida</i> | Cuiabá/quinzenal | Jornal Estudantil Independente |
| 1926-1930 | <i>A Penna Evangélica</i> | Cuiabá/quinzenal | Comunidade protestante |
| 1926-1932 | <i>O Ferrão</i> | Cuiabá/ semanal | Independente |
| 1927-1930 | <i>O Democrata</i> | Cuiabá/ diária | Órgão do Partido Democrata Matogrossense (1927) |
| 1928-1929 | <i>A Reacção</i> | Cuiabá/semanal | Órgão Independente |
| 1929 | <i>O Jornal</i> | Cuiabá/ semanal | Independente |

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados recolhidos no APMT, NDIHR/UFMT, ACBM e BN.

A partir desses exemplares foram produzidas tabelas separando os impressos pelas três décadas iniciais do século XX. Tal organização foi pensada no intuito de se compreender a trajetória histórica de cada periódico, desde a sua fundação, percorrendo

a circulação, os conteúdos, com ênfase nas temáticas de escolarização da infância. Posteriormente, na fase de análise e no intuito de enriquecer a *análise do social* (REVEL, 1998), novas variações foram definidas, adotando como critério os jornais que apresentaram enfoque para as categorias: ensino, saúde e civismo.

Durante o período foram produzidas e materializadas, na imprensa mato-grossense, *representações concorrentes* (CHARTIER, 1991) sobre a educação e a instrução, acirrando os embates entre alguns segmentos da sociedade e produzindo *lutas de representação*, com vistas à competição, poder e dominação (CHARTIER, 1990, p. 17).

Esse conjunto de jornais está carregado de discursos germinados no frescor das discussões e, ao serem impressos nos prelos, possibilitou que os acontecimentos produzidos na sociedade da época ficassem registrados para a posteridade. Nesta tessitura, as fontes jornais foram articuladas com outras, somada a um conjunto variado como: Lesgilação (Regulamentos, Decretos, Regimentos da Instrução Pública, Programs de Ensino e de Escola), Mensagens Presidenciais e Relatórios (da Diretoria Geral da Instrução Pública, dos Intendentes Municipais, de Inspectores escolares, de Diretores da Escola Normal e Modelo Anexa) e Memorialistas.

A partir desse conjunto variado de fontes busco realizar quatro movimentos de análise na tessitura do texto, por meio das divisões do texto em partes articuladas e dependentes. No primeiro capítulo, compreender como era a cidade de Cuiabá no período de 1910 a 1930, como estava organizada administrativamente, em que condições viviam seus habitantes, quais lugares eram frequentados pela sociedade da época e como era representado o cotidiano da população que vivia na capital de Mato Grosso. Para tanto, recorri aos escritos dos memorialistas e da imprensa, os quais possibilitam conhecer a cidade por diferentes ângulos. No intuito de compreender a situação administrativa em seus vários aspectos, os relatórios dos Intendentes se apresentaram como uma rica fonte documental, complementando assim o arcabouço do *corpus*.

No tocante à instrução primária, buscou-se saber quantas escolas havia, como era seu funcionamento e as modalidades existentes. Em Cuiabá foram instalados, no início do período citado, os dois primeiros grupos escolares do estado, modalidade escolar que afetou a forma de se conceber a escola, o professor e o aluno, provocando várias mudanças na estrutura escolar, tanto pedagógica quanto administrativamente, além de ter provocado mudanças na cidade e nos hábitos dos habitantes, gerando

debates na imprensa e provocando *lutas de representações* no interior dos vários segmentos.

No segundo capítulo, busco construir a escrita permeando os aspectos sociais, de forma vinculada aos fatores econômicos, políticos e pedagógicos. Para tanto, a escala analisada terá como ênfase os jornais impressos editados em Cuiabá (conferir apêndice 1), analisando seu formato, periodicidade e diretores/colaboradores.

Ao seguir o fio da pesquisa, procuro delinear as representações de um tempo passado, registradas num objeto cultural construído por textos suscitados por debates provocados na sociedade cuiabana, envolvendo os vários setores. Essas *representações concorrentes*, presentes na sociedade cuiabana, ganharam vida nas prensas tipográficas, adquirindo materialidade nos impressos jornalísticos.

No terceiro capítulo procuro analisar pela ótica dos jornais impressos, o que a imprensa cuiabana noticiou acerca das crianças que viveram em Cuiabá e também sua avaliação sobre a infância. Procurei saber quais eram os lugares e os espaços de sociabilidade frequentados pelas crianças durante o período privilegiado, bem como localizar as representações de escolarização da infância que foram materializadas pela imprensa cuiabana. A partir da leitura dos jornais selecionados para a análise, foi elaborado um quadro para conhecer quais eram os impressos que apresentaram notas referentes às crianças, qual sua recorrência e quais foram as concepções de criança e de infância.

Para analisar a escolarização da infância pela ótica dos jornais cuiabanos, foram selecionados artigos que apresentavam concepções concernentes aos atores envolvidos no processo educativo, tais como professores (mestres), alunos, diretores, inspetores e ao *lócus* privilegiado para a concretização desta ação – a escola.

Pela aproximação da lente nos materiais impressos, foram localizados aqueles que eram produzidos pelos adultos e indicados para a leitura das crianças, bem como a produção de um jornal feito pelas crianças, tornando possível tecer a escrita sobre as representações dos alunos acerca de sua escolarização.

No quarto capítulo os esforços concentram-se em analisar as representações concorrentes de escolarização da infância veiculadas na imprensa cuiabana. Ganharam visibilidade os embates provocados pelos representantes do catolicismo e dos republicanos acerca do ensino laico implantado nas escolas públicas brasileiras durante o regime federativo. Em Cuiabá, assim como em todo o estado, o catolicismo também era a religião predominante e os seus adeptos não aceitavam a inserção do laicismo nas

escolas. Nesse sentido, ao se posicionarem veementemente contrários ao cumprimento dos preceitos legislativos, que determinavam a exclusão do ensino religioso de cunho cristão das escolas públicas em detrimento do ensino leigo, protagonizaram embates estampados nas páginas dos jornais cuiabanos, provocando uma acirrada *luta de representações*. Busco, então, analisar os princípios defendidos pelos republicanos, pelos católicos e pelos protestantes acerca da concepção de escolarização da infância materializada nos jornais cuiabanos, criados como importante instrumento de visibilização e de disseminação dos ideais destes segmentos.

Neste capítulo, tratarei ainda sobre os preceitos higienistas que tiveram forte influência nas concepções dos projetos e propostas de educação da época, e quais as ações concretizadas para se alcançar o tão almejado progresso. A escola primária é concebida enquanto lugar, por excelência, de aplicação desses preceitos e, assim, contribuir para a formação das crianças, os futuros cidadãos da Pátria. De acordo com os princípios republicanos, a formação moral e cívica dos brasileiros era imprescindível, competindo à escola primária atuar na transformação dos sujeitos. Nesse sentido, o ensino cívico permeou as discussões de políticos e educadores que externavam suas preocupações, publicadas via discursos oficiais ou materializadas nos impressos jornalísticos. Na leitura dos jornais cuiabanos essa temática também adquiriu repercussão. Selecionei, então, os artigos pertinentes que descreveram, com detalhes, as atividades desenvolvidas em algumas instituições de ensino primário de Mato Grosso, momento em que os aspectos cívico-patrióticos se fizeram presentes na educação/instrução, via realização das festividades.

CAPÍTULO I - CUIABÁ *CIDADE VERDE*

*Lá, no seio da selva verdejante,
Num pedaço de terra solitária,
Banhada pelo sol fulvo e cantante,
Existe uma cidade legendária...*

*É a bela Cuiabá, bicentenária.
Que tem o pedestal de ouro ofuscante,
Onde chegou o bravo bandeirante,
Em busca da riqueza extraordinária.*

*Oh! Cuiabá, das lendas brasileiras.
Foste o sonho de glória das bandeiras!
Eldorado de luz e de bonança!*

*O teu futuro está profetizado:
Foste a cidade de ouro no passado!
És a Cidade Verde na esperança!*
Dom Francisco de Aquino Corrêa, 1919¹

A poesia *A Capital Verde*, escrita por Dom Aquino Corrêa (1909) e publicada na revista *A Violeta* (1919), apresenta uma imagem de Cuiabá como uma cidade legendária, localizada no “meio da selva” ainda “verdejante”, motivo pelo qual a chamavam-na de *Cidade Verde*, denominação imortalizada em outra poesia do mesmo autor, intitulada *Terra Natal*,² ao fazer uma declaração de amor à cidade em que nascera, colocando-a acima de tudo o que tinha visto e conhecido.

Cuiabá, aos olhos dos cuiabanos da época, era uma cidade onde todos “se conheciam” e “se visitavam” (RODRIGUES *apud* ROSA, 1990, p. 220), apesar de ainda apresentar características de uma “terra solitária”, “quase selvagem”. A professora Maria Contança de Barros Machado afirma que, embora alguns achassem que a cidade era “um fim do mundo”, ela considerava que:

Cuiabá naquele começo de século era uma cidade calma, com as pessoas se encontrando nas praças e nos jardins, ao ritmo das músicas, das retretas. As famílias visitavam-se, os aniversários era festejados, celebravam-se as festas do Divino, de São Benedito, havia grandes procissões, o povo demonstrava nas ruas o fervor religioso. (MACHADO *apud* ROSA, 1990, p. 62).

¹ *Apud A Violeta*, 28/02/1926, n. 133, p. 3.

² Corrêa, 1985.

No entanto, algumas pessoas que se deslocavam para a Capital, não tinham, muitas vezes, a visão tão romântica dos cuiabanos, registrando, assim, suas primeiras impressões:

O porto de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, é de uma monotonia fatigante: sobre a barranca de terra vermelha, matizada pelo verde escuro das plantas daninhas, ergue-se uma dúzia de casas sem alinhamento, algumas branqueadas e outras com a ossada de 'adobes' à mostra. Uma rampa mal construída e pior conservada serve de praia para o desembarque, que é feito em 'canoas', sistema de embarcações acionadas a remos por mulatos quase nús. [...]

Mesmo com a chuva cuidei do desembarque. Em terra esperei o bonde, único gênero de locomoção que existe aqui para passageiros; o bonde não veio e a pé fiz a caminhada à cidade, longo percurso de quase quatro quilômetros de mal caminho.

Ao empedramento que cobre o sólo argiloso da capital os naturaes dão o nome de 'calçamento', e com a chuva, onde havia antes apenas buraco, há agora buraco e lama. Na orla das casas o mato cresce viçoso para o sustento barato dos animais que pastam.

Nos flancos do casarão do 'Arsenal' depara-se soberbo campo de experimentação de cultura de plantas, e mais além, na baixada da 'Enfermaria', uma lagoa de águas barrentas purifica o ambiente. A conservação desse depósito de água e lodo merece pirotécnicos encômios, e mostra que os encarregados municipais de serviço sanitário são uns beneméritos.

Povo feliz! Tem um reduto servindo à decomposição orgânica, só tolerável quando a antiprofilaxia andava em fraldas de camisa pelas ruas, sem as peias dos princípios da ciência, e nada reclama, nem se incomoda com as emanções que servem de veículo ao impaludismo e ao tipo!

A rua que vou seguindo, a rua 'Grande', se não é longa como o caminho das Índias, é semelhante pelos tormentos. A 'buraqueira' inflinge aos pés caminheiros transes terríveis e obriga o transeunte a pirueta de moitu contínuo. Um companheiro de viagem mostrou-me coisa pior: lugares no centro da cidade em que se precisava levar o lenço no nariz para disfarçar com o perfume do mesmo, os odores mefíticos que desses pontos se desprendiam, com prejuízo da saúde pública.

Ninguém se magoa; verdadeiramente a cidade retrógada-se, mas o contentamento é geral porque está decidido que a praça da República, vai possuir uma estátua. (continua) (*O COMMERCIO*, Cuiabá, 12/01/1911, n. 46, p. 3).

Apesar de longa, a citação possibilita compreender como a cidade era vista pelo olhar do estrangeiro, com destaque para as casas feitas de adobe, para as formas de locomoção existentes na época e o estado de insalubridade em que se encontrava a principal cidade mato-grossense. Porém, cabe observar o contraste do olhar poético dos moradores com as primeiras impressões do visitante que, certamente, se devia à especificidade das fontes, isto é, o relato das cuiabanas foram colhidos em 1990, tendo

por base suas memórias, o que Bosi (1995, p. 20) afirma “não ser um reviver, mas re-fazer. É reflexão, compreensão do agora a partir de outrora; é sentimento, reaparição do feito e do ido, não sua mera repetição”, e o relato do viajante foi publicado na imprensa no mesmo período, o que, também, não podemos afirmar ser a verdade, pois suas observações estavam impregnadas de comparações com o vivido e suas representações europeizantes.

A cidade de Cuiabá não era planejada, sendo construída conforme a necessidade, dando-lhe uma característica irregular. Dividida em dois distritos: o 1º Distrito (conhecido como Sé) no centro da cidade, e o 2º Distrito na região do Porto, como é possível observar na figura a seguir:

Figura 02: Planta funcional de Cuiabá – s/d



Fonte: FREITAS, 2003, p. 64

O Album Graphico do Estado de Matto-Grosso³ descreve a organização da cidade:

É dividida em dois distritos e consta de 24 ruas, 17 praças, e 28 travessas, sendo a Rua Barão de Melgaço a mais extensa, com quase três quilômetros; existem edifícios públicos e particulares de feição moderna, dois elegantes jardins, situados nas praças Coronel Alencastro e Marques de Aracaty, uma linha de *trains*, com ramal

³ Editado em Hamburgo por Ayala e Simon (1914), foi organizado com a intenção de divulgar Mato Grosso, dentro e fora do país.

para o Matadouro e outro, de mais de um quilômetro, para a fábrica de cerveja. [...]

A cidade tem dois hotéis, vários restaurantes, uma estação telegráfica e uma rede de telefones. A municipalidade custeia um contrato destinado a limpeza da cidade, dois mercados públicos e um serviço de iluminação. (AYALA, SIMON, 1914, p. 320)

A cidade foi administrada, no período de 1910 a 1930, por seis Intendentes e um Prefeito: Tenente-Coronel Avelino de Siqueira (1910-1911), Cel. Manoel Escolástico Virgínio de Almeida (1912-1914), Ermenegildo de Figueiredo (1914-1915), Alexandre Magno Addôr (1918-1920), Antônio Manoel Moreira (1924-1926), Cel. José Antônio S. Albuquerque (1917-1921-1923-1927) e, por último, o prefeito Fenelon Müller (1927-1930).

Em relatórios apresentados à Câmara Municipal de Cuiabá, os Intendentes Municipais relatam a situação administrativa da cidade em vários aspectos. Quanto à salubridade, apontada pelo visitante como “veículo ao impaludismo” e outras doenças, o intendente Avelino Siqueira (1910, p. 8) ponderou que: “A saúde pública tem se mantido em boas condições durante o ano, nesta capital, salvo alguns casos de difteria”. Mas, na sequência, ao discorrer sobre a coleta de lixo, o mesmo confirma a situação insalubre da Capital:

Pelas ruas principais deparam-se vasilhas de mau aspecto, exibindo toda sorte de objectos repugnantes e não raro estes recipientes são entornados pelos animais, especialmente suínos, que no exame a que procedem, espalham pelos passeios respectivo conteúdo, desvendando aos olhos dos transeuntes o que o dono da casa condenou como indigno de figurar nos seus quintais. (SIQUEIRA, 1910, p. 11).

A criação de porcos e a manutenção das cavalariças foram apontadas pelo intendente Ermenegildo de Figueiredo (1915) como as principais causas da salubridade pública. Quatro anos depois, em 1919, o intendente Alexandre Addôr (1919, p. 4) afirmava ser “revoltante o costume de criar porcos nos quintais”, sendo, este hábito “um contrasenso dos mais perigosos à saúde local”.

A circulação de animais pelas ruas da cidade irritava a administração pública, não só por causa dos dejetos, mas devido à manutenção dos jardins e à má impressão que dava aos visitantes, possivelmente denunciando o aspecto rural da Capital. Fenelon Müller (1929, p. 12-13). relata que:

Continua, infelizmente, entre nós o mau hábito de se deixarem soltos pelas ruas e praças públicas animais de tiro ou de sela, vacas, cabras, porcos, etc.

É um hábito que não se pode continuar, não só pela má impressão que causa aos adventícios, como pela intranquilidade que dele decorre para os transeuntes. [...]

Uma turma de pegadores de animais está constantemente pelas vias públicas, capturando os animais soltos e conduzindo-os ao Depósito que, previamente, fiz construir nos fundos do Mercado do Primeiro Distrito, donde só saem após pagamento da multa estabelecida por lei.

A situação descrita é possível ser observada na figura a seguir:

Figura 03: Bois de sela a beira do Córrego da Prainha- Centro de Cuiabá - 1941



Fonte: LUCÍDIO, 2008, p. 259.

Figueiredo (1915, p. 4) aponta a necessidade também de providenciar “[...] o desentulho de vários trechos da Prainha, onde, de há muitos anos, se fazia abusivamente depósito de lixo e de animais mortos”, justificando o mau odor sentido pelo visitante citado anteriormente.

Para realizar a coleta do lixo, a administração municipal, em 1910, contratou duas carroças equipadas para a função, que passariam em horário afixado e em itinerário traçado nas “ruas que gozam dessa vantagem” (SIQUEIRA, 1910, p. 12), isto é, nas ruas centrais da cidade. Os arredores continuavam condenados à insalubridade.

No entanto, a documentação sugere que o sistema de coleta de lixo por carroças não era viável, pois, “com os inúmeros solavancos, iam ficando espalhados pelas ruas, com grande dano para a higiene pública” (FIGUEIREDO, 1915, p. 5). Para sanar tais problemas, a Intendência, em 1914, adquiriu nove mulas e três carroças novas

com caixões desmontáveis, onde eram colocados os lixos, vendidas, em 1918, ocasião em que o serviço de coleta de lixo foi terceirizado. Porém, a sua eficácia, segundo Addôr (1919, p. 9), só seria possível “quando em todos os bairros desta capital seja ele em extensivo, a fim de que os habitantes, mesmo os do arrebaldes, não continuem a rotina de atirarem às ruas o lixo de suas casas”.

A imprensa local denunciava e influenciava as ações políticas, como no caso da solicitação para a construção de uma galeria de esgoto que ligasse a Rua 27 de Dezembro até o Córrego da Prainha. Diante da publicação, o Intendente relata que, após visita ao local, constatou que tais obras: “Realmente não se podia adiar. Assim compreendendo, contratei imediatamente a construção do referido esgoto” (SIQUEIRA, 1910, p. 17).

Em relação às vias públicas, acusadas pela reportagem do jornal *O Comércio* (12/01/1911, n. 46, p. 3) de serem feitas de “empedramento que cobre o solo argiloso da capital”, cheias de “buraco e lama”, o Intendente justifica que a atuação da administração pública agia conforme a urgência, sem orçamento disponível para isso:

Sempre que as condições o permitem, organiza-se uma turma de homens incumbida de remover as pedras soltas e retirar a vegetação e bancos de areia que em alguns pontos já dificultavam o trânsito. Também se tem aterrado varios trechos de ruas não calçadas e que por essa razão sofreram os efeitos das chuvas que ocasionam sulcos de grande profundidade. (SIQUEIRA, 1910, p. 13).

Avelino de Siqueira (1910, p. 84) reforça que tais iniciativas não eram suficientes para a melhoria das ruas, pois, em sua opinião: “É necessário também tomar uma medida de ordem preventiva contra as carroças cujos choques sobre o calçamento causam-lhes os maiores e mais consideráveis estragos”.

As ruas não recebiam o calçamento de pedras, comuns em algumas cidades do país, algumas poucas, como a 15 de Novembro, eram de aterro e de pedras cristal prensadas, pois, até esse modelo era difícil de efetuar “devido os poucos recursos municipal”, culminando com a “inauguração desse importante melhoramento” (SIQUEIRA, 1910, p. 16). Porém, com a construção do Palácio da Instrução, onde funcionavam o Liceu, as Escolas Normal e Modelo anexa, a suntuosidade do prédio contrastou com a precariedade das vias públicas, fazendo a Intendência Municipal providenciar um calçamento com pedras nas principais vias do distrito da Sé.

Na imagem, é possível observar a via da principal rua da cidade, a Treze de Junho, coberta de terra socada, com algum resíduo escorrendo pelas ruas.

Figura 04: Rua Treze de Junho, década de 1910



Fonte: Album Graphico do Estado de Matto-Grosso, 1914, p.316.

O deslocamento de um distrito a outro era feito a pé, no lombo de animais ou através de bondes puxados a burros, cujos trilhos interligavam os dois distritos, como é possível observar na imagem acima.

Em 1914, a Empresa Carris-urbanos, responsável pela linha de bondes, ficou paralizada, porque, segundo Figueiredo (1915, p. 13), seus carros eram “uma fatalidade permanente e ambulante, tal o estado verdadeiramente vergonhoso em que se achavam os seus veículos, pondo em constante perigo a integridade física daqueles que tinham a desventura de precisar dos serviços da malfadada empresa”. Tal opinião foi endossada por Addôr (1919, p. 9), em relatório de 1919, reforçando a solicitação ao governo do Estado para que fossem tomadas as devidas providências em relação ao transporte público:

Os seus veículos sujos e desconjuntados, correm aos solavancos pelas nossas ruas, tirados por uma tropilha de muars esqueléticos, mortos à fome, de maneira que, em vez de serviço, servem somente para provocarem piedade dos transeuntes que, por necessidade, são obrigados a usarem de tais meios de condução.

Quando os bondes deixaram de circular pelas ruas da Capital, foram eles substituídos pelos ônibus, “com bancos abrangendo toda a largura do veículo, saídas e estribos laterais, tipo ‘jardineira’. Eram montados sobre chassis dos carros Ford modelo A-29” (PÓVOAS, 1983, p. 37).

Com a chegada dos automóveis em Cuiabá, a Intendência registrou a necessidade de se organizar a circulação dos transportes na via urbana. Assim, Antonio Manoel Moreira (1925, p. 6) sugeriu a criação de “uma verba destinada ao custeio da irrigação das ruas, que muito virá a beneficiar a população cuiabana, e de um pequeno corpo de guardas municipais, com a obrigação de exercer a fiscalização dos veículos e auxiliar a ação da polícia civil no perímetro urbano quanto for necessário”. Com o crescimento contínuo da frota de automóveis na cidade, o governo do Estado criou a Inspetoria de Veículos. (MÜLLER, 1929).

No início do século XX não havia iluminação pública em toda a cidade, sendo que algumas contavam com iluminação a gás de acetileno (nas principais ruas e jardins da cidade) ou de querosene, como os da Praça Alecastro, como pode ser visto na imagem a seguir, ou ainda iluminada com lâmpões que eram acesos diariamente pelo acendedor, auxiliado pelo zelador que, juntos, carregavam a escada ao fim do dia (SÁ, 2006).

Figura 05: Jardim Alecastro com suas luminárias a querosene, 1904



Fonte: Acervo NDIHR/UFMT

Preocupado com o desenvolvimento da Capital, especialmente com um “serviço de iluminação melhor e mais moderno”, Figueiredo (1915, p.8) encaminhou à Assembleia Legislativa estadual uma petição do cidadão João Dias, para a instalação da luz elétrica. As vantagens de tal empreendimento foram defendidas por ele:

Ora, no dia em que tivermos uma força motriz capaz de substituir com vantagem a que é atualmente empregada, poderemos ter não só um aumento de produção, o que refletirá sobre a renda municipal, como também, o barateamento dos produtos e assim, conseqüente e sensível melhoria de condições para os consumidores. [...] cessará a derrubada em massa de nossas matas, cujo desaparecimento tem modificado sensivelmente as nossas condições climáticas, ocasionando secas prolongadas e decréscimo de água nos nossos rios. (FIGUEIREDO, 1915, p.8)

Em 1919, Addôr denunciava que a Capital continuava sem iluminação, pois, até mesmo os lampiões existentes haviam sido depredados, pelos atos de vandalismos, desaparecidos, pelo furto dos lampiões, e danificados, pela quebra das lanternas. Segundo ele: “Espera-se, é verdade, a instalação da luz elétrica, porém, certamente, para que este tão desejado progresso se torne realidade, decorrerão ainda muitos meses”. (ADDOR, 1919, p. 12).

A rede elétrica foi inaugurada na Capital no dia 15 de agosto de 1919:

De início era composta de 119 combustores elétricos que, até o final naquele ano, foram aumentados para 390 lâmpadas. Provisório, o sistema, em poucos meses alcançou seu limite de carga instalado. Apesar dos esforços, a demanda por energia continuava maior que a oferta e a ideia da construção de uma hidroelétrica era alimentada pelo governo e ansiada pelo povo. (PROJETO REDE DE MEMÓRIAS, 2011, p. 114).

Durante um bom tempo coexistiram as lamparinas residenciais a gás e os postes de luz elétrica, conforme é possível verificar na imagem a seguir, que mostra a lamparina fixada na casa do lado direito e o poste de energia elétrica do lado esquerdo.

Figura 06: Rua 13 de Junho, 1919

Fonte: Acervo NDIHR/UFMT

O cenário pincelado pelos memorialistas e que pintaram Cuiabá como uma *cidade bucólica do interior*, traz consigo, como foi possível observar, *representações concorrentes* sobre o que seria uma Capital. Os embates entre as intenções políticas de modernização do cenário urbano, os poucos recursos dos cofres públicos para a realização de melhorias na cidade e os hábitos rurais da população, como a criação de porcos, utilização de animais como meio de transporte, se faziam presentes na sociedade cuiabana do período, assunto recorrente nos periódicos de circulação local.

1.1 NAS RAIAS DA VIZINHANÇA: O COTIDIANO DA POPULAÇÃO NA CAPITAL

De acordo com Peraro (2005), grande parte da população de Cuiabá concentrava-se no 1º Distrito, com base no recenseamento de 1890, que registrou uma população de 6.836 indivíduos; enquanto que o 2º Distrito contava com 2.861 almas, totalizando, assim, 9.697 habitantes. Posteriormente, o Recenseamento do Brasil de 1920 registrou que a população aumentara para 33.678 pessoas.

Embora pacata, a cidade era cenário de algumas atividades culturais que movimentavam a vida social da Capital. Espaços, como o recém-criado Palácio da Instrução, era utilizado para apresentações teatrais, com números de circo, cantos, danças, comédias e afluência de público. Os programas de festejos litero-musicais, frequentemente noticiados pela imprensa cuiabana e momentos em que as atrações tinham como centralidade declamação, algo muito apreciado nas três primeiras décadas

do século XX. Em Cuiabá realizavam-se também bailes familiares e festas embaladas ao som de piano e encontros ao som de retretas nos jardins (MACHADO *apud* ROSA, 1990).

Os jornais se referiam aos lugares frequentados pela sociedade da época, que era formada por pessoas consideradas da “elite” – representadas pela imprensa como “ilustres”, “pessoas gradas”, “seletas”, “conceituadas”, “elevada esfera social”, “escol da sociedade”, expressões atribuídas aos chefes políticos, advogados, desembargadores, médicos, engenheiros, professores, membros do clero católico, entre outros; e, “massa popular”, expressão utilizada para designar povo, isto é a camada não elitizada.

Mato Grosso, por ser um estado predominantemente rural, por vezes se verificava o imbricamento dos espaços urbanos com os rurais. Um bom exemplo disso eram os eventos destinados à elite cuiabana, como as corridas de cavalos, realizadas pelo “Derby Club Cuyabano” em várzeas; *pic-nics* realizados nas chácaras localizadas nos arredores da cidade, pelo “Club dos Resistentes”.

Os clubes eram associações criadas com o objetivo de externar diferentes práticas culturais instituídas nas décadas iniciais do século XX. O “Club dos Resistentes” promovia divertimentos para a elite, dentre eles *pic-nics*, bailes e saraus (*soriée*) nas residências dos ilustres, que dava “nota à vida local” (*O COMMERCIO*, 22/09/1910, n. 30, p. 3). Outros clubes referenciados na imprensa foram: “Club Collar de Pérolas” (de moças), “Club Militar”, “Club Pio X”, “Club Gymnastico”, “Club River Foot-Ball”, “Club de Tiro”, “Club A Economia da Família”, “Foot-Ball Clubs”, como o “Cuyabá” e o “Internacional”.

Espaços de participação da “massa popular” se restringiam às festas de santos católicos, realizados pela elite, mas com participação de grande número da população, e as festividades encenadas nas ruas e nas praças, onde também havia a separação das classes sociais. Segundo Póvoas (1983, p. 80), a praça mais frequentada era a Praça Alencastro, que ficava no 1º Distrito, centro da Capital, e na qual, por volta das dezenove horas, as bandas chegavam para a retreta:

Os ônibus chegavam apinhados de gente que vinha do Porto e até mesmo do Coxipó e da Várzea Grande, para se esparecer um pouco no aprazível jardim fronteiro ao Palácio do Governo.

Havia duas pistas de *footing*: uma por dentro dos canteiros que delimitavam a praça, pela qual circulava o *top set* da sociedade local; e outra pelo lado de fora dos canteiros, pela qual circulava a gente mais humilde.

A vida social em Cuiabá era movimentada pelos muitos festejos realizados com o intuito de celebrar diferentes comemorações. Tais festas se dividiam entre profanas e religiosas. Faziam parte dos festejos os bailes, saraus, contradanças, representações de comédias, em sua maioria animadas pelas tradicionais bandas de música. Nas *Reminiscências de Cuiabá*, Dunga Rodrigues recorda que “as festas do fim do século, além dos bailes, contavam com bandas militares, percorrendo as ruas, girândolas, retretas embaixo de árvores e concorrida procissão” (s/d, p. 83).

Dentre as festas religiosas e profanas, merecem destaque as Festas de Santos (Espírito Santo, São Benedito, Semana Santa, São João, Santo Antônio), Congadas e Marujos, Cavalhada, aniversários, batizados, matinês, cururus e siriris.

Consoante Rodrigues, dentre as festas que marcaram as solenidades do calendário social cuiabano estava, em primeiro plano, as do Divino Espírito Santo. A abertura dos festejos era anunciada por um grupo de mascarados, montados em cavalos, burros, bois ou em carros, que percorriam as principais ruas da cidade distribuindo o programa.

Iniciava com uma novena, seguida por procissão e, na segunda semana da festa, iniciavam-se as esmolas, com duração de três dias. Desde cedo, um tocador de caixa convocava o povo para o acompanhamento. A ressonância do bando dizia: “Senhor Divino. Que é de seu pão? Está na casa. Do Manuel Galvão!” (RODRIGUES, s/d, p. 85-86).

O grupo percorria as casas com a bandeira do Divino, recolhendo esmolas. Era escolhido um grupo de pessoas para segurar as insígnias: coroa, cetro e bandeira. Na imagem a seguir é possível observar as insígnias à frente do grupo reunido antes da saída para recolha das esmolas.

Figura 07: Festa do Senhor Divino

Fonte: RAMOS, 2002, p. 112.

Conforme Dunga Rodrigues (s/d, p. 86), o processo de recolhimento das moedas durava um dia inteiro, sendo que no período da manhã encerrava ao meio dia, momento em que os integrantes se dirigiam à casa do festeiro para o almoço. Nesse intervalo, “a banda tocava as músicas da época e, aos pares, dançavam”. A coleta recomeçava as duas da tarde até às seis horas e adentrava pela noite (RODRIGUES, s/d).

Como prolongamento da festa do Divino tinham início as touradas, realizadas no Campo d’Ourique e que empolgavam toda a cidade (PÓVOAS, 1983, RODRIGUES, s/d). No local, como é possível observar na imagem a seguir, erguiam-se palanques rústicos feitos de madeira, com cadeiras emprestadas de residências e bares, onde uma bandeira do Divino Espírito Santo marcava os camarotes dos festeiros. Mulheres e homens se vestiam com todo o primor.

Figura 08: Camarotes nas touradas, 1924

Fonte: RAMOS, 2002, p. 119

Rodrigues (s/d, p. 90) relata ainda que, exatamente a uma da tarde, “dava-se a entrada do toureador e de toda a sua equipe, sob aplausos da multidão”. Observando a figura anterior é possível perceber que, como nos eventos na praça, o povo ficava separado da elite, não tendo acesso aos palanques, e assistia as touradas através dos gradis.

Figura 09: Touradas



Fonte: RAMOS, 2002, p. 115

A diversão das crianças ficava por conta das brincadeiras que “variavam de acordo com o calendário festivo ou com as variações climáticas, invadindo as ruas da Capital”, pelos meninos ao “empinar as pandorgas, fazer e jogar petecas, boizinhos de maxixe e soldados de carretel”; pelas meninas “rodas, cirandas, quitutes e também de ‘pegador’. A brincadeira de bate-barrete envolvia a ambos” (SÁ, 2006, p. 71-72).

Outra diversão da população era ir ao cinema. No início do século XX, Cuiabá contou com a inauguração do Cinema Parisien, instalado na Rua Joaquim Murтинho, denominada antigamente de Rua Formosa, que abrigou a primeira casa onde funcionou o Banco do Estado de Mato Grosso S/A e também o “Teatro Amor e Arte”. Ao relatar

sobre as características desse teatro, Mendonça (s/d, p. 64) afirma que ele possuía duas ordens de camarotes, um salão, com capacidade para 400 expectadores, palco “singelamente ornamentado”, além de outras dependências em seu interior, sendo que seu “corpo cênico enfeixava figuras da elite cuiabana, moças e rapazes”. Esse Teatro foi marcado por dias esplendorosos e dias de decadência, que o levaram à ruína:

[...] No mesmo local em 1914, a firma Dorsa & Irmão, instalou o Cinema Parisien, que depois passou à Empresa Curvo e Irmãos e mais tarde pertenceu ao Senhor Manoel Bodstein. Era um galpão de zinco, com cadeiras de ferro e madeira, na plateia, nos camarotes cadeiras de palhinha, sem fixação ao solo. Havia duas arquibancadas laterais de tábuas. Na entrada do Cinema havia uma área coberta, onde foi instalado o Bar Moderno, conhecido “Bar do Bugre”, no dia 29 de junho de 1.920 [...] (MENDONÇA, s/d, p. 64).

Com a mudança de proprietário, a única diferença, ressalta Mendonça (s/d, p. 65), era que com o Senhor Manoel Bodstein: “quase ninguém pagava a entrada e, nessa época, havia uma orquestra que tocava durante a projeção do filme”. Outro cinema que funcionou na época, conforme observamos no depoimento da memorialista Dunga Rodrigues, era o Cine Dorsa, que funcionou entre os anos de 1912 a 1915.

No galpão onde funcionava esse cinema, a Intendência Municipal propôs a construção de um teatro público. No entanto, no relatório de 1929, Müller (1929, p. 18) escreve que “A municipalidade não dispõe, no momento, de recursos para a construção de um teatro confortável e de acordo com os progressos da nossa cidade”.

1.2 INVESTIMENTOS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Em Mato Grosso, com o abrandamento das lutas políticas e o aumento do preço da borracha, a situação financeira subiu, de 2.757:330\$000, para 5.116:726\$883, e o governo pode, com isso, investir mais na educação (SÁ, 2012, p. 181). Ainda, consoante Sá (2012, p. 184), em 1913 a situação econômica começou a preocupar os governantes devido à queda do valor da borracha, à época principal fonte de renda da região, que se agravou, anos depois, com as consequências da Primeira Guerra Mundial e também com a luta interna conhecida como Caetanada, movimento violento que só chegou ao seu final com a intervenção do Presidente da República, Wenceslau Brás, que, em 1917, nomeou Camilo Soares de Moura como Interventor de Mato Grosso. Um dos jornais cuiabanos, “*A Juventude*”, afirmou que, na época, era tanta a “vilania” e o

“aviltamento” que se verificava nos últimos tempos, que foi necessário a decretação da Intervenção Federal, “dignamente representada por um general de caráter ímpoluto e justiceiro” (*A JUVENTUDE*, 8/10/1917, n. 38 p. 1). No entanto, “A disputa pelo poder político através de lutas armadas não cessou com o fim de tal movimento, mas persistiu durante todo o período da Primeira República” (SÁ, 2012, p. 184).

É possível observar, através do quadro que se segue, uma redução na arrecadação dos cofres públicos, entre os anos de 1914 e 1916, que gerou insuficiência para cobrir os gastos previstos e extras, assumidos com a mobilização de tropas para a defesa dos interesses do Estado, além da dívida ativa estadual que aumentava, ano após ano, porém, o investimento na educação, contraditoriamente, manteve-se em ritmo crescente.

Quadro 03 – Investimento na Educação Pública de Mato Grosso (1907-1929)

| Anos | Renda do Estado | Despesas com o ensino | Percentagem aproximada da despesa |
|------|-----------------|-----------------------|-----------------------------------|
| 1907 | 2.227:629\$036 | 155.990\$000 | 7 |
| 1909 | 3.606:146\$269 | 170.920\$758 | 4,73 |
| 1911 | 5.014:432\$335 | 342.918\$485 | 6,83 |
| 1912 | 5.061:851\$076 | 305.816\$236 | 6,04 |
| 1913 | 5.565:941\$559 | 300.700\$718 | 5,40 |
| 1914 | 4.078:979\$292 | 347.646\$501 | 8,52 |
| 1916 | 4.129:147\$016 | 597.460\$647 | 14,46 |
| 1919 | 5.612:905\$931 | 570.083\$331 | 10,15 |
| 1922 | 5.100:854\$084 | 668.400\$000 | 13,10 |
| 1926 | 6.448:853\$951 | 854.380\$000 | 13,24 |
| 1927 | 7.986:995\$121 | 927.250\$000 | 11,60 |
| 1928 | 9.498:238\$415 | 1.150:286\$000 | 12,11 |
| 1929 | 8.330:460\$990 | 1.077:959\$838 | 12,93 |

Fonte: Mensagens de Presidentes do Estado de MT à Assembleia Legislativa dos anos de 1907 a 1930, elaborado por Sá; Sá (2011, p. 49).

Em 1912, o ensino público primário do estado era ministrado em 5 grupos escolares e 92 escolas avulsas (isoladas) disseminados por todo o território. Nestas modalidades escolares haviam 32 (trinta e dois) professores efetivos e 60 (sessenta) interinos. O funcionamento de 16 (dezesesseis) delas se realizava em prédios próprios estaduais, sendo que os demais eram alugados. Com a sua manutenção, o estado dispndia anualmente, incluído o material didático: - vencimento dos professores 251:122\$416; - aluguéis de casa 16:243\$979; - material escolar 39:808\$472; - expediente e asseio 16:740\$867 réis, parcelas estas que, reunidas, somavam

323:915\$734 réis, correspondente à décima parte da renda estadual calculada em 3.206:590\$000 réis. Existiam nesses estabelecimentos 3.565 alunos matriculados, com frequência média de 2.789, o que dá para cada um dos matriculados uma despesa anual de 93\$200 réis, e para cada frequente 116\$140 réis.

A situação econômica do Estado se fazia refletir nos poucos recursos arrecadados pelo Município de Cuiabá. Os relatórios dos Intendentes Municipais sugerem que as melhorias não eram realizadas devido à deficiência da arrecadação dos impostos. Siqueira sugeriu em seu relatório (1910, p. 46) que a Câmara Municipal o autorizasse a “contratar um advogado, mediante porcentagem, para proceder a arrecadação judicialmente, caso se torne necessário”. A única escola subsidiada pelos cofres municipais, como será visto a seguir, teve uma vida efêmera, devido aos poucos recursos.

1.3 INSTRUÇÃO PÚBLICA: *BASE FUNDAMENTAL DO PROGRESSO SOCIAL*

Com a instalação do regime republicano no Brasil procurou-se firmar, na Nação, o ideário de progresso e civilidade. Por todo o país, as elites dirigentes consideravam importante os investimentos na educação como forma de elevar a Nação aos patamares dos países mais civilizados, visto tratar-se de uma necessidade iminente. Para formar os cidadãos e consolidar a República, a escola primária foi concebida, então, como *locus* efetivo para a regeneração moral. (CARVALHO, 2003).⁴

A *instrução* e a *educação*⁵ adquiriram um caráter central nas preocupações do projeto educacional republicano, que estavam em plena guerra contra o analfabetismo, considerado, na época, um obstáculo ao progresso nacional.

Em Mato Grosso, durante as décadas iniciais do período republicano, a exemplo de muitos outros estados da federação brasileira, a escola adquiriu um caráter fundamental nesse processo. A instrução primária do estado, até o ano de 1909 estava dividida conforme o Regulamento de 1896, em dois cursos: o elementar e o complementar. O primeiro era ministrado em escolas distintas para ambos os sexos, na Capital, em todas as cidades e vilas, e em escolas mistas, nas freguesias e povoações. O curso complementar existia somente na Capital e nas cidades de Poconé e Corumbá,

⁴ Cf. Carvalho (2003) *A Escola e a República e outros ensaios*.

⁵ No contexto do período aqui estudado, a instrução se referia especificamente aos conteúdos que deveriam ser ensinados ao aluno, como por exemplo, ler, escrever e contar. Quanto ao termo educação, referia-se aos comportamentos que o aluno deveria incorporar, como hábitos, condutas, atitudes e princípios, com o objetivo de se torná-lo o protótipo do cidadão almejado pela Nação.

sendo ministrado em escolas distintas para ambos os sexos (MATO GROSSO, Relatório, 1909).

Na Capital coexistiam as seguintes modalidades de escolas primárias: as isoladas, de iniciativa do Estado, de particulares ou confessionais, e os grupos escolares.

1.3.1 Escolas isoladas ou escola unidocente

O regulamento de 1910 não trouxe uma definição para a escola isolada, no entanto, essa modalidade já funcionava em Mato Grosso e tinha como característica a unidocência, ou seja, um único professor era responsável pela administração da escola e pelo ensino dos alunos com idades diferentes, formando, assim, classes com níveis de conhecimento variados. Cada turma poderia ter, no máximo, 70 alunos matriculados.

Já o Regulamento de 1927 dividiu o ensino público, ministrado nas escolas isoladas, nas categorias de urbanas, rurais e noturnas (Art. 4º). Para as escolas isoladas rurais determinava-se que fossem localizadas a mais de 3 quilômetros da sede do município (art. 5º) e tinha por finalidade ministrar a instrução primária rudimentar. Seu curso seria trabalhado em dois anos e o programa constaria de leitura, escrita, as quatro operações sobre números inteiros, noções de História Pátria, Corografia do Brasil e, especialmente, de Mato Grosso, além de noções de Higiene.

As escolas isoladas urbanas seriam localizadas num raio de até três quilômetros da sede do município e seu curso ofertado em três anos, sendo o programa dos dois primeiros igual ao das escolas isoladas rurais.

Quanto às escolas isoladas noturnas, o Regulamento prescrevia que a mesma seria semelhante às isoladas urbanas, mas destinavam-se aos meninos de 12 anos acima, que fossem impossibilitados de frequentar as aulas diurnas (Art. 17).

Na Capital, as escolas isoladas de iniciativa particular e pública eram as seguintes:

Quadro 04 – Escolas públicas isoladas por ano e modalidade

| Modalidade/Ano | 1918 | 1920 | 1923 | 1927 |
|-----------------------------------|------|-------------------|--------|--------|
| Escola Estadual do sexo masculino | 5 | 6 | 6 | 6 |
| Escola Estadual do sexo feminino | 5 | 6 | 6 | 7 |
| Escola primária particular | 5 | Sem informação | s/inf. | s/inf. |
| Escola primária municipal | - | 1 | - | - |

Fonte: Revista *O Matto Grosso*, s/d; Relatório da Diretoria Geral da Instrução Pública, 1927; Quadro demonstrativo das escolas isoladas de Mato Grosso, 1923.

As escolas particulares podiam ser de iniciativa privada civil ou confessional. Funcionavam em Cuiabá duas escolas confessionais, uma de origem protestante, como é o caso da “Escola Americana de Cuiabá”, instalada no 1º Distrito, na Rua 13 de Junho, nº 69, dirigida pelo Rev. Philippe Landes e sua irmã, Maud Landes (FREITAS, 2013) e, a outra católica, o Asilo Santa Rita⁶, que tinha como finalidade atender meninas órfãs e carentes, aceitando também crianças descendentes da elite cuiabana, funcionando na modalidade de internato e externato. A matrícula era feita por meio de um atestado de pobreza da menina. Combinavam, em seu saber-fazer pedagógico, técnicas e conteúdos de uma educação com orientação marcadamente religiosa, aprendizado da música, pintura, prendas domésticas e recebia subvenção estadual (LOPES, 2006).

Ao rememorar sua infância, Dunga Rodrigues (*apud* ROSA, 1990, p.218) afirma ter estudado no Asilo Santa Rita em regime de “meio-pensionato”, recordando a instituição como “um dos melhores colégios do tempo, no qual as moças se preparavam para o lar”, momento em que aprendia música, francês, pintura, bordado. Quanto às professoras, ela afirmou que eram ótimas e que as irmãs não faziam “diferenças entre pobres e ricas, brancas e negras”, ressaltando que a única diferença observada na época era o tratamento dado às internas pagantes, que “almoçavam numa mesa coberta com uma toalha branca”, enquanto as órfãs e as pensionistas “não tinham toalha de mesa, porque as irmãs não tinham recurso para comprá-las”. (RODRIGUES *apud* ROSA, 1990, p.218).

As escolas de propriedade privada eram regidas pelos seguintes professores, no ano de 1912:

⁶ De acordo com Lopes (2006), este Asilo foi fundado em 1890 e esteve sob a direção das Irmãs da Imaculada Conceição (1904-1922) e, posteriormente, pelas Irmãs Salesianas (1922-1972).

Quadro 05 – Escolas Particulares em Cuiabá com seus respectivos diretores/regentes - 1912

| ESCOLA | DIRETOR/REGENTE | ALUNOS MATRICULADOS |
|--------------------|--|----------------------------|
| Atheneu Brasileiro | Isác Póvoas | 59 |
| São João | Plácido Curvo | 165 |
| 8 de Dezembro | D. Bernardina Ricci | 112 |
| Santo Agostinho | Profa. Amélia Enstorguia Antunis Alunis | 46 |
| São Pedro | André Avelino Ribeiro | 30 |
| São Francisco | Feliciano Galdino de Barros | 28 |

Fonte: MATO GROSSO, Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública, 1913. Elaborado pela autora

O cotidiano de algumas dessas escolas foi narrado pelo memorialista Firmo José Rodrigues (1969, p. 52). Sobre a escola do sexo masculino, que funcionava no 2º Distrito:

Funcionava em prédio alugado; possuía um mobiliário velho, um quadro negro já embranquecido, uma talha para água e uma palmatória de piúva, denominada “Santa Luzia”.[...]

No sábado, o trabalho escolar resumia-se em aposta de caligrafia e uma leitura de toda doutrina cristã. Algumas vezes, no sábado, os alunos eram empregados na faxina do quintal.

Sobre a escola do sexo masculino, localizada no 1º Distrito, ele rememorou que: “o mobiliário era um pouco melhor e nas paredes laterais existiam uns semi círculos de ferro em torno dos quais, os alunos se colocavam para os argumentos. [...] Não havia uniformes escolares” (RODRIGUES, 1969, p. 52).

O mesmo memorialista cuiabano reafirmou o mesmo que encontramos em outros depoimentos: “Havia uma rivalidade bem acentuada entre os alunos dos dois Distritos: os do primeiro Distrito tinham o apelido de ‘mata-cachorro’ e os do segundo Distrito de “pequira”⁷. Sobre a disciplina escolar, Rodrigues (1969, p. 52) relembra que essa “era imposta pela palmatória, cujo efeito se observava pelo silêncio e pelo respeito com que era ouvida a palavra do professor”.

Com a mesma metodologia adotada nas escolas isoladas, funcionou ainda em Cuiabá, com a oferta do ensino primário, a Escola de Aprendizes Artífices de Mato Grosso (EAAMT), instalada em janeiro de 1910 e mantida pelo Governo Federal. De acordo com Kunze (2005), essa escola foi criada com o objetivo de ministrar o ensino

⁷ Pequira vem do Tupi-guarani, que significa “cavalo de pequeno porte”.

profissional primário gratuito, preferencialmente aos “desafortunados”, mas também formar futuros trabalhadores “úteis” ao país. Conforme a autora, além do curso de ofícios, que era obrigatório a todos os alunos, era indispensável a oferta do primário, às crianças de 10 a 13 anos que não soubessem ler e escrever, considerando que “o conhecimento das primeiras letras era visto como um facilitador das aprendizagens dos ofícios” (KUNZE, 2005, p. 72). O programa da escola era composto de leitura; escrita; aritmética (até regra de três), noções de geografia do Brasil, gramática elementar da língua nacional e noções de educação cívica.

Já as escolas isoladas públicas eram custeadas pelo Estado, sendo que durante pouco tempo o município amparou financeiramente apenas uma escola. Com discurso voltado para a crescente formação profissionalizante, tanto de homens quanto de mulheres, o coronel Alexandre Magno Addôr, Intendente Geral do Município de Cuiabá, instalou, em setembro de 1919, a primeira instituição feminina mantida pela municipalidade da capital, criada pela Resolução n. 31, de 16 de dezembro de 1908. Em discurso proferido em solenidade realizada na escola e publicado no jornal *O Matto Grosso*, Addôr afirmava que era preocupação dos governantes e dos detentores de poder proporcionar a “instrução e o saber” às patricias cuiabanas. Nesse sentido, instalou a escola profissional feminina municipal, no intuito de:

[...] levar essa luz, essa condição de sucesso, para vencer na vida, às nossas patricias que, por circunstâncias quaisquer não puderam ir em demanda dos cursos diversos de instrução que o Estado tão solícitamente tem espalhado pela nossa *urbs*, quiçá pelo Estado inteiro. Não se discute mais hoje, tão aceite e incontestado se tornou o princípio de que a profissão, a prática de um ofício, é necessária a toda e qualquer pessoa, homens e mulheres, quaisquer que sejam as suas condições sociais e a sua situação de maior ou menor abastança. (*O MATTO-GROSSO*, 14/09/1919, n. 1604, p. 2)

Em março do mesmo ano foi publicado o Regulamento da Escola Modelo Profissional Municipal Feminina (Art. 1º), que instituíra como finalidade “complementar a instrução primária de suas alunas e dar-lhes capacidade para o exercício de uma profissão doméstica”. Frequentada pelas alunas do ensino primário, no primeiro ano registrou matrícula de 70 alunas (MATO GROSSO, Mensagem, 1919). Com duração de quatro anos, o curso compreendia duas seções: a literária e a profissional (REGULAMENTO, 1919, Art. 2º).

Ainda conforme discurso do intendente Addôr, tratava-se da primeira tentativa municipal voltada para a preocupação em “preparar a mulher para a luta pela vida,

aparelhando-a de maneira a se prover nas necessidades futuras, ensinando-lhe os preceitos práticos da vida, a formação do caráter pelo trabalho orientado e sistemático [...]” (*O MATTO-GROSSO*, 14/09/1919, n. 1604, p. 2). Apesar de o discurso ressaltar aspectos voltados para uma educação e instrução da mulher no sentido de uma preparação intelectual, percebe-se que os ensinamentos concentraram-se nos trabalhos manuais de costura e prendas domésticas, estando à frente de sua direção, no primeiro ano, a professora Maria Dimpina Lobo Duarte.

No dia 19 de junho de 1920, foi nomeada a professora Mariana Póvoas, docente e diretora da Escola Modelo Profissional. No entanto, a regularidade de seu funcionamento foi questionada pelo jornal *O Republicano* (18/11/1920, n. 371, p.1), que afirmou que era “imaginária a criação do aludido presidente, pois que todo o Cuiabá ignora onde é localizada essa tal escola”. O articulista continuou afirmando que, na casa, localizada na Rua Sete de Setembro, onde deveria funcionar a citada escola, “não se vê oficina alguma, nem mesmo alunos”. (*O REPUBLICANO*, 18/11/1920, n. 371, p.1).

No ano seguinte, o jornal *Correio do Estado* publicou, na edição do dia 23/01/1921, um artigo intitulado “Escola Modelo Profissional Feminina”, assinado pela diretora Mariana Póvoas, informando que estavam abertas as matrículas aos diferentes cursos e que esta deveria ser requerida, pelo pai, tutor ou educador da candidata, diretamente à administração da escola, que exigia os seguintes requisitos: ter idade mínima de 10 anos, apresentar atestado de vacina e de saúde, certidão de aprovação nos exames de 1º grau. Apresentou ainda a ressalva de que as matrículas nos 2º, 3º e 4º anos seriam feitas mediante requerimento acompanhado do boletim de promoção, fornecidos pela escola (*CORREIO DO ESTADO*, 23/01/1921, n. 15, p. 4).

Mas, não tardou muito e o próprio *Correio do Estado* noticiou o fechamento da Escola, pelo Ato n. 19, de 1º de abril de 1921, informando que tal medida foi tomada pelo Intendente Geral do Município de Cuiabá, José Antonio de Souza Albuquerque. Entre os motivos alegados para o fechamento desta escola, estava a média da matrícula e frequência das alunas, às respectivas aulas; os resultados finais dos anos letivos não correspondiam às expectativas, assim como o custeio, que era imposto aos cofres municipais para sua manutenção. Ainda, conforme o Intendente, a escola não cumpria com os fins para que fora criada. Com seu fechamento, exonerou-se, neste mesmo ato, a diretora Mariana Póvoas, a professora de costura Herondina Maria de Souza e a porteira Erme Delamonica (*CORREIO DO ESTADO*, 10/04/1921, n. 24, p. 2-3).

Segundo o quadro demonstrativo das escolas isoladas de Mato Grosso, lecionaram nas escolas públicas primárias no ano de 1923 as seguintes professoras:

Quadro 06 – Professoras das Escolas Isoladas da Capital em 1923

| Professoras | Distrito | Escola | Nº de alunos |
|----------------------------|-------------|-------------------------------------|--------------|
| Leonor Paes Borralho | 1º Distrito | 1ª escola pública do sexo masculino | Não registra |
| Helena Ester (?) | “ | 2ª escola pública do sexo masculino | 40 |
| Maria Ignez de Guimarães | “ | 3ª escola pública do sexo masculino | 21 |
| Maria de Arruda Muller | “ | 4ª escola pública do sexo masculino | 67 |
| Maria Botelho Barauna | “ | 1ª escola pública do sexo feminino | 21 |
| Albertina Ribeiro de Faria | “ | 2ª escola pública do sexo feminino | 67 |
| Nilce Valadares | “ | 3ª escola pública do sexo feminino | 25 |
| Amélia Antunes Muniz | “ | 4ª escola pública do sexo feminino | Não registra |
| Anna Judith Figueiredo | 2º Distrito | 1ª escola pública do sexo masculino | 9 |
| Ruth de Almeida Serra | “ | 2ª escola pública do sexo masculino | 22 |
| Maria da Gloria Figueiredo | “ | 1ª escola pública do sexo feminino | 44 |
| Rosa de Campos Póvoas | “ | 2ª escola pública do sexo feminino | 27 |

Fonte: Quadro demonstrativo das escolas isoladas de Mato Grosso, 1923. Construção da autora

A questão da instrução pública, com relação às escolas isoladas, ainda demandava cuidados, especialmente quanto à frequência escolar, formação de professores, fiscalização, prédios e materiais didáticos, problemas que não foram sanados com as prescrições legais, sendo que muitas não chegaram, de fato, a ser aplicadas na prática, como foi o caso do programa escolar e do uso do método intuitivo (SÁ; SÁ, 2011).

Uma das maiores lacunas encontradas nessas escolas referia-se à falta de um horário fixo, pois tal escola seria um “centro atrofiador das faculdades infantis” e sua adoção tornaria o serviço “mais fácil para mestres e alunos” e ofereceria “resultados mais fecundos”. O programa, por sua vez, proporcionaria a qualidade e a quantidade dos conhecimentos a serem ministrados: “Da combinação do horário com o programa resulta a obediência a mais geral das leis pedagógicas e, ao mesmo tempo, ao fim da educação: desenvolvimento gradual e harmônico das faculdades infantis” (MELLO, 1911).

A imprensa cuiabana teceu críticas às escolas isoladas, argumentando justamente faltarem nelas a adoção de programas de ensino por parte das professoras:

As escolas isoladas não preenchem os seus fins; nem sequer tem dado alunos a exames. A isolada da rua do Rosário, é uma vergonha: nem de água é servida. As crianças correm às casas vizinhas para mitigar a sede nas horas quentes da tarde. Não ha programa de ensino para elas. Cada professora confecciona o programa como melhor lhe parece. Em suma: vai nisso um pronunciado sintoma de anarquia. Como poderiam as bancas examinadoras conhecer o preparo dos examinandos, se não sabe qual o programa adotado pela professora, máxime sendo os alunos examinados em turmas das diversas escolas? (*O MATTO-GROSSO*, 14/05/1916, n. 1342, p. 3).

Para sanar as deficiências apontadas anteriormente, foi elaborado um *Horário e Programa de ensino para as escolas isoladas de Mato Grosso*, com o intuito de se contemplar os tempos e programas que se aproximassem do que estava sendo adotado nos grupos escolares. Foi o mesmo aprovado em 22 de julho de 1916, e sua organização ficou a cargo dos professores Leowigildo Martins de Mello, Idalina Ribeiro de Faria e do diretor interino das Escolas Normal e Modelo Anexa, Philogonio de Paula Corrêa.

De acordo com o *Programa*, o ensino estava dividido em primeiro e segundo graus (não por séries, como os grupos escolares). As matérias indicadas para serem trabalhadas no primeiro grau eram as seguintes: Leitura, escrita, cálculo aritmético sobre números inteiros e frações, língua materna, geografia do Brasil, deveres cívicos e morais, trabalhos manuais (DECRETO n. 365, de 22 de outubro de 1910, Art. 4º). Além dos conteúdos específicos a serem trabalhados em cada matéria e sua distribuição pelas respectivas seções, o mesmo indicava ainda, como conteúdos facultativos, os relativos às *plantas e lições gerais*.

Para o segundo grau, as matérias indicadas eram: gramática elementar da língua portuguesa, leitura de prosa e verso; escrita sob ditado; caligrafia; aritmética até regra de três inclusive sistemas legal de pesos e medidas; morfologia geométrica; desenho a mão livre; moral prática e educação cívica; geografia geral e história do Brasil; cosmografia; noções de ciências físicas, química, naturais e leitura de música e canto.

A partir da descrição dos conteúdos, é possível inferir que a metodologia privilegiava o ensino intuitivo, partindo do concreto para o abstrato, por meio da proposição de exercícios práticos.⁸

⁸ Cf. Amâncio (2000); Poubel e Silva (2006b).

Observando as disciplinas citadas no Programa, trabalhadas nas escolas isoladas, e comparando com as notícias veiculadas pela imprensa cuiabana, foi possível confrontar o que se discutia nos impressos com as normativas aprovadas.

O jornal *O Matto-Grosso* (12/02/1928, n. 2.090, p. 1) veiculou artigo intitulado *Nossa apreciação*, acerca do livro “*Noções de Methodologia e de Organização escolar*”, de autoria do professor baiano Alípio Franca, em cujo trabalho o autor expõe “as noções gerais de pedagogia prática, tão necessária àqueles que se dedicam à nobre, embora espinhosa, missão do ensino”. O articulista argumentava que nessa obra o autor havia tratado das principais questões “na arte de ensinar”. No entanto, criticou-a pelo fato desta não apresentar, dentre as questões tratadas, algo referente à “pedagogia musical, educação física e trabalho manual”, matérias que, na visão do articulista, eram “não menos importantes na instrução primária, já pelo seu elevado valor educativo, como disciplinar”, por acreditar que a música exercia “indiscutível influência sobre a sensibilidade”. Ressaltou, então, que, enquanto elemento educativo, era imprescindível ser ensinado nas escolas, pois era “vantajoso e animava e alegrava os meninos, predispondo os ao trabalho intelectual”. Da mesma maneira, saiu em defesa da música, da educação física e do trabalho manual, argumentando que se tratava de disciplinas que: “sempre figuraram nos programas de instrução primária, em virtude de seu elevado valor educativo e por isso consideradas importantíssimas, e nenhum estabelecimento de ensino primário será integral e eficiente se nele forem suprimidas as referidas disciplinas”. (*O MATTO-GROSSO*, 12/02/1928, n. 2.090, p. 1) Apesar das críticas tecidas acerca da obra, justificando não explanar sobre o método de ensino das referidas disciplinas, o articulista finalizou recomendando ao professorado primário a leitura da mesma.

O mesmo jornal (*O MATTO-GROSSO*, 18/03/1928, n. 2.095, p. 1) transcreveu ainda uma série de artigos referentes às teses defendidas por A. O. Barreto, com destaque para a tese “Que é que se deve entender por uma boa disciplina em classe?” publicada na edição de 18 de março de 1928, sob o título “Disciplina Escolar”. O destaque para o referido artigo justifica-se pelo fato dele apresentar a visão do autor acerca do horário e programa adotados pelos professores, fossem eles formados ou não. Para Barreto, grande número destes estava perdendo a autoridade que deveriam ter sobre seus alunos, justamente por cometerem, conscientemente, as seguintes infrações:

[...] *inobservância do horário e omissão de algumas das disciplinas*, que deveriam ser ensinadas no dia. Ou o professor tem mais predileção para o ensino de uma matéria do que para outra, que, aliás, não tem razão de ser, visto como o programa da classe deve ser todo desenvolvido, sem preferência, em benefício dos alunos, ou falece lhe aptidão, dedicação e entusiasmo no exercício do magistério, que é o pior dos casos... (*O MATTO-GROSSO*, 18/03/1928, n. 2.095, p. 1).

No mesmo artigo, Barreto defendia que as disciplinas vítimas da proposital omissão seriam: “desenho, trabalho manual (seção masc.), música e ginástica”. Considerava o ensino dessas disciplinas nas escolas primárias “importantíssimo pelo seu valor educativo, que de nenhum modo devem ser intencionalmente suprimidas em estabelecimentos de ensino, que se diz bem organizado”. (*O MATTO-GROSSO*, 18/03/1928, n. 2.095, p.1). Posteriormente, o autor descreveu detalhadamente sobre cada uma das disciplinas, ressaltando os aspectos que considerava positivos, a função e os resultados obtidos com cada uma, no sentido de convencer o leitor (e/ou os professores primários) da necessidade de serem trabalhadas, em classe, pelos professores primários.

Outro conteúdo destacado por Barreto referia-se ao ensino da moral e como este deveria ser realizado, transcrito também pelo *O Matto-Grosso*, em edição que circulou dia 15 de julho de 1928, intitulado “Método e processo de ensino”. Nele, o autor defendia o ensino de educação moral nas escolas que, pela sua importância, não deveria somente fazer parte e ocupar lugar distinto no programa, mas servir de base à integridade do ensino “porque fazer do menino um homem cada vez mais forte e bom, e ao mesmo tempo, um cidadão consciente dedicado aos interesses da pátria, é o supremo escopo da educação moral e cívica” (*O MATTO-GROSSO*, 15/07/1928, n. 2.112, p.1).

A maneira como deveria ser ministrado o ensino da moral nas escolas primárias foi defendida por Barreto, que apontou alguns exemplos, no intuito de prender a atenção das crianças:

Uma lição de moral de civismo dada a propósito de um fato atual impressiona a criança, atua sobre ela. Os acontecimentos da classe, da rua, ou da cidade, uma festa de caridade ou cívica, uma eleição, a abertura ou encerramento de Congresso, a posse de um presidente de Estado ou de um município, o julgamento de um criminoso, as datas nacionais, tudo é assunto de interessante palestra, motivos de lições mais ou menos concretizáveis em alguns análogos casos que se podem fazer em classe; a eleição de chefe, a escolha do diretor de ginástica, a abertura das aulas e seu encerramento, a distribuição de prêmios, a posse de um novo professor ou diretor, a vinda ou despedida de um colega, etc. (*O MATTO-GROSSO*, 15/07/1928, n. 2.112, p.1).

Por fim, destacamos o último artigo de Barreto acerca da disciplina “Desenho”, transcrita pelo *O Matto-Grosso* de 16 de setembro de 1928, com a defesa da tese “Como se deve encarar o ensino de desenho na escola primária? Como se deve proceder para torná-lo proveitoso ao exercício de futura profissão”. O autor inicia o artigo afirmando que, na maioria das escolas primárias, o ensino de desenho ainda não mereceu a atenção que lhe era devida de parte dos professores, a quem competia o dever de despertar o interesse infantil na aprendizagem desta “útil disciplina”, uma vez que:

Sendo a instrução primária eminentemente educadora, onde a infância recebe um ensino geral e elementar, bastante para lhe servir na vida prática ou para lhe servir de fundamento para a continuação de seus estudos, o ensino de desenho na escola primária não tem por fim formar artistas ou apresentar obras de arte, o que seria absurdo e quimérico tal intuito. Seu fim é educar e desenvolver todas as faculdades, concorrendo assim para o aperfeiçoamento dos sentidos da criança, despertando lhe a atenção para as coisas que a rodeiam, encaminhando-a na aquisição dos conhecimentos e na formação da vontade.

O desenho vem desenvolver lhe o gosto e educar lhe a vista. A perfeição do desenho está em plano secundário: o fim principal, a alma de ensino é que as faculdades da criança tenham desenvolvimento contínuo e seguro. (*O MATTO-GROSSO*, 16/09/1928, n. 2.121, p.2).

Por fim, Barreto ressaltou que o ensino de desenho e de outras matérias, na escola primária, deveria ser mais educativo que instrutivo e, para que fosse proveitoso, dependeria do método e do processo adotado pelo professor. Defendeu, então, que tanto para esse ensino, quanto para o de leitura, deveriam ser “tanto quanto possível analítico, objetivo e real”, que o método fosse racional e lógico, marcando os passos a seguir, do simples para o composto, do fácil ao mais complicado (*O MATTO-GROSSO*, 16/09/1928, n. 2.121, p.2).

O Regulamento da Instrução Pública de 1910 não explicitou a adoção de um método específico para o ensino da leitura, mas o professor Leowigildo Martins de Mello definiu o seu uso oficial a partir da elaboração de um Programa para os Grupos Escolares de Mato Grosso (1916). Criticou a decoração, método que se expandia para o ensino de todas as matérias e aproveitou para sugerir a utilização do método analítico, iniciando, assim, um direcionamento no ensino da leitura e da escrita o que, conseqüente, desencadeou discussões sobre os métodos existentes, definindo aquele que melhor se adaptaria ao cenário educacional mato-grossense (AMÂNCIO, 2000).

De acordo com Amâncio (2000), a adoção oficial do método analítico para o ensino da leitura ocorreu em Mato Grosso somente em 1927, com o novo Regulamento da Instrução Pública. No entanto, na Escola Modelo Anexa, desde 1924, a leitura e a escrita eram orientadas pelo método analítico-sintético. Naquele citado ano foi regulamentado um novo programa para a escola (grupo escolar do 1º Distrito), que, diferentemente do anterior (de 1916), apresentava, de forma detalhada, as matérias a serem trabalhadas nos respectivos anos (do 1º ao 5º ano), especificando “como ensinar” e o “resultado a alcançar”. Apresentava também os respectivos horários para cada ano, com o turno, dias da semana e a duração das aulas. Para o ensino da gramática, O professor deveria iniciar pela sentença, destacando as palavras para, posteriormente, quando a criança já tivesse aprendido, desmembrá-las em sílabas: “cada lição de leitura serão consagrados às noções de gramática; essas noções serão dadas pelo método indutivo, aquele que vai dos fatos para as leis, das verdades particulares para as verdades gerais” (MATO GROSSO, Programa da Escola Modelo Anexa à Normal, 1924).

Vale ressaltar que houve resistências das escolas primárias da capital e de outras cidades do interior, de aceitar os programas (como o estabelecido pelo Decreto n. 258/1910) similares aos de São Paulo, tendo em vista as diferenças socioeconômicas e culturais de Mato Grosso, algo que foi ressaltado também por Mello, em 1913.

1.3.2 Grupos Escolares: uma nova concepção de organização escolar

Em mensagem enviada à Assembleia Legislativa (1909), o Presidente do Estado, Pedro Celestino Corrêa da Costa, discorreu sobre os mesmos problemas enfrentados no ano anterior e que nenhum outro ramo reclamava mais esforço e cuidado por parte da administração pública do que a instrução. Apesar de considerar antiquado o Regulamento de 1896, Pedro Celestino acreditava que precisava investir mais na formação dos professores primários, principalmente nas localidades do interior, bem como na inspeção das escolas pelas autoridades incumbidas desse serviço; outros problemas também foram listados pelo então presidente, como a falta de edifícios, tanto na capital quanto no interior; de mobílias; de utensílios para os alunos que os recebiam do Estado; vencimentos de professores, dentre outros. Reconhecia, enfim, que a difusão do ensino se fazia necessária, mas que deixava a desejar. (MATO GROSSO, Mensagem, 1909).

Convencido da urgente necessidade de cuidar da instrução popular, “base fundamental de todo o verdadeiro progresso social”, mas também, como primeiro passo, investimentos na formação de “bons professores” (MATO GROSSO, Mensagem, 1910, p. 8), Pedro Celestino criou os grupos escolares, através da Resolução n. 508, de 16 de outubro de 1908, Art. 3º. Com o intuito de reorganizar a instrução pública estadual, mandou contratar, em São Paulo, dois normalistas⁹ recém-formados pela Escola Normal Caetano de Campos, Leowigildo Martins de Mello, com 21 anos, e Gustavo Fernando Kuhlmann, com 20 anos, para procederem à reforma de ensino.

Após viajarem de São Paulo para Mato Grosso, os professores paulistas se apresentaram, no dia 1º de junho de 1910, no Rio de Janeiro, ao delegado de Mato Grosso, Annibal de Toledo. Percorreram o trajeto fluvial até Montevidéo, passando por Buenos Aires e, tráfegando pelo Rio Paraguai, passaram por Corumbá e, de lá, seguiram para Cuiabá pelos paquetes *Coxipó* ou *Xingu*, local em que aportaram.

Firmaram contrato, em 1º de agosto do mesmo ano, com o governo estadual e, com o intuito de avaliar o “mecanismo pedagógico”, Mello e Kuhlmann fizeram visitas às escolas primárias da Capital, a fim de elaborar um diagnóstico da instrução pública de Cuiabá. Suas análises indicaram que “nada havia que se aproveitasse” e que “tudo estava por fazer”. Sugeriram a criação imediata do grupo escolar, pois acreditavam que somente com essa instalação, “com suas classes homogêneas, sujeito a unidade de programa, de horário e de orientação, constantemente sob as vistas do Diretor” é que se apresentava uma probabilidade de sucesso na reorganização da instrução (MELLO, 1911, p.1). No entanto, os grupos escolares já haviam sido criados, faltando a implantação desse modelo escolar.

A afirmação de Mello e Kuhlmann nos leva a questionar se eles não queriam supervalorizar sua experiência profissional, pois, será que a elite cuiabana deixaria seus filhos estudarem em uma instituição de ensino onde “não havia nada que se aproveitasse?”

A autorização de funcionamento dos grupos escolares encontrou respaldo no Decreto n. 258, de 20 de agosto de 1910, com o intuito de multiplicar, aqui, os modelares núcleos de ensino pautados na modernidade, no ensino racional e prático.

⁹ Sobre a missão e circulação de professores paulistas em Mato Grosso, no período de 1910 a 1916, Cf. Vidal; Sá (2010). Neste texto as autoras acompanharam a trajetória de Mello e Kuhlmann e a atuação dos dois educadores em terras mato-grossenses. Especificamente, sobre a atuação de Kuhlmann, conferir ainda Sá (2009) e, sobre a atuação de Mello Cf. Poubel e Silva (2004).

Inicialmente, foram instalados dois grupos escolares em Cuiabá, um no 1º e outro no 2º Distritos¹⁰. O do 1º Distrito, constituído das 1ª, 3ª, 4ª e 5ª escolas do sexo feminino, e as 1ª e 3ª do sexo masculino, foi inaugurado no dia 3 de setembro de 1910 sob a direção de Mello, sendo incorporado mais tarde à nova 4ª escola do sexo masculino e 2ª do feminino (MATO GROSSO, Relatório, 1911; 1913). Foram designadas as seguintes professoras para a seção feminina: Maria Luiza Antunes Maciel, Alzira Valladares, Azélia Augusta Mamoré; sendo que para a seção masculina: Joaquina de Cerqueira, Antônia Jorgino Ribeiro de Faria, e, posteriormente, nomeada interinamente Albertina Ribeiro de Faria.

A instalação do Grupo Escolar do 1º Distrito foi destaque na imprensa cuiabana, ao descrever detalhes desse ato, como a direção confiada ao normalista paulista Leowigildo Martins de Mello, que encaminhava os trabalhos com “regularidade e método”, “orientação pedagógica” e “dedicação pela prosperidade e bom funcionamento do grupo”, o que demonstrava “competência e vocação, reunidas ao carinho e desvelo” com que procurava normalizar a tarefa que lhe fora confiada (*O COMMERCIO*, 08/09/1910, n.28, p.2). Este jornal teceu elogios ao método empregado pelo professor paulista que, em tão pouco tempo, já obtinha resultados positivos, fruto da “orientação pedagógica” que conferiu “disciplina e a ordem que se observava no ato da instalação onde cerca de 300 crianças se conservaram silenciosas e com a compostura que a solenidade requeria” (*O COMMERCIO*, 08/09/1910, n.28, p.2).

O método a que se referia o jornal era o disciplinar, pois a organização do Grupo facilitava a fiscalização e controle, a ser tratado a seguir.

O segundo grupo escolar, instalado na região do Porto, no 2º Distrito, foi dirigido por Kuhlmann, datando sua instalação de 10 de setembro de 1910, em cerimônia que contou com a presença do Diretor Geral da Instrução Pública. Contou, naquele momento, da 1ª e 2ª escolas do sexo masculino, e 1ª e 2ª do feminino, todas da respectiva localidade (MATO GROSSO, Relatório, 1913). Nas festividades de inauguração, de acordo com a imprensa, estiveram presentes o “professorado primário e secundário, funcionários públicos e outros cidadãos”, momento em que “o sr. Professor Kuhlmann, em breve discurso, mostrou o quanto se achava disposto no intuito de cooperar com afinco na obra importante da reorganização do ensino público do nosso estado” (*A COLLIGAÇÃO*, 1911, n. 252, p.2). Com a reunião das respectivas escolas,

¹⁰ Estudos acerca dos grupos escolares de Mato Grosso conferir: Amâncio (2000); Reis (2006), Poubel e Silva (2006b) e Sá (2007).

foram nomeadas como adjuntas, para atuar no grupo escolar do 2º Distrito, as professoras Mariana Luiza Moreira, Saturvina da Costa Pereira, Conarina Ferreira de Souza, Alina do Nascimento Basmmam e Rosa Leite de Campos.

Os diretores desses dois grupos escolares tiveram um papel fundamental no acompanhamento da atuação dos docentes, exercendo, assim, uma ação fiscalizadora, algo que foi motivo de elogios por parte da direção da instrução pública, visto que os inspetores que atuavam junto às escolas isoladas eram acusados de serem displicentes com a sua função:

Do ponto de vista da fiscalização, é incontestável a superioridade de que se dá nossos grupos escolares comparado com a das escolas avulsas. Os grupos são verdadeiras repartições públicas onde diretores e professores mutuamente se fiscalizam, tendo por isso neles dispensada a presença constante das autoridades encarregadas de sua inspeção. (MATO GROSSO, Relatório, 1912).

No entanto, além de fiscalizar, os diretores orientavam e coordenavam o trabalho pedagógico dos professores (SÁ, 2007). Algo perceptível antes da abertura de funcionamento da Escola Modelo, momento em que seu diretor, o prof. Leowigildo Martins de Mello (1911), ciente das dificuldades em que se deparavam os professores primários dessa escola, que, a exemplo das demais, encontrava-se composto, predominantemente por professores leigos, limitados ao “[...] pernicioso método da decoração, ao ensino de todas as disciplinas pelo método tratadista”, organizou um treinamento com a duração de três meses, com o intuito de orientá-los sobre a nova metodologia proposta (MELLO, 1911).

Constatou-se, então, que, para tornar possível o processo de inovação inerente à escola graduada, fazia-se necessário também investir na formação dos professores, que eram, em sua maioria, leigos. Nesse sentido, Pedro Celestino criou também uma Escola Normal em Cuiabá¹¹, com o intuito de mudar o quadro que outrora se apresentava. Instalada no dia 1º de fevereiro de 1911, a solenidade foi descrita pelo jornal *O Commercio* (1911, n. 49, p.2) como momento “festivo” que contou com a presença de “muitos convidados, autoridades, professores e populares”, sendo todos recebidos “gentilmente pelo esforçado educador que se acha à frente da direção da Escola Normal, o sr. Dr. Leowigildo Martins de Mello [...]”.

¹¹ Criada pela Lei nº 533, de 4 de julho de 1910, foi reformada pelo Decreto n. 353, de 1º de janeiro de 1914, e aprovada pela Lei n. 679, de 22/07/1914. Estudo sobre a Escola Normal de Cuiabá, conferir Poubel e Silva, 2006a.

A Escola Normal de Cuiabá nos discursos dos governantes tinha como propósito “[...] ministrar em um curso pedagógico, teórico e prático, o ensino profissional necessário às pessoas de ambos os sexos que se propusessem exercer o magistério primário” (MATO GROSSO, Mensagem 1911). Na opinião de Corrêa Filho (1939), a mesma escola desempenhou importante papel, colaborando para a publicidade da instrução pública por meio dos professores normalistas que concluíam o curso, cujo objetivo precípua era a formação de professores primários.

Anexa à Escola Normal, foi instalado o grupo escolar do 1º Distrito, denominado de “Escola Modelo”, além de uma proposta para a criação de um “Jardim da Infância”, que não se consolidou. O Regulamento nº 266 (Art. 144) determinava que estes estabelecimentos funcionassem sob a direção do Diretor da Escola Normal e obedecessem à orientação pedagógica que lhe imprimisse sua congregação. A Escola Modelo seria destinada, de acordo com o mesmo documento, à prática pedagógica dos alunos do 2º e 3º anos do curso Normal, se prestando de Modelo para todos os grupos escolares e escolas isoladas do estado (MATO GROSSO, Regulamento nº 266, Art. 146).

A implantação dos grupos escolares reunia todas as características da escola graduada e surgiu no bojo do discurso de modernização pedagógica e como solução para o problema das escolas isoladas:

A escola graduada fundamentava-se essencialmente na classificação dos alunos pelo nível de conhecimento em agrupamentos supostamente homogêneos implicando a constituição de classes. Pressupunha, também, a adoção do ensino simultâneo, a racionalização curricular – controle e distribuição ordenada dos conteúdos e do tempo [...], a introdução de um sistema de avaliação, a divisão do trabalho docente e um edifício escolar compreendendo várias salas de aula e vários professores. O modelo colocava em correspondência a distribuição do espaço em elementos da racionalização pedagógica – em cada sala de aula uma classe referente a uma série, para cada classe, um professor. (SOUZA, 2009, p. 29).

Os grupos escolares configuraram-se como uma escola urbana moderna, ao reunir em um único prédio, de quatro a dez escolas isoladas, localizadas num raio de 2 km, sob uma única direção, sendo os alunos apartados por classes e sexo, ficando sob a responsabilidade de um professor cada classe de alunos, característica do ensino simultâneo. Além disso, a organização administrativa e didático-pedagógica desses estabelecimentos era considerada, pelos reformadores, como superior à das escolas

isoladas, o que lhes conferia visibilidade pública e prestígio social (SOUZA, 1998; 2007; 2009).

Os grupos escolares consolidaram, no país, a representação do ideal de escola pública elementar (VIDAL, 2006). A força dessa representação, consoante Souza (2009, p. 69) “[...] ancorava-se nos ideais liberais de educação, na crença do poder da escola e no modo de conceber o desenvolvimento regional e nacional atrelado à modernização educacional”.

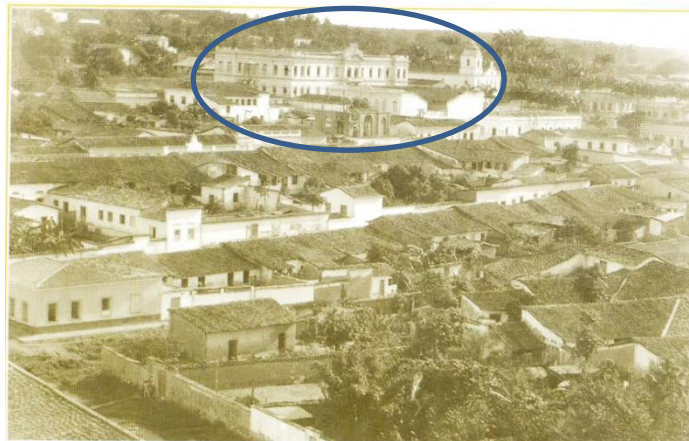
A instalação dos grupos escolares implementou, sem dúvida, uma das mudanças mais significativas na reorganização da instrução pública em Mato Grosso, pois implicava em mudanças na cultura escolar, desde sua estrutura física até as relações humanas intraescolares, instituindo-se uma moderna divisão do trabalho (SÁ, 2006; 2007). Com sua instalação foram agrupadas, num mesmo local, várias escolas avulsas ou isoladas.

Instalados inicialmente em prédios precários, alugados provisoriamente e, considerados impróprios, mais tarde mereceram instações próprias, com arquitetura monumental. Segundo Reis e Sá (2006, p. 77):

[...] construídos nas primeiras décadas da República, representavam muito mais que edifícios erigidos apenas para comportar uma instituição de ensino. Eram planejados para que se destacassem em meio aos demais prédios, provocando a admiração daqueles que os observassem por fora e naqueles que tivessem o “privilégio” de conhecê-los por dentro. Majestosamente situados, com uma arquitetura sóbria e elegante, os grupos eram revestidos de elementos condizentes com o padrão e o estilo inspirados na época, o Neoclássico, que lhe conferiram o estatuto de verdadeira “obra de arte”. [...]

Para a Escola Modelo foi determinada a construção de um edifício, intitulado “Palácio da Instrução” (Figura 10), que abrigou a Escola Normal, o Liceu Cuiabano e a Escola Modelo Anexa. Foi, sem dúvida, a instituição educacional mais “imponente” construída no Estado, nas primeiras décadas do século XX. A pedra fundamental do edifício foi lançada em 1911 e sua inauguração datada de 1914.

Figura 10: Vista área da cidade de Cuiabá, anos 1920



Fonte: RAMOS, 2002, p.62

Na figura, destaca-se o imponente Palácio da Instrução, que contrastava com seus arredores, onde imperava mata, sendo as casas, em sua maioria, geminadas e caiadas de branco, e com as ruas de terra batida, ruelas e becos.

Para o grupo escolar do 2º Distrito, denominado “Senador Azeredo”, construiu-se também um espaço próprio, com o lançamento da pedra fundamental em abril de 1913, algo que também foi noticiado pela imprensa (*O MATTO-GROSSO*, 13/04/1913, n. 1.183, p.3). Essa construção, assim como o grupo do centro da Capital, também gerou vários debates estampados nos jornais cuiabanos, principalmente entre os opositores, como *O Debate* e *O Matto-Grosso*, os quais questionaram os valores gastos, o material utilizado para construção, seu muramento, mobiliários oriundos dos Estados Unidos etc.

A estrutura arquitetônica desse edifício apresentou linhas mais simples, se comparado ao Palácio da Instrução, porém, igualmente imponente para a região que estava localizado, conforme podemos perceber na figura a seguir:

Figura 11: Fachada do Grupo Escolar Senador Azeredo com alunos, s/d



Fonte: POUBEL; SILVA, 2006b, p. 187.

Em Cuiabá, os jornais da época publicaram artigos opinando sobre as construções dos prédios para abrigar as duas referenciadas escolas e os aspectos que deveriam ser observados:

Agora que o Governo mato-grossense dedica real interesse às coisas afetas ao desenvolvimento da educação popular, base da ordem e do progresso que é o lema de nossa Pátria cremos não serem despropositadas algumas considerações sobre o assunto que epigrafa estas linhas. [...] Ainda não há muito os edifícios escolares do mundo inteiro eram construídos sem a observância de um plano uniforme. As consequências de tal desorientação não tardavam surgir: - desperdiçava-se o público erário sem resultado, as construções apareciam defeituosas, cheias de quinas sobre pontos rudimentares de higiene, falhas por completo dos requisitos pedagógicos mais essenciais. Foi a França a primeira nação que em 1887 nomeou uma comissão composta de arquitetos, higienistas e professores para o fim de resolver o problema das construções escolares. [...] Oportuno seria que essa iniciativa fosse secundada em nosso Estado, atenta na elevada e digna orientação do atual Governo no que diz respeito à instrução pública. [...] Façamos, portanto um rápido estudo da construção escolar. Primeiramente qualquer edifício escolar deve ser construído de ordem a fornecer, tanto quanto possível, a ação dos agentes físicos, destinados a condensar no organismo do aluno a energia e a saúde. Essa construção será feita, portanto de modo a que o ar, a água, a luz e o calor circulem por tudo o edifício nas devidas proporções. (*O DEBATE*, 23/01/1912, n. 100, p. 1-2).

O Regimento Interno para os grupos escolares estaduais foi oficialmente apresentado em novembro de 1916. Nesse documento, organizado de acordo com o parágrafo 1º do artigo 77 do Regulamento da Instrução Pública e Decreto nº 258, de 20 de agosto de 1910, é estabelecida a organização dos grupos (classes, ensino, material escolar, biblioteca, tempo das funções escolares, higiene escolar, disciplina, prêmios, ginástica e estatística, mas também os modelos dos mapas mensais e semestrais).

Ao reassumir novamente, em 1922, o governo de Mato Grosso, Pedro Celestino Corrêa da Costa defendeu em seu discurso que a instrução a ser ministrada pelas escolas deveria abranger os conhecimentos necessários à formação de cidadãos aptos para a vida prática e à colaboração para o progresso da sociedade em que viviam (MATO GROSSO, Mensagem, 1923). Pensando assim, contratou, novamente em São Paulo, um professor, Rubens de Carvalho, para dirigir a Escola Normal, local em que atuou também como professor de Psicologia. Estabeleceu a fiscalização das escolas primárias por meio do inspetor remunerado, e desativou o Grupo Escolar Senador Azeredo (do 2º Distrito de Cuiabá). Apesar disso, Pedro Celestino acreditava que “nenhum progresso é [seria] possível sob o ponto de vista material, moral e social sem a difusão do ensino útil pela massa popular” (MATO GROSSO, Mensagem, 1923). Nesse sentido, criou mais dois grupos escolares, instalando-os, desta vez, nas cidades de Campo Grande e Três Lagoas, em 13 de junho de 1922, autorizados a funcionar pela Resolução n. 866, de 3 de junho de 1922¹².

Em 1926, Mário Corrêa da Costa nomeou uma comissão de intelectuais, composta pelo Diretor da Instrução Pública, Cesário Alves Corrêa e pelos professores Jayme Joaquim de Carvalho, Isac Póvoas, Júlio S. Müller, Franklin Cassiano da Silva, Rubens de Carvalho, Philogonio de Paula Corrêa, Fernando Leite de Campos, Nilo Póvoas e Alcino Carvalho¹³ para reorganizar a instrução pública estadual.

Com o novo Regulamento da Instrução Pública, aprovado e expedido por meio do Decreto n. 759, de 22 de abril de 1927, as escolas primárias foram classificadas em: isoladas (rurais, urbanas e noturnas), grupos escolares e escolas reunidas. A inovação residia na implantação das escolas reunidas¹⁴, que abrigava em um único edifício, três

¹² Pesquisas realizadas sobre os grupos escolares criados no sul de Mato Grosso podem ser conferidas nas produções de Oliveira (2006); Oliveira; Gonçalves (2010) entre outros.

¹³ Sobre esses intelectuais, conferir artigo intitulado “A Influência do Ideário Escolanovista na Reforma da Instrução Pública de Mato Grosso – 1927”, de autoria de Elizabeth Sá e Nicanor Palhares Sá, 2011, p. 197-212.

¹⁴ Sobre a criação, implantação e sedimentação das escolas reunidas em Mato Grosso, conferir pesquisas de Santos (2012).

ou mais escolas isoladas que funcionassem num raio de dois quilômetros, devendo manter a frequência mínima de 80 alunos (Art. 19), ter no máximo sete classes, não podendo funcionar com menos de três (Art. 20). Porém, até 1930, nenhuma escola reunida foi instalada.

Juntamente com esse modelo escolar, “[...] algumas inovações inerentes à escola graduada foram introduzidas no ensino público primário”, como a “aplicação do ensino simultâneo, com a organização homogênea dos alunos distribuídos em classes e séries, ficando estabelecida uma relação entre série e idade do aluno, que era essencial” (SÁ; SÁ, 2011, p. 34).

O Regulamento de 1910 indicava como método *intuitivo*, a ser aplicado nas escolas primárias. As aulas do ensino primário seriam oferecidas em uma “seção diária” e com duração regularmente de cinco horas (Art. 20), não sendo admitido o “sistema de ensino por decuriões ou monitores”, obrigando o professor que não tivesse adjunto a “lecionar pessoalmente a todos os seus alunos” (Art. 22), bem como terminantemente estava “proibido o castigo corporal, ou qualquer outro” que pudesse “abater o brio à criança” (Art. 28).

Além disso, essas escolas se dividiriam em dois graus e nelas deveriam ser ministrados: leitura, escrita, cálculo aritmético sobre números inteiros e frações, língua materna, geografia do Brasil, deveres cívicos e morais e trabalhos manuais apropriados à idade e ao sexo dos alunos das escolas do 1º grau. Nas de 2º grau, além das mesmas aplicadas no primeiro, eram acrescentadas ainda: gramática elementar da língua portuguesa, leitura de prosa e verso, escrita sob ditado, caligrafia, aritmética, até regra de três, inclusive sistema legal de pesos e medidas, morfologia geométrica, desenho a mão livre, moral prática e educação cívica, geografia geral e história do Brasil, cosmografia, noções de ciências físicas, químicas naturais e leitura de música e canto (Art. 4º).

O ensino nas escolas primárias deveria ser prático e intuitivo, devendo o professor partir, nas suas lições, do conhecido para o desconhecido e do concreto para o abstrato, evitando perturbar a inteligência da criança com estudos de regras e definições e esforçando-se para que os seus alunos, sem se fatigarem, tivessem interesse pelos assuntos tratados (Art. 12). Além disso, a normativa prescrevia ainda que era absolutamente proibido o castigo corporal, ou qualquer outro que pudesse abater o brio da criança (Art. 26). Esses artigos evidenciam a importância do método de ensino intuitivo, uma vez que, com sua adoção, segundo Valdemarin (1998, p. 80):

[...] pretende-se educar a criança a partir de novos padrões intelectuais, que têm sua origem numa nova concepção sobre o conhecimento, que postula a origem das ideias nos sentidos humanos e que, aplicada ao ensino, pretende formar indivíduos que usem menos a memória e mais a razão e que valorizem a observação e o julgamento próprios como meios de construção do conhecimento e da implementação das atividades práticas.

Com o movimento em torno da renovação pedagógica no Brasil, investiu-se na adoção deste “novo método: concreto, racional e ativo, *denominado ensino pelo aspecto, lições de coisas ou ensino intuitivo* [...]” (VALDEMARIN, 1998, p. 68. Grifos da autora).

Ao se pensar os métodos de alfabetização adotados e/ou utilizados na época em questão, para o ensino da leitura e da escrita, eles podem ser classificados em dois tipos básicos: sintético (da “parte” para o “todo”) e analítico (do “todo” para a “parte”). A autora Maria do Rosário Longo Mortatti (2008, p. 94) esclarece que:

[...] dependendo do que foi considerada a unidade linguística a partir da qual se devia iniciar o ensino da leitura e escrita e do que se considerou ‘todo’ ou ‘parte’, ao longo da história da alfabetização no Brasil, foi-se sedimentando a seguinte subdivisão classificatória desses métodos: métodos sintéticos (de marcha sintética): alfabético, fônico, silábico; e métodos analíticos (de marcha analítica): palavração, sentencição, historieta, conto.

Em Mato Grosso, livros e compêndios não poderiam ser admitidos nas escolas públicas do estado sem antes serem aprovados e mandados adaptar pelo Conselho Superior da Instrução Pública (MATO GROSSO, Regulamento, 1910, Art. 29). Em cada uma das escolas primárias, além da mobília que deveria ser fornecida à custa do Estado, haveria também um relógio de parede, um armário envidraçado, uma coleção de cartas geográficas, modelos de escrita, cabides para chapéu, talha e copos para água e quaisquer outros objetos indispensáveis para serviço interno da escola (MATO GROSSO, Regulamento, 1910, Art. 212).

Referente à mobília dos primeiros grupos escolares instalados no estado, a imprensa noticiou sua chegada à alfandega de Corumbá, sendo nomeado o professor Leowigildo Martins de Mello para examinar e conferir o mobiliário que havia sido encomendado pelo governo (*O DEBATE*, 2/02/1912, n. 108, p. 2). Noticiou ainda que o governo de Pedro Celestino havia feito encomenda apenas do mobiliário escolar indispensável para a instalação da Escola Normal e dos Grupos Escolares, dos quais

faziam parte os “modernos aparelhos para o gabinete de física e química” instalado no Palácio da Instrução para uso das instituições de ensino ali alojadas (*O MATTO-GROSSO*, 30/11/1913, n. 1.215, p. 1).

Em 4 de novembro de 1916 foi expedido o Regimento Interno dos Grupos Escolares do Estado de Mato Grosso, organizado de acordo com o parágrafo 1º do artigo 77 do Regulamento da Instrução Pública e segundo o Decreto nº 258, de 20 de agosto de 1910, detalhando a organização e funcionamento dessa modalidade de estabelecimento (MATO GROSSO, Regimento, 1916). No entanto,

A instalação desse novo modelo de escola não anulou a preocupação dos governantes com o funcionamento das escolas isoladas, pelo contrário, algumas mudanças foram empreendidas, tais como a supressão da escola complementar, a graduação do ensino, com a publicação de um programa escolar similar ao dos grupos escolares (1917) e a organização do tempo escolar (1917), conforme acontecia nas escolas graduadas, mantendo-se a regência de um único professor numa sala de múltiplas idades e fases do desenvolvimento. (SÁ; SÁ, 2011, p. 36).

Como foi possível perceber, as escolas primárias eram divulgadas pela imprensa cuiabana, através de notas e artigos. No próximo capítulo, trataremos da Imprensa jornalística e sua atuação na Capital.

CAPÍTULO II – MATO GROSSO: IMPRENSA, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

[...] não existe história econômica e social. Existe a história, simplesmente na sua unidade. A história que é toda ela social, por definição.

Lucien Lefebvre (1953)

A afirmação de Lefebvre¹⁵ foi veiculada numa conferência realizada em 1941, levando-nos a refletir sobre a narrativa utilizada para a construção da escrita de uma história da educação específica do ensino primário, enquanto história local, conectada ao regional e ao nacional (global) que, permeada do social, não pode ser tratada de forma desvinculada dos demais aspectos econômicos e políticos.

Diferentemente do que apontam as pesquisas com os impressos pedagógicos, que em sua maioria atuam como estratégias na formação dos especialistas da área¹⁶, a imprensa jornalística impressa periodicamente e aqui estudada adquire um caráter estratégico de educador do social que, ao mesmo tempo, procura moldar ou impor representações sobre a escola, sobre os diferentes atores envolvidos em sua constituição (diretores, professores, alunos, inspetores), sobre os aspectos pedagógicos, enfim, sobre o processo de modernização da escolarização vivenciada no período.

Nesse sentido, o presente capítulo trata dos jornais impressos em Cuiabá, analisando seu formato, periodicidade e diretores/colaboradores, que materializam as *representações concorrentes* presentes na sociedade cuiabana.

2.1. A PALAVRA IMPRESSA¹⁷ NOS JORNAIS MATO-GROSSENSES

Etimologicamente, o termo “imprensa” está relacionado a “qualquer veículo de comunicação que produza notícia”, diretamente ligado a vocábulos, como prelo, prensa, mídia, informação, tipografia, jornalismo, repórter, publicação e jornal.¹⁸ Assim, nesta pesquisa nos centramos num único meio de comunicação – o jornal impresso – que

¹⁵ Lefebvre, 1953, p.19-20.

¹⁶ Cf. Biccas, 2008; Catani; Bastos, 1997; Nóvoa, 1993,1997; Bastos, 2005 e Catani, 1989,1992.

¹⁷ Termo usado por Darnton; Roche (1996) com a ressalva de que deve ser observada não apenas enquanto registro de fatos, mas como ingrediente decisivo dos acontecimentos. Neste sentido, é assim que a observamos nesta pesquisa, que ao ser difundida pelos jornais conquistou espaço e força necessárias para exercer poder e influência nos vários setores da sociedade.

¹⁸ Cf. dicionário *on line* de português.

circulou na Capital de Mato Grosso durante as três décadas iniciais do século XX, especificamente, aqueles que foram preservados e localizados nos acervos (ver apêndice 1).

Analisar a escolarização da infância pela ótica dos jornais impressos em Mato Grosso nos possibilita delinear as representações de um tempo passado, registradas num objeto cultural construído por textos suscitados por debates que envolviam aspectos culturais, políticos, econômicos e educacionais das três primeiras décadas do século XX, que, depois de elaborados, ganhavam vida nas prensas das oficinas tipográficas.¹⁹

De acordo com Jucá (2009), a primeira oficina tipográfica em Mato Grosso foi idealizada pelo Marquês de São Vicente, José Antônio Pimenta Bueno, presidente da província que enviou um relatório à Assembleia Legislativa Provincial, em 1º de março de 1837, explicando que, para comprá-la, havia solicitado uma subscrição com o intuito de angariar recursos pelos diferentes municípios²⁰. Porém, sua inauguração ficou a cargo do cônego José da Silva Guimarães, substituto de Pimenta Bueno após sua exoneração. Essa primeira máquina tipográfica foi enviada do Rio de Janeiro e instalada em Mato Grosso, em maio de 1839. O primeiro tipógrafo que chegou ao Estado foi Francisco José de Melo (JUCÁ, 1986).

Nesse mesmo ano, em dia 14 de agosto, circulou o primeiro jornal editado e impresso em Cuiabá: o *Themis Matogrossense*, de circulação semanal que estampava em suas páginas notícias de caráter oficial, organizadas em duas colunas largas e impresso em papel almaço, medindo 0,31x 0,21 centímetros. Foi comercializado por 800 réis por trimestre e 80 réis o número avulso (JUCÁ, 2009), porém, teve curta existência, extinguindo-se em 1840, devido à oposição da Assembleia Legislativa Provincial ao governo do então Presidente Estevão Ribeiro de Rezende (MENDONÇA, 1963). Sofreu interrupções na sua publicação e alterações na sua nomenclatura ao longo dos anos, a saber: *Cuyabano Oficial*, em 1842; *O Cuyabano*, em 1843; *Gazeta Cuyabana*, em 1847; *Gazeta Oficial do Estado de Matto-Grosso*, a partir de 1890²¹, e mais tarde passou a ser denominado *Diário Oficial de Mato Grosso* (1937). Com a

¹⁹ Cf. obra clássica de Darnton; Roche (1996), que abordam diferentes aspectos da imprensa na França, enquanto evento revolucionário, que afetou decisivamente os rumos da vida e da cultura, não só desta nação, mas de praticamente todas as outras.

²⁰ Em 1838, Pimenta Bueno, em relatório à Assembleia, prestou conta da subscrição popular e informou sobre o sucesso na compra da tipografia, que veio acompanhada de papel e tinta.

²¹ De acordo com Jucá (2009, p. 97), a *Gazeta Oficial do Estado de Matto-Grosso* foi impressa inicialmente na gráfica de *O Atalaia*, na cidade de Cáceres, adquirido pelo governo estadual e logo transferido para Cuiabá.

venda da tipografia oficial em 1848, inaugurava-se uma nova etapa, quando os jornais mato-grossenses passaram a ser impressos nas oficinas gráficas particulares.

A Tipographia Provincial foi arrematada por José Leite Penteado e, já na condição de oficina tipográfica particular, logo imprimiu e fez circular um novo jornal, o *Echo Cuiabano*, identificado por Jucá (1986) como o primeiro periódico particular de Mato Grosso. Editado a partir de 2 setembro de 1848, o novo veículo impresso tinha um formato de 26,5 centímetros de altura por 15,5 de largura, um pouco menor que os jornais oficiais anteriores, continuando a publicar, entre outras informações, os atos e a legislação oficial.

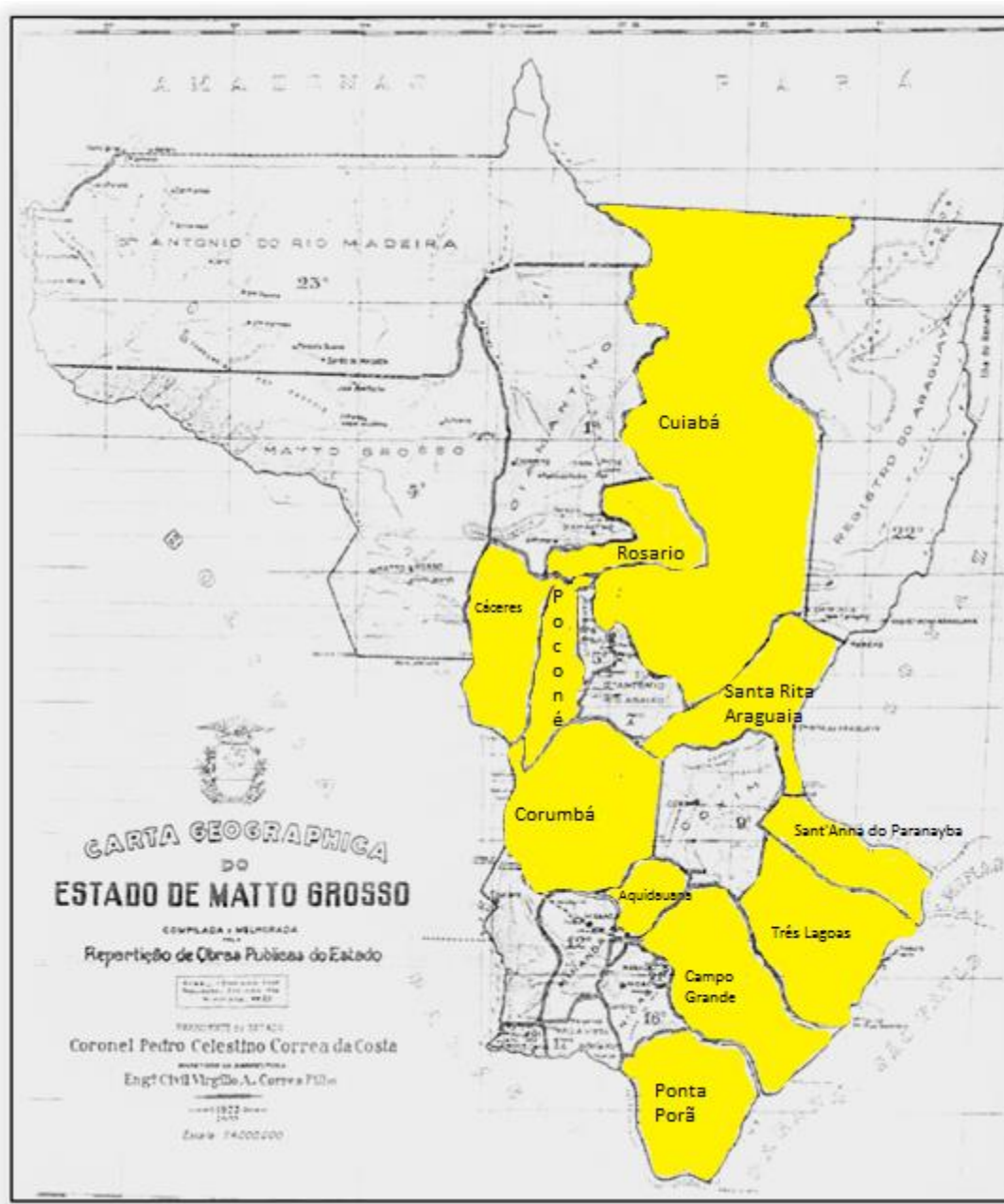
Posteriormente, muitos outros jornais foram produzidos, o que fez com que essa prática cultural se disseminasse cada vez mais em âmbito regional. No início do século XX até 1930, em Mato Grosso, a produção jornalística impressa continuou a surgir e a desaparecer de forma célere, fenômeno característico não só da imprensa local, mas nacional. Conforme Sodré (1999, p.324), somente São Paulo tinha a produção industrial de periódicos, sendo que, em 1909, surgem as revistas especializadas naquele e em outros estados, pois, no início do novo século “[...] a imprensa estava ainda na transição da fase artesanal para a fase industrial”, sendo a matéria principal dos jornais a política, e “a luta política assume, neles, aspectos pessoais terríveis, que desembocam, quase sempre, na injúria mais vulgar”, sendo esta de fato uma característica marcante da imprensa escrita mato-grossense. Sodré (1999) destaca ainda que somente com o desenvolvimento do capitalismo e o conseqüente crescimento da urbanização e da industrialização foi que a imprensa se profissionalizou e passou a ser um negócio lucrativo.

Com uma extensão territorial de 1.477.041 km² distribuídos em 22 municípios²², Mato Grosso era considerado o maior estado do país, e integrado pelos seguintes municípios: Diamantino (1), Rosário Oeste (2), Cuiabá (3), Mato Grosso (4), Livramento (5), São Luiz de Cáceres (6), Santo Antônio do Rio Abaixo (7), Poconé (8), Coxim (9), Corumbá (10), Sant’Anna do Paranaíba (11), Miranda (12), Campo Grande (13), Aquidaunana (14), Três Lagoas (15), Nioaque (16), Bela Vista (17), Porto Murtinho (18), Ponta Porã (19), Santa Rita do Araguaia (20), Registro do Araguaia (21)

²² Atualmente, o Estado possui uma área geográfica de 903.357 km², pois uma parte foi desmembrada em 1943, ao ser criado o Território Federal do Guaporé (atual Rondônia), que incorporou dois grandes municípios: Alto Madeira (antigo Santo Antônio do Rio Madeira) e Guajará-Mirim e ainda uma parte do município de Mato Grosso (atual Vila Bela). Com a divisão em 1977, foi criado o estado de Mato Grosso do Sul, ocasião em que Mato Grosso foi privado de muitos municípios.

e Santo Antônio do Rio Madeira (22), conforme é possível observar na representação cartográfica compilada e melhorada pela Repartição de Obras Públicas do Estado, que tinha como Engenheiro Civil Virgílio Alves Corrêa Filho, no ano de 1923 (Figura 12):

Figura 12: Carta cartográfica do Estado de Mato Grosso compilada em 1923



Fonte: Caixa 119, rolo 81, ACMC *apud* MORAES, 2003, p.61)

Os jornais impressos foram criados nas cidades consideradas mais “prósperas” na época, assinaladas no mapa em amarelo. Pode-se perceber que a imprensa

jornalística se expandiu mais nas localidades ao sul do então Estado uno. Foram criados os seguintes jornais:

Quadro 07 – Jornais que circularam em Mato Grosso nas décadas de 1910-1930

| N. | Jornal | Local de publicação | Período de publicação disponibilizado nos acervos |
|-----------|-----------------------------|----------------------------|--|
| 1 | <i>A Colligação</i> | Cuiabá | 1905/1911 |
| 2 | <i>A Cruz</i> | Cuiabá | 1910/1965-1969 |
| 3 | <i>O Commercio</i> | Cuiabá | 1910/1911 |
| 4 | <i>O Neophito</i> | Cuiabá | 1910/1911 |
| 5 | <i>O Pharol</i> | Cuiabá | 1902/1910-1925/1926 |
| 6 | <i>O Matto-Grosso</i> | Cuiabá | 1890/1895-1905/1911-1922/1928/1933-1935/1937 |
| 7 | <i>A Reacção</i> | Cuiabá | 1909/1914 |
| 8 | <i>O Tempo</i> | Cuiabá | 1911 |
| 9 | <i>O Debate</i> | Cuiabá | 1911/1915 |
| 10 | <i>A Imprensa</i> | Cuiabá | 1911/1913 |
| 11 | <i>A Notícia</i> | Cuiabá | 1912/1913 |
| 12 | <i>O Amiguinho</i> | Cuiabá | 1912 |
| 13 | <i>O Tagarela</i> | Cuiabá | 1912 |
| 14 | <i>O Imparcial</i> | Cuiabá | 1913/1914 |
| 15 | <i>A Opinião</i> | Cuiabá | 1914 |
| 16 | <i>O Echo Do Povo</i> | Cuiabá | 1914 |
| 17 | <i>O Reverbero</i> | Cuiabá | 1914 |
| 18 | <i>A Liça</i> | Cuiabá | 1914/1915 |
| 19 | <i>O Mutualista</i> | Cuiabá | 1914 |
| 20 | <i>A Opinião</i> | Cuiabá | 1914 |
| 21 | <i>O Echo</i> | Cuiabá | 1914/1915 |
| 22 | <i>O Gladiador</i> | Cuiabá | 1914/1915 |
| 23 | <i>O Estado</i> | Cuiabá | 1915/1916 |
| 24 | <i>Diario Da Tarde</i> | Cuiabá | 1915 |
| 25 | <i>O Povo</i> | Cuiabá | 1916 |
| 26 | <i>O Momento</i> | Cuiabá | 1916 |
| 27 | <i>A Juventude</i> | Cuiabá | 1916/1917 |
| 28 | <i>Republicano</i> | Cuiabá | 1916/1918-1920-1925-1926-1950 |
| 29 | <i>O Pequeno Mensageiro</i> | Cuiabá | 1917/1933 |
| 30 | <i>Cuiabá-Jornal</i> | Cuiabá | 1918 |
| 31 | <i>Correio Do Estado</i> | Cuiabá | 1920/1921-1923/1926 |
| 32 | <i>A União</i> | Cuiabá | 1919 |
| 33 | <i>8 de Abril</i> | Cuiabá | 1919 |
| 34 | <i>O Cacete</i> | Cuiabá | 1920 |
| 35 | <i>O Atleta</i> | Cuiabá | 1920 |
| 36 | <i>O Parafuso</i> | Cuiabá | 1920 |
| 37 | <i>O Baioneta</i> | Cuiabá | 1920 |
| 38 | <i>O Jornal</i> | Cuiabá | 1922/1923 |

| | | | |
|----|----------------------------|--------------|----------------|
| 39 | <i>A Luz</i> | Cuiabá | 1924 |
| 40 | <i>A Cidade</i> | Cuiabá | 1924 |
| 41 | <i>A Verdade</i> | Cuiabá | 1924 |
| 42 | <i>O Alfinete</i> | Cuiabá | 1924 |
| 43 | <i>O Fifó</i> | Cuiabá | 1924/1925 |
| 44 | <i>A Capital</i> | Cuiabá | 1924/1927-1949 |
| 45 | <i>O Rábula</i> | Cuiabá | 1926 |
| 46 | <i>O Ferrão</i> | Cuiabá | 1926/1932 |
| 47 | <i>A Hora</i> | Cuiabá | 1926 |
| 48 | <i>A Semana</i> | Cuiabá | 1926/1928 |
| 49 | <i>A Chrysallida</i> | Cuiabá | 1926/1927 |
| 50 | <i>A Penna Evangélica</i> | Cuiabá | 1926/1944 |
| 51 | <i>O Democrata</i> | Cuiabá | 1926/1930 |
| 52 | <i>A Plebe</i> | Cuiabá | 1927/1930-1933 |
| 53 | <i>O Garganta</i> | Cuiabá | 1927/1928 |
| 54 | <i>A Reacção</i> | Cuiabá | 1928/1930 |
| 55 | <i>A Pilheria</i> | Cuiabá | 1928 |
| 56 | <i>O Jornal</i> | Cuiabá | 1929/1930 |
| 57 | <i>O Motorista</i> | Cuiabá | 1929/1930 |
| 58 | <i>Correio Do Sul</i> | Campo Grande | 1920/1929 |
| 59 | <i>Jornal Do Commercio</i> | Campo Grande | 1923/1949 |
| 60 | <i>Tribuna Do Povo</i> | Campo Grande | 1925/1929 |
| 61 | <i>A Nota</i> | Campo Grande | 1929 |
| 62 | <i>A Campanha</i> | Campo Grande | 1929/1931 |
| 63 | <i>Diario Do Sul</i> | Campo Grande | 1929/1930 |
| 64 | <i>Correio Do Estado</i> | Corumbá | 1909/1912 |
| 65 | <i>O Comercio</i> | Corumbá | 1910 |
| 66 | <i>O Argonauta</i> | Corumbá | 1910 |
| 67 | <i>O Brazil</i> | Corumbá | 1910 |
| 68 | <i>Tribuna</i> | Corumbá | 1912/1949 |
| 69 | <i>Jornal de Corumbá</i> | Corumbá | 1912 |
| 70 | <i>Correio do Povo</i> | Corumbá | 1913 |
| 71 | <i>Ordem</i> | Corumbá | 1914 |
| 72 | <i>Opinião Publica</i> | Corumbá | 1914 |
| 73 | <i>Diário de Corumbá</i> | Corumbá | 1915/1978 |
| 74 | <i>A Cidade</i> | Corumbá | 1918/1930 |
| 75 | <i>Corumbá Jornal</i> | Corumbá | 1928 |
| 76 | <i>Argos</i> | Cáceres | 1911/1914 |
| 77 | <i>O Comercio</i> | Cáceres | 1917 |
| 78 | <i>A Razão</i> | Cáceres | 1921/1945 |
| 79 | <i>Jornal De Poconé</i> | Poconé | 1912/1915 |
| 80 | <i>A Lide</i> | Poconé | 1925 |
| 81 | <i>Cidade De Poconé</i> | Poconé | 1912 |
| 82 | <i>Tribuna Do Povo</i> | Aquidauana | 1923/1925 |
| 83 | <i>Gazeta Do Sul</i> | Aquidauana | 1926/1929 |
| 84 | <i>A Notícia</i> | Três Lagoas | 1924/1928 |
| 85 | <i>Gazeta Do Commercio</i> | Três Lagoas | 1925/1955 |
| 86 | <i>A Ordem</i> | Sant'Ana do | 1930/1931 |

| | | | |
|----|--------------------------|------------------------|-----------|
| | | Paranaíba | |
| 87 | <i>O Matto-grossense</i> | Sant'Ana do Paranaíba | 1925 |
| 88 | <i>O Município</i> | Rosário Oeste | 1911 |
| 89 | <i>O Progresso</i> | Ponta Porã | 1923/1927 |
| 90 | <i>O Araguaya</i> | Santa Rita do Araguaoa | 1927 |

Fonte: APMT; NDIHR-UFMT; ACBM; BN; Mendonça (1963); Rodrigues (s/d).
Elaborado pela autora.

Como é possível observar, circularam doze periódicos em Corumbá, seis em Campo Grande, dois em Três Lagoas, Aquidauana, Sant' Anna do Paranayba, um em Santa Rita do Araguaya, três em Poconé e Cáceres, e cinquenta e sete na Capital do Estado, nas primeiras décadas do século XX e que serão analisados a seguir.

Podemos afirmar que, nesse período, o surgimento da imprensa na maioria das cidades interioranas de Mato Grosso era sinônimo de progresso, ao possibilitar o acesso ao conhecimento do que ocorria em outros cantos do imenso país e também por conduzir os leitores por lugares até então desconhecidos, iluminados pelo que consideravam o “sol da civilização”.

2.2 A EDUCAÇÃO NAS PÁGINAS DOS JORNAIS CUIABANOS (1910-1930)

Embora houvessem circulado em Cuiabá 57 títulos de jornais no período em estudo, eles não surgiram concomitantemente. Como veremos, eles veiculavam, majoritariamente, as vozes da elite intelectual e política que atuava no Estado e materializavam, através de suas penas, as representações sobre a escolarização da infância, isto é, sobre a escola primária²³. Sendo assim, selecionamos para análise somente os periódicos que, de alguma forma, apresentaram temáticas pertinentes a essa área do social.

²³ As primeiras décadas do século XX, em Mato Grosso, são concebidas por Amâncio (2008, p. 15-16) como um período muito rico e de extrema efervescência. Naquele momento são realizados esforços para a organização do aparelho escolar e do ensino, caracterizados por mudanças significativas, sintetizadas em algumas iniciativas oficiais, como: a organização do Regulamento da Instrução Pública Primária, em 1910 e a criação dos grupos escolares, a partir do citado ano; a fundação da Escola Normal do Estado de Mato Grosso e da Escola Modelo, em 1911; a organização do Regulamento da Escola Normal do Estado de Mato Grosso, em 1914; a elaboração e implantação do Regimento Interno dos Grupos Escolares, em 1916; a elaboração do Programa de Ensino dos Grupos Escolares e das Escolas Isoladas em 1916; a elaboração do Programa da Escola Modelo anexa à Normal, em 1924; e, a elaboração do Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso em 1927, que instituiu diversas modalidades escolares.

No ano de 1910, circulavam na capital mato-grossense quatro jornais: *O Pharol*, criado em 1902; *A Colligação*, iniciado em 1905; *O Commercio*, criado em 1909; e *A Cruz*, que começou sua circulação em maio de 1910.

O jornal *O Pharol* se intitulava como um órgão literário, crítico e noticioso e, a partir de 1925, passou a se definir como um órgão literário, crítico e independente.

Figura 13: Jornal *O Pharol*, 05/02/1910



Fonte: Acervo: BN *on line*

Editado semanalmente, ou como expresso no frontispício, com edição hebdomadária²⁴, circulava aos sábados. Seu primeiro editor foi Antônio Pontes, sobre o qual não obtivemos informações.

Possuía redatores e colaboradores diversos, mas o único nome informado é do editor e proprietário Joaquim Christino Coelho. Com a mudança de tipografia para impressão do jornal, em 1910, a função de editor passou a ser de responsabilidade de Pedro Ferreira Mendes.

Apesar de ser um jornal independente, ao comemorar aniversário da folha, o articulista afirmou ser redigido por “moços que, embora filiados a um dos partidos militantes do Estado, não foram ainda vítimas do cego fanatismo dos nossos velhos políticos [...]” sendo reconhecido como “imparcial pelos dois partidos políticos” (*O PHAROL*, n. 264, 01/09/1910, p. 1). No entanto, diante das funções exercidas pelos seus colaboradores, é difícil imaginar a suposta imparcialidade. Vejamos que na primeira fase, 1902 a 1910, contava com os colaboradores: João Cunha, professor, poeta, jornalista e advogado provisionado; Ovídio de Paula Corrêa, professor, comerciante,

²⁴ Palavra, derivada do grego, hebdómada significa semana. Geralmente, a palavra está associada às publicações de periodicidade semanal.

tabelião, diretor da Imprensa Oficial, vereador municipal que, entre outras funções, ocupou a cadeira nº 24 da Academia Mato-Grossense de Letras; Philogonio de Paula Corrêa, professor, jornalista, político e líder da bancada do Partido Evolucionista na Assembleia Legislativa, ocupou a cadeira 20 da Academia Mato-Grossense de Letras; Fábio Monteiro de Lima, professor do Liceu Cuiabano e diretor da Tipographia Oficial; Alberto Gama e Octavio Pitaluga, militar, político, sertanista e jornalista.

A profissão de jornalista era algo escasso no período, pois os profissionais só eram encontrados com facilidade nos grandes centros, como Rio e São Paulo. No estado de Mato Grosso essa função ficava a cargo de “amadores”, que faziam o trabalho por “amor ao ofício”, grande parte intelectuais e políticos:

[...] Verdadeiro contraste com os grandes centros, o jornalista de profissão não existe entre nós, pois quem tentasse viver das locubrações intelectuais daria dentro de breves dias à alma ao Criador, vítima da mais pavorosa miséria. Entretanto, o jornalismo é profissão rendosa em grandes centros como Rio e S. Paulo, onde um soneto escrito sobre os joelhos assegura o feijão para um dia ao poeta inspirado e um artigo bem lançado vale alguma coisa. Não obstante o jornalista local não passe de amador e faça o seu trabalho por amor do ofício, ainda, apesar das tentativas, não pode manter-se em Cuiabá uma folha de publicação bisemanal (*O PHAROL*, 05/09/1925, n. 1, p. 1)

A edição, numa primeira fase, finaliza em 22 de outubro de 1910, em seu 271º número, voltando a circular novamente em 1925, em sua segunda fase, tendo como proprietário e editor Joaquim C.T. Coelho e mantendo suas características iniciais.

No que se refere à escolarização primária, das vinte edições localizadas de *O Pharol*, durante o ano de 1910, quatro publicaram artigos sobre provimento para professores efetivos de sete escolas primárias do Estado; sobre as necessidades enfrentadas pelas escolas públicas, de ordem intelectual e material; sobre festas escolares, mapas fornecidos pelos inspetores com dados relativos ao número de alunos matriculados e frequentes nos grupos escolares do 1º e 2º distritos e sobre a inauguração dessas instituições na capital²⁵. Quando retornou, em 1925, não encontramos publicações direcionadas à educação, a exceção de propagandas de instituições particulares.

²⁵ *O Pharol*, nas edições número 236, p. 2; n. 256, p. 1; n. 259, p. 1 e 2; n. 266, p. 1 do ano de 1910. Vale ressaltar que os periódicos *A Colligação* e *O Pharol* compuseram o corpus documental da pesquisa realizada por Pinto (2014) acerca da educação e da instrução na imprensa mato-grossense.

Outro jornal que circulava, na época, era o *A Colligação*, impresso semanalmente na Tipografia de Emílio Calháo, seu proprietário. Intitulava-se como um órgão do Partido da Colligação Matto-Grossense e, posteriormente, do Partido Republicano e Conservador de Matto-Grosso. Reunia em seu corpo editorial intelectuais e políticos de grande envergadura, como o redator secretário, Frederico Augusto Prado de Oliveira, poeta e jornalista que publicava com o pseudônimo “Zé Capilé”, e que ocupou a cadeira nº 28 da Academia Mato-Grossense de Letras; como redatores chefes: Joaquim Pereira Ferreira Mendes, Jornalista, Juiz de Direito, Desembargador do Estado e patrono da Cadeira nº 35 da Academia Mato-Grossense de Letras; Antonio Fernandes Trigo de Loureiro, desembargador do Tribunal da Relação de Mato Grosso; José Magno da Silva Pereira, professor de português e diretor do Liceu Cuiabano, ocupou a cadeira 19 da Academia Mato-Grossense de Letras; e, Annibal Benício de Toledo, professor, presidente de Estado, chefe de polícia e deputado federal, de 1912 a 1929. Como redatores, o jornal contou com a colaboração de: Estevão Alves Corrêa, médico e político que atuou como diretor da Higiene Pública, da Instrução Pública, deputado federal e vice-presidente do Estado; Firmo José Rodrigues, professor do Liceu Cuiabano e do Liceu Salesiano, comandante da Força Pública estadual e político, atuando como vereador e deputado estadual; Amancio Ramos Freire, Candido T. Cardozo, Manoel Escolástico Virgínio, Fernando Leite de Campos, Jeronymo G. Macerata e Antonio Modesto de Mello. Os diretores literários eram Fabio Monteiro de Lima, professor e diretor da Tipographia Oficial, juntamente com Manoel Vianna de Carvalho e João Cunha²⁶.

Não se pode afirmar que o jornal assumia posições de antagonismo ou de apoio ao governo do Estado, pois a posição dos articulistas variava conforme o governo que assumia.

Dos oitenta e cinco números analisados de *A Colligação*, durante os dois anos de circulação²⁷, em doze edições foram localizados artigos sobre a educação, referentes a instalação de escolas; reforma da instrução pública; decretos; festas escolares; visitas do presidente de Estado às instituições de ensino; desempenho dos professores; concursos e construção de edifícios para escolas. Em todos eles não é revelada a autoria, o que, na linguagem jornalística, denota responsabilidade dos redatores do impresso. Notas também foram publicizadas, versando sobre concurso para o provimento efetivo

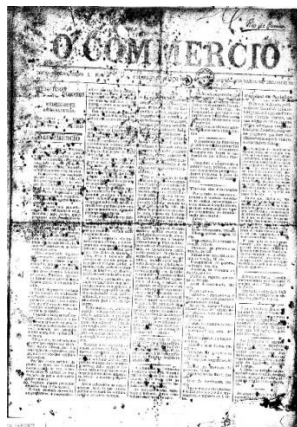
²⁶ Cf. Mendonça (1971).

²⁷ Foram analisadas somente as edições que circularam no período delimitado da presente pesquisa.

de cadeiras de instrução primária do Estado, instalação e inauguração de escolas e sobre nomeações de professores.

O jornal *O Commercio*, fundado por Amarílio Alves de Almeida, teve como diretor o engenheiro, topógrafo, jornalista, professor e historiador Estevão de Mendonça e como redator-chefe o seu fundador. Contou com os seguintes colaboradores: Manoel Escolástico Virgílio, coronel da Guarda do Estado; Joaquim Sulpício Caldas, que atuou como deputado provincial; Padre Luiz Moutuschi; Joaquim Frederico de Matos; Antonio Fernandes de Souza, contador, funcionário da Fazenda, Estadual, jornalista, professor e diretor do Curso Comercial de Cuiabá; Ulisses Cuiabano, contador, poeta, jornalista e professor; capitão de fragata Júlio de Oliveira Sampaio e desembargador Modesto Perestrelo de Carvalhosa. De vida efêmera, o periódico foi editado somente um ano, aproximadamente, tendo sido localizados, para fim da pesquisa, um total de 302 números²⁸ (MENDONÇA, 1963).

Figura 14: Jornal *O Commercio*, 03/03/1910



Fonte: BN *on line*

O jornal apresentava-se em cinco colunas preenchidas, em sua maior parte, por artigos de cunho regional, local e nacional. Na primeira página trazia a seção “Expediente”, que informava os leitores sobre os critérios para publicações e o custo para sua aquisição. Além dessa seção, os conteúdos do periódico se concentravam na apresentação de artigos que tratavam de temáticas variadas, seção *a pedidos*, editais, avisos, anúncios, declarações e seção telegramas. Das trezentas e duas edições localizadas e analisadas d’ *O Commercio*, durante o ano de existência, em cinquenta e

²⁸ Em 1911 o jornal circulou diariamente.

uma encontram-se publicados artigos que se referiam à instrução pública, como: aumento da criação do número de escolas; matrículas dos alunos e frequência; solicitação coletiva de moradores para criação de escola pública; nomeação de Cesário Alves Corrêa para a direção da Instrução Pública do Estado; instalação do Grupo Escolar do 1º Distrito da capital e festa cívica comemorada no mesmo estabelecimento; publicação dos exercícios dos alunos que obtivessem notas elevadas²⁹; festa em comemoração ao Dia da Bandeira; sobre a Escola Normal; sobre a Escola Modelo (com descrição detalhada da divisão das classes, sobre a ordem e a disciplina, sobre o recreio e o uniforme); Movimento letivo e exposição escolar. Em todos os artigos não são assinados. Além deles, constabilizamos também notas: sobre exames (finais, atribuição de notas e conceitos); seção cívica; reabertura de aulas; chegada e partida de professores; despachos do governo; casamento de professores.

No tocante ao periódico *A Cruz*, criado em 1910, inicialmente apresentava-se como órgão da “Liga Social Católica Brasileira” de Matto-Grosso e foi fundado pelo Frei Ambrósio Daydé. Seu primeiro número circulou no dia 15 de maio do referido ano, com o intuito de difundir os interesses católicos³⁰.

Figura 15: Jornal *A Cruz*, 15/05/1910



Fonte: BN online

Composto, em média, por quatro páginas divididas em igual número de colunas, além dos assuntos eminentemente religiosos, publicava seção telegramas, atos

²⁹ Nessa primeira publicação referente aos exercícios dos alunos, o jornal publicou uma dissertação sobre a pátria, atribuída à aluna Francisca de Figueiredo, do 3º ano do grupo escolar do 1º Distrito.

³⁰ Vale conferir pesquisas na área da educação realizadas por Cardoso (1996) e Soares (2003), os quais analisam especificamente o jornal católico *A Cruz*; no entanto, ressaltamos que várias outras pesquisas no estado utilizaram o impresso como fonte documental.

oficiais, assuntos municipais, informes escolares (principalmente das escolas ligadas à igreja católica) e anúncios. A *Cruz* se prestou enquanto mecanismo de difusão da “verdade” e como forma de propagar o catolicismo e defender os valores de ordem moral.

Este jornal é considerado por Canavarros (2007, p. 1) como o mais representativo de Cuiabá, do ponto de vista cultural, visto fazer a política católica no contexto mato-grossense da primeira República, com “preocupação catequética, doutrinária, procurando travar embates de ideias e valores, mas evitando as configurações personalísticas e partidárias”.

De acordo com Cardoso (1996, p. 104), o mesmo periódico teve importante papel na formação das ideias das elites dominantes, “tanto pela sua abrangência”, pois além de Cuiabá circulava também nos municípios circunvizinhos, “quanto pelos elementos que integravam a sua redação e a Liga Católica Mato-grossense, entre esses, alguns desembargadores, advogados, coronéis e membros da elite local”. As observações da autora apontam ainda que ele tinha como característica marcante “duas posturas frente aos jornais da época: uma de desprezo àqueles que defendiam ideias e princípios contrários ao ideário católico, e outra, enaltecedora de si e dos que se alinhavam com os mesmos princípios”. (CARDOSO, 1996, p. 102).

Mais de cinquenta por cento das edições do *A Cruz*, que circularam na década de 1910, apresentam artigos e/ou notas que versavam sobre diferentes aspectos da educação/instrução. O destaque, por conta do próprio perfil do jornal, centrava-se nos acontecimentos educacionais que envolviam os colégios mantidos pela Igreja católica, em especial o Liceu Salesiano, bem como à educação salesiana ofertada aos indígenas³¹ nas colônias, que ficava a cargo das “irmãs educadoras”. Nesse sentido, vale ressaltar aspecto, outrora apontado por Rodrigues (2009, p. 74), ao constatar que “se no Império a Igreja Católica entrou em declínio, na República ela retornou com grande força social, muitas vezes apoiada pelo próprio Estado, principalmente no que tange à educação destinada aos indígenas e à infância desvalida”.

Os espaços do jornal *A Cruz* eram utilizados para apresentação de críticas ferrenhas aos jornais opositores que porventura se expressassem de maneira contrária

³¹ O jornal *A Cruz* traz dados referentes a três colônias indígenas atendidas pelos salesianos em Mato Grosso no período. Para conhecimento acerca da questão da educação indígena mato-grossense, indicamos a dissertação de Sandra Jorge da Silva (2011), que percorre desde a colonialidade, fins do século XIX chegando até os anos iniciais da República. A autora adota como objeto de pesquisa a Colônia Indígena Tereza Christina, dando a luz documentos que possibilitaram mostrar como era a educação salesiana oferecida aos índios e como estes eram vistos pelos governantes e pela sociedade local da época.

aos princípios defendidos pelo catolicismo, atacando não só os jornais, mas os autores que assinavam os artigos, além de questionar sua maneira de pensar, mas também como se comportavam. Nesse sentido, ressaltam-se as *lutas de representação* e as *representações concorrentes* travadas entre esse periódico e os professores considerados republicanos e/ou os Livre-Pensadores, embates que se iniciou no ano de 1912, de forma acirrada, e perdurou nos anos subsequentes. O jornal *A Cruz* questionava nesse período as atividades exercidas pelos diretores dos grupos escolares, professores e Livre-Pensadores, além de atacar acirradamente a maçonaria, o protestantismo, o espiritismo, o positivismo e a República (AMÂNCIO; SILVA, 2007). Vale destacar certo silenciamento com relação aos governos no período de 1918 a 1922, momento em que o bispo da igreja católica, Dom Francisco de Aquino Corrêa, fora nomeado presidente do Estado.

Durante as três décadas aqui estudadas (1910 a 1930), *A Cruz* teve como redatores: Reverendo (Revm.) Frei Ambrosio Daydé (redator eclesiástico), Revm. P. Luiz Montuschi, Professor Feliciano Galdino de Barros, Francisco A. Muniz (redator-chefe) e como gerente Benedicto A. London (a partir de 1925), além de outros colaboradores, como Cesario Prado (J. Terra), Nemo³² e Leowigildo Martins de Mello, que, a partir de 1919, passou a publicar artigos sob o pseudônimo L. da Veiga, após se converter ao catolicismo.

A Imprensa, periódico que se intitulava literário, crítico e noticioso, iniciou os trabalhos solicitando “um lugar no jornalismo mato-grossense”. Trazia em sua página inicial o programa, “órgão dedicado às letras e aos interesses locais”, que surgia “sob os esforços de um punhado de moços” que alimentavam a aspiração de concorrerem para o “progresso intelectual e material da nossa terra” (*A IMPRENSA*, n.1, 01/01/1911, p.1). Nessa apresentação, o articulista afirma terem como única preocupação “trabalhar em prol das letras e dos interesses de Mato Grosso, com exclusão absoluta de preocupações político-partidárias”. Mas, será que o impresso conseguiria manter-se isento das questões político partidárias, nascendo num período em que as relações estavam tão conflitantes?

Editado semanalmente, afirmava ter redatores e colaboradores diversos, mas somente a partir do número 10, datado de 8 de março de 1911, é que surgem os nomes

³² Esse era um pseudônimo utilizado em vários periódicos e por vários autores diferentes. O jornal *A Cruz* traz uma passagem em que afirma tratar-se de autores diferentes. Nesse periódico específico e no *A Reação*, deste mesmo ano, serão atribuídos aos professores Kuhlmann e posteriormente a Mello.

dos redatores: Adhildo de Mattos; Cesario da Silva Prado, professor de português do Liceu; José P. Junior; e Antonio G. de Campos³³. Colaboravam com a folha nos municípios de Rosário e Poconé, Idalecio Proença e Cypriano da C. Campos, professores do Grupo Escolar de Poconé e na Povoação do Coxipó da Ponte, e o Sr. Demércio L. da Rosa.

Não é citado o nome do editor, mas constam assinaturas de Mattos Neves na maioria dos artigos, sendo que outros eram assinados por Nemo. É este periódico que iniciará a publicização de artigos dos professores normalistas Gustavo Kulhmann e Leowigildo Martins de Mello em resposta aos artigos de *A Cruz*, conforme veremos no próximo item. Com a interrupção de *A Imprensa*, a continuidade das polêmicas travadas entre os professores e o órgão católico passou a ser publicizadas no jornal *A Reacção*, como podemos observar na justificativa apresentada por Nemo:

Tendo a Imprensa suspendida, temporariamente, sua publicação, resolvemos continuar esta nossa seção “*Não queira o sapateiro tocar o rabecão*”, pelas colunas deste órgão.

Além disso é preciso declarar que somos solidários com este jornal e que, se desde princípio não viemos pelas suas colunas; foi pelo fato de querermos mais de pronto responder ao analista da “*A Cruz*”, o que só podíamos realizar pela “*A Imprensa*”, órgão semanal e não pela “*A Reacção*” que antes era revista quinzenal.

Nemo. (*A REACÇÃO*, 02/11/1913, n. 16, p. 2)

Outro jornal que retomou a arena jornalística no ano de 1911 foi *O Matto-Grosso*, impresso e publicado pela *Typografia Calháo*. Trazia, logo abaixo do título, a informação de que se tratava de um “órgão democrata, destinado aos interesses do povo”, e que por esse motivo se posicionava contrário aos atos do governo Costa Marques.

³³ Não encontramos dados biográficos sobre os articulistas.

Figura 16: Jornal *O Matto-Grosso*, 12/11/1911

Acervo: BN online

Entre idas e vindas, circulou regularmente entre 1890 e 1937, período da Primeira República e início do Estado Novo. Pode-se perceber que circulou com posicionamentos antagônicos, ao longo das três décadas estudadas. De publicação semanal, composto de quatro páginas subdivididas em quatro colunas, era dirigido por Emílio do Espírito Santo Rodrigues Calhão³⁴, que era também seu proprietário.

O jornal se considerava defensor dos interesses do estado e neutro de ideais políticos. O editor afirma que sempre adotava a imparcialidade e buscava “cuidar dos interesses gerais” e lutar pelo “progresso do Estado”, mas o que se observou ao longo das décadas é a defesa de interesses partidários, pois, tinha em seu corpo editorial a participação de vários presidentes da província e do estado. No entanto, ao longo dos anos alterou seu posicionamento partidário para Órgão Democrata, dedicado aos interesses do povo (1913), Órgão do Partido Republicano Mato-grossense (1917), Órgão Democrata, dedicado aos interesses do povo (1920) e Órgão dedicado aos interesses do povo (1937).

Noticioso, crítico e literário, era composto, em sua maior parte, por quatro páginas divididas em quatro colunas, incluindo as seções: telegramas, colaboração, apedido, anúncios, propagandas e notas avulsas. Atuou ora como órgão oficial, apresentando relatórios oficiais, atos, decretos e despachos, ou como veículo literário, estampando em suas páginas poesias, notas, curiosidades. Fechava a folha os anúncios, “típicos para delatar os costumes da época”. Os artigos polêmicos, ora respondendo a

³⁴ Cuiabano, foi funcionário público estadual, Capitão da Guarda Nacional, Auditor de Guerra, Comerciante e Jornalista. Era membro fundador da Associação da Imprensa Mato-Grossense (MENDONÇA, 1971).

situação, ora criticando, tinham um “ar doutrinário, recheados de citações francesas ou latinas”³⁵ (*O MATTO-GROSSO*, 09/01/1929, n. 2137, p. 1).

Na edição comemorativa do quinto centenário de existência na imprensa cuiabana, o articulista afirma terem sido colaboradores de *O Matto Grosso*: Joaquim J. R. Calháo, professor de Francês do Seminário da Conceição; Antonio Pinto de Souza Leque; Flavio de Mattos; Luiz da Silva Prado, comerciante, político e comendador; João Maria de Souza, comerciante, político e advogado; Mariano Ramos, advogado, político, jornalista e patrono da Cadeira nº 33 da Academia Mato-Grossense de Letras; Dr. Esperidião Marques, engenheiro; José Magno, Caetano de Albuquerque, militar, político, jornalista e escritor; Manuel Murtinho, advogado, juiz de Direito e político; José Maria Metello, jurista, político e senador da República; Antônio Corrêa da Costa, militar e político; Generoso Ponce, jornalista e político; Pedro Celestino, farmacêutico e político; Dr. Arnaldo Novis; Manoel P. Oliveira, funcionário da Fazenda Nacional político chefe de Polícia, Secretário do Interior; Frederico Prado; Alberto Novis; Pedro Antunes do Souza Ponce, chefe de polícia e deputado estadual; Avelino de Siqueira; Francisco Ferreira Mendes, professor, diretor da Instrução Pública e do Departamento de Educação e Cultura; Candido Cardozo; Anibal de Toledo, chefe de polícia, deputado e presidente do estado; deputado Severiano Marques; Brandão Junior; João Cunha, professor, poeta, jornalista e advogado provisionado; Alberto Trigo de Loureiro, advogado, procurador regional da república e deputado federal; Carlos Borrhalho, engenheiro e político; Virgílio Corrêa Filho, engenheiro³⁶; Oliveira Mello; Edmundo Ludolf, Francisco Muniz, Estevão de Mendonça (que colaborou com a folha por mais de 32 anos) engenheiro, advogado e professor; Clovis Corrêa; Antonio Fernandes; Ovídio Corrêa, professor, escrevão, guarda-livros, comerciante e tabelião; Jeronymo de Macerata; Fábio Monteiro de Lima, professor e diretor da Tipografia Oficial; Alcibiades Calháo; Indalecio Proença; José Barnabé de Mesquita, professor, procurador geral do estado, diretor da secretaria do governo; Cesario Prado, professor, delegado do Tribunal de Contas e jornalista; Alberto Dantas; Amarilio Calháo; Rubens de Carvalho, professor e advogado provisionado; e Anna Luiza de Mattos (*O MATTO-GROSSO*, 09/01/1929, n. 2.137).

³⁵ Não foram localizados exemplares entre os anos de 1923 a 1927. No entanto, acreditamos que o periódico não tenha deixado de circular nesse período, uma vez que o exemplar publicado em dezembro de 1922 registra no impresso o número 1.826, e o iniciado em 1928, o número 2.088.

³⁶ Cabe ressaltar que Virgílio Corrêa Filho representou o Estado de Mato Grosso na quarta e quinta Conferência Nacional de Educação. (MENDONÇA, 1971).

Em 1911 foi fundado outro periódico, intitulado *O Debate*, que circulou pela primeira vez no dia 20 de setembro, não só na capital, mas em várias cidades do Estado.

Figura 17: Jornal *O Debate*, 20/11/1911.



Fonte: APMT

De propriedade de João da Costa Marques, parente de Joaquim Augusto da Costa Marques presidente do estado (1911-1914), tratava-se de um Órgão do Partido Republicano Conservador, que estava à frente do governo do Estado, daí afirmarem ter o “dever de acatar e prestigiar, [...] escolhido para este posto pelo nosso partido numa das mais concorridas eleições de que há memória no Estado [...]”. Estampava na sua primeira página “[...] um serviço telegráfico completo fornecido pela conhecida Agência Havase noticiando os principais acontecimentos do estrangeiro, tanto na América como na Europa.” (*O DEBATE*, n. 1, 20/09/1911, p. 2).

Sua atuação foi até o ano de 1914, funcionando exatamente durante o período de governo Costa Marques, configurando o periódico como porta-voz dos atos do governo, publicando vários atos oficiais: nomeações, exonerações, editais, artigos que defendia os princípios republicanos, a “liberdade”, o civismo, o patriotismo etc. Por atuar com um discurso favorável ao governo, recebeu críticas dos periódicos opositores, como *A Cruz* e *O Matto Grosso*.

Editado diariamente, apresentava em seu primeiro exemplar o nome de Annibal de Toledo como diretor e Octavio Cunha como secretário. Na apresentação, o editor justificou que o corpo de redação seria o mesmo que compunha o da extinta *A Colligação* e que, a partir de outubro de 1913, passaria a ter como gerente Joaquim Ribeiro Marques. Assinaram artigos relativos à educação os seguintes intelectuais: professor Ezequiel de Siqueira; professores da Escola Normal; José Ramos Calado;

Lamartine F. Mendes, professor, e promotor de justiça; Estevão de Mendonça, Ulisses Cuiabano, J. Bareiros, Gustavo Kuhlmann, Ernesto Sampaio e José Rizzo.

Em 1912 foi fundado o jornal *A Notícia*, por Manoel Pereira de Souza, enquanto “órgão republicano independente” e, posteriormente, como de propriedade de uma Sociedade Anônima.

Figura 18: Jornal *A Notícia*, 11/08/1912



Acervo: APMT

Em sua primeira edição prometia “acatar as crenças e opiniões de quem quer que seja” e trabalhar pela paz e concórdia no Estado. A frente da edição bisemanal esteve o Redator-Secretário e fundador do impresso, o capitão Flaviano Gomes de Barros, que contou com a colaboração de “diversos redatores”.

Composto em quatro páginas, cujos conteúdos eram distribuídos em colunas, com letras legíveis, apresentava a seção telegramas, notícias internacionais, nacionais e regionais, editorial, artigos, vida social, a pedidos, noticiário, páginas alheias, notas e fatos.

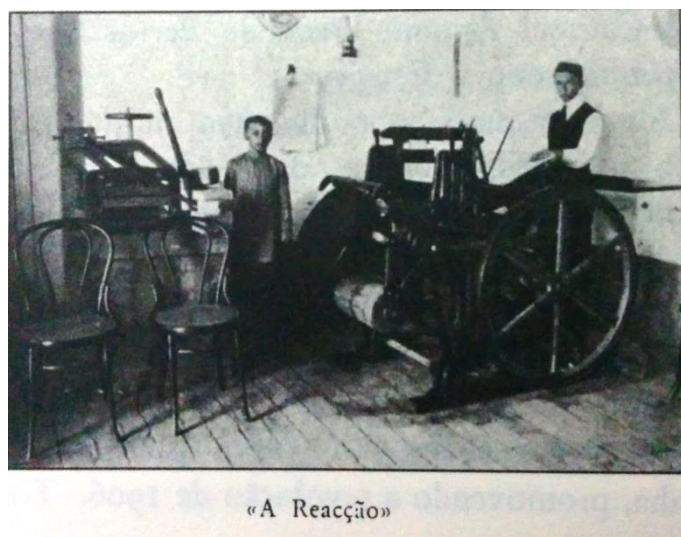
De existência efêmera, de 1912 a 1913, apresentava um discurso favorável aos interesses do partido republicano, motivo pelo qual atacava os jornais que se opunham ao ideário partidário. Desse impresso, destacamos a série de artigos que foram publicizados com o título “Pelo Ensino”, assinados com o pseudônimo de Moacyr Tabajara, atribuído ao professor Leowigildo Martins de Mello.³⁷ Ao longo dos artigos, ele comenta sobre a reorganização da instrução pública implantada em Mato Grosso, no ano de 1910, e faz uma análise dessa organização escolar. O jornal *A Notícia* publicizou

³⁷ Artigo referente à atuação desse professor na imprensa cuiabana e na instrução pública de Mato Grosso foi apresentado e publicado por Silva (2014) nos anais do X Colubhe, realizado em Curitiba.

também artigos assinados pelo professor Gustavo Kuhlmann, pela Liga Mato-grossense de Livres-Pensadores³⁸ e assuntos relacionados à catequese dos salesianos junto às colônias indígenas.

Para difundir seus ideais, a Liga de Livres-Pensadores colocou em circulação, no ano de sua criação (1909), uma revista de publicação mensal, intitulada *A Reacção*, que era editada na residência do seu presidente, Ovídio de Paula Corrêa. A partir de 1912, esse periódico passou a ter publicação quinzenal e, a partir de 14 de julho, se transformou em jornal de circulação semanal, aos domingos. Sua tipografia e escritório da redação (Figura 19) permaneceram aos fundos da residência de Corrêa, contando com uma máquina tipográfica:

Figura 19: Cuiabá, Tipografia do “A Reacção”



«A Reacção»

Fonte: AYALA; SIMON, 1914, p.227.

O jornal *A Reacção* era utilizado com frequência pelos professores normalistas, para responder, em tom de réplica ou ataque, aos artigos de *A Cruz*. Nesse sentido, protagonizaram *representações* concorrentes e *lutas de representação* acerca de variadas temáticas, como catolicismo, república, pátria, civismo e ensino, que acirravam cada vez mais os embates entre os vários setores da sociedade. O redator que mais assinou artigos nesse jornal foi o professor Gustavo Kuhlmann, mas o impresso contou também com a colaboração de outros articulistas que assinavam seus escritos como: Nemo, René Barreto, Leandrus, Ulysses Cuyabano, Libero Paz, entre outros. O último exemplar localizado data de outubro de 1914, não sendo possível precisar até quando circulou e quais os motivos que conduziram ao seu fechamento.

³⁸ A Liga Matto-grossense de Livre-Pensadores foi fundada em Cuiabá, no dia 21 de abril de 1909.

No ano de 1913, mais um impresso adentrou à arena jornalística, intitulado como *O Imparcial*, fundado pelo tenente-coronel Manoel Pereira de Souza, que, além de proprietário, foi seu único diretor. Semanário Republicano, Independente, Comercial e Noticioso, surgia como uma “folha dedicada à defesa da República e dos princípios democráticos”, um “órgão intransigente dos oprimidos, não se furtando também a discutir, analisar, perscrutar e esclarecer os pontos principais que afetam o organismo vital do Estado, sendo ao mesmo tempo um veículo seguro de informações”.

Impresso na tipografia de *A Reação*, era composto em quatro páginas numeradas, distribuindo as matérias em quatro colunas. Seus artigos leva-nos a supor que tal periódico também veiculava as ideias dos Livres-Pensadores. Apresentava a seção telegramas, artigos, noticiário, avisos e propagandas. Anunciava ter vários redatores, no entanto, não localizamos informações que confirmassem seus nomes. Nas edições localizadas, são estampados artigos assinados por Gregório de Miranda, Lauro Pires e Amarílio Alves de Almeida.

Esse periódico apresentou uma curiosidade que nos chamou atenção, ao informar a participação dos professores Kuhlmann e Mello em partida de “*foot-ball*”. Esse episódio, a exemplo de muitos outros, nos fez refletir acerca dos espaços de lazer e divertimento oferecidos à sociedade cuiabana, bem como dos *espaços, os lugares de sociabilidade* e de produção desses professores.

O ano seguinte, último ano do quadriênio da gestão de Costa Marques no governo, foi marcado pelas articulações sucessórias, ocasião em que mais três jornais foram criados: *Echo do Povo*, *O Echo* e *O Gladiador*.

O jornal *Echo do Povo* tinha como diretor-gerente Flaviano G. de Barros, e se intitulava como órgão do Partido Republicano Conservador. Editado semanalmente, circulava todas as quintas-feiras, com impressão feita na tipografia de *A Situação*, em Cuiabá, tendo diversos redatores e colaboradores. Sua composição era estampada em quatro páginas numeradas, com cinco colunas.

No primeiro exemplar, editado e circulado no dia 15 de abril de 1914, ao discorrer sobre o aparecimento da folha, o editor afirma almejar ser “os mais modestos operários no grande progresso social” do Estado ideal para o qual deveria “concorrer a imprensa séria”. Afirmava serem políticos, com a justificativa de que não se podia “empreender um trabalho de social, em benefício do povo, divorciando-se da política que é a arte em virtude da qual ele deve ser governado”, assegurando, ainda, que todas as vezes que sentissem a necessidade de se ocupar da política, porque disso resultava

em benefício para o interesse geral, não recusariam, ante qualquer óbice. Garantia também serem religiosos, porque se consideravam políticos, republicanos e viviam em uma sociedade cujo progresso desejava (*ECHO DO POVO*, 15/04/1914, n. 1, p. 1). Tais palavras demonstram o período de disputa pelo governo do Estado.

Sob a direção e gerência de Flaviano Galdino de Barros, dos dezessete números localizados de o *Echo do Povo*, onze edições publicizaram matérias relativas à educação, como críticas ao professor Kuhlmann, discussão sobre questões políticas e religiosas, saindo em defesa do catolicismo. Ao contrário, as representações tecidas acerca do professor Leowigildo Martins de Mello eram sempre positivas, tratando-o com adjetivos: “zeloso”, “infatigável”, “talentoso”, “provetto”. As críticas se estenderam aos colegas de *O Debate* e *A Reacção*, bem como a outros professores públicos e atividades realizadas na Escola Normal. Tudo indica que esse periódico tenha tido uma curta existência, pois o último exemplar localizado data de 6 de agosto de 1914.

Ainda no citado ano, foi fundado o jornal *O Echo*, intitulado Semanário Republicano, Independente, Comercial e Noticioso, sob a direção do proprietário e editor Amarílio Alves de Almeida. Era impresso na tipografia e oficina de *A Reacção*.

De formato pequeno, se apresentava em quatro páginas numeradas, com conteúdo distribuído em quatro largas colunas. Composto pela seção telegramas, noticiário, artigos e propagandas (sempre presente na última página). No Editorial dedicado ao seu aparecimento, encontra-se nas páginas dois e três do primeiro exemplar, momento em que o editor começa por afirmar que “nada existe sem uma razão de ser”, justificando que seu aparecimento teve como intuito substituir o jornal “*O Imparcial*”, que era considerado como o:

[...] órgão da imprensa que aqui dava à publicidade e fazia com afã a defesa do programa do Partido Republicano Liberal; - se não falava em seu nome, também não faltava autoridade que lhe emprestava a uniformidade de ideias dos seus redatores.

[...]

Daí a necessidade imperiosa de um órgão da imprensa que substitua “*O Imparcial*” e que sirva de ponto de apoio a todos aqueles que, com o mesmo ardor e denodo continuam fieis aos seus princípios em prol dos quais vem se batendo desde 1910. (*O ECHO*, 12/11/1914, p. 2)

O articulista argumenta que, na ausência de um órgão do partido liberal na capital, *O Echo*, assim como *O Imparcial* assumiriam essa linha e, pelo esforço dos liberais, seria mantido na “mesma linha de conduta sem quebra de sucessão, na defesa

dos princípios e ideais” pelos quais era devotado (*O ECHO*, 12/11/1914, p. 2). Diferente do periódico anterior, o impresso apresentou assuntos relativos à educação somente em três edições, das quinze localizadas. No entanto, restringia-se à chegada de professores, entrega de prêmios a alunos e participação em homenagem cívica.

Quanto ao jornal *O Gladiador*, que circulou pela primeira vez em 10 de outubro de 1914, era um “Órgão Político, Humorístico e Independente”. Editado em pequeno formato, composto por quatro páginas distribuídas em quatro colunas.

Em seu primeiro exemplar, ao apresentar o periódico, o editor comenta sobre o período de agitação política pelo qual atravessava o Estado. O jornal adotava

[...] o programa do invencível e benemérito Partido Republicano Conservador, que tantos e tão assinalados serviços tem prestado à nossa Pátria e à República, não teremos desfalecimentos e jamais nos verão recuar na defesa desse grandioso programa, porque não nos movem inconfessáveis interesses e outro desejo não alimentamos assim procedendo, mais que o de servir à causa pública.

E, se na política geral esse será o nosso proceder, com maior soma de razões o será também na política do Estado, porque somos daqueles que pensam como o coração da pátria deve ser [...]

Tão firmes na luta quanto nas nossas convicções, havemos de ser úteis à nossa terra e aos nossos conterrâneos, cujo pesar afirmamos traduzir. [...] (*O GLADIADOR*, 10/10/1914, n. 1, p. 1)

Esse jornal apresentou uma peculiaridade, publicava mais poesias do que o habitual. São páginas dedicadas ao gênero, como se fosse uma espécie de disputa entre os leitores. “Pau rodado”, “Pacheco”, “Canhabora” são alguns pseudônimos de autores assunantes dos gêneros, contando, também, com redatores e colaboradores diversos.

Apresentou apenas notas referentes à educação: sobre aniversário e chegada de viagem de professores e entrega de diplomas a alunos, em três edições das dezesseis localizadas. Também pode ser considerado como mais um periódico de vida efêmera, pois o último exemplar localizado data de 2 de fevereiro de 1915, em sua 16ª edição.

Em sucessão a Costa Marques foi eleito Caetano Manoel de Faria e Albuquerque, que, de acordo com Siqueira (2002, p.162) “[...] foi logo assediado por elementos do Partido Republicano Mato-grossense (PRMT) que, inclusive, foram chamados a ocupar cargos administrativos em seu governo”. Nesse contexto, foram criados mais dois jornais cuiabanos: *Diário da Tarde* e *O Estado*.

O jornal *Diário da Tarde* foi fundado em 1915, por A. Pinheiro Brandão, que era também seu diretor. Intitulado inicialmente como “Órgão Independente e Noticioso”, três meses depois, passou a ser identificado como “Órgão Político e

Noticioso”, dedicado aos interesses de um partido, como outrora afirmou numa apresentação mais bem elaborada:

Reaparecendo, hoje, o *Diário da Tarde*, apresenta-se um algum tanto modificado na orientação até então seguida, dedicando-se d’ora avante à defesa dos interesses do pujante e invicto Partido Republicano Conservador, e conseqüentemente ao lado do governo mato-grossense, agora entregue ao patriótico dr. Costa Marques e em breve futuro ao ilustre general Caetano de Albuquerque, um dos mais legítimos orgulhos deste grandioso Estado.

Outra não poderá ser a nossa atitude neste final de governo de paz e de progresso, que passará à história como um dos mais fecundos em benefícios a Mato Grosso; outra não poderá ser a nossa atitude diante desse povo todo, que espera e confia no Exmo. Sr. Caetano de Albuquerque, cujos intuitos dignos e nobres já são sobejamente conhecidos. [...] (*DIÁRIO DA TARDE*, 18/05/1915, n. 55, p. 1)

Não funcionou muito bem, como pregava o editor, pois os dois anos seguintes não seriam de paz e, como órgão partidário e em meio às lutas armadas, sua existência foi como a de tantos outros de vida efêmera, tendo seu último exemplar localizado datado de 21 de maio de 1915, momento em que circulava seu 57º número. Teve publicação diária, só não circulando aos domingos. Composto por quatro páginas e quatro colunas, seu formato era pequeno, sendo as duas últimas páginas dedicadas a propagandas.

Das cinquenta e cinco edições localizadas, vinte e nove apresentaram matéria referente à educação, abordando a função da escola para com as crianças, sobre o Liceu Salesiano, vendas de aulas, contratação e concurso de professores, conceitos atribuídos aos alunos, confecção do regimento interno dos grupos escolares estaduais, materiais didáticos e homenagem cívica.

No segundo semestre de 1915 foi criado o jornal *O Estado*, pelo tenente Clementino Paraná, que tomou parte ativa no movimento revolucionário denominado de “Caetanada” e apontando para o comprometimento político do periódico. De circulação semanal, seu primeiro número veio a lume no dia 9 de setembro.

Composto por quatro páginas, divididas em quatro colunas, apresentava na primeira página as seções expediente, telegramas e artigos, nas páginas 2 e 3, artigos, várias notícias, seção livre e, na quarta página, certidões e propagandas.

Das vinte e oito edições analisadas, em treze constam matérias referentes à educação, focando assuntos como: nomeação para diretoria da instrução pública, viagens de professores, festa escolar, concursos, demissão e contratação de professores,

comemorações cívicas e ensino obrigatório. O último exemplar localizado datou de 29 de junho de 1916, o que nos leva a crer que assim como muitos outros impressos este também teve curta existência.

Outros dois jornais localizados foram *A Juventude* e o *Republicano*, criados em meio aos caos que havia se instalado na sociedade mato-grossense da época e dividida pelas facções político-partidárias, provocado por lutas violentas entre opositores. Essa situação conduziu o governo federal a realizar uma intervenção em Mato Grosso, que perdurou durante todo o ano de 1917.

O aparecimento do primeiro número do jornal *A Juventude* data de 15 de novembro de 1916, circulando semanalmente. Intitulava-se como um “Periódico literário, crítico, esportivo noticioso” (1916) e, posteriormente, como um “Órgão Independente” (1917).

Na sua primeira edição, dividindo a primeira página com um “soneto” sobre a “*Juventude de Minha Terra*”, o editor apresenta o periódico, considerando-o como interprete e defensor da mocidade cuiabana:

‘A Juventude’, ao rasgar o véu escuro do incognoscível e aparecer pela primeira vez no jardim floral da sua existência benfazeja à mocidade cuiabana, da qual é fiel interprete e eterna defensora, sente-se no dever de traçar ao público uma ideia perfeita da sua direção e, principalmente, os intuítos com que entra para a imprensa local. Destemida e serena de intenções puras, ‘A Juventude’, órgão dedicado à mocidade patrícia, conta com a colaboração de uma plêiade de jovens esperançosos, que representam os rígidos esteios do nosso futuro científico e literário. (*A JUVENTUDE*, 15/11/1916, n.1, p.1)

O contava o seguinte corpo redatorial: Matheus Veiga Junior, José Marcello Moreira, Alberto Ribeiro Sallaberry, Francisco Corrêa da Costa Filho, Olívio Bastos, Generoso de Oliveira Ponce e José Raul Vilá.

Composto por quatro páginas, divididas em quatro colunas, apresentava as seções expediente, telegramas e artigos, várias notícias, seção livre, certidão e propagandas. Destaca-se a “seção infantil”, sob o título de “Os concursos d’ *A Juventude*”, em que apresentava questões para o público leitor infantil e, nos números subsequentes, além dessas, também as respostas. Das quarenta e duas edições localizadas em trinta e sete delas, localizamos matérias pertinentes à educação. Além da seção específica, abordava assuntos sobre festas escolares, conceito de instrução, função da escola, chegada de professores, formação de professores, perfis de normalistas e colação de grau, hino em homenagem ao professor Mello, exames finais de alunos, festa

da bandeira, suspensão e penalidade aplicada a alunos da Escola Normal e Modelo, entre outros. Trata-se de um jornal rico, no que se refere à educação, ao registrar as representações de professores, alunos e de escola imbricando a história coletiva com a individual. Nesse sentido, acreditamos que *A Juventude*, enquanto meio de comunicação e de produção de cultura, definitivamente, assumiu um caráter educativo, com posições argumentativas.

Já o jornal *Republicano* começou a circular no dia 20 de julho de 1916, sob a direção do professor Gustavo Kuhlmann. Abaixo do seu título apresentava-se como um Órgão do Partido Republicano Conservador. Na primeira edição informava que seria editado semanalmente, no entanto, já no seu segundo número passou a circular bisemanalmente.

No primeiro exemplar, o articulista escreve sobre o “aparecimento” do periódico anteriormente, faz uma exaustiva retrospectiva do Partido Republicano e dos fatos políticos ocorridos durante sua existência em território mato-grossense. E, após quatro colunas e meia, finaliza:

O aparecimento do nosso órgão na imprensa, diante da crise atual era indispensável. Bem sabemos que na quadra sem garantias que atravessamos, a muito nos arriscamos iniciando sua publicação. Mais valem porem, do que a nossa vida a verdade que sempre havemos de proclamar bem alto e o salvamento do Estado das garras da ambição. Esse é o nosso programa. Se os mandões do dia nao consentirem pela violencia que o cumpramos até o fim, restar-nos-á a grande satisfação de havermos cumprido o nosso dever.

O *Republicano* defenderá a causa justa em que se acha empenhado o nosso partido e amparará os nossos correligionários contra as opressões de que sejam vítimas, esperando que eles o amparem e sustentem em beneficio do nosso partido e do nosso Estado. (*REPUBLICANO*, 20/07/1916, n.1, p.2)

Apresentava nas suas páginas impressas artigos variados, seção telegráfica, expediente, documentos para a história. Tinha como orientação para publicação que:

Em qualquer assunto é livre a manifestação do pensamento pela imprensa, ou pela tribuna, sem dependencia de censura, respondendo cada um pelos abusos que cometer, nos caso e pela forma que a lei determinar. Não é permitido o anonimato (Art.72 § 12 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil).

As publicações assinadas com nome ou pseudonimo não são da responsabilidade da redação.

Não se devolvem autografos ainda que não sejam publicados. (*REPUBLICANO*, 20/07/1916, n.1, p.1).

Foram diretores do *Republicano* os seguintes professores e políticos do Estado: Gustavo Kuhlmann, Leowigildo de Mello, Olegário de Barros, Joaquim Paes de Barros, Joaquim A. da Costa Marques, Cel. Hermenegildo P. de Figueiredo, Cel. Manoel Felizaro da Costa Campos, Cel. João Pedro de Arruda, Cel. Augusto Gurgel do Amaral Junior, João Villasbôas (que em certo momento aparece anunciado como o principal redator da folha).

Durante os dois primeiros anos de existência fez críticas ferrenhas aos políticos Pedro Celestino e Caetano de Albuquerque, bem como ao jornal *O Matto-Grosso*, que era defensor destes correligionários. Em 1917, teve a redação incendiada, ocorrência denunciada como ato como criminoso, atribuído à “perversidade” ao “banditismo” dos adversários que tentavam exterminar com o impresso via empastelamento (*REPUBLICANO*, 19/10/1917, n.85, p.1). Apresentou como candidato a presidente do Estado, o bispo Francisco de Aquino Corrêa, que, diante de um acordo entre o Partido Republicano Mato-grossense (PRMG) e o Partido Republicano Conservador (PRC), assumiu a direção suprema do Estado.

A escolha do nome de D. Aquino Corrêa sugeria uma conciliação entre os partidos políticos e a religião, por ser um representante do catolicismo e apoiado pelos dois partidos Republicanos. Seu governo desenvolveria um papel de “pacificação” da sociedade mato-grossense, unindo as lideranças em torno do “progresso” do Estado e iniciando, assim, uma nova etapa na vida política da região.

Do jornal *Republicano*, das 145 edições localizadas, 48 apresentaram alguma matéria referente à educação, versando sobre: a construção de prédios públicos; requerimentos; nomeações; falecimentos; partidas e chegadas de professores; atuação e concursos de professores; cassação por seis anos da equiparação do Liceu Cuiabano com o Colégio Pedro II pelo Conselho Superior de Ensino do Rio de Janeiro; situação física das escolas; colação de grau; analfabetismo, entre outros. Os discursos adquiriu tom mais conciliatório quando Dom Aquino Corrêa assumiu a presidência do Estado, pois era o seu representante³⁹.

Na década de 1920, o movimento da Escola Nova se fazia presente na sociedade brasileira, porém teve pouca repercussão, mas, mesmo assim, se fez presente nos discursos dos intelectuais e governantes do Estado, circulando, também, através dos

³⁹ Não foram localizados nos acervos edições entre o período de 22 de junho de 1918 a 21 de janeiro de 1920, nem justificativas de possível interrupção, mas foram encontrados exemplares por mais três anos na década subsequente.

jornais. Na década de 1920, os principais jornais de Cuiabá eram: *Correio do Estado*, *O Pequeno Mensageiro*, *O Jornal*, *A Luz*, *O Fifó*, *A Capital*, *O Rábula*, *O Ferrão*, *A Penna Evangélica*, *A Semana*, *A Chrysállida*, *O Garganta*, *O Democrata*, *A Reacção e O Jornal*.

O *Correio do Estado*, órgão de veiculação das ideias do Partido Republicano Mato-Grossense, foi criado em 1920, com circulação bisemanal. Sofreu interrupção na sua publicação devido a transformações na situação política do Estado, quando da fusão dos partidos políticos Conservador de Matto-Grosso e Republicano Matto-Grossense, liderados pelos senadores Antônio Azeredo e Pedro Celestino. Por conta dessa fusão partidária, que não agradou a todos os azeredistas e celestinistas, a partir da edição n. 15, de janeiro de 1921, o jornal deixou de circular enquanto órgão partidário, retornando nessa perspectiva somente a partir de 1924.

No seu período de existência, dos 100 números analisados, 37 edições exibiram notas e artigos sobre a instrução pública, referindo-se a gastos dos prédios escolares, festividades cívicas, enfermidades, viagens e aniversário de professores, colação de grau, abertura e encerramento de aulas, metodologia de ensino, livros adotados na escola, caixa escolar e sobre a função de professor.

Assim como os professores paulistas que o antecederam, o paulista Rubens de Carvalho também ocupou espaços e lugares de sociabilidade e de produção de conhecimento, publicando, igualmente, artigos em jornais, a exemplo do *Correio do Estado*.

O Pequeno Mensageiro configurava-se como um “Órgão das Obras de D. Bosco” e, por isso, procurava inculcar em seus discursos ideias religiosas católicas e questões de ordem moral. De periodicidade mensal, sua redação e administração tinha sede no Liceu Salesiano “São Gonçalo”. Embora houvesse sido criado em 1917, conseguimos encontrar exemplares do jornal somente a partir de 1922.

Das 18 edições localizadas, em 14 delas foram estampados artigos sobre a educação, tratando do quadro de distinção de alunos salesianos, encerramento de ano letivo, distribuição de prêmios, educação nas colônias indígenas e educação religiosa.

O Jornal, criado em abril de 1922 e de circulação semanal, se autoqualificava como um órgão livre e progressista, que visava “o bem-estar do Estado e do povo mato-grossense”, dando “plena liberdade de consciência aos seus colaboradores, desde que os seus artigos estejam devidamente assinados e em linguagem conveniente” (*O JORNAL*, 13/04/1922, n.2, p.1).

Composto por quatro páginas, informava ter como colaborador o professor Franklin Cassiano da Silva. De quarenta e nove (49) edições localizadas, em dezesseis (16) há referência à educação, versando sobre: a repercussão da notícia de fechamento dos grupos escolares do 2º Distrito, mas também de Poconé e de Rosário, por não apresentarem os resultados almejados pelos governantes; sobre a criação das Escolas Rurais pelo interior e adoção de metodologia apropriada; distribuição de prêmios aos alunos, com apresentação do programa; música nas escolas primárias; notas sobre aniversários de professores; sobre a caixa escolar e colação de grau. O último exemplar localizado data de 24 de maio de 1923.

O jornal *A Capital*, de circulação semanal, foi criado em 1924 enquanto *Órgão Livre – do povo, para o povo e pelo povo*, procurando desvincular-se da relação com a imprensa partidária. Sua direção estava a cargo do médico Agrícola Paes de Barros, Carmindo Germano de Campos, Lindolpho Prado e, como diretor secretário, José Anibal Bouret Filho. Em 14 de dezembro de 1926 foi localizado um editorial que afirmava abrir espaço para os leitores, convidando-os para se manifestar via *tribuna livre*:

Sempre foi o nosso maior ideal fazer d' 'A Capital', um órgão inteiramente livre. Fazer de suas colunas, a tribuna em que qualquer pessoa possa dizer livremente o que pensa, ou fazer a sua defesa, em termos, porém, que se possam ler, sem ofensas pesadas e indelicadas. Dessa tribuna poderão os nossos leitores se utilizar sem constrangimento algum de nossa parte, mesmo que tenha que dizer algo sobre nós, ou sobre coisas com que não estejamos solidários. Mas, para isso é preciso também que assinem os seus artigos, porque só nos responsabilizamos por aquilo que é nosso.

Ao contrário dos órgãos provincianos, que só publicam aquilo que agrada aos seus, queremos com isso efetivar o nosso programa, consubstanciado nas belas palavras: "Do povo, para o povo e pelo povo", que será como que um padrão de glória para nós, obscuros lutadores da imprensa.

Estão, portanto, desde hoje, abertas as nossas colunas à disposição dos nossos leitores. (*A CAPITAL*, 14/12/1926, n. 89, p.1).

Embora conclamando a população a utilizar do jornal impresso como porta-voz de seus anseios, números posteriores não registraram a participação popular no periódico, porém, não podemos afirmar se isso foi alcançado.

Das dezessete edições encontradas, em oito delas aparecem notícias sobre a educação, principalmente na sessão "Vida Escolar", que trazia nome dos alunos da

escola pública que tinham obtido as melhores notas nos exames, fechamento de escolas, atuação das professoras e sobre a infância.

Outro periódico criado em 1924 foi *A Luz*, sob a responsabilidade de Agrícola Paes de Barros e de João Bento R. de Lima, e, posteriormente, de José A. Bouret Filho. Afirmava ter redatores diversos, no entanto, não declina seus nomes. De acordo com Mendonça (1963, p. 52), João Bento Ruiz de Lima era um “[...] modesto barbeiro. Homem de fibra e caráter, tornou-se um condutor do povo. Onde houvesse oprimidos lá estava”, levando “a sua palavra inflamada sempre ao lado do fraco contra o forte”.

A Luz posicionava-se contra o governo do Dr. Estevão Alves Corrêa e do Intendente Municipal, Cel. Antonio Manoel Moreira. Sua oposição tornou-se visível na publicação do seu segundo número:

Nem água, nem instrução
Nem tampouco geografia!
De sede a população
Vai morrendo a cada dia.... (*apud*, MENDONÇA, 1963, p. 52)

Foram localizadas seis edições desse impresso, sendo que a última circulou dia 31 de outubro do referido ano. Dentre as edições localizadas, duas apresentaram artigos pertinente à instrução pública.

O jornal *A Semana* se intitulava como um órgão “Independente”, de periodicidade semanal e, inicialmente, era responsável por sua direção Juvenílio de Mello; possuía ainda como redator secretário, Onesimo Lima; como Diretor gerente, Nestor de Lara Pinto; como redatores, Agrícola Paes de Barros e L. Machado; como diretor político, Benedito Leite de Campos (1927); como diretor-proprietário, Emídio Lima (1928); e como diretor, Alyrio de Figueiredo (1928). Das dezesseis edições localizadas, em três delas foram identificadas notícias referentes à educação, intituladas: “Paredes rabiscadas”, “Professor Cesário Neto” e, “O ensino prático”.

O jornal *A Chrysallida* era um “Periódico da Mocidade do Lyceu Cuiabano”, tendo seu primeiro número circulado a 29 de abril de 1926. Seu redator-chefe era Deocleciano Martins de Oliveira, contando com colaboradores diversos. Alguns dos exemplares localizados encontram-se muito danificados, o que dificultou bastante à leitura.

Assim como o jornal *A Juventude*, editado na década anterior, *A Chrysallida* adotava um formato de publicizar uma seção questões destinadas aos alunos ou a

“outros estudiosos” que se interessassem em respondê-las. As respostas das questões eram estampadas nas edições seguintes, antes de serem lançadas novas questões⁴⁰.

Das 35 edições lidas, 19 faziam menção a questões relativas à educação, principalmente a secundária, como questões de conhecimentos gerais destinadas aos alunos, denúncia sobre a falta de equipamentos nos laboratórios, sobre patriotismo, sobre questões cívicas, partida de estudantes e sobre o ensino pedagógico.

Instrumento de veiculação da comunidade protestante, *A Penna Evangélica* foi criada em 16 de maio de 1925.⁴¹ No entanto, só foram localizados exemplares a partir do seu segundo ano de existência, em 1926. De periodicidade quinzenal, acirrou discussões polêmicas entre católicos e protestantes, com destaque para a colaboração do Reverendo Phillippe Landes. Vale destacar que, desde 1916, foi fundada em Cuiabá uma escola primária evangélica, aos moldes protestantes. Posteriormente, adotou como modelo a Escola Americana de São Paulo, transferida para uma fazenda em Chapada dos Guimarães, no ano de 1919, sob a denominação de Colégio Evangélico de Buriti (FREITAS, 2013).⁴²

Composto de quatro páginas e com quatro colunas, publicava em sua maioria artigos de opinião, poesias, informes sobre cultos e reuniões ligados à comunidade protestante, mas também anúncios. Seus artigos versavam sobre questões educacionais, religiosas, políticas, de ordem moral, entre outros.

José Nonato de Faria foi seu redator, e como gerentes José Henrique Verlangleri e Américo de Barros. Na categoria de tesoueiros, Alencastro Alves e Francisco Aristheu de Oliveira, incorporando diversos redatores. Das noventa e cinco edições localizadas, em vinte e uma delas foram encontradas notícias pertinentes à educação, tratando sobre os professores da Escola Normal, instrução pública, escolas públicas, Colegio Buriti e sobre a educação cristã protestante.

Outro jornal localizado com edições impressas a partir de janeiro de 1926 foi *O Ferrão*, que teve como primeiro diretor o professor Américo Pinto Brasil, e se definia como Folha Independente e Crítica. Teve como colaboradores de redação o bacharel

⁴⁰ Na abertura do exemplar de fevereiro de 1927, o editor comenta sobre o reaparecimento do periódico, justificando a interrupção da folha pelo período de dois meses, assim como o afastamento do redator-chefe, Deocleciano, por conta de sua viagem para o Rio de Janeiro, local onde cursaria a “Escola de Medicina”. Teve ainda como redator-chefe Benjamin Duarte Monteiro (1927) A última edição localizada data de 31 de outubro de 1928, em seu terceiro ano de circulação, de número 40.

⁴¹ Conforme consta na edição n. 190, de 16 de maio de 1930, o editor confirma a data de fundação do periódico, por conta da comemoração do seu quinto ano de existência.

⁴² Sobre o papel dessa instituição escolar de cunho evangélico protestante, conferir o trabalho de Freitas (2013)

João Nunes, o capitão João Calixto Bernardes, Cypriano Cosme de Siqueira, o engenheiro agrônomo Victal Moreira Jubim, Carmino de Campos e a senhorinha Antídia Coutinho.

De formato pequeno, composto de quatro páginas de três colunas cada, apresentava as seções social, esportes, poesias, entre outras. Das 62 edições localizadas, em 13 delas foram encontradas matérias sobre instrução, estampando críticas à instrução pública vigente na época (falta de água para os alunos, estrutura física das escolas, ensino religioso, despreparo de professor, perseguições políticas ao professorado primário etc.), a exemplo das denúncias feitas ao professor Américo Brasil, que sofreu perseguições políticas, sendo transferido, da capital, para Santo Antônio do Rio Abaixo, deixando a função de diretor de *O Ferrão* para Raul Dorilêo.

Ao ganhar as eleições para a presidência do Estado, que elegeu Mário Corrêa da Costa, o Partido Democrata Mato-Grossense criou o jornal *O Democrata* (1926). No entanto, exemplares desse periódico só foram localizados a partir de seu segundo ano de existência, momento em que passou a ter circulação diária. Tinha como gerente J. F. de Mattos (1927-1930), como diretor Armando de Souza (1927-1930), como secretário o advogado e professor Amarílio Novis (1927-1928) e como redatores o advogado e político João Villaboas e o advogado e jornalista Álvaro Novis. Foi também secretário do mesmo periódico o advogado, político e jornalista Olegário Moreira de Barros (1928-1930), alguns deles pertencentes à Academia Mato-Grossense de Letras.

Composto de quatro páginas, reservava as segundas e terceiras somente para propagandas. O conteúdo era distribuído por artigos: seção Telegramas, “Cuiabá Social” (aniversariantes e viajantes) e a seção *livre* e fazia crítica ferrenha ao jornal *O Matto-Grosso*.

Como era um periódico político-partidário, os discursos adquiriam um caráter de visibilidade às ações do governo. Em períodos de convenção (eleitoral), estampava muitos artigos sobre as articulações políticas. Publicava também informações referentes às portarias, com nomeações e exonerações. Sobre a educação, dos 283 analisados foi encontrada a temática em 76 edições, tratando sobre os atos oficiais da instrução pública (portarias, nomeações etc.), entrega de diplomas, mensagens de presidente de estado-sessão instrução pública, chegada e partida de professores, relatório de visita às instituições públicas do Estado, dentre outros.

O último exemplar localizado data de 31 de julho de 1930, justamente no último ano da gestão de Mário Corrêa da Costa à frente do governo estadual.

O Jornal tinha como objetivo “defender todas as causas” onde residissem “o direito e a justiça, cultuando sempre a razão e o bom senso”. Por pertencer ao Cel. Augusto Gurgel do Amaral Jr., que atuou como professor primário em Corumbá, defendia o governo de Washington Luiz, divulgando a candidatura à Presidência da República de Júlio Prestes e atacando a candidatura de Getúlio Vargas.

Seu conteúdo era composto pela seção “telegramas”, “sonetos”, propagandas, artigos e informes. Nos exemplares localizados, foram encontradas contestações ao jornal *A Penna Evangélica*. Teve uma vida efêmera, de apenas um ano, o de 1929. O último exemplar localizado para análise data de 27 de outubro. Das 14 edições analisadas, somente duas fizeram referência à instrução pública, sendo uma noticiando a colação de grau no Liceu e a outra noticiando uma festa lítero-musical realizada na Escola Normal.

2.3 A EDUCAÇÃO ESCOLAR EM DEBATE: EMBATES TRAVADOS ENTRE CATÓLICOS E REPUBLICANOS NA IMPRENSA CUIABANA

Com a instauração da República como forma de governo, o ensino religioso foi substituído pelo laico. Porém, em Mato Grosso, as alterações regulamentares não se realizaram no cotidiano escolar. O primeiro regulamento da Instrução Pública após mudança de regime de governo explicita que: “O ensino primário será leigo, gratuito e obrigatório” (MATO GROSSO, Regulamento, 1891, Art. 29º). É interessante observar que tal premissa não esteve presente no regulamento seguinte, publicado no ano de 1896, fato que nos leva a perceber a forte influência do catolicismo no estado.

Com a vinda dos professores Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Kuhlmann, para reorganizar a instrução pública do Estado, o ensino laico não somente voltou a integrar o regulamento de 1910, como permeou a organização curricular das escolas primárias e da Escola Normal, bem como se fez presente nas discussões travadas entre os intelectuais e religiosos.

O jornal *A Colligação* cogitou a hipótese de que a reorganização da instrução pública, pelo caminho traçado, não passaria de uma “utopia”, e que os “moços normalistas” sendo “professores do interior de S. Paulo, de Bebedouro e Descalvados”, não poderiam “ter competência para remodelar” o ensino em Mato Grosso (*A Colligação*, 21/08/1910, p. 1-2). Após a chegada, instalação e primeiras ações destes dois professores paulistas, outros jornais também fizeram oposição às suas atuações,

maneiras de se comportar e expressar seus ideais, enquanto outros ressaltaram aspectos positivos e elogios.

Por se declararem republicanos convictos, imbuídos de uma *missão* (SÁ, 2009) patriótica e impregnados de um *bandeirismo* produzido pelo sistema e pela Nação que os criou, sofreram duras críticas por parte de dois grandes jornais: *A Cruz* e *O Matto-Grosso*, que até os trataram com as alcunhas como “pau-rodado” e “nemoleque”. Em contrapartida, os jovens paulistas utilizaram os espaços de outros periódicos, como *O Republicano*, *O Imparcial*, *A Reacção* e *A Notícia*, para replicarem e defenderem o ensino leigo, a Pátria, o progresso e a disciplina, acirrando, assim, os debates.

A leitura dos exemplares do jornal *A Reacção*, de Cuiabá, permite compreender a dimensão das polêmicas alimentadas pelos dois adversários, sendo este impresso utilizado pelos professores paulistas para se defenderem e/ou contra-atacarem. Da primeira à última página, o jornal citado defendia os princípios republicanos e atacava a ação da Igreja Católica. Em artigo assinado por Kuhlmann, do ano de 1914, se evidencia a natureza das discussões e a ousadia do normalista em seus posicionamentos:

ATÉ QUANDO?

Não suponham os amáveis leitores que eu vá perguntar até quando a rabujenta e desnorteada “A Cruz” pretende abusar de nossa paciência, atirando-nos provocações no terreno político, sem querer entender que a sua atitude parcialíssima e apaixonada vai ferir, não aos livres-pensadores que, nesta qualidade, nada têm que ver com aqueles que são os responsáveis pelos atos que a megera censura, com a pose de mentor remendado. Não! Deixemos que os jornais políticos respondam aos artigos do jornal miscelânea. [...]

A igreja não é um estado. Existem muitas outras religiões. A República não pode fazer seleções de seitas e está separada de quaisquer delas.

[...] Eu também não gosto de igrejas e nem por isso me desespero com republicanism... clerical! Apenas me atrevo humildemente... a perguntar até quando o Brasil fará a despesa inútil de manter uma ligação junto ao Vaticano? Até quando? (*A REACÇÃO*, 1914, n. 44, p.2).

A imprensa também foi utilizada pelos professores paulistas enquanto espaço de orientação pedagógica aos professores e difusão dos ideais republicanos de educação, o que se deu através da Revista *A Nova Época*, criada em 1912⁴³.

⁴³ Vale ressaltar que, pelas páginas dos jornais mato-grossenses, localizamos informações de que foram publicados três números de *A Nova Época* (n. 1, em março; n. 2, em maio e n. 3, em agosto de 1912, noticiadas pelo *O Debate*, n. 142 e n. 195, e *A Cruz*, n. 87). No entanto, na pesquisa só foi possível localizar um único exemplar, o de número 2 (figura 20), que se encontra no acervo do Arquivo Público de Mato Grosso.

Figura 20: Revista *A Nova Época*, n. 2, março 1912.



Fonte: APMT

Tal revista, de cunho científico e literário, foi produzida com o aval do então presidente do estado, Joaquim Augusto da Costa Marques, e contou com a colaboração de vários adeptos do repulicanismo. Após a aparição do seu primeiro número, vários jornais mato-grossenses fizeram referência a sua materialidade, tecendo elogios e votos de futuro promissor, como a *Gazeta Official*, *A Imprensa*, *O Matto-Grosso* e *O Debate*.

Somente *A Cruz* (n. 68) teceu duras críticas, demonstrando sua insatisfação com o surgimento do periódico e, principalmente, com a produção apresentada pelos professores normalistas Azzi, Brienne e Kuhlmann, sendo o último atacado de forma mais veemente.

A Cruz considerou o aparecimento da Revista *A Nova Época* uma “cruel desilusão” e que seu primeiro número tratava de “pura e simplesmente um *pandemonium de paradoxos sociais e filosóficos*”. Considerou como ponto de contestação *As Conferências Pedagógicas*, de autoria do professor Gustavo Kuhlmann, considerando-as “Indigestas, sem nexo, em estilo cafral... precisa mesmo usar para com elas do método analítico” (*A CRUZ*, 24/03/1912, n. 68, p. 4).

Essas Conferências aconteciam, primeiramente, no prédio do Grupo Escolar do 2º Distrito, do qual Kuhlmann era diretor, e o convite à população veiculado através do jornal *O Debate*. A primeira Conferência aconteceu no dia 24 de fevereiro de 1912, às 20h00 (*O DEBATE*, 24/02/1912, n.126, p.3), momento em que o professor discorreu sobre os métodos educativos e sobre a necessidade do ensino leigo; a segunda, no dia 17 de março às 15h00, e tratou sobre a “Educação Física” (*O DEBATE*, 17/03/1912, n.145, p.2), e a terceira Conferência aconteceu no dia 30 de junho às 15h00, tendo como temática a “Educação Intelectual” (*O DEBATE*, 02/07/1912, n. 229, p.3).

As três Conferências proferidas pelo professor Kuhlmann, divulgadas na revista *A Nova Época*, passou a ser analisada pelo jornal *A Cruz*, muitas vezes corrigindo-o no tocante às questões de gramática, ortografia e citação de dicionários e autores, com a intenção de desqualificar o professor Kuhlmann que revidou contestando seus atos públicos e privados e condenando suas posturas antirreligiosas. Embora Kuhlmann tenha publicado apenas três Conferências, o jornal *A Cruz* as debateu em sete artigos, sendo alguns publicados numa mesma edição.

Ao questionar as concepções teóricas explicitadas, o articulista de *A Cruz* chamou Kuhlmann de “inconsciente”:

Enfim, como o ciclo da formação do indivíduo Kuhlmann, a sua educação – transformou os seus conhecimentos em aptidões inconscientes, devemos forçosamente concluir: - O Sr. Kuhlmann é inconsciente. (*A CRUZ*, 28/04/1912, n.73, p.2-3)

Após a publicação da terceira edição da Revista *A Nova Época*, o jornal católico não teceu críticas somente ao professor normalista e sua conferência, mas aos responsáveis pelo periódico, que se encontrava sob a proteção do Presidente do Estado e do Secretário do Interior, Justiça e Fazenda, os quais garantiram o ciclo de vida do periódico até sua terceira edição:

Acaba ‘*A Nova Época*’, em seu terceiro n., de noticiar a terceira conferência realizada pelo professor de Casca dura Gustavo Kuhlmann, e com palavras encomiásticas, exaltando lhe a proficiência que não possui.
 Não sabemos se se pode com mais acerto desacreditar a instrução no Estado do que publicando semelhantes conferências. [...]
 Se uma Revista litero-científica sob os auspícios do Sr. Presidente do Estado e do Sr. Secretário do Interior, Justiça e Fazenda, dá guarida a peças tão clássicas, que juízo poderão formar do nível intelectual de Mato Grosso os que leem ‘*A Nova Época*’.
 Semelhante publicação, semelhante elogio é a desmoralização da instrução. (*A CRUZ*, 11/08/1912, n.87, p.2)

A antipatia com relação aos normalistas, principalmente Kuhlmann, foi materializada em outros artigos do *A Cruz* ao longo dos anos de 1913 e 1914, que “respondiam e provocavam à altura dos ataques” (AMÂNCIO; SILVA, 2007). Era tão inadmissível para o jornal católico ter jovens professores, de outro estado, posicionando-se abertamente contra a Igreja, questionando seus princípios e hegemonia e tendo, além do mais, seu sustento garantido no serviço público estadual.

O embate travado no âmbito da imprensa se constituiu numa *luta de representações* (CHARTIER, 1990) travada durante todo o decorrer do ano de 1912 e que adentrou o ano seguinte, numa disputa de poder entre os professores normalistas e a igreja, usando os impressos jornalísticos como materialização de suas representações.

CAPÍTULO III – A INFÂNCIA E A ESCOLARIZAÇÃO NA ÓTICA DOS JORNAIS CUIABANOS

Com a implantação do modelo de escola graduada primária, instalada em Mato Grosso a partir de 1910, várias mudanças foram realizadas, dentre elas a forma de se trabalhar com as crianças em sala de aula, processo que enfrentou resistência, sendo visíveis as transformações desse pensamento a partir da década de vinte e, de forma mais incisiva, na década posterior.

Nesse sentido, propomos analisar, pela ótica dos jornais impressos, o que a imprensa cuiabana noticiou acerca das crianças que viveram em Cuiabá e no que concerne à infância, durante as décadas de dez a trinta do século XX. Quais espaços de sociabilidade eram frequentados pelas crianças? Quais as representações de escolarização foram materializadas na imprensa cuiabana e em quais os jornais que estamparam matérias com maior frequência? Quais escolas foram privilegiadas na publicização das notícias e quais os professores primários destacados na imprensa? Estas são algumas das questões que nos motivaram a escrever este capítulo.

3.1 A INFÂNCIA NA ÓTICA DOS JORNAIS CUIABANOS (1910-1930)

A criança não sabe, ainda, que tem uma existência. Não desconfia, sequer, de que tem um destino. [...] A criança não se sente como alguém que vem de longe e para longe vai, dentro da grande marcha da humanidade. É uma criaturinha que desabrocha todas as manhãs e crepúscula todas as tardes e, nesse breve espaço, vive a sua totalidade.

A infância é feita de fragmentos de vidas acumuladas, mas de fragmentos que são outras tantas rápidas vidas, sobrepostas nas suas múltiplas representações do mundo. [...]

Cecília Meireles (1930)⁴⁴

Cecília Meireles nos transporta para um tempo onde a criança era representada como um ser pequenino e frágil, comparado, muitas vezes, às flores que desabrochavam todas as manhãs e se fechavam à tarde, mas que, apesar de ainda não ter consciência de sua existência, vivia uma fase da vida. Ao fragmentar essa fase acumulada ao longo da vida, somada a tantas outras (singular ou coletiva), foi assim que Meireles definiu infância. Tais concepções se apresentam de maneiras distintas, com representações diferentes ao longo da história, mas, ao colocar adulto e criança lado a lado, com

⁴⁴ MEIRELES, Cecília. Grandes e pequenos. *Diário de Notícias* (6/08/1930, n.56, p.7).

faixas etárias e papéis sociais diferentes, estabelece uma interligação entre ambos que são, também, dependentes.

Estudos apontam que, até o início da década de sessenta, a história da infância e a história da educação pareciam ser dois campos distintos e inconciliáveis de pesquisa (ARIÈS, 1973). Com a publicação, na França de 1960, e nos Estados Unidos, em 1962, do livro de Ariès (1973) sobre a *História social da infância e da família*, e na década seguinte, em 1974, acrescida da publicação do texto de De Mause (1991) sobre *A evolução da infância*, os historiadores da educação, principalmente os norte-americanos, encontravam-se no processo de reconstrução e definição precisas de seu campo. No entanto, até esse período, poucos historiadores haviam manifestado algum interesse pelo tema da infância, ou o colocado como objetivo de suas pesquisas.

Na historiografia, os estudos que tratam da história da criança e da infância têm se pautado no precursor da temática. Philippe Ariès, com a tradução do livro *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Regime* para a língua inglesa, em 1962, fez com que o assunto adquirisse repercussão, uma vez que o cerne da discussão girou em torno do processo de desenvolvimento da concepção moderna da infância, da época e dos ritmos, constituindo-se, conseqüentemente, numa categoria social construída recentemente na história da humanidade.

Como contribuição acerca das reflexões sobre a história da infância e da educação, as pesquisas de Moysés Kuhlmann Júnior e de outros pesquisadores,⁴⁵ apontam a necessidade de se atentar para os limites que ampliam e/ou restringem a abrangência do conceito de infância sob os aspectos da sua duração, denominação, universalidade e das suas particularidades geográficas, sociais, culturais e históricas. Esse autor, em *Infância, história e educação*, ampliou as análises para além das referências à obra de Philippe Ariès, avançando na discussão sobre o tema.

Pautada neste autor, Raquel Discini de Campos (2009, p.174), ao estudar as mulheres e as crianças na imprensa paulista, entre nos anos de 1920 a 1940, trata a infância como um período da vida que não apresenta um dado natural, portanto, “sua duração foi e continua sendo incerta, variando mediante o tempo, a cultura e o espaço

⁴⁵ No interior das pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho para a História da Infância e dos Materiais Educativos e Lúdicos [GRUTHIMEL], sob a coordenação de Luciano Mendes de Faria Filho, foram desenvolvidos vários subprojetos que contaram com a participação dos seguintes pesquisadores: Amado (2002), Faria Filho (2001; 2002); Fernandes (2000a; 2000b; 2002); Fernandes & Felgueiras (2002), Ferreira (2000; 2002^a; 2002b), Gondra (1998; 2000; 2002), Gouvêa (1997; 1999), Kuhlmann Júnior (1998; 2000^a; 2000b; 2001; 2002), Veiga & Faria Filho (1999), Veiga & Gouvêa (2000), Vago (2000), Vidal (2002), Vidigal (1997) e Sá (2007).

geográfico nos quais as sociedades humanas se desenvolveram”. Conforme Kuhlmann e Fernandes (2004, p. 15), “A palavra infância evoca um período de vida humana; no limite da significação”, já o vocábulo criança “indica uma realidade psicobiológica referenciada ao indivíduo”.

Ao lermos o depoimento de Josephina Paes de Barros, relembando seu tempo de criança, vivido na cidade de Cuiabá durante a década de trinta do século XX, podemos observar a representação que faz enquanto sujeito real que vivenciou a fase da vida, ao escrever: “agora, estou em 1938, quando a criança era simples expectadora dos acontecimentos, quase sempre sem direito de se expressar, de emitir opiniões, de perguntar”.⁴⁶ Analisando a fala, concordamos com Kuhlmann Júnior e Fernandes, quando afirmam que a criança não é biógrafa de sua própria história, sendo o adulto o autor da narrativa. Os autores ressaltam que:

[...] talvez a forma mais direta de perceber a criança, individualmente ou em grupo, seja precisamente tentar captá-la com base nas significações atribuídas aos diversos discursos que tenta definir historicamente o que é ser criança. Assim, baseando-se na história da infância seria possível estruturar as histórias da criança [...]. (KULHMANN JR.; FERNANDES, 2004, p.16)

Com a pesquisa voltada para a história da infância em Mato Grosso, Elizabeth Sá, na obra “*De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1927-1930)*”, apresenta o cotidiano das crianças cuiabanas daquele período: “As crianças não tinham inibição e partilhavam da vida social dos adultos, mesmo que fosse através das janelas” (SÁ, 2007, p.66).

Conforme vimos no capítulo anterior, na cidade de Cuiabá eram realizadas algumas atividades culturais que movimentavam a vida social. Em vários espaços ocorriam cantos, danças, comédias, declamações, bailes familiares, retreta nos jardins, passeios nas praças, *picnics* e espetáculo de touradas, espaços de sociabilidade frequentados também pelas crianças, porém seus espaços específicos de diversão ficava por conta das brincadeiras e dos cinemas.

Pode-se observar que as crianças participavam de todos territórios nos quais os adultos estavam inseridos, como culto aos mortos, no cemitério, passeatas nas ruas, na

⁴⁶ Depoimento de Josephina Paes de Barros publicado em Echeverria, Freire e Tocantins (2010, p.56-58). A depoente afirma que naquela data [1938] contava com a idade de oito anos, era aluna da Escola Modelo Barão de Melgaço, que, na época, estava sob a direção de Alina Tocantins, a primeira mulher a dirigir a instituição. O nome da professora consta entre as docentes contratadas para atuar na Escola Modelo no ano de 1911 (MELLO, Relatório, 1911).

arena onde se exibia o espetáculo de touradas, ou até mesmo no júri popular, sendo estes alguns dos lugares retratados pela imprensa cuiabana. Destacamos estes dois últimos espaços por terem sofrido críticas na imprensa, enquanto inadequados para a participação de crianças.

O primeiro artigo, intitulado “As crianças no júri”, relata que, ao ser sorteado para participar de uma sessão, o médico Marinho do Rego descreveu que algumas vezes as sessões precisavam ser adiadas, pois não comparecia número legal de adultos para o sorteio de oito jurados, no entanto, “sobravam as crianças”. Semelhante fato chamou a atenção do médico, pois, “eram em grande número, muitas sobraçando livros, e lá chegavam antes mesmo do réu. Ora sentadas, ocupavam os bancos; ora agitadas, faziam cruzeiros, atropelavam e eram atropeladas; conversavam, riam, quebrando o silêncio indispensável àquela função magna” (*O DEBATE*, 28/04/1914, n.758, p.1).

O autor ressaltava que, para além desses inconvenientes, existiam outros de maior magnitude, quando tentou convencer os pais de que aquele não era um local apropriado para a presença de criança. Rego argumentava que no tribunal compareciam réus que haviam cometido desde pequenos a grandes crimes, sendo a leitura do processo o momento destinado a descrever em detalhes o histórico do crime. Situação que o conduziu a indagação: “para que a criança perlustrar tão cedo a escabrosa história da calamidade?” O próprio autor completou: “no tribunal do júri paira uma atmosfera demasiado tóxica para seres tão tenros, por isto mesmo receptíveis. Para que as crianças contemplarem os vícios e as más paixões da sociedade?” (*O DEBATE*, 28/04/1914, n.758, p.1).

Pensando na formação do caráter das crianças, o autor indicava ser essencial “negar à criança o ambiente deletério, malsão; prodigalizando-lhe, sim, todos os aspectos agradáveis, recreativos, educadores do moral e do senso estético”. (*O DEBATE*, 28/04/1914, n.758, p.1).

Enquanto médico, Rego atuou como Inspetor de Saúde nas escolas estaduais, e suas considerações, pautadas no fator de ordem psicológica, serviam de base para fundamentar as razões que o conduziu a “denunciar este fato prejudicial à alma infantil”, com a ressalva de que deveriam “cercar a alma da criança de cuidados piedosos, poupando-a dos choques físicos, tão nocivos no labor da existência”. (*O DEBATE*, 28/04/1914, n.758, p.1).

Outro espaço frequentado pelas crianças e criticado pela imprensa foram as touradas, momento que as famílias se reuniam para assistir ao espetáculo, que tinha como alvo os touros, como apresentado no capítulo anterior. Com este título, o jornal *A Reação* publicou um artigo, de autoria do professor paulista Gustavo Kuhlmann, intitulado “Touradas!...”. O evento foi denominado pelo professor como impróprio, pois os touros eram “assassinados de forma brutal” na frente de todos, mas principalmente na frente das crianças (*A REACÇÃO*, 11/05/1913, n. 34, p. 3).

Contrastando com esses dois citados espaços, localizamos nas páginas da imprensa um artigo, de autoria de G. Terra, ressaltando uma prática que, pelo nosso entender, passou a fazer parte dos hábitos da criança: o jogo de futebol. A princípio, as partidas de caráter recreativo eram realizadas pelos sócios dos clubes, que formavam dois times e jogavam entre si.⁴⁷ A partir das partidas que foram noticiadas pelos jornais da época, um articulista registrou suas impressões ao observar que a criança disseminava pelos bairros da capital a mesma prática, mostrando-se surpreso com sua repercussão, visto provocar mudança nas práticas culturais da sociedade e também no setor econômico:

[...] durante toda a semana, não vi outra coisa: era a meninada a exercitar o mesmo jogo. Na Rua do Campo, no largo da Matriz, no Baú, Areão, por toda a parte enfim, a petizada se divertia atirando bolas. E bolas de todos os feitios – laranja azeda, cabaça madura, coco de aguassú... o diabo! Gostei dessa manifestação dos pirralhos, mas francamente houve alguém que não gostou mais que o cronista: foi o de Lucca, que durante a semana teve aumento de serviço e de fêria. Só em calçado para meninos, ao que me informou, houve uma venda e encomenda a maior de cinquenta por cento! (*O DEBATE*, 19/10/1913, n.605, p.2).

Chamou-nos a atenção, como já frisado, o trecho em que G. Terra descreveu a meninada, que, diferentemente dos *footballers*,⁴⁸ adotou essa prática e passou a brincar nas ruas de diferentes bairros, “por toda parte”, e a se divertir com bolas feitas a partir de diferentes objetos circulares. Tal evento, certamente, alterou a vida da cidade, modificando, assim, as práticas sociais até então existentes.

Termos, como “petizada”, “pequerruchos”, “garbos”, “infante”, “pueril”, “pequeninos”, “petizes”, “menores”, são empregados com regularidade pela imprensa cuiabana para se referir às crianças da época, representadas como “ingênuas”,

⁴⁷ Posteriormente, Mello e Kuhlmann protagonizaram os dois times adversários que, para as comemorações do dia 15 de novembro realizaram a primeira partida oficial de futebol em Cuiabá.

⁴⁸ Termo frequente na imprensa cuiabana para se referir aos jogadores de futebol.

“inocentes”, “anjinho”, “frágil”, “meiga” etc., e a infância como o período da fragilidade e ingenuidade, como sinaliza o derivado *pueril*.

Quadro 08 – Lista dos jornais com referência às crianças

| N. | Nome do jornal | Período | N. de notas | Termos |
|----|-------------------------------|---|-------------|---|
| 1 | <i>A Cruz</i> ⁴⁹ | 1910 (02); 1911 (03); 1913 (04); 1914 (02); 1915 (06); 1916 (02); 1917 (02); 1918 (07); 1922 (01); 1923 (01); 1926 (03); 1927 (03); 1928 (01); 1929 (01); 1930 (01); 1931 (04); 1932 (02); 1933 (2); 1934 (01); 1935 (02); 1936 (04); 1938 (02); 1939 (06). | 62 | Criança (s), pequerruchos, infância, inocentes, menina, petizada, infantil, menininha, menino, filhinhos, pequeno, inocente, anjinho. |
| 2 | <i>O Matto-Grosso</i> | 1918 (01); 1919 (02); 1920 (03); 1922 (01); 1928 (18); 1930 (02); 1931 (01); 1936 (04) | 32 | Petizada, criança (s), infantil, menino (a, os, as), petizes, aluna (o, os), infância. |
| 3 | <i>A Juventude</i> | 1916 (7); 1917 (10) | 17 | Infantil. |
| 4 | <i>O Debate</i> ⁵⁰ | 1912 (06); 1913 (05); 1914 (04) | 15 | Criança (s), menino, infância, puerícia, anjinho, meiga, meninas, alunas, Petizada, criancinhas. |
| 5 | <i>A Notícia</i> | 1912 (01); 1913 (04) | 05 | Infantil, alunos, crianças, pequeninos, educandos, infância. |
| 6 | <i>Correio do Estado,</i> | 1923 (05) | 05 | Criança (s), infantil, pequeninos, infância, petizada. |
| 7 | <i>A Penna Evangélica</i> | 1930 (05) | 05 | Criança, menino (a, os, as), pequeninos. |
| 8 | <i>O Democrata</i> | 1927 (02); 1928 (01); 1929 (01) | 04 | Criança (s), infantis, petizada, infância. |
| 9 | <i>A Reacção</i> | 1913 (03) | 03 | Pequeninos, crianças, petizada, alunos (as), meninos (as). |
| 10 | <i>Republicano</i> | 1917 (01); 1918 (01); 1920 (01) | 03 | Criança (s), Pequenos, Pequeninos, alunos, infantil. |
| 11 | <i>O Commercio</i> | 1911 (02) | 02 | Anjinho, meninas. |
| 12 | <i>O Imparcial</i> | 1913 (01); 1914 (01) | 02 | Infância, alunos, crianças. |
| 13 | <i>A Capital</i> | 1925 (01); 1926 (01) | 02 | Infância |
| 14 | <i>Diário da tarde</i> | 1915 (01) | 01 | Criança, infância |
| 15 | <i>O Echo do Povo</i> | 1914 (01) | 01 | Meninas |
| 16 | <i>O Estado</i> | 1916 (01) | 01 | Pequenos, menores, infância. |
| 17 | <i>O Pequeno Mensageiro</i> | 1929 (01) | 01 | Criança, infantil. |

Fonte: Jornais editados em Cuiabá e localizados nos acervos. Elaborado pela autora

Dentre as edições dos jornais cuiabanos analisados na pesquisa, dezessete títulos fizeram referência às crianças ou a termos utilizados para representá-las. Dentre os termos empregados com regularidade, destacamos “frágil”, “pequenino”, “anjinho”

⁴⁹ O jornal *A Cruz* apresentou muitas notas referentes a batizados, nascimentos e falecimentos de crianças, neste sentido, não foram colocadas a grande maioria destas neste quadro. Quanto aos periódicos *O Echo*, *O Gladiador*, *A Crysallida*, *A Semana*, *O Ferrão*, *A Reacção* (1928/1929) e *O Jornal* não foram identificados referências aos termos correspondentes à criança ou à infância.

⁵⁰ Várias edições apresentaram informes sobre batizados, aniversários, nascimentos e falecimentos de crianças, que não foram aqui contabilizados.

aplicados em momentos delicados, como falecimento deste ser que tão precocemente tinha sua vida ceifada, como retratou Mendes no poema abaixo:

Anjinho

Meiga, tão meiga como a linda estrela
Ao desmaiar, gentil, pela alvorada,
Num pequenino féretro deitada,
Jaz a criança inanimada e bela [...].

Lamartine F. Mendes
(O DEBATE, 14/07/1912, n.240, p.2)

Eram vários os fatores que contribuíam para os óbitos de crianças naquele período, principalmente quando acometidas por doenças, como “coqueluche”, “difteria” e “fastio”, mas também pelo fato de serem mais suscetíveis ao contágio e à precariedade de tratamento, além do ambiente insalubre.

Em artigo intitulado *A mortandade das crianças*, o articulista apresentava dados que revelaram que, para cada 100 crianças que nasciam, 30 faleciam antes de completar um ano de idade, tendo como causas mais frequentes as perturbações digestivas, distrofias, entre outras, sendo o calor um fator preponderante que contribuía bastante para tais distúrbios (A CRUZ, 07/01/1934, n.1.114, p.2)

Nesse sentido, as propagandas colaboravam para o fortalecimento e cuidados com as crianças, tendo por base medicamentos científicos. A imagem a seguir ilustra muito bem o momento em que o laboratório do Rio de Janeiro colocou a venda diversos produtos indicados para diarreias, vômitos, vermes, fraqueza, problemas dentários, vitamínicos, com apelo da imagem de uma mulher “cuidadora, protetora” oferecendo os produtos para as crianças.

Figura 21: Propaganda do Laboratório nutroterápico



Fonte: A CRUZ, 22/06/1930, n.929, p.3.

Outros impressos publicavam propagandas de “Ascaradina”, remédio indicado para lombrigas (*A CRUZ*, 05/10/1913, n.146, p.3), de “Infantina” Granado Farinha Láctea, como suplemento alimentar para as crianças (*O MATTO-GROSSO*, 20/03/1919, n.1.557, p.4), bem como da Semolina (*O DEBATE*, 15/05/1913, n.392, p.3), subproduto do trigo indicado para alimentar as crianças, estampado nas páginas do *O Debate* em versos musicais, para serem cantados em teatros, sala ou na rua. Excelente meio propagandístico do produto.

Figura 22: Música sobre a Semolina.

A SEMOLINA
(*Musica da Caraboo*)
Para ser cantado em theatros, salas,
ou na rua.
*Uma antiga rainha,
Chamada Dona Urraca,
Teve uma princezinhã,
Coitadinha, era fraca.*

*Pra salvar a menina,
Deram-lhe Semolina,
E quando já forte e corada,
Cantara enthusiasmada :*

*Oh q'riã Semolina,
Fostes a salvação,
Digo do coração,
A ti devo a vida oh Semolina.*

Fonte: *O Debate*, 15/05/1914, n.771, p.3.

É possível observar que a questão dos cuidados com a criança para livrá-la da debilidade e das moléstias, era veiculados nos impressos cuiabanos, pautados em representações sobre a saúde, doença e infância. Durante o período de crescimento, muitas crianças eram acometidas por doenças que a levava até mesmo ao óbito, como externado antes. Somente com muitos cuidados se tornava possível evitar fraquezas, debilidades, palidez, o que justificam os investimentos em propagandas dos fortificantes e produtos alimentícios e sua comercialização.⁵¹

À escola competia então modelar a *natureza infantil* pela aquisição de bons hábitos que resguardassem a infância da debilidade e das moléstias (ROCHA, 2003). Tarefas, como recolher as crianças das ruas e livrá-las do mau caminho do mundo do crime, também eram delegadas às escolas, como externado no artigo *Repressão à Vadiagem*, publicado no *Diário da Tarde* (26/02/1915, n.3, p.1), momento em que o

⁵¹ Cf. *O Debate*, 08/06/1912, n. 212, p.2: Artigo: *Toda criança no período do crescimento precisa evitar a fraquesa*, assinado por José Ramos Callado.

articulista declarava tratar-se de uma preocupação de quase todos os governos das unidades federativas brasileiras: “[...] a organização de um serviço de proteção à infância, como sendo o mais prático de reprimir a vadiagem, que leva [va] às infelizes crianças, quase sempre, à senda do crime”.

Essa preocupação com as crianças e adolescentes considerados “delinquentes” e que vadiavam pelas ruas, começou a crescer nas primeiras décadas do século XX, juntamente com o desenvolvimento dos centros urbanos. Foi durante o período denominado Primeira República que se acentuou a assistência higiênica ou científica, que, posteriormente, a partir de 1930, passou a adquirir um caráter assistencial.

No artigo analisado, o articulista buscou embasamento no que ocorria em âmbito internacional, mas também citando, em âmbito nacional, o Instituto de Proteção à Infância, criado por João Pinheiro, no estado de Minas Gerais, visto seus resultados positivos, “recolhendo das ruas os menores desamparados para colocá-los sob o teto sadio de uma oficina”. Ressalta-se que este Instituto era direcionado à “infância desvalida”, com o intuito de formação de trabalhadores rurais⁵².

Destacamos a criação em 1899 do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (IPAI-RJ) a partir de uma preocupação médica com a saúde e o bem-estar da criança, estando entre os seus objetivos a proteção às crianças pobres, doentes, defeituosas, maltratadas e moralmente abandonadas, a difusão de noções de higiene infantil a famílias pobres, a regulamentação do trabalho feminino e a tutela sobre crianças maltratadas ou em perigo moral. De acordo com Kuhlmann (1998), esta entidade foi criada pelo doutor Arthur Moncorvo Filho em 1899, reconhecida em 1909 de utilidade pública municipal, e em 1929 já possuía 22 filiais no Brasil.

Em Mato Grosso, o articulista argumentava que por conta da situação precária pela qual passava o Estado, o governo encontrava-se incapacitado de sequer cogitar a fundação de tais institutos, mas sugeriu que se cuidasse da organização de:

[...] um serviço de proteção, por intermédio das autoridades policiais, obrigando-se aos pais desses menores que infestam as nossas ruas, em correrias desenfreadas, invadindo os jardins, que danificam, cometendo toda sorte de vadiagem, a metê-los nas escolas, onde encontrarão o pão do espírito e os meios de se prepararem para as lutas da vida. (*DIÁRIO DA TARDE*, 26/02/1915, n.3, p.1).

⁵² Cabe ressaltar que diferentes autores, como Schueler, (1999), Gondra (2000), Rizzini (2006), Gouveia (2006) e Veiga (2007), entre outros, vêm pesquisando a preocupação dos adultos em relação às crianças, tanto do ponto de vista do cuidado e proteção como no aspecto pedagógico.

No caso das crianças pobres, percebemos, nessa literatura, a recorrente associação entre educação e trabalho, a partir do momento que a criança passou a ser representada como a “sementeira do porvir” (GONDRA, 2000). Nessa medida, a problemática da proteção demandou a criação de uma série de associações e instituições para cuidar da criança (KUHLMANN Jr., 2002, p.464).

Recorrendo à realidade local de Mato Grosso, o articulista afirmava que Cuiabá já era “dotada de um desses institutos: a Escola de Aprendizes Artífices”, sob a direção do Tenente Coronel Avelino de Siqueira. No entanto, destacou um fato ocorrido na mesma instituição, por conta da solenidade de distribuição de prêmios e diplomas aos alunos do estabelecimento, realizada em dezembro do ano anterior (1914), momento em que o diretor havia externado o fato de terem sido fechadas oficinas com o argumento da falta de alunos. O articulista atribuiu a culpa aos pais, visto que descuidados para com a educação dos filhos, e que com isso estariam cometendo um crime. Convocou o governo, sugerindo que ele intervisse para que não se perpetrasse a continuidade de tal crime, sugerindo, ao final, que haveria “vários e simples meios de chamar ao bom caminho esses infelizes menores. A Escola de Artífices ai está para recebê-los. É um dever nosso proteger a infância” (*DIÁRIO DA TARDE*, 26/02/1915, n.3, p.1).

Kunze (2005, p.101), ao escrever sobre a referida escola, afirma que para o governo de Mato Grosso não havia dúvida de que essa escola ofereceria instrução e profissionalização à infância desprotegida:

Aprender um ofício comum pressupunha reforçar à classe social dita inferior da sociedade seu papel de executora das tarefas manuais. Ainda em relação à caracterização do perfil da clientela a ser atendida, os regulamentos definiam, além dos sócio-econômicos, os critérios físico-biológicos que impunham a aceitação apenas das crianças que não sofressem moléstias infecto-contagiosas e que não apresentassem defeitos físicos que as inabilitassem para o aprendizado do ofício.

Ainda, segundo a mesma autora, a Escola “não queria ser confundida com uma instituição de regeneração dos “transgressores” da ordem e dos bons costumes, pelo contrário, visava formar os filhos, ainda não “desvirtuados”, dos chamados “desvalidos” para não se tornassem um daqueles” (KUNZE, 2005, p.102).

Ainda nas décadas iniciais do século XX, a realização do I Congresso de Proteção à Infância, transcrito em 1922, alertou para a necessidade de ultrapassar a fase então vigente, de confiar o trabalho de atenção às crianças às instituições privadas de caridade, recomendando a aprovação de leis específicas relativas aos direitos das

crianças, assim a exigência de exames pré-nupciais, do ensino obrigatório de puericultura e da pediatria. Durante o evento ocorreram sessões de sociologia, assistência, pedagogia, medicina infantil e higiene e legislação. Os participantes sugeriram a regulamentação dos institutos de assistência à infância, a abolição das “rodas dos expostos”, o estabelecimento, nos locais de trabalho, de espaços reservados para que as mães, sem prejuízo do salário, pudessem amamentar os filhos (sugestão tornada lei, na Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943), bem como a supervisão constante do poder público das ações de assistência à infância.

Nesse sentido, observamos que, desde o século anterior, houve um crescente aumento das ações voltadas para o tratamento das crianças desfavorecidas. As diferentes formas de proteção e assistência adquiriram características variadas, tanto em âmbito das ações pensadas em âmbito do governo federal ou nas esferas locais, nos estados.

Em consonância com o que ocorria em âmbito nacional, o inspetor de higiene, Marinho Rego, ao visitar as escolas Normal e Modelo Anexa defendia que o educador, sem o auxílio do médico, seria incapaz de corrigir anomalias, e que os “simples defeitos nas crianças” se tornariam “anomalias mais ou menos profundas”. (*O DEBATE*, 26/06/1913, n.509, p.2)

3.2 A INFÂNCIA MATO-GROSSENSE E O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO

O hino “A Escola”, publicado pelo jornal *A Juventude* (31/05/1917, n.26, p.2), dedicado ao professor Leowigildo Martins de Mello, e de composição de José Raul Vilá, aluno da Escola Normal, auxilia na compreensão das representações da infância que circulavam em Mato Grosso no período em estudo, pois, ao tratarmos de escolarização, esse hino nos remete também aos atores envolvidos no processo, professores (mestres), alunos, diretores, inspetores e, no *locus* privilegiado para a concretização desta ação, a escola.

A Escola
Hino ao distinto educador Prof. Leowigildo M. de Mello

Salve, berço de paz e esperança,
De virtude, justiça e amor,
Que, embalando a inocente criança,
Vertes raios de etéreo fulgor.

Salve, Escola, refúgio sagrado
De almas débeis que buscam a luz,
Pois tu tens no regaço doirado
O caminho sem par de Jesus.

Salve, templo, sacrário da ciência,
Que é do mundo moderno o mentor,
Cujo lume assinala a existência
Atró escolho que causa pavor. [...]

Assim mesmo sucede contigo,
Quando em sitio sem luz, sem calor,
Apareces qual puro anjo amigo
Emissário da ciência e do amor.

E, essas almas de ti tão queridas,
Correm ledas em gran profusão,
Como aves sem lar, desvalidas,
Procurando a estival estação.

E eis que abrindo suas mentes mimosas
Quais corolas de meigo candor,
Nelas lança torrentes preciosas
Como os raios que o sol manda à flor.

Como as flores precisam fragrância,
Luz, orvalho e aragem subtil,
Também isto e com muita abundancia
Quer o garrulo mundo infantil.

O perfume que seja a virtude,
O rocío que seja o amor,
E, livrando da treva que ilude,
Seja a luz da ciência o fulgor.

Salve, Escola, tu só docemente
Sabes luz e rocío esparzir
Sobre a turba infantil, inocente,
Trescalante jardim a florir.

Cuiabá, 1915.
José Raul Vilá

A primeira representação que o hino materializa é a das crianças, concebidas como *inocentes* e de *almas débeis*, comparadas à fragilidade das *flores* e das *aves sem lar, desvalidas*.

Em relação à escola, o autor construiu uma imagem que remete a um importante espaço pensado para acolher, como *berço*, *refúgio sagrado* e como *templo sacrário da ciência*, retratando o momento em que se instauravam modernos métodos pedagógicos adotados e desenvolvidos nos grupos escolares. Percebe-se que, embora

ressalte *a luz da ciência o fulgor* enquanto aquela que livra a infância da *treva que ilude*, ainda mantinha o referencial religioso sob a imagem de Jesus, presença marcante da influência da Igreja no cenário educacional mato-grossense.

O professor, o *mestre*, o *emissário da ciência e do amor*, apareceria qual *anjo amigo*, para *abrir as mentes*, lançando preciosos *raios de luz* e conduzindo as crianças por *caminhos seguros*. Nesse sentido, Vilá divulga um pensamento educacional do período em que a criança é concebida como uma tábula rasa, uma folha em branco que permitia à criança adquirir melhor o conhecimento. Ainda, o professor retratado segue a imagem de quem a igreja denomina de mestre dos mestres: Jesus.

As representações expressas no hino ultrapassam a ótica dos alunos ou dos que frequentavam o ambiente escolar. Elas estavam presentes na sociedade mato-grossense da época e eram veiculadas na imprensa local. Barreto apresentou, no jornal *O Matto-Grosso* (11/03/1928, n.2094, p.1), a seguinte indagação: “Mas que meio deve empregar o professor para obter uma boa disciplina?” É o próprio autor quem nos responde:

Primeiramente a ação do mestre [...] porque efetivamente tudo depende dele. A primeira necessidade para um mestre que quer estabelecer uma disciplina, é que todos os meios que ele empregue tendam fiança dos alunos. Por meio da amizade recíproca o professor poderá exigir muito e obter muito dos seus alunos. Mas torna-se necessário que simultaneamente com a confiança, a amizade, o proceder do mestre inspire respeito, fazendo com que os discípulos temam incorrer no seu desagrado. [...] O mestre deve ser vigilante, justo e esforçar-se por estar sempre de humor igual; não deve esquecer-se que a todo momento a criança está observando e julgando; não se esquecer que tanto na escola como na sociedade é melhor prevenir que castigar; a maneira de infligir o castigo tem mais importância que o próprio castigo. Sendo aplicadas sem medida e sem critério, as melhores punições tornam-se más.

O autor salienta que, para manter a ordem necessária para que se possa ensinar, o professor deve modificar a postura com relação ao distanciamento dos seus alunos, estabelecendo com eles uma *amizade recíproca* embasada na *confiança e amizade*, respeito, fazendo com que *os discípulos temam incorrer no seu desagrado*.

O método disciplinar proposto por Barreto era o que Mello veiculava através de suas oratórias e publicações. Tratava-se de metodologia disciplinar que propiciava ao professor obter autoridade sobre os alunos, sem a aplicação de castigos, isto é, a disciplina seria conquistada no relacionamento do professor com seus alunos.

A disciplina se apresentava imprescindível em todos os espaços da escola, na sala, no recreio e também fora do ambiente escolar, em eventos nos quais os alunos representavam a escola. Recursos eram utilizados no intuito de manter a ordem, a disciplina e o silêncio. Para Barreto, a ordem era expressa no “arranjo da classe, na distribuição do tempo, na simetria dos aparelhos do ensino, móveis etc, e no modo de ser dos alunos em suas relações com o professor e com a escola”, gerava a boa disciplina. Sob o ponto de vista intelectual, defendia que a “a melhor disciplina é a que faz amar o estudo, que ensina refletir, que estimula o trabalho pessoal, livre e voluntário. Uma classe dirigida merece o conceito de ser bem disciplinada” (*O MATTO-GROSSO*, 18/03/1928, n.2.095, p.1).

Esse método disciplinar conseguiu destaque na sociedade local. Recém-instalada na Capital, a Escola Modelo recebeu a visita dos redatores do jornal *O Commercio* que, acompanhados pelo diretor Mello, percorreram as diversas salas de aula e destacaram sua organização, a “ordem e a disciplina” que lá reinava. Discorreram sobre como estava a divisão das classes, no 1º (grupo A e B), 2º e 3º anos com as respectivas professoras:

A distribuição das classes é assim feita – 1º ano, grupo A, sob a regência da antiga educadora d. Maria Luiza Antunes Maciel; 1º ano, grupo B, sob a regência da professora d. Azélia Mamoré; 2º ano, sob a regência da professora d. Maria Dimpina de Arruda Lobo; 3º ano, sob a regência da professora d. Almira de Mendonça; 4º ano, sob a regência da professora d. Alzira Valadares.

Em cada seção nos demoramos o tempo necessário para um exame ligeiro das classes e por isso nos sentimos habilitados a confirmar o justo conceito que goza a Escola Modelo, cujas alunas revelam aproveitamento e deixam transparecer o contentamento com que se entregam aos trabalhos escolares. (*O COMMERCIO*, 27/04/1911, n. 61, p.2)

Os redatores descreveram ainda que assistiram ao desfile das classes para o recreio e ficaram maravilhados que com o tocar do sino elétrico, ocasião em que as alunas se organizavam em fila, duas a duas, com uma distância igual, usando um avental de modelo único, na cor azul marinho, demonstrando sinal de compostura, disciplina e ordem:

Duas a duas, guardando igual distância, todas trajadas com um único modelo de avental, azul marinho, à nossa frente passaram cerca de duzentas meninas, obedecendo a mesma cadência, eretas, em direitura ao pátio interior do edifício.

Vimo-las depois se agruparem em pelotões, dirigidas pelas respectivas professoras, e na mais perfeita compostura aguardando o sinal de

dispersão para o recreio. Se havia ansiedade, e fatalmente deveria haver, esta subjugada pela disciplina, a disciplina que se inspira na ordem e é alheia ao terror. (*O COMMERCIO*, 27/04/1911, n. 61, p.2)

No final do artigo, os redatores ressaltaram que, apesar de saírem livres para o pátio, as crianças/alunas eram vigiadas por uma professora: “Por fim tangeu a campainha. Como um bando de pássaros que retoma a amplidão, assim, enchendo o espaço com a alegria ruidosa da meninice, se dispersaram as alunas, não inteiramente livres, porque para vigiá-las ali ficara uma professora”. (*O COMMERCIO*, 27/04/1911, n.61, p.2).

A fiscalização dos alunos no recreio ganhou ressonância no Regimento Interno dos Grupos Escolares (1916), que dedicou capítulo específico para o assunto. Normatizava que, durante o tempo de recreio, os alunos deveriam ter plena liberdade, condicionada à vigilância de um professor, na seção masculina, e de uma professora, na feminina, semanalmente designados pelo Diretor (Art. 43). Ressaltava ainda no parágrafo único que o professor escolhido para fiscal de recreio não poderia se afastar um só momento da companhia dos alunos, visto que responsável pelas ocorrências que ali se dariam.

O recreio surgiu em Mato Grosso com a implantação da escola graduada que, ao imprimir a organização de tempo escolar, criou esse momento com o intuito de proporcionar às crianças descansar o físico e a mente, para retornarem às aulas (SÁ, 2007).

Quase três décadas depois, a aluna do 4º ano, C. Jacyra Nonato de Faria descreve a entrada das crianças em classe:

Ao meio dia estamos todas reunidas no Jardim Ipiranga esperando o sinal da entrada.
Dado o 1º sinal ficamos paradas esperando o 2º para formarmos em fila aguardando o 3º sinal para cantarmos o Hino Nacional.
Depois, desfilamos em direção à classe. Lá chegando damos a direita à professora. Esta bate palmas e todas nós nos movimentamos dando-lhe a nossa esquerda. Imediatamente ela repete a palma e então damos-lhe a frente. Mais uma vez a professora bate palma e todas nós sentamos para começarmos o trabalho. (3 de SETEMBRO⁵³, 14/08/1939, n.1, p.2 *apud* ECHEVERRIA; FREIRE; TOCANTINS, 2010, p.155).

⁵³ O Jornal *3 de Setembro* foi criado pelos alunos da Escola Modelo, no ano que a referida escola comemorava seus 29 anos de funcionamento.

Em contraponto, um aluno do 3º ano A, da referida escola, Benigno Pereira de Souza, descreveu como ocorria *a entrada dos alunos em classe*:

Antes de entrarmos em classe, ficamos alguns instantes divertindo no Jardim Ipiranga. Uns jogam bolitas, outros passeiam palestrando até que ouvimos o primeiro sinal que é o de silêncio. Ao segundo procuramos ficar em forma e no terceiro, em posição de sentido, cantamos o Hino Nacional. Ao terminarmos este, entoamos a linda canção ‘Nossa Terra’ e, em fila, nos dirigimos para as nossas classes, a fim de, com a maior satisfação e toda a atenção dar começo aos nossos estudos. (3 de SETEMBRO, 14/08/1939, n.1, p.4 *apud* ECHEVERRIA; FREIRE; TOCANTINS, 2010, p.157).

Essas duas citações dão “voz” à infância a partir dos seus escritos produzidos no momento em que a vivenciavam o processo de escolarização, ocasião em que expressaram como viam os rituais da escola, as ações dos professores e dos colegas. Apesar de termos a mesma fonte – o jornal impresso, ela nos proporcionou dois olhares diferentes para a escolarização da infância: uma pela ótica do adulto e outra pelo olhar da própria criança. Como foi possível observar, apesar das décadas que separaram estes acontecimentos, que eles ainda são marcados por algumas características em comum: a disciplina, a ordem, o ritual, a ação dos professores e dos alunos.

Conforme Barreto (*O MATTO-GROSSO*, 11/03/1928, n.2094, p.1), durante o que ele denominou de *movimentos gerais*:

[...] entrada, saída, mudança de lugar; deveria se observar o maior silêncio; no qual os alunos marchariam em fileira, com o corpo direito e os braços para trás das costas, posição vantajosa sob o ponto de vista higiênico por favorecer o desenvolvimento do peito e obrigar a criança andar. Os empurrões e as precipitações para os respectivos lugares deveriam ser evitados.

O silêncio, apontado pelo autor como um ponto importante da disciplina, deveria ser observado, também, no momento de realização das lições de leitura e de escrita, ressaltando:

Pode-se ouvir um leve zumbido de um enxame quando está trabalhando.
Durante a lição de leitura só a criança que está lendo é que levanta a voz para que todas as outras possam ouvi-la e acompanhá-la.
No horário da escrita o silêncio deve ser completo e a atitude uniforme; a fiscalização do professor deve ser ativa para não consentir que enquanto uns alunos trabalham outros cruzam os braços, porque

lhes falta um ou outro utensílio escolar. (*O MATTO-GROSSO*, 11/03/1928, n.2.094, p.1).

O Regimento Interno dos Grupos Escolares determinava que a disciplina escolar devesse “repousar essencialmente na afeição que o professor deve dedicar aos alunos, dirigidos, não pelo temor, mas pelo conselho e persuasão amistosa” (Art. 38). Como meio disciplinar escolar secundário, o Regimento (1916) autorizava ainda “a concessão de prêmios e aplicação de penas morais, abolido terminantemente o castigo físico de qualquer natureza” (Art. 39). Regulamentava a adoção de alguns prêmios, além daqueles que melhor parecessem aos diretores, como: “1: a passagem do aluno de lugar inferior para superior da classe; 2: o elogio perante a classe; 3: a distribuição de recompensas segundo o modelo adaptado; 4: a inscrição do nome do aluno em ‘QUADRO DE HONRA’” (Art. 40). O aluno era avaliado com as seguintes notas: “0 – que significa péssimo; 1 – que significa mau; 2 – que significa sofrível; 3 – que significa regular; 4 – que significa bom; 5 – que significa ótimo” (Art. 41).

Com o intuito de obter resultados outrora não produzidos e a forma como deveria ser tratado o aluno, Gustavo Kuhlmann, em artigo intitulado “Educação Jesuítica”, defendeu que:

Os meios brandos, estimulando os afetos aproveitáveis, produzem resultados que os meios violentos só poderiam tornar impossíveis. A concessão de certa liberdade, certo grau de confiança depositada no aluno favorecem o sentimento da responsabilidade pessoal que é o principal fator da honra. Nunca se devem fazer imposições ou dar ordens violentas nem a ameaçando nem prometendo; melhor é encaminhar o aluno pelo raciocínio, convencendo-o, a fim de persuadi-lo a executar o que se quer. Assim, cada ordem dada é uma lição que fica. (*A REACÇÃO*, 14/07/1913, n.1, p.2).

Posteriormente, Barreto, em sua defesa à disciplina escolar, destacou que em relação à escola, “a punição indica claramente o valor da escola: a melhor é onde há menos castigos, pois nessa ação pessoal do professor é toda poderosa”. (*O MATTO-GROSSO*, 18/03/1928, n.2.095, p.1).

Para endossar sua argumentação, ele buscou suporte nos escritos de Spencer, possivelmente, para convencer os leitores de que a disciplina possuía uma dupla finalidade: “estabelecer o governo atual da classe e inculcar nos alunos o hábito de se governarem (*Self government*) quando estiverem libertos da tutela escolar”. No âmbito da classe escolar, ressaltou Barreto que “a boa disciplina” exigia alguns requisitos, “cujo

vasto campo encerra um conjunto de atos, que vão desde a organização da escola, até o encerramento da classe”. Teriam eles início “com a abertura regulamentar da casa, cuja entrada dos alunos deve ser em hora certa, de modo a não ser nem antecipada, nem retardada”. (*O MATTO-GROSSO*, 11/03/1928, n. 2.094, p.1).

Acerca do comportamento dos alunos fora da escola, Barreto argumentava que ele. Enquanto extensão da escola, deveria ser reproduzido em qualquer ambiente, demonstrando, assim, uma representação de aluno/criança comportado (a) e educado (a): “Ao entrar um visitante na classe, todos os alunos devem levantar-se em sinal de consideração e respeito a todos aqueles que se interessam pela sua educação, compostura esta que os alunos devem sempre manter-se em todos os lugares fora da escola” (*O MATTO-GROSSO*, 11/03/1928, n.2.094, p.1).

Assim, os periódicos apontavam para a formação de hábitos e valores que ultrapassassem os limites escolares, servindo para a formação de cidadãos republicanos ordeiros e disciplinados.

CAPÍTULO IV – REPRESENTAÇÕES DA ESCOLARIZAÇÃO DA INFÂNCIA NAS PÁGINAS DOS IMPRESSOS

Neste capítulo os esforços foram direcionados no sentido de analisar as representações concorrentes de escolarização da infância veiculadas na imprensa cuiabana, com enfoque para os princípios defendidos pelos republicanos, pelos católicos e pelos protestantes acerca da temática. Alguns jornais cuiabanos foram criados como importante instrumento de visibilização e de disseminação dos ideais destes segmentos e nestes espaços os embates de ideias provocados por representantes deste segmento ganharam visibilidade.

Outro aspeto analisado neste tópico refere-se aos preceitos higienistas que tiveram forte influência nas concepções dos projetos e propostas de educação da época, com ações concretizadas no sentido de se alcançar o tão almejado progresso. A escola primária é concebida enquanto lugar, por excelência, de aplicação desses preceitos e, assim, contribuía para a formação das crianças, considerados como futuros cidadãos da Pátria. De acordo com os princípios republicanos, a formação moral e cívica dos brasileiros era imprescindível, competindo à escola primária atuar na transformação dos sujeitos. Nesse sentido, o ensino cívico permeou as discussões de políticos e educadores que externavam suas preocupações, publicadas via discursos oficiais ou materializadas

nos impressos jornalísticos. Na leitura dos jornais cuiabanos essa temática também adquiriu repercussão. Para construção deste subitem foi selecionado os artigos pertinentes que descreveram, com detalhes, as atividades desenvolvidas em algumas instituições de ensino primário de Mato Grosso, momento em que os aspectos cívico-patrióticos se fizeram presentes na educação/instrução, via realização das festividades.

4.1 ENTRE A CRUZ E A BANDEIRA⁵⁴: ENSINO LAICO X ENSINO RELIGIOSO NA IMPRENSA CUIABANA

Com a implantação do regime federativo republicano, Igreja e Estado passaram, pelo menos teoricamente, a atuar separadamente. Foi a Constituição de 1891 responsável por imprimir o caráter laico ao ensino brasileiro nas escolas públicas, mas, possibilitando a inserção de aspectos de cunho religiosos, principalmente do catolicismo, que era a religião declarada da maioria dos brasileiros. Apesar dessa separação, o caráter religioso ainda imperava fortemente durante a Primeira República, momento em que o laicismo sofreu várias críticas por parte de alguns intelectuais católicos.

Em Mato Grosso, naquele período, o catolicismo também era a religião predominante. O termo laico esteve presente no artigo 25 do Regulamento de 1891, no entanto, foi omitido no regulamento seguinte (1896), período em que não foi localizado qualquer documento que comprovasse a sua aplicação no ensino público durante a vigência dessas legislações (SIQUEIRA, 2000; AMÂNCIO, 2000; POUBEL E SILVA, 2006b). Observa-se que os representantes das igrejas católica e protestantes se posicionaram veementemente contrários ao cumprimento dos preceitos legislativos que determinavam a exclusão do ensino religioso, de cunho cristão, das escolas públicas, em detrimento do ensino laico.

4.1.1 A representação de escolarização da infância dos liberais republicanos

Com a chegada dos dois professores paulistas Mello e Kuhlmann a Cuiabá, no ano de 1910, o ensino laico ganhou visibilidade a partir das ações implementadas por esses sujeitos, que eram representantes legítimos do poder estatal. A partir da reorganização da instrução pública primária, os conflitos provocados tanto pelos

⁵⁴ *A Cruz e a Bandeira* refere-se ao título que estampava o discurso proferido por Mário de Lima, nos Grupos Escolares Centrais de Juiz de Fora/MG e transcrito no jornal *A Cruz*, de 28/02/1926, n.716, p.1.

defensores do catolicismo quando dos republicanos estamparam as páginas dos jornais cuiabanos, provocando uma acirrada *luta de representações*. O Regulamento desse ano determinava que o ensino primário no estado de Mato Grosso deveria ser leigo e administrado à custa dos cofres estaduais, e obrigatório a todos os indivíduos de sete a dez anos de idade, de ambos os sexos, sem distinção de classes nem de origem.

Com esse Regulamento buscou-se reformar o ensino primário, imprimindo-lhe uma organização pedagógica fundamentada na racionalidade, nos valores e normas disseminados pela sociedade moderna e considerados imprescindíveis para a formação moral e intelectual da infância mato-grossense. De acordo com Poubel e Silva (2006b), a atividade do ensino, para os intelectuais liberais, “[...] representava uma ação civilizadora, uma vez que, ao se erradicar a ignorância, introduzir-se-ia o povo no mundo do conhecimento, das luzes, da capacidade de atuar ativamente na sociedade, na produção de riquezas e na vida política” (POUBEL E SILVA, 2006b, p.82). Nesse sentido, a elevação do progresso social estava condicionada à difusão do ensino, tendo a escola um papel essencial, uma vez que seria por meio da educação que se operaria a transformação dos habitantes em povos, contribuindo, assim, para a formação da Nação. (CARVALHO, 2003).

Esse ideário de educação, de acordo com Carvalho (2003), perpassava o imaginário republicano, signo da instauração de uma nova ordem, servindo de mecanismo na concretização do progresso que buscava transformar o povo ignorante com o auxílio da escola. Esperava-se da educação, “regenerar as populações”, “tornando-as saudáveis, disciplinadas e produtivas”, constituindo-se em “dívida republicana a ser resgatada pelas novas gerações” (CARVALHO, 2003, p.14).

Os pressupostos republicanos estavam fundamentados em princípios filosóficos que circulavam em outros estados da federação, os quais almejavam a disseminação de escolas pautadas em padrões modernos. Esse ideário também foi difundido no interior da elite mato-grossense, que acreditava ser o investimento da educação o meio mais eficiente na formação intelectual, moral e cívica da criança, promovendo o progresso social do Estado e, conseqüentemente, da Nação (POUBEL E SILVA, 2006b).

José Estevão Corrêa, diretor geral da instrução pública, reconheceu que a educação e a instrução populares constituíam o “supremo ideal das sociedades modernas que, acompanhando de perto o movimento evolutivo da época, envida o melhor de seus esforços no empenho de aperfeiçoar [...] a organização de seus institutos

de ensino”. Investir nessa organização do ensino redundaria em melhoramentos nas escolas, em todos os seus aspectos, tendo em vista que a imprensa local retratava o quadro decadente em que se encontravam as instituições escolares públicas:

As intelectuais, referentes à competência dos professores, são resultantes das materiais, pois que é diariamente repetido que sem bons vencimentos não podemos ter bons professores. [...] As necessidades materiais são, entretanto, numerosíssimas, [...] Causa má impressão a visita em algumas escolas que, embora situadas no coração de Cuiabá, estão bastante desprovidas do mobiliário mais necessário e funcionando em prédio acanhado, velho e sem nenhuma das condições exigidas para uma boa casa de escola. (*O PHAROL*, 09/07/1910, n.256, p.1).

Nesse sentido, acrescenta Corrêa, “negar a influência social da educação” seria o mesmo que “negar as próprias leis do progresso e da civilização dos povos cuja grandeza decorre do grau da cultura de cada um deles e constitui por assim dizer, o granito sobre que se alicerça o edifício de sua felicidade coletiva” (MATO GROSSO, Relatório, 1912).

Enquanto *republicanos convictos*, como se declaravam, Mello e Kuhlmann procuraram imprimir ao ensino estadual um caráter pedagógico, voltado para os ideais republicanos e positivistas. De acordo com Poubel e Silva (2006b, p.84), no compromisso assumido pelos dois normalistas, “a veemência com que eles defendiam a escola graduada e seu projeto pedagógico deixavam transparecer a sua dedicação ao projeto educacional republicano, entendendo a função como uma missão em prol do progresso”. A concepção de ensino laico passou a ser difundida, na prática, por Mello e Kuhlmann, através de suas próprias ações, discursos, relatórios e também através da imprensa. Em relatório Mello (1911, p.7) esclarecia que:

Desde o evento grandioso de 15 de novembro de 1889, que transformou radicalmente as instituições sociais que nos regiam, o ensino público é leigo em nossa pátria. Por leiga se deve entender a escola que respeita todas as religiões, sem professar qualquer delas, e não escola contrária a qualquer credo ou a Deus, segundo pregam, com intuitos pequeninos alguns fariseus do ensino em nosso meio social. A educação só pode ser completa e perfeita desde que desenvolva gradual e harmonicamente as faculdades intelectuais, morais e físicas dos educandos.

Naquele momento encontraram ressonância as representações que governantes e professores paulistas tinham da educação da infância, explícitas nas declarações e nas

ações voltadas para a escolarização veiculadas nos jornais cuiabanos. Destaca-se o artigo *A Escola Leiga*, assinado pelo professor paulista Gustavo Kuhlmann, por contestar os clericais a partir dos posicionamentos publicados na arena jornalística, expressando, mais uma vez, sua defesa pela escola laica e pela ciência:

Os senhores clericais não cessam de clamar contra a escola leiga dizendo que é uma sementeira de apaches e uma porção de coisas mais, sempre afirmadas sem base, sem fundo e sem consciência. Vivem a repetir também que a ciência faliu [...]

Ora, só a ciência é quem pode indicar o que é bom para todos, o que não prejudica. Só a ciência é que ensina a refletir, a observar, a experimentar, a conhecer, a comparar, a investigar as causas do mal social, e a construir o sistema de saná-las. Só a ciência pode, pois, indicar o caminho a seguir na conduta. Ela não transforma, não substitui o caráter com que o indivíduo nasce, mas lhe fornece as razões dos modos de proceder. (*A REACÇÃO*, 21/04/1913, n. 40, p.1)

Observando os artigos publicados em *A Reação*, nota-se que os republicanos defendiam e contra atacavam os artigos publicados pelos clérigos, afirmando que estes atribuíam as problemáticas enfrentadas na sociedade da época à falta de ensino religioso nas escolas. No artigo *Ensino laico*, assinado pelo codinome V. Neno, o autor começa citando um telegrama de Paris-França, publicado em um jornal de Buenos Aires, Argentina, que tratava da luta de representações, entre católicos e liberais, sobre o ensino laico naquela sociedade:

O senador Lavirzelle formulou graves acusações contra o governo, combatendo a política deste, a qual, em seu juízo, tende a sacrificar os interesses do Estado aos do sindicalismo. Reivindicou os direitos da Igreja e criticou a política antirreligiosa do governo. Respondeu-lhe o ministro da Instrução Pública, M. Viviane, que defendeu o ensino laico. Disse o ministro que a República criou e assegurou a liberdade de pensamento, de reunião e de associação, e permanecendo fiel as suas tradições, não violará, de modo algum, a neutralidade escolar. Os mestres não ensinam religião nas escolas, mas a moral que ensinam, ainda que não sancionada pela religião, é suficiente para assegurar a formação de uma geração de homens [...] (*A REACÇÃO*, 17/05/1913, n. 43, p.2).

Os liberais republicanos mostraram-se, através dessa matéria, conectados com o que estava acontecendo e sendo veiculado pela imprensa em outros países, incluindo sobre a temática em questão. Compatuavam com o discurso escrito, ao afirmar ser o ensino laico um ensino sem religião, mas não sem Deus. O articulista recomendou que

tal leitura devesse ser feita pelos redatores do órgão clerical cuiabano, *A Cruz*, quanto à falta de ensino religioso nas escolas. A respeito, o mesmo artigo continuou:

Um jornal critica a exibição de fitas imorais nos cinemas e o cabuloso pasquim vem logo e zaz! Pau na escola laica e por ai a seguir! Ora, seria melhor que essa gente fosse cuidar de plantar hortaliças e criar galinha que é o que mais precisamos, chamando para esse serviço os peixeiros cuja indústria defendem eles próprios. Com maior abundancia de bons alimentos evitaríamos os males resultantes, no mundo moral, da pobreza orgânica e deficiência de nutrição. Precisamos de gente que se ocupe num trabalho mais proveitoso do que esse de andar a fabricar monstrenhos jornalísticos para combater uma instituição genuinamente republicana – o ensino laico. (*A REACÇÃO*, 17/05/1913, n.43, p.2).

Vale destacar ainda outro artigo publicado no *A Reação*, edição de 14 de julho de 1913, assinada pelo professor Gustavo Kuhlmann e intitulado *Educação Jesuítica*, no qual o republicano defendia a escola laica e acusava veementemente a religião católica, classificando-a, mais uma vez, de *pandega*. Iniciou com enxertos do dicionário de Campagne acerca do termo educação jesuítica e, em seguida, apresentou argumentos contrários a essa educação, contrapondo com a concepção de ensino laico, pautado na racionalidade e nos conhecimentos científicos. Sugeriu ser necessário substituir a educação religiosa:

[...] pela moral racional baseada em conhecimentos científicos e pelos mesmos orientada. É preciso cultivar racionalmente os bons sentimentos. Deixemos de rezas, de missas e batidos no peito que em nada melhoram o caráter [...] Cuidemos de conhecer, à luz da psicologia filiada à fisiologia, a constituição, a capacidade e o caráter do educando, para aproveitar-lhe as energias, as qualidades naturais, corrigir-lhe os defeitos, purificando-lhe os pendores egoísticos e fortalecendo-lhes as virtudes. (*A REACÇÃO*, 14/07/1913, n.1, p.2).

O professor Kuhlmann ressaltou a ciência e seus métodos racionais como referência a serem adotadas na escola laica. Lembrou ainda que a educação moral não se transmitia teoricamente, mas pelo hábito e exemplo, e que a ciência, juntamente com as artes, os jogos escolares, as boas narrativas de bons exemplos, seriam poderosos auxiliares da formação moral. Nesse sentido, considerava a religião inteiramente

[...] inútil porque o tempo do dogma já passou [...] O que hoje está estabelecido na sociedade é o livre exame e é, pois, o livre exame que deve existir na escola.

Precisamos de homens leais e não de hipócritas; de civismo e não de beatice; de humanidade e não de carolismo; de boas mães de famílias e não de irmãs de caridades.

O mandamento principal da moral de hoje, da moral racional e humana é: “trabalha, sê honrado, econômico, justo e bom; ama tua Família, a Pátria e a Humanidade inteira; faz o bem que puderes e será feliz”.

Isto é que é útil e bom e belo. Quanto a amar a Deus sobre todas as coisas, receber sacramentos, santificar festas, confessar-se e bater no peito são coisas que não vão nem vem. Há muito ateu honestíssimo e muito carola bandido.[...]

Em todo caso, é sempre melhor uma escola onde se procura, ao menos, ensinar a moral da época do que uma escola tão cheia de misérias morais, tão degradante, como a escola jesuítica, essa imensa fábrica de delatores, hipócritas, assassinos, incestuosos e loucos. (A *REACÇÃO*, 14/07/1913, n.1, p.2).

Interessante observar nos artigos publicados no jornal *A Reação* e assinados pelo professor Kuhlmann que, apesar de atacar a religião católica, sempre apresentando e defendendo as ideias republicanas, especialmente o ensino laico e os aspectos da racionalidade e da ciência, enfatizando sua adoção no âmbito escolar e na formação das crianças, utilizavam os referenciais teóricos aprendidos na sua formação da Escola Normal Caetano de Campos.

Mello, na sessão “Várias Notícias”, publicou no jornal *O Debate* (19/1/1912, n.97, p.2) uma carta em resposta a uma acusação de um pai, publicada no jornal católico, acusando-o de *importar sectários inimigos da religião*:

[...] em desencontro com a nossa constituição, *intramuros* da Escola, eu desrespeitasse este ou aquele culto, preferisse tal ou qual credo, mas, assim não sucedendo, e, muito pelo contrário, primando os estabelecimentos que dirijo pelo respeito a todas as religiões por isso mesmo que lhes desconhece completamente a existência em seus programas de ensino, irrisório, malévolo, anticonstitucional e impatriótico é o proceder de gente que com institutos pequeninos, procura fomentar a discórdia nas tolerantes instituições leigas da República.

Utilizando desse argumento, Mello expõe, mais uma vez, a sua opinião sobre a escola laica enquanto uma escola leiga, e não antirreligiosa.

Enquanto órgão republicano e representante do governo, o jornal *O Debate* fez circular, no dia 28 de janeiro de 1912, uma crônica assinada pelo codinome Flavio, elogiando os atos do governo pela criação dos grupos escolares e por ter entregado a sua

direção a competentes professores.⁵⁵ Afirmou ainda que o ensino era ministrado nestas instituições pelo método “intuitivo e racional”, mas que o Estado ainda necessitava cuidar da instrução pública para se alcançar o tão sonhado progresso. Nesse sentido, considerou a instrução como uma *verdadeira e luminosa fonte de progresso*, enquanto a ignorância representava a *sombra* que ofuscava o avanço.

Falar da escolarização da infância para os liberais era não somente falar do ensino laico, mas investir no ensino moral, físico e intelectual (científico, racional e prático), “*é semear benefícios que o futuro há de colher, é formar os elementos de que se há de compor a pátria de amanhã [...]*” (O DEBATE, 28/01/1912, n.105, p.2).

4.1.2 A Cruz: em defesa ao ensino religioso

Nas três primeiras décadas do século XX, o seguimento religioso, principalmente o católico, que era muito significativo na sociedade cuiabana da época, partilhava do conceito de educação associada ao progresso, porém, não dissociada da religião, como era apregoado pelos governantes e intelectuais. Contrários ao ensino laico e, conseqüentemente, contra aqueles que se manifestavam contra seus ideais, a Igreja Católica criou o jornal *A Cruz*, como órgão de defesa dos seus ideais e por segmentos da sociedade que pactuavam dos mesmos discursos. Isso ocorreu no mesmo ano em que foi reorganizada a instrução pública estadual.

A representação dos católicos sobre a escola laica foi materializada nas linhas desse periódico. Das edições localizadas e lidas, vários artigos abordaram a questão do ensino e da escola leiga. Em um dos primeiros artigos publicados pelo *A Cruz*, referente à religião e à educação, o órgão clerical deixou bem claro que:

Convencidos, como nos achamos, de que sem religião não há educação e que, portanto muito depende da instrução religiosa a felicidade, tanto da família como da sociedade em geral, insistimos ainda e insistiremos sempre, junto dos pais católicos, sobre o ponto de não se olvidarem do ensino religioso aos seus filhos, porque só assim lhes terão proporcionado uma educação que os guie com segurança para o bem no escabroso caminho da vida, quer terrena, quer de além-túmulo.

A escola neutra não pode preencher as aspirações dos pais de família católicos. (*A CRUZ*, 15/11/1910, n.13, p.1).

⁵⁵ Referia-se à criação de mais grupos no estado, nas cidades de Corumbá, Cáceres, Poconé e Rosário e para suas implantações e direções o governo contratou mais quatro professores normalistas em São Paulo.

No artigo em pauta, o editor do órgão clerical recorreu a citação de autores clássicos para embasar sua defesa acerca do ensino religioso nas escolas, como: Victor Hugo, Diderot, Girardi, Disraeli, Jouffroy, Thiers, Julio Simon e Portalis. Ao finalizar sua reflexão, lastimou que o programa dos *adversários* (se referindo aos republicanos) ao prescrever a ausência da religião na educação, estaria propagando um “mal cuja inevitável consequência será a completa destruição da família e da sociedade [...]” (A *CRUZ*, 15/11/1910, n.13, p.1).

Demonstraram também uma preocupação latente quanto à educação da infância, pois concebiam a escola moderna que tinha como objetivo:

[...] não ensinar a ler, a escrever e a contar, não, ela é um aparelho de guerra contra o catolicismo. A escola leiga ensina a repudiar o dogma ‘ quando aos treze anos deixa os bancos escolares, o aluno leigo não aproveitou nada do ensino de seus mestres, se ainda se conserva crente. A escola leiga não terá produzido os seus frutos nem terá preenchido seu fim, senão quando conseguir que a criança se liberte do dogma, renegue a fé de seus pais, renuncie a fé católica. (A *CRUZ*, 01/01/1911, n.16, p.1).

Nesse sentido, defendiam que as mulheres deveriam exercer a profissão docente, “porque sua moralidade e sua religiosidade geralmente são superiores as do homem. Porque não basta para educar com paciência a doçura e o amor. É preciso também inculcar no espírito da criança princípios morais”. (A *CRUZ*, 01/01/1911, n.16, p.1). Tal preocupação alertava que, escola moderna, as crianças ficavam a mercê dos professores positivistas e que eram “impressionadas por imagens ou figuras duma razão fria e cética”. Assim, o “espírito fica atrofiado pela materialização das ideias incutidas nos alunos, e a falta de sentimentos nobres e alevantados, produz uma relaxação sensual no indivíduo, que constitui em nosso ambiente social uma corrupção desoladora”. O artigo conclui a argumentação afirmando que “para sair desse atrofiamento moral, e revigorar as nossas energias, não há outro meio se não uma instrução e educação completa religiosa” (A *CRUZ*, 21/7/1912, n.84, p.1).

A educação é concebida pelo referido jornal como uma “missão por Deus reservada ao pai, à mãe e ao mestre”, sendo sua função refazer, pois “o homem: amolda-lhe a natureza, inspira-lhe as ideias, depura-lhe os sentimentos, norteia-lhe as aspirações, por ela se distingue o protestante do católico, o maometano do cristão, do europeu o cafre” (A *CRUZ*, 10/11/1912, n.100, p.1).

A educação da infância, foi o título do artigo que circulou no dia 6 de setembro de 1912, se posicionando contrário ao sistema e método de ensino adotados nas escolas oficiais do Estado e mesmo em muitos colégios particulares, pois:

[...] sendo leiga a escola (ou melhor diremos, ateia) proíbe-se à criança o estudo da religião, e só se lhe permite o dos atos e funções orgânicas da vida animal. Nada percebe ele, nem se lhe deixa perceber dos fenômenos espirituais que nele e em torno dele se dão. Materializa-se a inteligência da infância, pela lição da leitura e a do exemplo. O aluno é transformado em máquina de decorar e repetir coisas que não compreende bem, nem os mestres explicam, por incapazes de fazê-lo. (A CRUZ, 06/09/1912, n.91, p.1).

A reação dos católicos contra o ensino laico ainda se fez presente em outros artigos, como *Ensino leigo*, veiculado na edição de 24 de novembro de 1912, em que os clericais argumentaram de que competia aos pais de família a escolha das escolas que preferissem e, ao poder público auxiliá-los, bem como às escolas escolhidas, fossem elas públicas ou particulares. O jornal retomou a questão em outro artigo intitulado *A quem pertence a educação?* Que reiterava que a educação da infância pertencia aos pais, mas que poderia delegá-la à Igreja:

Os direitos dos pais sobre a educação são anteriores aos direitos da sociedade civil, e não derivam desta, mas da natureza. E a prova, ei-la; não é o Estado que põe os filhos no seio da família; é a natureza que fá-los nascer nela. Por conseguinte os deveres e os direitos da autoridade doméstica sobre os filhos de família não originam-se da sociedade civil, mas da natureza. [...]

Mesmo que os pais quisessem, eles não poderiam delegar ao Estado o direito que eles têm sobre a educação dos filhos. É um direito inalienável. Com efeito o exercício desse direito sagrado é unicamente o cumprimento de um dever imposto por Deus mesmo, autor do direito natural que sobrepuja todos os outros. (A CRUZ, 04/02/1917, n.313, p.1).

Para endossar a defesa do direito dos pais sobre a educação dos filhos, o redator recorreu às encíclicas do Papa Leão XIII, transcrevendo alguns trechos:

‘Os católicos devem antes de tudo agir de tal sorte que, na educação da juventude, sejam respeitados e conservados os direitos dos pais e da Igreja’.

‘Aos pais pertence, em virtude do direito natural, a educação dos seus filhos. É um direito inerente ao poder paterno’.

‘Aos pais compete o rigoroso dever de empregar todos os cuidados e de fazer todo o empenho para repelir energicamente todas as violências que lhes quisessem fazer em matéria escolar, e para

conservar em suas mãos a educação dos seus filhos'. (A *CRUZ*, 04/02/1917, n.313, p.1).

Analisando as publicações dos liberais, principalmente de Mello em defesa ao ensino neutro, pode-se perceber que ele não era tão radical quanto os católicos queriam considerar. No jornal *O Debate* (19/01/1912, n.97, p.2), Mello escreveu: “A escola leiga ao contrário do que pretende o missivista da *A Cruz*, é a escola que respeita e tolera todas as religiões, deixando a cargo da família dos educandos ou destes mesmos, a sua iniciação no credo que melhor julgarem”. Não seria tal afirmação respeitar a orientação religiosa por parte dos pais, imputando-lhes o papel atribuído a eles pela Igreja? O próprio jornal *A Cruz* respondeu essa indagação:

Escola neutra! Sabemos o que isto quer dizer. A neutralidade religiosa é impossível.

A escola verdadeiramente neutra ainda não se encontra em parte nenhuma.

Mas ouço os protestos veementes do Sr. Leowigildo: “Seria justo, seria legítimo que se me exprobase o proceder, desde que, em desencontro com a nossa constituição, *intra muros da Escola*, eu desrespeitasse este ou aquele culto, preferisse tal ou qual credo. Mas, assim não sucedendo, e, *muito pelo contrário, primando os estabelecimentos que dirijo pelo respeito a todas as religiões*, (o grifo é nosso), por isso mesmo que lhes desconhece completamente a existência em seus programas de ensino.[...]

Pois bem! Desde que o ilustre Diretor nos convida, penetremos discretamente nas Escolas a seu cargo. Por um feliz acaso, encontraremos aí a neutralidade tão decantada? Nem por sombra.

O que se passa por lá não é mistério para ninguém; todos sabem que a religião não é respeitada de forma alguma, de fonte autorizada ouvimos dizer até que lá se tem ensinado que *Deus não existe* e que é simplesmente a ideia dum ser perfeito que o nosso espírito se forma a si próprio. (A *CRUZ*, 28/1/1912, n.60, p.3-4)

Ressaltamos ainda oito artigos⁵⁶ que foram publicados por esse impresso e que traziam a transcrição da Conferência feita no 2º Congresso Católico Brasileiro, por Carlos de Laet. Nessa conferência, observa-se o apelo aos pais cristãos, afirmando que os filhos seriam presas fáceis, quando sujeitos ao ensino laico, criticando o fato deste ensino ter sido contemplado na Constituição. Críticas também foram tecidas a alguns católicos pelo fato de receberem passivamente a questão do ensino laico. O conferencista considerava a criança como um ser irrequieto, curioso, questionando o papel do professor primário frente às possíveis perguntas feitas pelas crianças acerca

⁵⁶ Os artigos de autoria de Carlos de Laet veicularam em *A Cruz* nas edições de números: 284, 285, 286, 287, 290, 291, 291 e 293 publicadas no ano de 1916.

dos aspectos religiosos, atribuindo a ele a responsabilidade de incutir no aluno a crença ou a descrença do cristianismo, posicionando-se contrário aos professores *neutros*. Criticou a obrigatoriedade dos filhos dos católicos de frequentar as escolas públicas, por serem elas laicas, conclamando-os a reclamar contra a exclusão de todo o ensino religioso das escolas públicas. Por fim, declarou que, para o povo que tinha “sede de boa instrução, sede do catolicismo, sede de moral cristã, sede de religião e de Deus” não lhes seria negada a “escola católica” (*A Cruz*, 17/9/1916, n.293, p.2).

Na imprensa circularam ainda embates entre os defensores do Protestantismo contra os do Catolicismo, enfrentamentos travados inicialmente no jornal *O Matto-Grosso*, em resposta ao *A Cruz* e, posteriormente, pelo jornal *A Penna Evangélica*, criado em 1925.⁵⁷

4.1.3 *A Penna Evangélica*: a voz dos protestantes

O protestantismo chegou em Cuiabá no ano de 1889, sendo liderado por João Dias, porém, sendo as reuniões religiosas realizadas em sua residência. Em 1914, após a chegada do Reverendo Franklin Graham, em 1913, João Dias intercedeu a favor de se alugar um imóvel para funcionamento de uma Igreja Presbiteriana em Cuiabá. Segundo Freitas (2013, p. 26), em 1916 chegou a capital do estado o Reverendo Phillipe Landes, para assumir a liderança da Igreja que, segundo ele, “coincidia com o movimento anticlerical, isso porque havia uma grande disputa entre liberais republicanos, liderados pelos normalistas paulistas que foram para Mato Grosso reorganizar o ensino público, e os católicos, grande parte da sociedade e da liderança local”.

A atuação de Landes na imprensa local teve início no jornal *O Matto-Grosso*, quatro meses após sua chegada, ocasião em que publicou uma série de artigos intitulados *Resposta a um artigo de “A Cruz”*, os quais que deram visibilidade à religião protestante, confrontando com os defensores do catolicismo. Esse espaço de produção e circulação de ideias deu-lhe visibilidade enquanto líder do protestantismo e tornou-o conhecido em todo Mato Grosso.

A série de artigos publicados por Landes em *O Matto-Grosso* era acompanhada por subtítulos “Em que diferem Católicos e Protestantes” (edições n.1.316, 1.317, 1.318 e 1.320); as subsequentes foram denominadas de: “A Moral Protestante” (n.1.321);

⁵⁷ Estudo detalhado deste embate foi produzido por Freitas, vinculado ao GEM e publicado em formato de dissertação em 2013, intitulada: *Entre o evangelho e o ensino: o Colégio Presbiteriano no Buriti (1923-1995)*.

“Infalibilidade Pontifícia – Que Bela Unidade” (n.1.322); “Princípio de Autoridade” (n.1.323); “Infalibilidade Pontifícia” (n.1.324); “O Caso do Papa Honório” (n.1.325); “O Fracasso da Infalibilidade Papal; Ainda o celeberrimo Honório” (n.1.328); “O Santo Padre Honório” (n.1.330); “As Contradições do Papismo” (n.1.331), O Papado a luz da História” (n.1.332); “Incoerências da doutrina Papal” (n.1.333); “A Derrota do Papismo”; “Consequências do Cativo de Avinhão” (n.1.338); “O Sacrifício da Missa” (n.1.339); “A Missa e o Purgatório” (n.1.340); “A Eucaristia e a transubstanciação” (n.1.341); “A Confissão Auricular e a Bíblia” (n.1.342); “A Confissão Auricular e História” (n.1.343); “A Confissão Auricular e os fatos” (n.1.345); “O Matrimônio e o Romanismo” (n.1.347); “Sacramentos Espúrios”; “A Origem do Protestantismo”; “Lutero e a Igreja de Roma”; “Calvino e Zwinglio” (n.1.351); “As Variações do Protestantismo e os Santos”; “A Árvore e os frutos” (n.1.353); “O Protestantismo perante os Fatos” (n.1.355) e; “Conclusão” (n.1.358).

Tudo indica que a intenção de Landes, ao escrever seus artigos, era a de contribuir para a campanha de divulgação do protestantismo, pois, apesar de seu preparo intelectual, estava recém-chegado ao Estado e com instalações provisórias.

Os embates entre os católicos e protestantes tiveram continuidade no órgão criado por Landes em 1925 – *A Penna Evangélica*. Nesse impresso, ele se envolveu em outra polêmica, mas desta vez, diretamente com Dom Aquino (em 1926), através da série de artigos intitulados “Resposta à carta do professor Nilo Póvoas” (1928). Em outro artigo, “A Reforma e o progresso”, acusou os jesuítas e seu método de ensino:

Descobre-se facilmente as lacunas (do programa de ensino dos jesuítas). Pouco ou quase nada de estudos concretos. Fechados ficam ao menino, a natureza e o seus tesouros! A História quase banida do ensino! [...]

Inimigos do progresso e de toda a novidade, se tem eles esforçado por formar fieis [?] obedientes e cegos, e não pensadores, espíritos emancipados. [...]. (*A PENNA EVANGÉLICA*, 17/08/1929, n.153, p.3-4).

Semelhante às ponderações de Kuhlmann, os protestantes denunciavam os jesuítas de impedirem o progresso, serem avessos ao ensino científico, primando pela obediência e não pela emancipação.

Novamente, em 1930, o jornal *A Penna Evangélica* voltou a publicar uma série de artigos intitulados “O catolicismo e a Educação Popular”, em resposta aos do professor Nilo Póvoas, que foram publicados no *A Cruz* com o título “Catolicismo,

obscurantismo e analfabetismo”, polêmica que permeou cinco edições seguidas. O redator de *A Penna Evangélica* se mostrou admirado com a escolha de Póvoas para a produção do artigo a ele confiado pela Liga Católica de Cuiabá:

Como era natural, esperávamos, entretanto, um trabalho inteiramente novo, em que o seu autor demonstrasse a sua habilidade de pesquisador de assuntos históricos, sobretudo de história da pedagogia, tendente a mostrar particularmente a atitude favorável do Catolicismo à causa da instrução popular.

Para decepção nossa nada existe de novo na conferência. O conferencista leu o livro ‘A Igreja, a Reforma e a Civilização’ e, ao lado da referência que faz à obra educativa dos jesuítas no Brasil, de divagações puramente literárias, de cincadas histórias e de acusações infundadas aos evangélicos, enfeixou nada mais e nada menos do que as principais citações que, sobre o assunto, coligiu o Padre Leonel Franca. [...] (*A PENNA EVANGÉLICA*, 18/10/1930, n.211, p.1-2).

O redator protestante criticou a conferência de Póvoas, argumentando que ele se limitou a transcrever trechos da obra do padre Leonel Franca e que os trechos selecionados apresentavam dois grandes equívocos: primeiramente, acusa o protestantismo de afirmar ser o catolicismo avesso à educação popular. Assim, afirma que “teria tido olhos para ver não serem os protestantes os únicos a constatarem a influência nefasta do romanismo na obra da educação” (*A PENNA EVANGÉLICA*, 18/10/1930, n.211, p.1-2). Em seguida, acusa Póvoas de afirmar que “desde os albores da Reforma o Protestantismo nada mais há feito do que baralhar os argumentos, adulterar os fatos históricos ao sabor de seus caprichos”, ao contrário dos jesuítas, pois, “Para o protestante a história é a grande educadora; para o jesuíta a perca de quem a estuda; nos colégios, os protestantes dão lições de história, nos colégios jesuítas, lições à história” (*A PENNA EVANGÉLICA*, 18/10/1930, n.211, p.1-2).

Continuando com a análise, o articulista da *Penna Evangélica* elencou várias causas que impediram o progresso da ciência da educação no período da História conhecido como Idade Média, perpassando vários séculos até chegar aos indícios das primeiras escolas que foram destinadas à educação popular, no entanto, ressalta que elas não passaram de verdadeiras aulas de catecismo à infância (*A PENNA EVANGÉLICA*, 01/11/1930, n.213, p.1-2). Conclui que:

No rápido bosquejo histórico que acabamos de fazer da instrução tal qual existia na idade média, verificamos não nos mostrar a história a suposta solícitude do Romanismo pela instrução em geral e particularmente do povo.

Poderíamos desculpar-la, se; reconhecendo a quase nulidade de sua atuação sobre as coisas relativas ao ensino, procurasse recuperar nos tempos modernos o que deixou de fazer na Idade Média.

Mas é exatamente nos tempos Modernos que ela, precisando amparar-se chamou em seu auxílio a inquisição e o jesuitismo para acorrentar a humanidade à tirania de seus dogmas, fato este que é suficiente, mesmo que se pudesse verificar um grande progresso intelectual na Idade Média, para se afirmar que o analfabetismo é a vida cancerosa da Igreja e a ignorância a condição de seu florescimento. (*A PENNA EVANGÉLICA*, 15/11/1930, n.215, p.1-2).

A Penna Evangélica publicou uma série de artigos intitulados “Educação Cristã”, que se referia à tese lida pelo professor Heitor Santos na Convenção Evangélica, do Buriti. Nessa conferência, o professor argumentou que um dos problema enfrentados na época era, notadamente, o analfabetismo que escravizada mais de 75% da população, e que o investimento na instrução popular seria a base para a solução. Comparou a escola sem Deus com uma imagem sem base, o “infinito sem rumo” o “universo morto” (*A PENNA EVANGÉLICA*, 22/11/1930, n.216, p.1).

Ao discorrer sobre o poder da educação no ensino das crianças, chamou a atenção para a imitação dos pais pelos filhos, recorrendo a Herbert Spencer e Tolstoi para endossar sua argumentação:

O escopo da educação não consiste, pois, em colocar um diploma ou um pergaminho nas mãos dos nossos filhos, mas sim em prepara-los para todos os deveres da vida, da verdadeira vida, da vida integral, que é a vida cristã.

Os primeiros e principais ensinamentos que devemos transmitir às crianças e aos adultos, concordam Tolstoi e Spencer, - devem ser consagrados às eternas e inevitáveis perguntas que se levantam no fundo da alma de todo o homem consciente.

Que somos nós, em face do Infinito? Como devemos viver? O que é o bem? O que é o mal? Qual deve ser a nossa conduta em todas as circunstâncias da nossa vida?

Eis o que a verdadeira educação deve ensinar. E é justamente o que faz a educação cristã. (*A PENNA EVANGÉLICA*, 06/12/1930, n.218, p.3).

Em outro artigo trata sobre a concepção protestante de educação, a qual nivelava institucionalmente a família e a igreja enquanto diferentes, e não subordinadas. Em relação ao papel da família enquanto modelo e educadora, o redator da *Penna Evangélica* afirmou:

Desgraçadamente, porém, a maioria dos que se casam, dos que têm filhos, não pensam nisso; desgraçadamente, para muitos, parece que

ter filhos é apenas uma questão fisiológica, sem maiores consequências; desgraçadamente, muitos homens têm filhos, sim, mas bem poucos merecem o doce nome de – pai. [...]

Sagrado e tremendo, esse dever exige, muitas vezes, para evitarmos consequências fatais, que façamos de novo a nossa própria educação ao mesmo tempo que educamos os nossos filhos, os nossos estremecidos pequeninos essas tenras criaturas, cuja felicidade ou desgraça depende de nós.

O conhecimento da verdade traz responsabilidades que os incrédulos não têm; todos nós sabemos bem disto. Pois, dá-se a mesma coisa com a paternidade. Como a fé, com o conhecimento da verdade, a paternidade é uma benção, um dom do Céu; mas assumimos com ela gravíssimas obrigações. (*A PENNA EVANGÉLICA*, 13/12/1930, n. 219, p. 1-2).

Os dois últimos artigos da série publicada na *Penna Evangélica* exploraram com mais afinco essa questão. O redator defendeu o papel da família e da escola na educação dos filhos, e que a educação cristã deveria começar em casa, no lar, no berço, tendo como exemplo os pais. (*A PENNA EVANGÉLICA*, 20/12/1930, n. 220, p. 1-2). Enfatizou o aspecto da faculdade imitativa das crianças e o fato de que muitas delas aprendiam exclusivamente pela imitação, motivo pelo qual os pais deveriam ter mais cuidado com o que faziam e diziam que ser permitido às crianças imitar (*A PENNA EVANGÉLICA*, 27/12/1930, n.221, p.2).

Percebe-se, com a análise dos artigos publicados pelo jornal *A Penna Evangélica*, que os protestantes não se posicionaram em relação ao ensino religioso nas escolas, mas, defendiam a escola moderna e a incumbência da educação religiosa à família, conforme defendido pelos liberais positivistas.

4.2 A SAÚDE DAS CRIANÇAS⁵⁸ E SUA ESCOLARIZAÇÃO: PRECEITOS HIGIENISTAS

Após o trabalho pioneiro de Marta Maria Chagas de Carvalho (1998) concernente à higiene, moral e trabalho na educação, com recorte temporal na década de 1920, outros pesquisadores da educação brasileira se debruçaram sobre esta temática, como Faria Filho (2000), Gondra (2004), Vago (2002) e Vidal (2001), no intuito de compreenderem a influência de tais concepções nos projetos e propostas de educação brasileira consolidada durante os séculos XIX e primeira metade do século XX.

É na primeira metade do século XX, no Brasil, que o discurso higienista circulou intensamente, momento em que intelectuais e políticos buscaram empreender

⁵⁸ Frase extraída da propaganda de Emulsão Scott, publicada no jornal *O Matto-Grosso* (10/11/1918, n.1.522, p.3).

ações efetivas, principalmente nas áreas da saúde e da educação, tendo por base um discurso que almejava alcançar o progresso em todo o país. A escola primária seria o lugar por excelência de aplicação dos preceitos higienistas, e os grupos escolares foram exemplares enquanto *lócus* essencial de formação dos futuros cidadãos, civilizados, saudáveis e úteis à pátria (FARIA FILHO, 2000).

Dentre os médicos que participaram ativamente de movimentos em prol de implementação de ações higienistas, e defensor de iniciativas para assistir e proteger a infância pobre, teve destaque o papel do médico Arthur Moncorvo Filho, criador do Instituto de Proteção à Infância no Rio de Janeiro (IPAI/RJ), entidade que se espalhou por todo o país. Esse médico foi também fundador e diretor do Departamento da Criança do Brasil, fundado em 1919 com o objetivo de realizar e divulgar estudos sobre a situação da criança, realizar congressos, velar pela aplicação das leis de amparo a ela e fomentar iniciativas que levassem ao desenvolvimento infantil.

As prescrições higiênicas se fizeram presentes na escola primária brasileira desde fins do século XIX, conforme podemos notar nos estudos de Gondra (2000, p.527), ao observar na cultura escolar a presença de características detalhadas desses preceitos, como o posicionamento em relação à escrita, alertando para a posição do corpo e no modo de pegar uma pena, bem como na organização do tempo e na distribuição das tarefas escolares. Defendia-se que a higiene forneceria

[...] um modelo de organização escolar calcado na razão médica que, ao ser constituído retiraria do espaço privado – religioso ou familiar – o monopólio sobre a formação dos meninos e das meninas. Para tanto, apela-se aos argumentos científicos que recobrem um amplo espectro de questões vinculadas à escola, tais como o problema da localização dos edifícios escolares, da necessidade de uma edificação própria e apropriada para funcionar como escola, do ingresso dos alunos, do tempo e dos saberes escolares, da alimentação, do sono, do banho, das roupas, dos recreios, da ginástica, das percepções, da inteligência, da moral e, inclusive, das excreções corporais (GONDRA, 2000, p.527).

Na Capital do estado de Mato Grosso, os preceitos higienistas também circularam e foram difundidos pela imprensa jornalística. Cuiabá, como observado no primeiro capítulo, era uma cidade que carecia de saneamento básico: limpeza das casas, ruas, coleta de lixos, canalização de esgotos, entre outros. Falar, nesse contexto de educação higiênica da criança significava mexer estruturalmente na realidade onde se estava inserida. Essa preocupação permeava a imprensa:

Não há negar que entre nós não existe, nem de modo rudimentar, um serviço organizado de limpeza pública. [...]

Para que pudéssemos dizer que possuímos um serviço de limpeza pública, tal como se faz preciso, necessário se tornava que as nossas ruas e praças fossem periodicamente limpas, extinguindo-se nela a vegetação, que de frequente as cobre, formando muitas vezes densos matagais; que fossem periodicamente varridas e irrigadas na estação seca removendo-se para bem longe os detritos dela retirados; que finalmente houvesse uma fiscalização cuidadosa e assídua destinada a sua conservação em bom estado [...]

O serviço pelo modo por que é atualmente executado, nada mais faz do que concentrar ou reunir em um só ponto os pequenos focos de infecção; por isso, que o lixo arrecadado das casas pelas carroças, é lançado todos, na decantada, clássica e proverbial Prainha [...] o espetáculo repugnante de porcos, cães e corvos a se banquetear com os resíduos de toda sorte, que ali são atiradas. (A *CRUZ*, 21/1/1912, n.59, p.2).

Mello e Kulhmann, ao chegaram em Cuiabá, encontraram uma capital com características rurais e com problemas de saúde pública. Investidos da incumbência de reorganizar a instrução pública e instalar os grupos escolares, a questão higienista foi foco de preocupação desses professores. Mello (1911, p.11) relatou que a Escola Normal e Modelo anexa foram instaladas, inicialmente, em prédios adaptados com

[...] péssimas divisões internas, onde a luz e o ar não penetram em quantidade suficiente. Estão localizados em uma rua anti-higiênica, que recebe as águas servidas das casas da parte superior, conservando-se em depósitos e estagnadas. Esta última condição, só por si, justifica uma providencia urgente, no sentido de afastar a escola desse local repleto de miasmas, desse foco de micróbios perigosíssimos para a normalidade da vida escola.

Para ele, suas condições físicas não favoreciam o desenvolvimento do programa pensado, principalmente no que se referia à educação física. Sendo assim, no ano seguinte (1912) alterou o programa: “Os alunos recebem, diariamente, conselhos de higiene e de profilaxia e, sempre que o tempo o permite, são feitos passeios às praças ajardinadas e aos bairros urbanos” (MELLO, 1912, p.19-20).

Foram observados os preceitos higienistas na construção dos novos prédios onde seriam instalados os grupos escolares, com muitas janelas que permitissem a iluminação e a circulação do ar. No tocante à higiene do espaço escolar, o Regimento Interno dos Grupos Escolares (1916) prescrevia:

1: a disposição da mobília nas salas de aulas terá por base a projeção da luz, de modo que os alunos a receba, principalmente do alto e pelo lado esquerdo;

- 2: as necessárias não devem estar em comunicação com as salas de aula;
- 3: fossas devem ser estanques, e se a água potável for do poço, deve este estar afastado tanto quanto possível daqueles;
- 4: durante o recreio e após a retirada dos alunos deverão ser abertas todas as janelas afim de serem arejadas as salas;
- 5: o pavimento deverá ser lavado semanalmente com líquido antisséptico apropriado e as paredes ao menos, caiadas duas vezes por ano;
- 6: a limpeza do assoalho será feita diariamente, sendo preferível aplicar um plano úmido, a varrer seco;
- 7: a desinfecção das necessárias será feita diariamente. (MATO GROSSO, Regimento, 1916, Art.34).

A mobília escolar e os objetos destinados ao ensino, considerados adequados conforme os preceitos higienistas, também foram destaque no Regimento Interno dos Grupos Escolares de Mato Grosso, ao determinar:

Art. 6º: A mobília escolar constará da que for determinada pelo Diretor Geral da Instrução Pública, devendo sua construção ter por base os modelos que mais facilitem a inspeção, a responsabilidade individual dos alunos e a satisfação dos preceitos higiênicos. [...]

Art. 9º: Haverá nas classes e na sala da Diretoria os objetos necessários ao ensino e os exigidos pelo preceito da higiene conforme o modelo, a qualidade e a quantidade determinada pela Diretoria Geral da Instrução Pública. (MATO GROSSO, Regimento, 1916, Arts. 6º e 9º).

No entanto, era preciso que o governo investisse na manutenção desses edifícios escolares, o que não aconteceu. Em 1921, o diretor do Grupo Escolar do 2º Distrito apontou que o prédio necessitava passar por reparos, pois apresentava problemas no assoalho de madeira, goteiras, falta de má distribuição de água, falta de desinfecção e lixos jogados nos arredores do estabelecimento, fatores prejudiciais à saúde dos alunos e professores (MATO GROSSO, Relatório, 1921).

A preocupação com os preceitos higienistas aparece também na organização do tempo das escolas isoladas. Para Vidal e Faria Filho (2000, p.25), ao se utilizarem “do conceito de fadiga mental, os conteúdos escolares eram distribuídos ao longo do dia de aula, aproximadamente 4 horas, em uma rígida grade de horário”. Como podemos observar no quadro que se segue, esse modelo de horário foi instituído também para as escolas isoladas:

Quadro 09 – Horário modelo para as escolas isoladas de Mato Grosso

| Horas | Dias da semana | 1ª secção | 2ª secção | 3ª secção |
|---------------|------------------|-----------------------|---------------------|---------------------|
| 12:00 – 12:10 | Diariamente | CHAMADA E | CANTO | |
| 12:10 – 12:30 | Diariamente | Números | Cópia de Parker | Problemas |
| 12:30 – 12:50 | Diariamente | Tórnos | Números | Problemas |
| 12:50 – 12:55 | Diariamente | DESCANSO, | CANTO OU | MARCHA |
| 12:55 – 13:15 | Diariamente | Cópia de Parker | Tórnos | Aritmética |
| 13:15 – 13:25 | Diariamente | GINÁSTICA | | |
| 13:25 – 13:40 | Diariamente | Leit.e ling.oral | Ling.escr.na lousa | Aritmética |
| 13:40 – 13:55 | Diariamente | Cópia de palavras | Leitura e ling.oral | Leitura silenciosa |
| 13:55 – 14:00 | Diariamente | DESCANSO, | CANTO OU | MARCHA |
| 14:00 – 14:20 | Diariamente | Ling.escr.na lousa | Cópia de sentenças | Leitura e ling.oral |
| 14:20 – 14:40 | Diariamente | | | |
| 14:40 – 14:45 | Diariamente | PREPARO | PARA O | RECREIO |
| 14:45 – 15:15 | Diariamente | RECREIO | | |
| 15:15 – 15:35 | 2ª, 4ª e 6ª | História | Leitura silenciosa | Cartografia |
| | 3ª, 5ª e sábados | Geografia | Desenho na lousa | Cartografia |
| 15:35 – 15:55 | 2ª, 4ª e 6ª | Desenhos contornos ou | História | História |
| | 3ª, 5ª e sábados | Cópia | Geografia | Geografia |
| 15:55 – 16:15 | 2ª e 5ª | Leit.suplementar | Composição | Composição |
| | 3ª e 6ª | Números | Leit.suplementar | Leit.suplementar |
| | 4ª e sábados | Lições gerais | Lições gerais | Lições gerais |
| 16:30 – 16:35 | Diariamente | DESCANSO | | |
| 16:35 – 16:55 | 2ª, 4ª e 6ª | caligrafia ou | linguagem | Escrita |
| | 3ª e 5ª | Desenho ou | trabalhos | Manuais |
| | Sábados | Cantos, | poesia ou | Higiene |
| 16:55 – 17:00 | Diariamente | PREPARO PARA A SAÍDA | | |

Fonte: Regulamento da Instrução Primária do Estado de Mato Grosso, 1917 (*apud* Poubel e Silva, 2006b, p.107).

Conforme é possível observar no quadro de horário, cada período de 20 minutos correspondia a uma aula, ou seja, a proposição de um exercício. A cada duas ou três aulas efetuava-se uma pausa de 10 minutos, momento em que os alunos descansavam, marchavam ou cantavam na própria sala. No meio do período fazia-se um recreio, com duração de 30 minutos. Vale ressaltar que esse detalhamento no quadro de horário indicava “o intuito de delimitar o tempo escolar” (VIDAL; FARIA FILHO, 2000, p.25).

Sobre os cuidados com a saúde bucal, a imprensa cuiabana veiculou artigos que defendiam a adoção de um curso sobre a higiene bucal nas escolas, sendo esta

considerada uma questão de higiene necessária na época, discurso que retornou nas páginas dos jornais em fins da década de trinta.

O cirurgião dentista Theodorico Côrrea, que possuía consultório na Capital, assinou três artigos que foram veiculados no jornal católico *A Cruz* nos anos iniciais da década de dez. No artigo intitulado *Um curso de higiene bucal nas escolas* afirmava que a arte dentária era um ramo auxiliar da medicina, que antes se achava esquecida, mas que se tornava conhecida e valorizada, tanto patológica quanto terapeuticamente falando, frente ao adiantamento da “civilização moderna” tornava público o que “outrora só parecia um segredo da Clínica Odontológica” (*A CRUZ*, 14/07/1912, n.83, p.2-3). Citou ainda vários países da Europa que investiram na odontológica como uma preocupação pública, introduzindo nas escolas curso referente a este ramo, “a fim de salvar a saúde pública, constituindo um meio preventivo contra as moléstias infecciosas”. Enfaticamente, defendia que o *locus* principal de prevenção deveria ser as escolas, com a criação de assistência médico dentária:

A boca é um albergue de micróbios em vista das suas condições favoráveis, e é, justamente, dela que se faz a transmissão das doenças malélicas. Portanto, sendo nas escolas onde se reúnem mais intimamente os seres humanos, são, perfeitamente, nelas onde se adquire essas doenças. Por conseguinte, é nas salas das escolas que se deve, principalmente, prevenir a disseminação das moléstias contagiosas, criando uma assistência médico dentária, a qual compenetrada de tão melindrosa incumbência saberá criar no espírito dos alunos uma ideia exata de saúde se bem tratarem de seus dentes, assegurando lhes a importância relativa de sua saúde para com o desenvolvimento de sua inteligência, quando o organismo está desobrigado de qualquer lesão, pronto para corresponder as suas diferentes funções. Por isso, a higiene bucal para as crianças é ainda mais necessária, visto que, é na boca que se propagam os microorganismos, prejudicando, de facto, os órgãos do corpo humano se a higiene não vem em seus auxílios. (*A CRUZ*, 14/07/1912, n.83, p.2-3).

Theodorico Côrrea argumentava sobre a importância dos cuidados dentários e alegava que a perda violenta dos dentes era algo que ocorria com frequência. Ao finalizar o artigo, conclamou, especialmente aos governantes, para que incluíssem um curso de higiene bucal nos programas das escolas primárias e secundárias:

Estendendo-me deste modo, alheio a qualquer interesse, resta-me dizer que aos governos, mais essencialmente, competem por em prática esta magna tarefa, incluindo nos programas das escolas primárias e secundárias um curso de higiene bucal, o qual será um facho de luz aberto à nova instrução. Terão, portanto, salva uma parte da humanidade dos intensos flagelos das infecções, (degeneração

completa de um povo,) porque a conservação da saúde pública é tão importante como importante é a conservação das rendas nacionais. (A *CRUZ*, 14/07/1912, n.83, p.2-3).

O autor reiterou ser a escola o principal local para oferta de remédio para se evitar o contágio de doenças, como a sífilis, a tuberculose e outras moléstias congêneres, uma vez que nela que “reúnem, todos os dias, os pequeninos seres, sem ideais firmadas para repelir os males que atormentam uns e envenenam outros, na própria regência de uma instrução sábia, destinada a formar homens para a sociedade” (A *CRUZ*, 28/07/1912, n.85, p.2).

O Regimento Interno dos Grupos Escolares (1916) prescrevia que a prevenção de doenças infectocontagiosas, pela vacinação e revacinação dos alunos, deveria ser alvo de atenção do Diretor (Art. 35), bem como representar o Diretor Geral da Instrução com competência para determinar o fechamento temporário da instituição escolar em caso de epidemia⁵⁹.

Em 1918, com incorrência da influenza espanhola, que se alastrava pela capital mato-grossense, a imprensa cuiabana procurou conscientizar a população publicando algumas medidas preventivas tomadas pela Inspetoria de Higiene de Mato Grosso. Recomendava cuidados higiênicos que deveriam ser adotados, como evitar locais fechados, fadiga e aglomerações, fazer desinfecção geral das casas etc., e informava sobre os sintomas da moléstia, tratamento e o cuidado com os doentes. (A *CRUZ*, 10/11/1918, n.402, p.1).

Três anos depois, outra doença ganhou destaque na imprensa – a difteria, que estampava o título de um artigo veiculado também pelo mesmo periódico, de autoria da “Saúde Pública”, órgão governamental ligado ao então presidente, Dom Aquino Corrêa, repassando aos leitores informações sobre a doença, seus sintomas, as formas de contágios e os cuidados que deveriam ser adotados. Nesse sentido, a imprensa jornalística exerceu o papel de educar a sociedade acerca de uma séria problemática que assolava a todos.

Recomendações foram direcionadas especificamente quanto aos cuidados com as crianças, através do exame de suas gargantas, principalmente se tivessem contato com pessoas doentes. Por fim, apresentou uma restrição quanto às crianças

⁵⁹ Além da varíola, outras epidemias aterrorizavam a população nas décadas iniciais do século XX, como a influenza espanhola, a tuberculose, a sífilis e a difteria, que, por vezes, interferiam na frequência das crianças e no funcionamento das instituições escolares da época, provocando o fechamento temporário destas.

contaminadas, as quais não deveriam frequentar o colégio, alertando que: “[...] A criança que teve difteria só deixe ir para o colégio quando não tiver mais bacilos na garganta, sob pena de levar a doença para os colegas e facilitar uma epidemia de difteria na sua escola” (A *CRUZ*, 27/08/1922, n.586, p.1-2).

Retomamos aqui a questão da propaganda de remédios veiculada pela imprensa cuiabana, já referenciado no capítulo anterior. Anúncios do preparado tônico “Emulsão de Scott” permaneceu sendo publicada regularmente durante anos consecutivos nas páginas dos jornais cuiabanos. Os anúncios se alternavam, na tentativa de atingir um público variado: anêmicos, tuberculosos, mulheres, crianças, e pregava atender todas as idades e todas as pessoas, “débeis ou doentes”, “ricas ou pobres”. O rótulo do produto apresentava inicialmente a imagem de um pescador (homem) com um bacalhau nas costas, marca que se solidificou como característica do tônico. Outras imagens foram acrescentadas, dependendo do público a que se destinava.

Dentre aquelas publicadas da Solução Scott, destaca-se a inserção de imagens de crianças no contexto escolar, com o apelo de que estas iriam se desenvolver de maneira sã e normal, livrando-as de doenças, tornando-as robustas e assegurando-lhes bom desenvolvimento.

Figura 23: Propaganda de “Emulsão de Scott”



Fonte: *A Cruz*, 10/01/1915, n.209, p.3.

A imagem ilustra, ao fundo e no canto superior esquerdo, dentro de um retângulo, a palavra “ESCUELA”, tendo à frente crianças muito bem vestidas, possivelmente alunos uniformizados, alegres, andando, conversando e folheando algum impresso. Uma vez saudáveis e no espaço escolar, teriam asseguradas todas as condições para o seu bom desenvolvimento. Esta foi a única propaganda localizada na imprensa cuiabana vinculada diretamente à escolarização da infância e sua relação com a saúde.

Outra propaganda publicada no ano de 1917 merece destaque, por se tratar de uma prestação de serviço médico por um especialista em tratamento de infantís, Dr. Octacilio Salles. Informava ter sido assistente do Dr. Mocarvo, no Instituto de Assistência e Proteção à Infância do Rio de Janeiro, e encerra o anúncio com os dizeres: “consultas grátis aos pobres”.

Figura 24: Propaganda de prestação de serviço médico

Dr. Octacilio Salles
MEDICO

Ex-assistente do professor Mocarvo na clinica de crianças do Instituto de Protecção e Assistencia à Infancia no Rio de Janeiro.

Tratamento especial das molestias proprias da criança nas suas diversas modalidades.

Com longa pratica das molestias das vias urinarias, trata particularmente das urethrites agudas ou chronicas e com especialidade das urethrites blenorragicas, isto é, da blenorragia em qualquer das suas phases applicando para isso um methodo todo especial. Faz a applicação do sôro antigonococio de Michéi ultimamente creado.

Tratamento dos estreitamentos da urethra e molestias da bexiga, rins e prostrata, sem dor.

Clinica medica em geral.

RESIDENCIA:

Rua Barão de Melgaço n. 62, teleph 216 Attende chamados a qualquer hora da noite.

Consultas gratis aos pobres

Fonte: *A Cruz*, 04/03/1917, n.317, p.4.

Outros exemplos direcionados aos leitores, no sentido de orientá-los com “conselhos” e “instruções úteis” de higiene, ainda foram localizados na imprensa cuiabana, como estes em destaque a seguir (Figura 25) que circularam na década de trinta. Eram direcionados para aos cuidados pessoais, mas principalmente para os espaços de escolarização das crianças, que deveriam ser arejados, iluminados e ventilados:

Figura 25: “instruções uteis que todo escolar deve saber” e “Conselhos de higiene”



Fonte: *A Cruz*, 20/12/1931, n. 1.007, p. 2.

Com a reorganização da Instrução Pública em 1927, a saúde da infância mato-grossense foi alvo de preocupação e normatização ainda maiores. O Artigo 181 do Regulamento da Instrução Pública determinava que fosse nomeado um inspetor médico encarregado de fazer a inspeção nos estabelecimentos públicos e particulares De acordo com o citado Regulamento, competia ao inspetor médico:

- a) inspecionar periodicamente as escolas do Estado, aconselhando as medidas profiláticas determinadas pela legislação sanitária;
- b) vacinar e revacinar os professores, alunos e empregados das escolas;
- c) examinar se os prédios onde funcionam escolas públicas e particulares satisfazem as condições higiênicas necessárias;
- d) tratar gratuitamente das principais doenças endêmicas, e das moléstias de olhos, nariz, garganta e ouvido, os alunos das escolas públicas;
- e) aplicar, nas casas de ensino público e particular, as medidas profiláticas que julgar necessárias;
- f) fazer parte da comissão do júri verificador da incapacidade para o ensino;
- g) apresentar ao governo do Estado, por intermédio da Diretoria Geral da Instrução Pública, até 31 de dezembro, um relatório dos trabalhos que tiver realizado no ano anterior;
- h) registrar, em fichas especiais, os exames médicos procedidos nos alunos dos estabelecimentos de ensino;

- i) transportar-se, quando necessário for, e por determinação do governo, de uma localidade para outra, todas as vezes que o serviço sanitário das escolas assim o exigir. (REGULAMENTO, 1927, Art. 183)

Oficialmente, cabia ainda ao inspetor-médico proceder semanalmente, e sempre que julgasse necessário às autoridades escolares, o exame médico dos alunos matriculados nas escolas públicas (Art. 184). Se o exame médico revelasse moléstia dentre as enumeradas na Letra d do Art. 183, deveria o inspetor-médico providenciar o seu tratamento, fazendo-o recolher. Se a família do aluno fosse pobre, ele era recolhido a um estabelecimento de assistência subvencionado pelo Estado, caso contrário, seria a família notificada para ser tratado por médico de confiança (Art. 185).

Os discursos em Mato Grosso, relativos à proteção e cuidados com a infância, não diferiam daquele que circulavam nacionalmente. Na imprensa cuiabana, artigos defendiam o auxílio do médico junto aos educadores, pois somente aquele seria capaz de “corrigir anomalias” e evitar que simples defeitos nas crianças se tornassem “anomalias mais ou menos profundas”, como defendeu o Inspetor de Higiene, Marinho Rego, em visita realizada nas escolas Normal e Modelo anexa, noticiada pelo *O Debate* (26/06/1913, n.509, p.2).

Segundo Fin (2012), os conhecimentos de higiene foram inseridos no currículo da Escola Normal de Cuiabá, pelo Decreto n° 353, de 1914, ministrado juntamente com a disciplina de psicologia, na cadeira de história natural. Consoante a autora (2012, p. 73) “a educação do corpo, representada pela higiene, era fundamental para o desenvolvimento da escola”.

Ao proferir discurso como paraninfo da primeira turma de normalistas diplomadas em 1914, Amarílio Novis ressaltou a preocupação em torno da educação intelectual, moral e física da criança, citando a necessidade da colaboração do médico na escola e dos professores. Tal discurso foi veiculado através do jornal *O Debate*:

A cargo sempre do ilustre diretor da Escola, profissional distinto, convidado pelo governo para buscar com ele a nossa instrução do descaso em que por muitos anos estivera mergulhada, conhecedor dos seus segredos e das suas belezas, a Pedagogia, por sua voz, expôs as suas proveitosíssimas lições, conduzindo-vos à perfeita compreensão do trabalho dignificante da educação intelectual, moral e física da criança, evidenciada em vossas lides escolares desde os simples métodos intuitivos às filosóficas concepções, como a indicação da necessidade inadiável da colaboração médico-pedagógica na escola. (*O DEBATE*, 25/01/1914, n.683, p.1-2).

Apesar das medidas legislativas adotadas em Mato Grosso na década de vinte, nos anos iniciais da Era Vargas as ações dos poderes governamentais no tocante a higiene e fiscalização médico-escolar ainda eram consideradas praticamente nulas, mas concebida pelo interventor Manoel Pires como necessárias, visto que impostas pela necessidade cada vez mais crescente do assolamento em caso de epidemias, uma vez que as crianças ainda se encontravam:

Desprotegidas, abandonadas por completa dos sistemas educacionais que o Estado lhes deveria proporcionar, com a criação do serviço de proteção à infância nas escolas, mal alimentadas sem noções dos mais rudimentares preceitos de higiene, a criança das nossas escolas, na sua maioria são pálidas, retardadas no crescimento, sujeitas a contaminação das endemias que anualmente assolam, e que não sabem evitar por ignorância. (MATO GROSSO, Mensagem, 1937).

Observa-se que, ao longo das três décadas iniciais do século XX, permearam na imprensa mato-grossense discussões acerca de questões relativas à higiene, como *locus* primordial para prevenção e inculcação desses princípios, a escola teve um papel fundamental, não só para dar conta da instrução dos conhecimentos básicos, mas enquanto espaço privilegiado de formação, divulgação, prevenção e disseminação de certos valores, normas, práticas e condutas (JULIÁ, 2001).

4.3 A FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA REPUBLICANA

A formação moral e cívica dos brasileiros esteve no cerne das preocupações e discussões dos intelectuais que pensavam as organizações cívico-nacionalistas durante a Primeira República, conferindo à escola o papel transformador dos alunos em sujeitos laboriosos, disciplinados, saudáveis e produtivos (CARVALHO, 1998).

Carvalho (1998) afirma que as propostas modernizadoras da década de 1920 não apontaram para a educação enquanto forma de mobilidade e ascensão social para as classes populares. Articuladas no âmbito de um projeto de construção da "nacionalidade", elas privilegiaram não a satisfação de uma demanda da população e sim a efetivação de um particular projeto da sociedade.

Além disso, para essa autora, é inegável que o movimento educacional incorporou valores culturais da Europa e dos Estados Unidos do pós-guerra, os quais permitiram uma percepção sensível das possibilidades disciplinares oferecidas pelos novos métodos. A exigência de uma política nacional de educação esteve articulada, na

década de 1920, a projetos de homogeneização cultural e moral, aos quais não foi estranho o arsenal autoritário. Carvalho acrescenta a necessidade de se enfatizar que o projeto de elaboração dessa política nacional deu-se no âmbito da questão da formação da nacionalidade. Nele, a escola foi proposta como instância de homogeneização cultural por via da disseminação de valores e da formação de atitudes patrióticas, na qual se atribuíam às elites um papel de liderança em qualquer transformação social.

De acordo com Souza (1996), a instrução moral e cívica ocupou, em São Paulo, o centro da cultura escolar prescrita para os grupos escolares, até a década de 1970. Segundo a autora, o espírito cívico-patriótico deveria perpassar todas as disciplinas e estar presente em todas as atividades escolares. Os exercícios militares, os batalhões infantis, hinos e canções patrióticas, a educação física e as poesias constituem outros mecanismos pelos quais a escola primária buscou cumprir essas finalidades cívico-patrióticas.

Durante a Primeira República, o ensino cívico permeou as discussões de políticos e educadores que externaram suas preocupações, seja através dos discursos oficiais ou materializadas nos impressos jornalísticos. Nesse sentido, ao adotarmos a imprensa cuiabana como fonte primordial de pesquisa, observou-se, a partir da leitura dos jornais, a grande recorrência à questão, descrevendo em detalhes as atividades desenvolvidas em algumas instituições de ensino primário de Mato Grosso, momento em que os aspectos cívico-patrióticos se fizeram presentes na educação/instrução, via realização das festividades.

Ressaltamos que uma investigação acerca das festas escolares nas escolas públicas mato-grossenses demandaria uma pesquisa de maior fôlego, o que, certamente, contribuiria para compreender melhor o papel das comemorações realizadas nas instituições de ensino para o processo de constituição de escola e de sociedade que se pretendia. Na presente investigação, as festas escolares são tomadas a partir das representações publicadas na imprensa cuiabana e entendidas como um conjunto de *práticas* que adquiriram duplo caráter, o político e o pedagógico, disseminando conteúdos (conhecimentos), mas atuando, também, enquanto difusor da *cultura escolar*⁶⁰, transmitindo suas *normas e valores*.

⁶⁰ Entende-se por cultura escolar: “[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização)”. (JULIÁ, 2001, p.10).

Concebendo a escola como produtora de *cultura escolar*, Chervel (1990, p.180) afirma que ela possui a função de formar indivíduos e, para cumprir semelhante tarefa, ela reproduz os conhecimentos que lhe são impostos “pela sociedade que a rodeia e pela cultura na qual ela se banha”. Entretanto, este autor observa que a escola também “forma uma cultura que adentra, adapta e transforma a cultura da sociedade que a permeia” (CHERVEL, 1990, p.180).

Nesse sentido, anúncios e relatos sobre festas cívicas escolares veiculados na imprensa jornalística da Capital, conclamavam os pais a participar, reafirmando sua importância. Percebe-se que dos vinte e seis títulos dos jornais selecionados para a análise, dezessete fazem referência a essa temática, totalizando mais de oitenta recorrências ao longo das décadas estudadas, conforme explicitado no quadro 10:

Quadro 10 – Títulos de jornais cuiabanos que publicaram notas referentes às festividades escolares nas décadas de 1910-1930

| Título do jornal | Período | Ocorrência |
|-------------------------|--|-------------------|
| A Cruz | 1910 (03); 1911 (01); 1914 (01); 1915 (01); 1917 (01); 1918 (01); 1919 (04); 1926 (03); 1927 (02); 1928 (02); 1929 (01); 1930 (03); 1931 (01). | 24 |
| O Matto-Grosso | 1911 (01); 1914 (01); 1915 (01); 1916 (01); 1917 (03); 1918 (04); 1919 (02); 1920 (02); 1936 (02) | 17 |
| O Debate | 1911 (01); 1912 (04); 1914 (02) | 07 |
| O Commercio | 1910 (03); 1911 (03) | 06 |
| A Colligação | 1910 (03) | 03 |
| A Imprensa | 1911 (03) | 03 |
| O Imparcial | 1913 (01); 1914 (02) | 03 |
| O Estado | 1916 (03) | 03 |
| Correio do Estado | 1920 (01); 1925 (02) | 03 |
| O Democrata | 1927 (01); 1928 (01) | 02 |
| A Reacção | 1912 (01); 1913 (01) | 02 |
| O Echo do Povo | 1914 (02) | 02 |
| A Notícia | 1912 (02) | 02 |
| A Juventude | 1917 (01) | 01 |
| O Pequeno Mensageiro | 1927 (01) | 01 |
| O Pharol | 1910 (01) | 01 |
| Diário da Tarde | 1915 (01) | 01 |
| Total: 17 | 1910-1930 | 81 |

Fonte: Jornais cuiabanos (1910-1930). Elaborado pela autora.

O número de publicações sugere alto índice de festas cívicas realizadas nas escolas mato-grossenses, sendo que, em alguns casos, não se restringia somente aos muros das escolas, acontecendo em outros espaços e lugares da comunidade, incluindo a

participação dos sujeitos escolares (diretores, professores, alunos), além de membros da sociedade (pais, familiares, amigos, políticos etc.).

Das festividades cívicas localizadas, destacam-se as seguintes: 21 de abril: consagrado à comemoração dos precursores da Independência do Brasil, personificado na figura de Tiradentes; 13 de maio: consagrado à comemoração da Lei Áurea; 7 de setembro: consagrado à comemoração da Independência do Brasil; 12 de outubro: comemoração da descoberta da América; 15 de novembro: consagrado à comemoração da proclamação da República; 19 de novembro: festa da Bandeira.

Dentre as festividades cívicas que foram destaque na imprensa cuiabana, a comemoração em consagração à Bandeira Nacional adquiriu caráter extremamente importante, enquanto símbolo que sintetiza as representações da Pátria e da República, que se queriam fortalecidas.

A prática de festejos em comemoração à Bandeira Nacional, realizada pela primeira vez após a instalação da primeira escola graduada do Estado, foi descrita em detalhes pela imprensa cuiabana, ao ressaltá-la como “uma brilhante festa cívica” com a participação dos alunos, do presidente do Estado, autoridades ilustres (civis e militares), funcionários estaduais e imprensa. Para a ocasião, foi elaborado um programa que contou com a participação da orquestra local e dos alunos, sendo que suas famílias se fizeram presentes na programação repetida à noite. No edifício da escola, foi preparado um palco para as alocações e a ornamentação feita com “capricho”. A programação executada com a participação dos alunos da Escola Modelo foi elogiada pela imprensa que atribuiu ao diretor Leowigildo de Mello os méritos pelo trabalho e parabenizou a orquestra da qual fizeram parte as professoras da Escola (*A COLLIGAÇÃO*, 27/11/1910, n.263, p.2).

O jornal *A Colligação* transcreveu a oração de uma aluna da Escola que, apesar de extensa, relevante por ilustrar sua representação, e por extensão a da comunidade escolar, acerca dos ensinamentos cívicos patrióticos que estavam sendo disseminados com esta prática:

[...] o auriverde Pendão, o lábaro das crianças e das aspirações de nossa Pátria, no seu aniversário recebeu a consagração de nosso amor, no entusiasmo das palmas com que, inspiradas nele, fomos ontem aplaudidas.

Vibre ele sempre de civismo e de harmonia o coração brasileiro, para que a grande Pátria da liberdade siga avante pela senda do progresso e da paz – é o que aspiramos.

E a vós que aqui representais nosso amado torrão natal, nós vos oferecemos estas flores, colhidas no jardim de nossas almas. Elas vos dirão que lhes não foi possível deixar nossos corações, sem se molharem na torrente de afetos que deles transborda por quem, com carinhoso patriotismo, cuidou do futuro da infância de sua terra! (A *COLLIGAÇÃO*, 27/11/1910, n.263, p.2).

O grupo escolar do 2º Distrito competia com as comemorações cívicas desenvolvidas pelo do 1º Distrito, adquirindo igual visibilidade na imprensa da época, ao descrever os festejos consagrados ao símbolo da pátria. As comemorações contemplavam a participação de alunos, professores e funcionários do estabelecimento de ensino, bem como pessoas ilustres, imprensa, famílias e alunos da Escola Modelo que iam prestigiar os colegas. Igualmente, fazia parte do festejo a elaboração de um programa, no qual era contemplado o hasteamento da bandeira na fachada do edifício, entoação de hinos pátrios, executados pela banda, conferências acerca do tema, poesias, monólogos, sonetos (declamados pelos meninos e meninas da instituição), exercícios calistênicos (com bandeiras, jogos diversos, corridas, tiro ao alvo etc.) que, para além do entretenimento, servia pedagogicamente enquanto mecanismo transmissor de valores aos alunos e à comunidade acerca da “veneração e respeito a bandeira pátria”, o “glorioso símbolo da nacionalidade” (A *IMPRENSA*, 22/11/1911, n.47, p.2).

Em 1917, o *A Juventude* lembrou que essa prática, instituída desde 1910, momento em que a Escola Normal e Modelo anexa proporcionavam ao mundo escolar os festejos consagrados à Bandeira Nacional (19 de novembro), contando com a participação dos integrantes dessas escolas e o “escól da sociedade”. Enquanto educador do social, o jornal desempenhou um papel importante ao defender que esta comemoração assumisse um caráter popular e incitasse a mocidade a “tornar patente o seu civismo, com uma demonstração insofismável de amor e veneração pelo grande dia [...]” (A *JUVENTUDE*, 1/12/1917, n.42, p.1-2).

Tudo indica que a ação parece ter surtido efeito, como o próprio jornal noticiou, após o Diretor Geral da Instrução ter publicado uma circular convidando o público para a solene comemoração a realizar-se em frente ao Palácio da Instrução. Às 5 horas da tarde, “começaram a afluir populares de todas as classes sociais, aglomerando-se em imensa massa popular ao redor do Palácio e na Praça da República:

Interrompeu o surdo murmúrio da multidão a voz fluente do dr. Laurentino Chaves, que dissertou longamente sobre os mais brilhantes tópicos da nossa história e terminou concitando o povo a inspirar-se naqueles vivos exemplos de patriotismo, para poder imitá-los quando

a Pátria precisasse. A sua oração foi arduamente aplaudida. Seguidamente, vários alunos da Escola Modelo recitaram poesias de circunstâncias, destacando-se o fecundo discurso de Olavo Bilac recitado com muita expressão e entusiasmo pela encantadora menina Adda Scarcelli, que foi ovacionada calorosamente pela assistência. As duas bandas de música executaram os hinos Nacional e da Bandeira sendo acompanhadas por alunos e alunas da Escola Modelo, que patentearam a sua inexperiência, devido a que o Diretor daquele estabelecimento somente lhes mandava ensinar cantos impróprios como aqueles das *caricias femininas*, esquecendo-se dos verdadeiros hinos escolares. (A *JUVENTUDE*, 01/12/1917, n.42, p.1-2).

Apesar de tecer críticas ao diretor da Escola Modelo da época, considerando-o falho na transmissão de ensinamentos de cunho cívico, próprios para a ocasião, o articulista ressaltou a presença dos “heróicos e disciplinados soldados” que acompanhavam magistralmente os hinos, com a presença de populares, sem distinção de sexo ou idade, que ouviam os acordes dos cânticos pátrios e cantavam-no, bem como o registrou o comparecimento de diversas escolas públicas e particulares. Fazia parte do ritual o hasteamento da bandeira, acompanhado por hinos, palmas e desfiles. (A *JUVENTUDE*, 1/12/1917, n.42, p.1-2).

A formação cívica e moral também se fazia presente no “sertão distante e bruto”⁶¹, conforme retratou o órgão católico *A Cruz* (26/11/1911, n.51, p.1-2), ao descrever os ensinamentos dispensados pelas irmãs educadoras aos “bororinhos os mais pequerruchos” nas Colônias Salesianas. Outro impresso do Rio de Janeiro deu visibilidade às palavras de Cândido Mariano da Silva Rondon, ao publicar um artigo de sua autoria que narrava a festividade cívica numa colônia indígena, transcrito por *A Cruz*:

[...] ‘Cerca de duzentos índios, predominando homens e moços, apertando um grupo de meninos armados de instrumentos musicais, esperavam o sinal para as continências. Majestoso o silêncio daquele grupo singular,!... Reboaram, por fim, as notas do Hino Nacional; e aqueles ingênuos filhos das selvas, como que tocados por mola oculta, simultaneamente, atiram ao chão os dourados e rústicos chapéus de buriti e, olhos fitos na esperançosa imagem da Pátria revestida das primeiras virações da tarde, absorviam aquela sadia atmosfera de acatamento religioso e de educação cívica, em pleno sertão!’ (A *CRUZ*, 26/11/1911, n.51, p.1).

⁶¹ De acordo com *A Cruz* (26/11/1911, n.51, p.1), esse termo foi utilizado pelo positivista Rondon, que publicou num jornal do Rio de Janeiro suas impressões ao visitar a Colônia Indígena Salesiana, que ficava a 85 léguas de Cuiabá e cerca de 200 dos trilhos mais avançados da linha Mogiana.

Esta citação está impregnada de representações e demonstra a forte presença dos salesianos, impondo práticas culturais aos indígenas (homens, jovens e meninos) que se submetiam, talvez pela ingenuidade, como o próprio autor relata.

O artigo, na imprensa carioca, mereceu críticas, pelo articulista, a Rondon, chamando-o de Diretor Geral da Catequese Positivista, e afirmando que em seu relatório silenciara sobre a instrução cívica dos índios, mas que tivesse dito ser ela ainda muito deficiente e relativa, mas que nutria muitas esperanças pelo futuro. Afirmou ainda que os catequistas salesianos buscavam “infundir naquelas toscas almas o ideal da pátria, a nobre consciência e os sentimentos da cidadania e do patriotismo” e que o Tenente Coronel Rondon presenciou, naquelas sertanejas paragens, cenas que davam prova exuberante do sistema educativo dos missionários na formação cívica dos “aborígenes”. A citação a seguir é bastante elucidativa:

Queremos aludir a empolgante cerimônia do hastear e arriar em pleno sertão a bandeira nacional, que antes, mui antes do Decreto governativo que estabeleceu a festa da Bandeira, já lá se festejava e festeja todos os domingos e feriados, por iniciativa desses *roupetas estrangeiros*, com a continência entusiástica dos lidimos brasileiros, que são os másculos filhos do Araguais e do Garças, por eles agremiados à comunhão nacional do culto ao símbolo da Pátria. O Tenente Coronel Rondon (já se não lembrar, terrível amnésia!) ele próprio foi talvez quem mais encantado se mostrou perante aquela função majestosa, aquele pavilhão abordado subindo, como uma benção, para o azul, aquelas notas vibrantes do hino nacional a brotarem, calidas, de selvagens peitos, aquela saudação franca e sentida dos indígenas, aquele grupo de bororinhos os mais pequerruchos, que recebem, cuidados, a bandeira ao ser arreada, para que não toque, nem de leve, o pó, aquela mudez religiosa do sertão...” (A CRUZ, 26/11/1911, n.51, p.1).

Percebe-se uma preocupação em mostrar para o Tenente Rondon, sendo ele uma autoridade do exercício, que havia se estabelecido na Colônia indígena da qual os salesianos eram responsáveis pela educação, um respeito à Pátria. Tal fato sucita o entendimento de que, independente das questões étnicas, todos os brasileiros deveriam saber cantar o hino nacional, seja em uma escola da cidade ou nas localidades mais afastadas, no distante “sertão”, como nas aldeias dos Bororos. Destaco ainda os cuidados para com as crianças indígenas, que participavam dos rituais juntamente com os homens e jovens, para que não faltassem com respeito à bandeira, símbolo maior da república. Cabe ressaltar não os debates travados pela imprensa católica, mas a

preocupação com a formação cívica, também às crianças indígenas, *aquele grupo de bororinhos os mais pequerruchos*, através da participação em atos cívico-patrióticos.

Algumas escolas isoladas também tiveram suas festividades cívicas publicadas na imprensa cuiabana, como, por exemplo, as escolas localizadas em Santo Antônio do Rio Madeira e em Itaici.

Itaici era um importante centro agrícola industrial de Mato Grosso, localizado à margem direita do Rio Cuiabá, no qual estava montada uma importante fábrica, depois usina, de açúcar e aguardente. Possuía motores acionados por máquinas poderosas, com força de 330 cavalos, a vapor, e sua produção escoada pela via fluvial para as cidades de Cuiabá e Corumbá, de onde saíam para outros destinos. Em 1914, contava com 20 empregados técnicos, 80 trabalhadores, 60 edifícios, dos quais, 45, serviam de habitações para os trabalhadores; contava ainda com uma serraria, uma farmácia e uma escola de instrução primária com 62 alunos matriculados, de ambos os sexos, uma banda de música e oficinas. Vale lembrar que o proprietário desse estabelecimento agroindustrial era Antônio Paes de Barros, político respeitado e uma das maiores fortunas regionais.

As festividades cívicas no lugar eram representadas pela imprensa cuiabana como um momento de afluência de pessoas vindas da usina e dos lugares próximos, oferecendo um aspecto excepcional de vida e movimento ao “futuroso povoado da usina Itaici” (*O DEMOCRATA*, 18/05/1928, n.324, p.4). Nesse sentido, destacamos artigo publicizado pelo *O Democrata*, por ocasião das comemorações da emancipação dos escravos, realizada, no período matutino, na escola pública da mesma localidade, contando com festa teatral, presidida pela professora Maria Pereira de Sousa. Os festejos se prolongaram pelos períodos vespertinos e noturnos, com corridas de cavalo e baile com a participação da banda de música local. A título do que ocorria nas comemorações cívicas realizadas nos grupos escolares da Capital, esta escola isolada desenvolvia extenso programa, com a participação do corpo de alunos, sendo assim executado:

1. Hino à escola – pela banda do Instituto Profissional “Almeida Filho”.
2. Alocução sobre a data – por G. Corrêa
3. Hino Nacional – cantado por alunas da Escola e acompanhado por orquestra
4. Comédia.
5. “13 de Maio” – poesia recitada pela Professora.
6. O caipira – Monólogo em versos, por Orimandro.

7. O Navio Negreiro – Poesia recitada pelo Poeta Tolentino.
8. A mulher Rabugenta – Drama alegórico, terminando com apoteose à Liberdade. (*O DEMOCRATA*, 18/05/1928, n.324, p.4).

As festas cívicas escolares, bem como os teatros promovidos pelos professores, dentre outras ações, se configuravam como eventos promovidos pela educação republicana, que se queria organizada, rígida e ostentosa, expressando a mesma imagem que se almejava imprimir. Em todas as festividades cívicas desenvolvidas nas escolas e publicadas na imprensa observamos o desenvolvimento de um programa em que prevalecia a execução de hinos, poesias, monólogos e encenações.

O regimento interno dos grupos escolares, vigente desde 1916, determinava que, na véspera dos dias de festas nacionais e estaduais, caso não fosse realizada comemoração especial no próprio dia, cada professor faria, no último quarto de hora letiva, uma preleção a respeito da data (Art.25). Algumas delas foram publicadas na imprensa jornalística para dar visibilidade às ações desenvolvidas no âmbito escolar.

Notas na imprensa mato-grossense referentes às festas cívicas escolares realizadas durante os anos anteriores a 1910 também foram constatadas por Pinto (2013), ao retratar os espaços das instituições escolares utilizados para sediar festas, tanto de cunho cívico quanto religioso observou:

[...] A recepção de autoridades políticas e religiosas, no âmbito estadual ou federal, se fazia em grande parte das vezes nas sedes das escolas de grande porte do Estado, sendo alunos e professores conclamados a participarem das atividades expondo seus trabalhos, fazendo orações em homenagem às autoridades presentes, entoando a parte musical ou apresentando espetáculos teatrais, segundo os jornais, cuidadosamente preparados para a ocasião. (PINTO, 2013, p.199).

A partir do mapeamento realizado por Pinto (2013, p.200) na imprensa periódica mato-grossense, ao abordar o assunto “Festas Escolares”, a autora observou que tal título abrigava um conjunto variado de atividades, como: “[...] a recepção a autoridades que passavam pelo Estado ou municípios, a realização de atividades com vistas à arrecadação de fundos para construção, ampliação ou subsídios financeiros para custear a compra de materiais para alunos ‘pobres’”.

A análise das festividades escolares ocorridas em Mato Grosso e publicadas na imprensa cuiabana suscitou a reflexão de outra questão – a implantação das Caixas Escolares – tendo como norte as festas, que também objetivavam arrecadar fundos para as citadas instituições, que tinham como foco o atendimento as crianças consideradas

pobres. Nesse sentido, no item subsequente, faremos uma incursão acerca dessa temática, analisando seu papel no interior das instituições de escolarização da infância sob a ótica dos jornais cuiabanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cerne desta tese teve como centralidade analisar a escolarização da infância mato-grossense a partir das publicações dos jornais cuiabanos, editados entre 1910 e 1930. O fio condutor possibilitou responder à problemática proposta, qual seja, investigar quais as representações de escolarização infantil (ensino primário) foram materializadas e veiculadas pelos jornais editados e publicados em Cuiabá, durante o período delimitado. Para tanto, foi preciso localizar os impressos, catalogá-los, separar por temáticas e confrontá-los com outros documentos de caráter oficial, pois, durante esse período foram editadas duas reformas que alteraram significativamente o ensino primário estadual.

O Regulamento da Instrução Pública Primária de 1910 concretizou um novo modelo de escola primária no Estado, instituindo os grupos escolares, contrapondo ao modelo vigente até então, onde vigoravam as escolas isoladas. Com a implantação dessa inovadora modalidade, a estrutura administrativa e pedagógica da escola sofreu expressiva remodelação, que incluiu a redistribuição do trabalho, a aplicação do método intuitivo, a classificação dos alunos por idade e série, instituição do papel do diretor, mas também investindo na formação dos professores, que eram, em sua maioria, leigos. A educação das crianças deveria centrar na formação intelectual, moral e física, aspectos que contribuiriam para o desenvolvimento e progresso da Nação. Investiu-se também na construção de prédios, aquisição de mobiliários e materiais didáticos considerados essenciais para a concretização da escola moderna, pautada na ciência e nos preceitos higienista.

Já o Regulamento de 1927 classificou as escolas primárias em isoladas (urbanas, rurais e noturnas), em grupos escolares e em escolas reunidas. Normatizou a assistência médico-escolar e a instituiu a caixa escolar, instituição que tinha como finalidade amparar os alunos considerados “indigentes” na compra de roupas, livros e outros materiais escolares. Nessa ação, a participação da comunidade era essencial, o que estabeleceu uma maior aproximação sociedade/escola.

O município de Cuiabá era formado, nesse período, por uma extensão territorial de 215.500 quilômetros quadrados e seu perímetro urbano (cidade) restringia-se a dois Distritos. No entanto, o espaço urbano apresentou características rurais que se

mantiveram presentes pelas décadas estudadas, demonstrando, assim, essa peculiaridade.

O jornal apresentou-se como produto fabricado pela elite intelectual da sociedade cuiabana da época, enquanto espaço de produção, difusão de conhecimentos e instrumento de disseminação de representações. Seus produtores apropriavam de discursos que atendiam aos interesses dos detentores do poder e fizeram circular modelos e concepções de infância, escola primária, professores, ensino e sobre o processo de modernização educacional. Enquanto importante meio de informação, mas principalmente como poderoso veiculador de ideologias, modelava modos de conceber o mundo e reforçava valores sociais, atuando enquanto educador do social.

Os periódicos analisados neste estudo registravam acontecimentos considerados importantes para a época e que movimentaram a sociedade cuiabana. Traçaram um perfil dos espaços urbanos, mostrando a clara separação entre a elite e as camadas populares. As páginas dos impressos davam visibilidade às atividades realizadas pelos “ilustres”, como eram denominadas as pessoas que compunham a elite (desembargadores, advogados, políticos, religiosos, médicos, professores e engenheiros). Nesse sentido, foi possível comprovar que o quadro de redatores presentes nos impressos cuiabanos era formado, majoritariamente, por membros dessa mesma elite, que buscava, na imprensa, inculcar práticas que considerava adequadas para a sociedade.

No cenário das décadas estudadas, foram editados vários jornais, alguns de cunho particular (independente), outros partidários ou vinculados à religião. Eram criados com o intuito de defender os ideais desses segmentos, ficando as linhas editoriais condicionadas aos respectivos interesses. Dos jornais localizados e selecionados para a análise, apesar de muitos se apresentarem com ciclo de vida efêmera, se constituíram em importantes fontes na composição do arcabouço documental. Dois se mantiveram em circulação durante as décadas delimitadas: o *A Cruz* e *O Matto-Grosso*.

O Matto-Grosso circulou ao longo das décadas estudadas, com posicionamentos políticos antagônicos, deixando transparecer, ao menos, três de suas fases: órgão literário e noticioso, político-partidário e independente. Reuniu em seu corpo editorial, intelectuais e políticos de grande envergadura.

O jornal *A Cruz* apresentou uma linha editorial mais agressiva com relação aos republicanos, à maçonaria, ao protestantismo, ao espiritismo e ao ensino laico, por se

tratar de um órgão dirigido pela Igreja Católica. Com forte influência na sociedade cuiabana, composta de maioria católica, este impresso protagonizou embates contra os republicanos e os protestantes, dando visibilidade à sua luta de representações e as das concorrentes, geradas entre os diferentes segmentos na disputa pelo poder e pela disseminação de suas ideologias.

As representações de crianças, materializadas na imprensa cuiabana, demonstraram como os adultos as concebiam e as tratava, qual seja, como seres frágeis, passíveis de serem moldados, visando transformá-los em indivíduos aptos e úteis à Nação, portanto, como uma criança ideal. Esse tratamento direcionado para as crianças encontram ressonância nos discursos dos republicanos ao defenderem a difusão do ensino primário, pois uma vez instruída garantiria o tão almejado progresso, no entanto, observa-se que elas não eram representadas enquanto sujeitos com direitos, pensamentos e vontades, mas submissas às vontades dos adultos. No tocante à escolarização a criança também não era respeitada, não era observada como sujeito pensante, construtor do seu processo educacional, com ritmos e possibilidades de aprendizagem diferenciadas. A infância foi tratada pela imprensa como período de fragilidade e ingenuidade, e que, portanto, necessitava de proteção. Vale destacar certo silenciamento da imprensa acerca das crianças negras e indígenas, pois as informações localizadas ainda se apresentaram de forma incipiente, o que demonstra que precisamos ampliar os olhares acerca destes sujeitos e ouvirmos as vozes que ainda se apresentam às margens. As crianças pobres foram apresentadas pela imprensa de formas negativas, como “menores”, “desamparados”, “infelizes”, que necessitavam de cuidados e de intervenção.

Os jornais abordaram os espaços de participação das crianças na cidade de Cuiabá, que eram os mesmos frequentados pelos adultos, bem como as práticas vivenciadas durante o processo de escolarização, com enfoque para a escola, para o professor (o mestre) e para o processo disciplinador. Deram visibilidade à escola, enquanto *lócus* destinado à sistematização da educação, a adoção dos métodos empregados, os conteúdos trabalhados e as relações estabelecidas entre os diferentes sujeitos. A escola foi concebida como importante espaço de aquisição e difusão de conhecimentos, hábitos e valores, mas também enquanto espaço responsável por moldar a infância, aspecto que acirrou as *lutas de representações* entre os diferentes segmentos, especialmente entre liberais e católicos.

Representações acerca dos professores primários também foram materializadas na imprensa, com enfoque para o papel desses agentes frente às mudanças provocadas

na estrutura física e pedagógica da escola, que implicava em um novo tratamento a ser dado aos alunos, além do inovador trabalho pedagógico desenvolvido nas instituições de ensino primário. Foi ressaltado tanto a importância das escolas quanto dos mestres enquanto responsáveis por inculcar nos alunos os ideais que se circunscreviam a esse modelo pedagógico, bem como as representações que a elite, os governantes e os professores tinham da educação da infância.

As discussões sobre os saberes e valores a serem apreendidos pelos alunos foram estampadas nos jornais cuiabanos, e expressaram representações de infância da época, bem como as concepções que permearam esse ensino, variando conforme a finalidade (religiosa, política, sociopolítica e cultura). Os conhecimentos adotados para o ensino primário e normatizados nos programas provocaram debates na imprensa, deixando transparecer as *lutas de representações* acerca da escolarização da infância, pois interferia diretamente no comportamento das crianças que se buscava moldar.

Comprovou-se que *representações* da infância e de sua escolarização foram materializadas por meio nos periódicos cuiabanos, dando visibilidade às mudanças ocorridas no ensino primário e às práticas escolares. Neste sentido os jornais se apresentaram como fontes importantes, na medida em que possibilitou compreender mais sobre a realidade vivenciada na sociedade cuiabana, fugindo assim do óbvio. O impresso jornal, enquanto instrumento escrito, imortalizou discursos que extrapolaram as normatizações, revelando aspectos da escolarização e da infância por outra ótica, contribuindo, assim, para a constituição de uma escrita da história do ensino primário em Mato Grosso que entrecruzou a legislação, os documentos oficiais com essa inovadora fonte. No entanto, mesmo não se tratando de uma imprensa especializada de educação, com raras exceções, funcionou como dispositivo de propagação de modelos ao dar visibilidade às práticas escolares, procurando moldar ou impor *representações* (CARVALHO, 1998; 1994; BICCAS; CARVALHO, 2000).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Laci Maria Araújo. **Nas trilhas do ensino: Educação em Mato Grosso 1910-1946**. Cuiabá: EdUFMT, 1998.
- ALVES, Gilberto Luís. **Educação e História em Mato Grosso: 1719-1864**. 2. ed. Campo Grande: EdUFMS, 1998.
- ALBERT, P.; TERROU, F. **História da imprensa**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros. **Ensino de Leitura na Escola Primária no Mato Grosso: contribuições para o estudo de aspectos de um discurso institucional no início do século XX**. 264 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, 2000.
- _____. **Ensino de Leitura e Grupos Escolares (Mato Grosso: 1910-1930)**. Cuiabá: EdUFMT, 2008.
- _____; SILVA, Marijâne Silveira da. Imprensa cuiabana e educação: contribuição à constituição de uma história da memória escolar, 5º, 2010, Campinas. **Anais ... 5º Seminário Nacional O Professor e a Leitura do Jornal**, Campinas: Unicamp/FE, ALB, 2010. CD-ROM. Disponível em: <http://alb.com.br/arquivo-morto/portal/5seminario>. Acesso em: 12 dez. 2011. ISSN: 1808-5040
- AYALA, S. Cardoso; SIMON, F. **Album Gráfico do Estado de Matto-Grosso**. Hamburgo: Ayala; Simon, 1914.
- ARAÚJO, José Carlos; GATTI JUNIOR, Décio (Orgs.). **Novos temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, SP; Uberlândia: Autores Associados; EDUFU, 2004.
- ARIÈS, Phillipe. **História Social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 23–80.
- BARREIRA, Luiz Carlos et al. Estudo de periódicos: possibilidades para a História da Educação brasileira. In: MENEZES, Maria Cristina (Org.). **Educação, Memória, História: possibilidades, leituras**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004. p. 401-450.
- BASTOS, Maria Helena Câmara. Ferdinand Buisson no Brasil: pistas, vestígios e sinais de suas ideias pedagógicas (1870- 1900). **História da Educação**. Pelotas: Asphe, v. 4, n. 8, 2000, p. 79- 109.
- _____. **A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942): o novo e o nacional em revista**. Pelotas: Seiva, 2005.
- BICCAS, Maurilane de Souza. **O impresso como estratégia de formação: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940)**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2008.

_____. “Nossos Concursos” e “A Voz da Prática”: a Revista do Ensino como estratégias de formação de professores em Minas Gerais (1925-1930). **Cadernos de História da Educação**, n.4, p.155-166, jan./dez. 2005.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembrança de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: EdUNESP, 1992.

_____. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CALHÃO, Ernani Pedroso; MORGADO, Eliane Maria Oliveira; MORAES, Sibeles de. **Imprensa Periódica matogrossense 1847-1969: Catálogo de Microfilmes Existentes no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da UFMT**. Cuiabá: EdUFMT, 1994.

CAMPOS, Raquel D. **Mulheres e crianças na imprensa paulista: 1920–1940**. São Paulo: EdUNESP, 2009.

CANAVARROS, Otávio. Leitura na imprensa cuiabana: O caso de “A Cruz” (1910-1940) **Anais... 5º Seminário sobre mídia e leitura**, 2007.

CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto: EdUSP, 1994.

CARDOSO, Lilian Auxiliadora Maciel. **O Jornal “A Cruz” uma abordagem da educação no início do século XX (1910-1920)**. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, 1995.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A Escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, E. M. T; FARIA FILHO, L. M de; VEIGA, C. G. (Orgs.). **500 Anos de Educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 225-251.

_____. **A Escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista: EdUSF, 2003.

_____. **Molde nacional e forma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista: EdUSF, 1998.

CARVALHO, Rosana Areal de; BERNARDO, Fabiana de Oliveira. Caixa escolar: instituto inestimável para execução do projeto da educação primária. **Educ. foco**, v.16, n.3, p.141-158, set 2011/fev. 2012.

_____; _____. CRUZ, G. A. A caixa escolar e a bandeira republicana de educação para o povo. **Anais...** Congresso Ibero-Americano de História da Educação Latino-Americana. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2009.

_____. MACHADO, Raphael Ribeiro; BERNARDO, Fabiana de Oliveira. O programa de ensino primário de 1906 como espelho do projeto civilizador republicano. **Anais...** VIII Congresso Luso Brasileiro de História da Educação. São Luiz, 2010.

CATANI, Denice Bárbara. **Educadores à Meia-Luz**: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918). 1989. 392 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

_____. BASTOS, Maria Helena Câmara. **Educação em Revista**: A Imprensa Periódica e a História da Educação. São Paulo: Escrituras, 1997.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

_____. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. V. 5, n. 11, jn/abr. 1991, p.173-191.

_____. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 211-238.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, n. 2, 1990. p. 177-229.

CORRÊA, Dom Francisco de Aquino. **Poética**. Terra Natal. Vol. I, tomo II. Brasília: s/e, 1985.

CORRÊA, Sylvia Victorino Alves. **Mulher, política, educação e trabalho**: a ótica da imprensa cuiabana (1890-1930). 231 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, 1991.

DE CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. ROCHE, Daniel (Orgs.). **A Revolução impressa**: A Imprensa na França, 1775-1800. Tradução de Marcos Maffei Jordan. São Paulo: EdUSP, 1996.

ECHEVERRIA, Ivan; FREIRE, Nilza Queiroz; TOCANTINS, Aecim. **Professora Alina: uma educadora além do seu tempo**. Cuiabá: KCM, 2010.

FARIA FILHO, Luciano M. (Org.) **Educação, Modernidade e Civilização: fontes e perspectivas de análise para a história da educação oitocentista**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

_____. (Org.). **Pesquisa em História da Educação: perspectivas de análise, objetos e fontes**. Belo Horizonte: HG edições, 1999.

_____. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: EdUPF, 2000.

_____. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. Cap. 6, p. 135-150.

_____; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Rev. Bras. Educ.** 2000, n. 14, p. 19-34.

FERNANDES, Rogério; LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Orgs.). **Para a compreensão histórica da infância**. Lisboa: Campos das Letras; UI&DCE, 2006.

FRADE, Isabel Cristina A. S. **Imprensa Pedagógica: um estudo de três revistas mineiras destinadas a professores**. 2000. 284 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

_____. Revistas Pedagógicas: qual é a identidade do impresso? In: BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (Orgs.). **Leitura: práticas, impressos, letramentos**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 99-118.

FREITAS, Maria Auxiliadora de. **Cuiabá nos séculos XIX e XX: Biografia de uma cidade através de imagens**. 280 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica da São Paulo (PUC), São Paulo, 2003.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. **História social da educação no Brasil (1926 – 1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

FREITAS, Lucas Paulo de. **Entre o Evangelho e o ensino: o Colégio Presbiteriano Buriti (1923-1965)**. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Cuiabá (MT), 2013.

GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: ARIÉS, Philippe; CHARTIER, Roger (orgs.). **História da vida privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, v.3, p.311-329.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GONÇALVES NETO, Wenceslau et al. Educação e Imprensa: análise de jornais de Uberlândia, MG, nas primeiras décadas do século XX. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v.6, n.10, p.123-162, 1997.

_____. Imprensa, civilização e educação: Uberabinha (MG) no início do século XX. In: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio Gatti. **Novos temas em história da educação brasileira**. Campinas-SP; Uberlândia-MG: Autores Associados; EdUFU, 2002.

GONDRA, José Gonçalves. Medicina, Higiene e Educação Escolar. In: LOPES, E. M. T; FARIA FILHO, L. M de; VEIGA, C. G. (Org.). **500 Anos de Educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 519-550.

_____. A sementeira do porvir: higiene e infância no século XIX. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.26, n.1, p.99-117, 2000.

_____. Higienização da infância no Brasil. In: GONDRA, José Gonçalves (Org.). **História, Infância e Escolarização**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002a. p.107-130.

_____. Modificar com brandura e prevenir com cautela: Racionalidade médica e higienização da infância. In: FREITAS, Marcos César de; KULHANN JR, Moysés (Orgs.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002b. p. 289-318.

_____. **Artes de civilizar**: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GOUVEIA, Maria Cristina Soares de. A escolarização da “meninice” nas Minas oitocentistas: a individualização do aluno. In: VEIGA, Cyntia Greive; FONSECA, Taís Nívia de Lima (Orgs.). **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p.189-225.

HANSEN, Patrícia Santos. **Brasil, um país novo**: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República. 330 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2007.

JUCÁ, Pedro Rocha. **A imprensa oficial em Mato Grosso**. Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 1986.

_____. **Imprensa Oficial de Mato Grosso**: 170 anos de história. Cuiabá, Mato Grosso: Aroe, 2009.

JULIÁ, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, v.1, p.9-43, jan./jun. 2001.

KUHLMANN JR. Moisés (Orgs.). **Os intelectuais na História da Infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____; FERNANDES, Rogério. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). **A Infância e sua Educação**: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.15-34.

_____. **Infância e Educação Infantil na abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 2011.

KUNZE, Nádya Cuiabano. **A Escola de Aprendizes Artífices de Mato Grosso (1909-1941)**. 217f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2005.

LEITE, Gervásio. **Um século de instrução pública**: história do ensino primário em Mato Grosso. Goiânia: Rio Bonito, 1970.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: EdUnicamp, 1990.

LEFEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: Editorial Presença, 1953.

LOPES, Ivone Goulart. **Asilo Santa Rita**: educação feminina católica (1890-1930). Cuiabá, MT: Central de Texto; EdUFMT, 2006.

LUCA, Tânia Regina de. Periodismo Cultural: a trajetória da Revista do Brasil. In: ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (Orgs.). **Cultura letrada no Brasil**: objetos e práticas. Campinas, SP; São Paulo: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); FAPESP, 2005a. p. 293-312.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005b.

LUCIDIO, João Antônio Botelho. **Ofício e Arte**: fotógrafos e fotografias em Mato Grosso (1860-1960). Cuiabá, MT: Carlini & Caniato; EdUFMT, 2008.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MACHADO, Maria Constança de Barros. Depoimento. In: ROSA, Maria da Glória Sá. **Memória da Cultura e da Educação em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande/MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1990. p.60-73.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. O decreto de Leôncio de Carvalho e os pareceres de Rui Barbosa em debate - A criação da escola para o povo no Brasil no século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. **História e memórias da educação no Brasil**. v. II, Petrópolis: Vozes, 2005. p.91-103.

MAGNANI, Maria do Rosário Longo Mortatti. **Os sentidos da alfabetização**: a “questão dos métodos” e a constituição de um objeto de estudo (São Paulo- 1876/1994).

Tese de Livre-Docência. Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP. Presidente Prudente/SP, 1997.

MARCÍLIO, Humberto. **História do ensino em Mato Grosso**. Cuiabá: Secretaria de Estado da Educação, 1963.

MARTINS, Ana Luiza. Revistas na emergência da grande imprensa: entre práticas e representações (1890-1930). In: ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (Orgs.). **Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas**. Campinas, SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: FAPESP, 2005. p.247-256.

MEIRELES, Cecília. Grandes e pequenos. In: **Diário de Notícias**, Página de Educação, 6/08/1930, n.56, p.7.

MENDONÇA, Estevão de. **Datas mato-grossenses**. 2. ed. v. I. Goiânia: Rio Bonito, 1973.

_____. **Breve memória sobre a imprensa em Matto-Grosso**. Cuiabá: SEC/MT-UFMT, 1975.

MENDONÇA, Rubens de. **História do jornalismo em Mato Grosso**. Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 1963.

_____. **Dicionário Biográfico Mato-grossense**. 2. ed. IHMT: Cuiabá, [s.n.], 1971.

_____. **Evolução do ensino em Mato Grosso**. Cuiabá: [s.n.], 1977.

_____. **Ruas de Cuiabá**. Goiânia-GO: Cinco de Março, s.d.

MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAÚJO, José Carlos Souza. **Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946)**. Campinas; Uberlândia: Autores Associados; EdUFU, 2011.

MORGADO, Eliane Maria Oliveira (Org.). **Catálogo de jornais, revistas e boletins de Mato Grosso 1847-1985**. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

MORAES, Sibebe de. **O episcopado de D. Carlos Luiz D'Amour (1878-1921)**. 141 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá/MT, 2003.

MORENO, G. **Terra e poder em Mato Grosso: Política e mecanismos de Burla: 1892-1992**. Cuiabá, MT: Entrelinhas; EdUFMT, 2007.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. A “querela dos métodos” de alfabetização no Brasil: contribuições para metodizar o debate. **Revista ACOALFaplp: Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua portuguesa**, São Paulo, ano 3, n. 5, 2008. Disponível em: <<http://www.acoalfaplp.net>>. Acesso em: junho de 2014.

- MULLER, Lucia. **As construtoras da nação**: Professoras Primárias na Primeira República. Niterói: Intertexto, 1999.
- NADAF, Yasmin Jamil. **Rodapé das miscelâneas**. O folhetim nos jornais de Mato Grosso (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.
- NAGLE, J. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EdUSP, 1974.
- NÓVOA, Antônio. A Imprensa de Educação e Ensino: Concepção e Organização do Repertório Português. In: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Educação em Revista**: A Imprensa Periódica e a História da Educação. São Paulo, 1997. p. 11-31.
- OLIVEIRA, Ozéas. **As representações da infância na mídia impressa em Mato Grosso nos anos de 1930 a 1945**. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação em Educação de Rondonópolis/MT, 2013.
- OLIVEIRA, Regina Teresa Cestari de. Os grupos escolares no sul do estado de Mato Grosso como parte da política educacional (1910-1950). Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas, 7, 2006, Campinas, SP. **Anais...** Campinas: HISTEDBR; Unicamp, 2006. p. 1-25.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e Leitura**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- PERARO, Maria Adenir. **A população urbana de Cuiabá em 1890**. Cuiabá: EdUFMT, 2005. CD-ROOM.
- PINTO, Adriana Aparecida. **Nas páginas da imprensa**: instrução/educação nos jornais em Mato Grosso 1880-1910. 349 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, Araraquara/SP, 2013.
- PÓVOAS, Lenine C. **Cuiabá de outrora (testemunho ocular de uma época)**. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso; Academia Mato-Grossense de Letras, 1983.
- PÓVOAS, Nilo. **O ensino público em Mato grosso**: sua obrigatoriedade, gratuidade e fiscalização. Cuiabá: Escolas Profissionais Salesianas, 1926.
- POUBEL E SILVA, Elizabeth Figueiredo de Sá. **Escola Normal de Cuiabá**: História da Formação de Professores em Mato Grosso (1910-1916). v. 2. Cuiabá/MT: Central de Texto; EdUFMT, 2006a.
- _____. **De criança a aluno**: as representações da escolarização da infantil em Mato Grosso (1910 – 1927). 220 f. Tese (Doutorado em Educação) – USP Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006b.

_____. Leowigildo Martins de Mello e a organização da Escola Normal de Cuiabá. **Revista Brasileira de História da Educação**, Online, v.4, n.1 [7], p.189-214, jan./jun. 2004.

PROJETO Rede de Memórias: 50 anos de Implantação da Energia Elétrica em Mato Grosso. Cuiabá: AMISCIM; Carlini & Caniato, 2011.

RAMOS, Maria de Lourdes Figueiredo Bastos da Silva. **Um olhar para Cuiabá de Claudio e Raimundo Bastos (1920-1940)**. Cuiabá: Buriti, 2002.

REIS FILHO, C. **A Educação e a ilusão liberal**. São Paulo; Campinas: Cortez; Autores Associados, 1981.

REIS, R. M.; SÁ, N. P. **Palácios da instrução**: institucionalização dos grupos escolares em Mato Grosso (1910-1927). Cuiabá: Central de Texto; EdUFMT, 2006.

REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escala**: a experiência da microanálise. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIZZINI, Irma. **Olhares sobre a criança no Brasil**: séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: USU; AMAIS, 2006.

ROCHA. Heloísa Helena Pimenta. Educação escolar e higienização da infância. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 23, p. 39-56, abril 2003. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 10/09/2014.

RODRIGUES, Firmo. **Figuras e coisas da nossa terra**. Cuiabá: [s.n.], 1959.

RODRIGUES, Dunga. **Reminiscências de Cuiabá**. Goiânia-GO: Cinco de Março, s/d.

_____. **Os vizinhos**. Programa Cadernos Cuiabanos: Memórias. Cuiabá: Prefeitura Municipal, 1977.

_____. Uma aventura em Mato Grosso. In: MÜLLER, Maria de Arruda; RODRIGUES, Dunga. **Cuiabá ao longo de 100 anos**. Cuiabá: FIEMT, 1994.

_____. In: ROSA, Maria da Glória Sá. **Memória da Cultura e da Educação em Mato Grosso do Sul**: Histórias de vida. Campo Grande/MS: EdUFMS, 1990. p.216-221.

RODRIGUES, Maria Benício. **Estado, Educação Escolar, Povo**: A Reforma Mato-grossense de 1910. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

ROSA, Maria da Glória Sá. **Memória da Cultura e da Educação em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande/MS: EdUFMS, 1990.

ROSA, Elizabeth Pippi. **Cartilha do Dever**: a instrução pública primária em Mato Grosso nas primeiras décadas republicanas (1891-1910). 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação – Programa de Pós Graduação em Educação, Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá/MT, 2002.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de. **De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso**. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

_____. A construção da identidade nacionalista da criança mato-grossense. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SCHWARTZ, Cleonara Maria (org.). **História das Culturas escolares no Brasil**. Vitória: EdUFES, 2010. p. 221-246.

_____. A expansão do ensino primário em Mato Grosso na Primeira República. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar Nunes. (Orgs.) **Escola primária na primeira república (1889-1930): subsídios para uma história comparada**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2012.

_____. Gustavo Fernando Kuhlmann: um bandeirante na cruzada da instrução (1910-1930). **Revista Educação Pública**, Cuiabá, v.18, n.38, p.567-584, set./dez.2009.

SÁ, Nicanor Palhares; SÁ, Elizabeth Figueiredo de. A escola pública primária mato-grossense no período republicano (1900-1930) In: _____. **Revisitando a história de escola primária: os grupos escolares em Mato Grosso na Primeira República**. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

_____. “A Influência do Ideário Escolanovista na Reforma da Instrução Pública de Mato Grosso – 1927”. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAÚJO, José Carlos Souza. **Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946)**. Campinas; Uberlândia: Autores Associados; EdUFU, 2011. p. 197-212.

SANTOS, Edmar Joaquim. **A educação física higienista em Mato Grosso: fase de implantação (1910 a 1920)**. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá/MT, 1999.

SANTOS, Elton Castro Rodrigues dos. **Escolas Reunidas: na sedimentação da escola moderna em Mato Grosso (1927-1950)**. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá/MT, 2012.

SILVA, Vera Lucia Gaspar da. **Vitrines da República: os Grupos Escolares em Santa Catarina (1889-1930)**. In: VIDAL, Diana (Org.). **Grupos Escolares: Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas: Mercado de Letras, 2006. p. 341-376.

SILVA, Marijâne Silveira da. **Revista Educação em Mato Grosso (1978-1986): contribuições para a compreensão da imprensa pedagógica do estado**. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá/MT, 2008.

SILVA, Marijâne Silveira da. “Pelo Ensino” nas páginas do jornal “A Notícia”: análise da organização escolar pelo professor Leowigildo Martins de Mello (1913). In: **Anais**

eletrônicos... X Congresso Luso Brasileiro de História da Educação - X COLUBHE "Percurso e desafios na História da educação Luso-Brasileira". Curitiba, 2014. p. 1-14.

SILVA, Marineide de Oliveira da. **Escola primária rural**: trilhar caminhos e transpor barreiras na educação em Mato Grosso (1927-1945). Cuiabá: EdUFMT, 2014.

SILVA, Tereza Maria Trindade. Instrução Pública na década de 1910: propostas para uma educação nacional. In: **Anais...** VI Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação. Minas Gerais: EdUFV, 2011.

SILVA, Tereza de Pazos da. **Reformas Educacionais em Mato Grosso**: os diferentes sujeitos e a constituição de diferentes sentidos ao processo de instruir/educar. Tese (Doutorado em Educação Escolar). Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista. Araraquara: UNESP, 2011.

SILVA, Sandra Jorge da. **Colônia indígena Thereza Cristina e educação ocidental**. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação, Cuiabá/MT, 2011.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. Educação em Mato Grosso: Memória e História. In: **Anais...** IV Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil", HISTEDBR: Campinas, 1997, p. 318-332.

_____. **Luzes e Sombras**: modernidade e educação pública em Mato Grosso. Brasília; Cuiabá: INEP/COMPED; EdUFMT, 2000.

_____. **História de Mato Grosso**: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

_____. Reconstituindo arquivos escolares: A experiência do GEM/MT. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 10, p. 123-153, jul./dez. 2005.

_____ *et al.* (Org.). **Cuiabá**: de vila a metrópole. Mato Grosso: Arquivo Público de Mato Grosso, 2006.

SIRINELLI, François. Os Intelectuais. In: REMOND, René. **Por uma História Política**. 2. ed. Tradução de Dora Rocha, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003. p. 231-269.

SOARES, Marize Bueno de Souza. **O ensino laico**: entre a cruz e a espada: polêmica sobre o ensino laico veiculado pelo periódico "A Cruz" (1910 – 1924). 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá/MT, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed (atualizada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SCHELBAUER, A. R.; ARAÚJO, J. C. S. (Orgs.). **História da Educação pela Imprensa**. Campinas, SP: Alínea, 2007.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: Memória, História e perspectivas de Pesquisa. **Revista Tempo**, 2009, v. 13, n. 26, p. 32-55.

_____. Grandeza da Pátria e Riqueza do Estado: Expansão da Escola Primária no Estado do Rio de Janeiro (1893-1930). **Revista de Educação Pública**, v. 19, n. 41, set./dez. 2010, p. 535-550.

_____. **Forma e culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro**: representações, práticas e experiências de profissionalização docente em escolas públicas primárias. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2002.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização**: A Implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: EdUNESP, 1998a.

_____, R.F. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo 1889-1910. São Paulo: EdUNESP, 1998a.

_____, Rosa Fátima de. Espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In: SOUZA, R. F. de; VALDEMARIN, V. T; ALMEIDA, J. S. **O legado educacional do século XIX**. Araraquara: EdUNESP, 1998. p. 19-62.

_____. Rosa Fátima de. A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira. **Cadernos Cedes**. Campinas, ano XX, n. 52, p. 104-121, nov.2000.

_____. **A institucionalização dos Grupos Escolares no Estado de São Paulo na Primeira República**: subsídio para a história comparada da escola primária no Brasil. 2010. 148-191. (Documento manuscrito, não publicado) Mimeo.

_____. **Alicerces da Pátria**: história da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

_____; SILVA, V. L. G.; SÁ, E. F. **Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil**: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1930). Cuiabá: EdUFMT, 2013.

_____. Objetos de ensino: a renovação pedagógica e material da escola primária no Brasil, no século XX. **Educar em Revista**, [online], Curitiba, n.49, p. 103-120, 2013.

VALDEMAIN, Vera Tereza. Método Intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para o mundo interpretado. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Tereza; ALMEIDA, Jane Soares (Orgs.). **O legado educacional do século XIX**. Araraquara: EdUNESP, 1998. p. 65-105.

VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Grupos escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

_____; SÁ, Elizabeth Figueiredo de. Outra missão, para outras bandas: a circulação de professores paulistas e do modelo da escola graduada. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 19, n. 41, p. 551-574, set./dez. 2010.

_____; SCHWARTZ, Cleonara Maria (Org.). **História das Culturas escolares no Brasil**. Vitória: EdUFES, 2010.

_____. (Org.) Tecendo história (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: os grupos escolares em foco. In: VIDAL, Diana Gonçalves. **Grupos escolares: Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas: Mercado de Letras, 2006. p. 7-20.

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 33, p. 7-47, jun. 2001.

FONTES DOCUMENTAIS

Relatórios (de inspetores e diretores gerais da Instrução Pública, de diretores de grupos escolares, de intendentess Municipais, de professores):

INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE CUIABÁ. **Relatório apresentado à Câmara Municipal da Capital pelo Tenente Coronel Avelino de Siqueira, Intendente Geral**. Cuiabá: Typographia Oficial, 1910. ACBM.

INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE CUIABÁ. **Relatório apresentado à Câmara Municipal da Capital por Hermenegildo de Figueiredo, Intendente Geral**. Cuiabá: Typographia Oficial, 1915. ACBM.

INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE CUIABÁ. **Relatório apresentado à Câmara Municipal da Capital por Alexandre Addor, Intendente Geral**. Cuiabá: Typographia Oficial, 1919. ACBM.

INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE CUIABÁ. **Relatório apresentado à Câmara Municipal da Capital pelo Coronel Antonio Manoel Moreira, Intendente Geral**. Cuiabá: Typographia Oficial, 1925. ACBM.

INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE CUIABÁ. **Relatório apresentado à Câmara Municipal da Capital por Fenelon Müller, Prefeito de Cuiabá**. Cuiabá: Typographia Oficial, 1929. ACBM.

MATO GROSSO. Direção Geral da Instrução Pública. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Manoel Paes de Oliveira, Secretário de Estado dos Negócios do Interior Justiça e Fazenda, pelo Major José Estevão Corrêa, Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso**. Cuiabá, 1909. APMT.

_____. Direção Geral da Instrução Pública. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Manoel Paes de Oliveira, Secretário de Estado dos Negócios do Interior Justiça e**

Fazenda, pelo Major José Estevão Corrêa, Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 1911. APMT.

_____. Direção Geral da Instrução Pública. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Manoel Paes de Oliveira, Secretário de Estado dos Negócios do Interior Justiça e Fazenda, pelo Major José Estevão Corrêa, Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 1912. APMT.**

_____. Inspeção Escolar. **Relatório sobre o serviço de catequese da Missão Salesiana em Mato Grosso apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques, D. D. Presidente do Estado, pelo Inspetor Pe. Antonio Malan. Cuiabá, 1912. APMT.**

_____. Direção Geral da Instrução Pública. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário do Interior, Justiça e Fazenda, Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, pelo Major José Estevão Corrêa, Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 1913. APMT.**

_____. **Relatório apresentado ao Diretor Geral da Instrução Pública, pelo Professor Philogônio de P. Corrêa, Diretor Interino das Escola Normal e Modelo Anexa, correspondente ao ano de 1915. Cuiabá, 1915. APMT.**

_____. **Relatório apresentado pelo Diretor das Escolas Normal e Modelo anexa - Bel. Jayme Joaquim de Carvalho ao Diretor Geral da Instrução Pública, Dr. Cesário Alves Corrêa, em dezembro de 1921. Cuiabá, 1921. APMT.**

_____. **Relatório da Diretoria Geral de Instrução Pública, José Estevão Corrêa para o Secretário do Interior, Justiça e Fazenda, Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, apresentado em 1913. Cuiabá, 1913. APMT.**

MELLO, Leowigildo Martins. **Relatório da Escola Normal e Modelo Anexa, apresentado ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Fazenda. Cuiabá, 1911. APMT.**

_____. **Relatório da Escola Normal e Modelo Anexa, apresentado ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Fazenda. Cuiabá, 1912. APMT.**

Mensagens Presidenciais:

MATO GROSSO. **Mensagem à Assembleia Legislativa de Mato Grosso, 1909. APMT.**

_____. **Mensagem à Assembleia Legislativa de Mato Grosso, 1910. APMT.**

_____. **Mensagem à Assembleia Legislativa de Mato Grosso, 1911. APMT.**

_____. **Mensagem à Assembleia Legislativa de Mato Grosso, 1913. APMT.**

- _____. **Mensagem à Assembleia Legislativa de Mato Grosso**, 1919. APMT.
- _____. **Mensagem à Assembleia Legislativa de Mato Grosso**, 1923. APMT.
- _____. **Mensagem à Assembleia Legislativa de Mato Grosso**, 1927. APMT.
- _____. **Mensagem à Assembleia Legislativa de Mato Grosso**, 1929. APMT.
- _____. **Mensagem à Assembleia Legislativa de Mato Grosso**, 1930. APMT.
- _____. **Mensagem à Assembleia Legislativa de Mato Grosso**, 1937. APMT.

Regulamentos, Decretos, Regimentos da Instrução Pública:

MATO GROSSO. **Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso**. Cuiabá, 1910. APMT.

_____. **Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso**. Cuiabá, 1927. APMT.

_____. **Regimento Interno dos Grupos Escolares do Estado de Mato Grosso**. Cuiabá, 1916. APMT.

_____. **Programa de Ensino para as Escolas Isoladas do Estado de Mato Grosso**. Cuiabá, 1916. APMT.

_____. **Programa da Escola Modelo Anexa à Normal do Estado de Mato Grosso**. Cuiabá, 1924. APMT.

Jornais e Periódicos:

A *CAPITAL*. Órgão Livre. Cuiabá, 1924-1926. Acervo NDIHR / ACBM.

A *CHRYSALLIDA*. Jornal Estudantil Independente. Cuiabá, 1926-1928. Acervo NDIHR / ACBM.

A *COLLIGAÇÃO*. Órgão Partido Republicano e Conservador de Matto-Grosso. Cuiabá, 1910-1911. Acervo NDIHR.

A *CRUZ*. Jornal da Liga Católica, Cuiabá, 1910-1930. Acervo da BN/ APMT/ NDIHR.

A *IMPRENSA*. Órgão Particular (literário). Cuiabá, 1911-1913. Acervo NDIHR.

A *JUVENTUDE*. Órgão Independente. Cuiabá, 1916-1917. Acervo NDIHR.

A *LUZ*. Órgão Particular. Cuiabá, 1924. Acervo NDIHR.

- A NOTÍCIA*. Órgão republicano independente. Cuiabá, 1912-1913. Acervo APMT.
- A PENNA EVANGÉLICA*. Órgão da Comunidade Protestante. Cuiabá, 1926-1930. Acervo APMT/ ACBM.
- A REACÇÃO*. Órgão da Liga Mato-grossense de Livre Pensadores. Cuiabá, 1912-1914. Acervo NDIHR / ACBM.
- A REACÇÃO*. Órgão Independente. Cuiabá, 1928-1929. Acervo NDIHR / ACBM.
- A SEMANA*. Órgão Independente. Cuiabá, 1926-1928. Acervo NDIHR / ACBM.
- A VIOLETA*. Órgão do Grêmio Julia Lopes. Ano X, n.133, p. 1-14, 28/02/1926. Acervo BN/ACBM.
- A VIOLETA*. Órgão do Grêmio Julia Lopes. Ano XXIII, n. 256, p. 1-18, 30/09/1939. Acervo BN/ACBM.
- CORREIO DO ESTADO*. Órgão do Partido Republicano Mato-Grossense. Cuiabá, 1920-1926. Acervo BN.
- DIÁRIO DA TARDE*. Órgão Independente e Noticioso, Órgão Político e Noticioso. Cuiabá, 1915. Acervo NDIHR.
- MATTO GROSSO*. Revista mensal de Ciências, Artes, Letras e Variedades. Cuiabá, 1910-1919. Acervo BN/APMT.
- O COMMERCIO*. Órgão Particular (Amarílio Alves de Almeida) Cuiabá, 1910-1911. Acervo NDIHR/BN.
- O DEBATE*. Órgão do Partido Republicano Conservador. Cuiabá, 1911-1914. Acervo NDHIR/ APMT/ BN.
- O DEMOCRATA*. Órgão do Partido Democrata Matogrossense. Cuiabá, 1927-1930. Acervo NDIHR / BN.
- O ECHO*. Semanário Republicano, Independente, Commercial e Noticioso. Cuiabá, 1914-1915. Acervo NDIHR.
- O ECHO DO POVO*. Órgão Político, Religioso, Crítico e Noticioso, Cuiabá, 1914. Acervo NDIHR.
- O ESTADO*. Órgão Independente. Cuiabá, 1915-1916. Acervo NDIHR / ACBM.
- O FERRÃO*. Órgão Independente. Cuiabá, 1926-1932. Acervo NDIHR / ACBM.
- O GLADIADOR*. Órgão Político, Humorístico e Independente. Cuiabá, 1914-1915. Acervo NDIHR.

O GARGANTA. Cuiabá, 1927-1928. Acervo NDIHR.

O JORNAL. Órgão Independente. Cuiabá, 1929-1930. Acervo NDIHR / ACBM.

O JORNAL. Órgão Independente. Cuiabá, 1922-1923. Acervo NDIHR / ACBM.

O IMPARCIAL. Órgão Independente. Cuiabá, 1913-1914. Acervo NDIHR.

O MATTO-GROSSO. Órgão Democrata (1913), Órgão do PRM (1917), Órgão Democrata (1920); Órgão Dedicado aos Interesses do Povo (1937). Cuiabá, 1911-1930. Acervo NDIHR / BN.

O PEQUENO MENSAGEIRO. Órgão das Obras de D. Bosco. Cuiabá, 1922-1932. Acervo NDHIR.

O PHAROL. Órgão Particular (literário). Cuiabá, 1910-1926. Acervo BN.

O RÁBULA. Órgão Independente. Cuiabá, 1926. Acervo NDIHR.

REPUBLICANO. Órgão do Partido Republicano Conservador. Cuiabá, 1916/1918-1920-1925-1926. Acervo NDIHR/ ACBM/ BN.

Fontes em suporte eletrônico:

HEMEROTECA NACIONAL DIGITAL. Coleção de Periódicos de Mato Grosso no período de 1910 a 1930. **Biblioteca Nacional**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>

MENSAGENS Presidencias. In: University of Gicago – Center for Research Libraries – Brazilian Government Document Digitization Project. **Provincial Presidential Reports (1830-1930)**: Mato Grosso. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso

APÊNDICE

APÊNDICE 1

Número de exemplares de jornais localizados que foram editados em Cuiabá e consultados nesta pesquisa (1910-1930).

| JORNAL | ANO (número de exemplares localizados e analisados) | Total de exemplares consultados |
|--|---|---------------------------------|
| <i>A Colligação</i> | 1910 (51); 1911 (34). | 85 |
| <i>A Cruz</i> | 1910 (13); 1911 (41); 1912 (51); 1913 (51); 1914 (49); 1915 (50); 1916 (52); 1917 (49); 1918 (51); 1919 (46); 1920 (42); 1921 (52); 1922 (51); 1923 (48); 1924 (39); 1925 (48); 1926 (51); 1927 (49); 1928 (51); 1929 (49); 1930 (51); 1931 (51); 1932 (52); 1933 (52); 1934 (52); 1935 (51); 1936 (51); 1937 (51); 1938 (52); 1939 (52). | 1448 |
| <i>O Commercio</i> | 1910 (44); 1911 (158). | 202 |
| <i>O Pharol</i> | 1910 (20); 1925 (29); 1926 (02) | 51 |
| <i>A Imprensa</i> | 1911 (50); 1912 (22). | 72 |
| <i>O Debate</i> | 1911 (81); 1912 (241); 1913 (288); 1914 (148). | 758 |
| <i>O Matto-Grosso</i> | 1911 (16); 1912 (48); 1913 (51); 1914 (51); 1915 (50); 1916 (47); 1917 (88); 1918 (72); 1919 (08); 1920 (88); 1921 (05); 1922 (27); 1928 (49); 1929 (07); 1930 (48); 1931 (44); 1932 (50); 1933 (28); 1935 (03); 1936 (109); 1937 (41). | 930 |
| <i>A Notícia</i> | 1912 (29); 1913 (27). | 56 |
| <i>A Reacção</i> | 1912 (23); 1913 (35); 1914 (25). | 83 |
| <i>O Imparcial</i> | 1913 (23); 1914 (34). | 57 |
| <i>O Echo Do Povo</i> | 1914 (17). | 17 |
| <i>O Echo</i> | 1914 (07); 1915 (08). | 15 |
| <i>O Gladiador</i> | 1914 (11); 1915 (05). | 16 |
| <i>Diário Da Tarde</i> | 1915 (55). | 55 |
| <i>O Estado</i> | 1915 (03); 1916 (25). | 28 |
| <i>A Juventude</i> | 1916 (07); 1917 (35). | 42 |
| <i>Republicano</i> | 1916 (13); 1917 (41); 1918 (09); 1920 (53); 1925 (18); 1926 (11). | 145 |
| <i>Correio do Estado</i> | 1920 (13); 1921 (22); 1923 (16); 1924 (26); 1925 (22); 1926 (01). | 100 |
| <i>O Pequeno Mensageiro</i> | 1922 (03); 1926 (01); 1927 (06); 1928 (01); 1929 (02); 1930 (04); 1932 (01). | 18 |
| <i>A Capital</i> | 1924 (02); 1925 (08); 1926 (07). | 17 |
| <i>A Chrysallida</i> | 1926 (14); 1927 (20); 1928 (01). | 35 |
| <i>A Penna Evangélica</i> | 1926 (06); 1928 (26); 1929 (13); 1930 (49). | 94 |
| <i>A Semana</i> | 1926 (05); 1927 (05); 1928 (06). | 16 |
| <i>O Ferrão</i> | 1926 (04); 1927 (19); 1928 (22); 1929 (03); 1930 (04); 1931 (09); 1932 (01). | 62 |
| <i>O Democrata</i> | 1927 (73); 1928 (44); 1929 (91); 1930 (77). | 285 |
| <i>A Reacção</i> | 1928 (29); 1929 (02). | 31 |
| <i>O Jornal</i> | 1929 (14). | 14 |
| Total de exemplares consultados no período | | 2.453 |

Fonte: APMT; NDIHR/UFMT; CBM; BN.

Elaborado pela autora.